

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Fagner dos Santos

A POLÍTICA DOS GOVERNADORES COMO DISCURSO:

Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República

Porto Alegre

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A POLÍTICA DOS GOVERNADORES COMO DISCURSO:

Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República

Fagner dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História

Orientadora: Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

Porto Alegre, março de 2019

Fagner dos Santos

A POLÍTICA DOS GOVERNADORES COMO DISCURSO:

Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Daniel Mendonça
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof. Dra. Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz (UFRGS)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, Fagner

A Política dos Governadores como discurso: Uma história da construção da estabilidade na Primeira República / Fagner dos Santos. -- 2019.

212 f.

Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Política dos Governadores. 2. Campos Sales. 3. Discurso Político. 4. Imprensa. 5. Congresso Nacional. I. Jardim Pinto, Céli Regina, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Esta tese demorou muito para ser finalizada. Tanto que em alguns momentos cheguei a temer que não fosse concluída. Gostaria de agradecer a quem tornou isso possível. Em primeiro lugar à Fabiane, que além de renunciar à conclusão da própria tese para que eu pudesse terminar a minha, me deu a Elis e a Maya. Foram os maiores motivos para que eu não desistisse.

Gostaria de agradecer também a professora Sônia Porto Machado, minha professora de história do segundo grau, por me desafiar em todos os momentos em aula. E, inclusive, na minha formatura como técnico em Mecânica, há quase vinte anos. Foi esse carinho e essa atenção que me motivaram a mudar de carreira e me dedicar à pesquisa histórica.

Registro aqui também o meu agradecimento especial à minha orientadora, por não desistir de mim enquanto a tese estava sendo elaborada. Professora Céli, muito obrigado pelos conselhos e pelo apoio.

Finalmente, registro aqui meu muito obrigado aos governos Lula e Dilma. Tive o privilégio de trilhar o principal da minha carreira acadêmica com os investimentos e a atenção dos governos dos Trabalhadores. Se não fosse a gratuidade eu não teria condições de trilhar a carreira que eu queria.

Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em um discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum.
(MACHADO DE ASSIS, Esaú e Jacó).

RESUMO

A política dos governadores é frequentemente citada na bibliografia como o evento que inaugura um período de consolidação da Primeira República. Ela consistiria em um pacto oligárquico posto em prática por Campos Sales em 1900. Segundo Fernando Henrique Cardoso estabelecia que: 1- haveria prevalência do executivo sobre o legislativo na pessoa do Presidente, ou seja, sem conselho de ministros; 2- o legislativo não governa nem administra; 3- a base da formação da maioria legislativa seria formada através da presunção de legitimidade do resultado da eleição dado regionalmente; 4- promessa de não intervenção federal nos estados; 5- garantir a execução desse procedimento através de alteração do regimento da Câmara. Essa dinâmica seria mantida ao longo do período até o golpe de 1930. O objetivo deste trabalho é verificar se era isso o que significava a *política dos governadores* para os atores da época. Através das análises dos discursos parlamentares, de publicações periódicas e livros escritos na época, proponho dissertar sobre a formação desse discurso durante os anos de 1899 até 1904. A proposta é estudar os mecanismos discursivos que formaram a ideia de *política dos governadores* e da *política dos estados*, demonstrando que se trata de duas formações diferentes usadas pela oposição e situação. Na primeira parte do trabalho apresento esses discursos e sua formação. Na parte final faço uma comparação entre esses discursos entre si e o que foi absorvido pela historiografia acerca da época.

Palavras Chave: República Velha. Política dos Governadores. Política dos Estados. Câmara dos Deputados. Campos Sales.

ABSTRACT

The *politic of governors* is a constant reference as the first event of the Brazilian first Republic consolidation. It is an oligarchic agreement that takes in place in the Campos Sales' government, in 1900. Fernando Henrique Cardoso points out that the agreement had five core points. 1- The President command alone, without the minister's help. This political array has placed the Executive power above the Legislative. 2- The Legislative do not to govern neither to administrate. 3- The majority on the *Câmara dos Deputados* would be composed through the approval of the legitimacy of the local election official results. 4- The federal forces would not intervening in States. 5- The formal way to change these election rules was changing the *Câmara dos Deputados*' internal regiment. This dynamics would be the political behavior until the 1930's *Coup D'etat*. The aim point on this thesis is to look on the political thoughts on that time about the *Política dos Governadores*. Through discourse analysis, as developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, this thesis will analyse parliament discourses, papers and books wrote between 1889 and 1904. This thesis assume that there are two discursive structures: the *Politic of Governors* and *Politic of States* and they are two different discourses of opponent groups. The first part of this thesis will show how these discourses are constructed. The final part will show a comparison between both.

Keywords: Brazilian's First Republic. Politic of the States. Politic of Governors. Brazilian Legislative. Campos Sales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
i. Fundamentos teóricos.....	13
ii. As fontes.....	21
iii. O plano de trabalho: estruturas e objetivos	26
1 A QUESTÃO DA POLÍTICA DOS GOVERNADORES E A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO.....	28
1.1 Estruturas de poder	28
1.2 A historiografia da política dos governadores.....	33
1.3 Uma análise crítica das regras políticas.....	38
2 NASCE A “POLÍTICA DOS GOVERNADORES”: IMPRENSA E CONGRESSO ENTRE 1899 E 1902.....	49
2.1 As primeiras definições da Política dos Governadores	50
2.2 A dissidência paulista: o grupo de Prudente de Morais.....	79
2.3 A preparação para o último ano do mandato de Campos Sales.....	83
3 A POLÍTICA DOS ESTADOS: CAMPOS SALES E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO	92
3.1 A mensagem presidencial de 1902	92
3.2 A repercussão na Imprensa e no Congresso	95
3.3 A repercussão na Imprensa e no Congresso	117
4 DA PROPAGANDA À PRESIDÊNCIA: O DISCURSO DE CAMPOS SALES	137
4.1 O processo de chegada à Presidência	139
4.2 A presidência Campos Sales.....	149
4.3 A política dos Estados	155
5 DOIS DISCURSOS EM DISPUTA.....	164
5.1 A política dos Governadores <i>versus</i> a política dos Estados	166

5.2	Egoísmo versus liderança pessoal	171
5.3	Anti-partidarismo e apartidarismo.....	176
5.4	O presidencialismo e o parlamentarismo.....	184
5.5	Revisionismo e consolidação.....	186
5.6	Crise econômica e austeridade	190
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195

INTRODUÇÃO

Mas, o que sobretudo agrava as preocupações do poder público neste difícil momento, pelo seu caráter extremamente urgente, é a intensidade da crise financeira.

Ela resulta de erros gravíssimos, que vêm de longe, acumulando progressivamente os encargos dos seus pesados efeitos, que cumpre reparar quanto antes, pelos meios mais adequados e pelos processos mais prontos, começando por assinalar as suas causas preponderantes, que são entre outras: (...) os *deficits* orçamentários criados pelo funcionalismo exagerado, pelas despesas de serviço de caráter puramente local, pelo aumento contínuo da classe dos inativos; – as despesas extraorçamentárias provenientes dos créditos extraordinários abertos pelo Executivo e das leis especiais votadas pelo Congresso; (...) o aumento constante da dívida flutuante, que se origina dos próprios *deficits*, e conseqüente aumento da dívida consolidada.

(...)

Agir com prontidão, energia e perseverança sobre todos os elementos que acabo de apontar como agentes de nossa decadência econômica e financeira, abandonando a política dos expedientes e dos adiamentos para tomar francamente a política das soluções, é em suas linhas gerais o programa do meu governo (CAMPOS SALES, 1978, pp.206-207)¹.

O século XIX trouxe ao Brasil não apenas a família real Portuguesa, mas uma mudança de status na organização política em relação à metrópole. Se antes era apenas um território de uma ampla Coroa europeia, acabou se tornando a capital de todo o Império Português. Essa aproximação com o cenário onde as decisões eram tomadas não se encerrou com o retorno da Corte a Portugal, em 1820. Dois anos depois o Brasil se fez independente. E esse foi o momento inaugural do que se tornou tradição na política do país: mudanças “lentas, graduais e seguras”. Seja em não entrar na “moda” republicana das demais nações nascentes da América Latina, seja em mudar o regime para República em um momento bem mais oportuno para as elites, a história do país até a chegada do século XX é recheada de mudanças menos velozes e radicais do que a dos outros países da América do Sul. Essa pouca disposição a grandes rompimentos nas estruturas de poder povoa, de certa forma, a base das pesquisas que se debruçam sobre mudanças de regime do Brasil independente, mesmo sem abordar o tema diretamente.

Os discursos do período da consolidação republicana são um bom exemplo dessa continuidade. Republicanos históricos (como eram conhecidos os atuantes no tempo da propaganda republicana ainda durante a monarquia), como Campos Sales, assumiam abertamente a sua posição de conservadores. Era necessária paz e tranquilidade para completar

¹ Trata-se de trecho do discurso de posse, proferido em 15/11/1898.

o processo iniciado em 1889. E, por que não, para entrar para a história como um exemplo para outras nações.

Se, por um lado, a narrativa histórica construída por este grupo indica uma linearidade praticamente evolutiva no sentido biológico, por outro, a grande quantidade de revoltas armadas mostra que essa construção teve uma oposição importante. É nesse quadro que diversos historiadores têm se ocupado em contar a história da consolidação da primeira república brasileira. O trabalho ora apresentado procura trazer novas perspectivas para o conhecimento do período, concentrando-se, justamente, nos discursos políticos em torno da ação política de Campos Sales como peça central nesse processo, em especial o que ficou conhecido como *Política dos Governadores*, e sua variante governista, *Política dos Estados*.

A historiografia sobre período argumenta que a passagem da Monarquia para a República, embora não violenta, não foi simplesmente uma “quartelada”². Havia setores organizados entre civis fazendo propaganda republicana de maneira sistêmica desde 1870³, ao menos, fundando polos partidários em diversas cidades importantes. Da mesma forma se reuniam nas faculdades de São Paulo e Recife em torno de professores simpáticos à causa. Os militares também sofriam a influência em sala de aula e se colocavam como um importante centro de disseminação republicana. Assim, o papel desses dois grupos, civis e militares, foi alvo de disputas intensas na construção da história dos eventos de 15 de novembro⁴. A impressão de “quartelada” se dava mais pela baixa participação política de boa parte da população (a ponto de ser considerada uma observadora “bestializada”⁵ frente ao desfile das tropas do Rio de Janeiro na proclamação). A audiência para quem os discursos políticos eram direcionados era pequena a ponto de conter os próprios envolvidos nos eventos e outros membros de uma elite letrada. Nesse sentido, somente o golpe de 1930, que inaugurou a “Nova República”, poderia ser chamado de “revolucionário” – mudanças começaram a surgir apenas depois dos anos 1930 com a participação feminina e dos mais pobres nos certames eleitorais⁶. Ou seja, embora não houvesse uma participação popular, como hoje conhecemos, houve participação de grupos civis importantes dentre os aptos a exercer o poder político.

² Termo imortalizado por Fernando Henrique Cardoso no clássico “Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales”. O autor também ressalta uma mudança “nas bases das forças sociais que articulavam o sistema de dominação do Brasil”. (CARDOSO, 2006, p.18).

³ Data de publicação do Manifesto Republicano que trouxe as bases do Partido Republicano Paulista.

⁴ José Murilo de Carvalho debate essa disputa em termos do simbólico em “A formação das almas” (CARVALHO, 1990).

⁵ José Murilo de Carvalho utiliza o termo cunhado por Aristides Lobo em seu livro “Os Bestializados” (CARVALHO, 1987).

⁶ Conforme Jairo Nicolau, essa ampliação se deu com o Código Eleitoral de 1932, com o direito das mulheres votarem (NICOLAU, 2012, p.76); já os analfabetos conseguiram esse direito apenas com a Constituição de 1988 (NICOLAU, 2012, p.119).

O que ainda se encontra em debate é a forma como se deu a consolidação da República e como esse projeto suplantou o da Monarquia. Há uma grande quantidade de pesquisadores que apontaram para a conservação das elites no governo, mesmo em um sistema que, em teoria, poderia ter mudado as estruturas de poder. Diversas delas ainda contemporâneas ao ocorrido, como veremos a seguir. Os chamados republicanos “de última hora”, recrutados da cena política monárquica nas fileiras do partido Liberal e, até mesmo, Conservador, eram o símbolo da permanência das estruturas mesmo depois da queda do regime anterior⁷. Se diversos grupos dominantes seguiram em suas posições de poder, como se deu a aceitação do novo grupo que vinha das organizações republicanas?

Uma forma de explicar essa nova relação de forças foi dar mais atenção aos aspectos regionais, ou seja, a configuração de poder local. Embora seja claro que grupos de republicanos históricos organizados foram alçados às esferas de poder no nível regional (caso claro de São Paulo e Minas Gerais⁸), a importância do âmbito nacional foi deixada à margem das análises dos anos 1970 até o início dos anos 2000, como veremos a diante. Isso é resultado do sucesso de uma abordagem mais regional dos excelentes trabalhos dos ditos *brasilianists*⁹ sobre o período. A crítica a essas abordagens e o retorno do cenário nacional é um fenômeno recente, que se tornou emergente a partir dos trabalhos de síntese de Marieta de Moraes Ferreira e Ângela de Castro Gomes que se debruçaram de maneira sistemática em mapear a historiografia do período no início dos anos 1990. É um movimento interessante, pois quem escrevia no calor do momento insistia na importância do viés nacional¹⁰. Afinal, se havia uma tentativa de forjar as bases para a federação brasileira, havia também o interesse de mostrar força no cenário nacional por parte das próprias potências locais.

i. Fundamentos teóricos

Os pressupostos teóricos que embasam a análise a que se propõe essa tese foram desenvolvidos por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A escolha desses autores justifica-se pela

⁷ “Nada se mudaria. O regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, quando muito na segunda feira, tudo voltaria a ser o que era na véspera, menos a constituição” Essa colocação brilhantemente jocosa foi feita pelo personagem Aires, de Machado de Assis, na obra *Esau e Jacó*, de 1904.

⁸ O Partido Republicano Mineiro se tornou ativo à partir de 1871, enquanto o Partido Republicano Paulista iniciou suas atividades efetivas em 1873. (CARONE, 1972, p.311).

⁹ Como ficaram conhecidos os pesquisadores provindos dos Estados Unidos que publicaram abordagens regionais fartamente documentais sobre o período. Me refiro aqui a Joseph Love (1975) (1982), Eul-soo Pang (1979), John Wirth (1982) e Robert Levine (1980) com estudos sobre o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, os principais atores políticos do período.

¹⁰ Alcindo Guanabara escreveu o livro *A Presidência Campos Sales* ainda em 1902, ano em que o referido presidente deixou o cargo, ressaltando essa relação. (GUANABARA, 2002).

possibilidade de análise em profundidade do campo político que seus conceitos e teses encontrados em sua obra possibilitam ao historiador. Nesta tese foram mais utilizados o conceito de discurso e a dinâmica das cadeias de equivalência.

Para Laclau o discurso é o “terreno primário da construção da objetividade como tal. Por discurso não entendemos algo essencialmente restrito às áreas de fala e da escrita, [...], mas um complexo de elementos nos quais as relações têm papel constitutivo”¹¹ (LACLAU, 2012, 4:2). Nada existe *a priori*; tudo, desde manifestações por moradia até a erupção de um vulcão fazem sentido quando relacionados em uma *formação discursiva*. Esta possui algumas características próprias: "referência ao mesmo objeto, um estilo comum na produção de pronunciamentos, constância dos conceitos e referência a um tema comum" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.105). Cada um dos elementos dentro dessas formações ocupa uma posição diferencial e se torna, através disso, um momento de uma totalidade. Assim, "toda identidade é relacional e toda relação tem uma característica necessária" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.106).

Para os autores não há diferença entre práticas discursivas e não discursivas. Mesmo instituições, técnicas, organizações, etc, são formadas por "mais ou menos complexas formas de posição diferencial sobre objetos" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.107). Isso leva a duas conclusões: 1- o caráter material do discurso não pode ser unificado na experiência ou consciência de um sujeito fundador (ao contrário, diversas posições sujeitos aparecem dispersas dentro de uma formação discursiva); 2- a prática da articulação como fixação/deslocamento de um sistema de diferenças não pode consistir de fenômenos puramente linguísticos (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.109).

Nessa relação diferencial a *articulação* passa a ser o ponto fundamental para entender a discursividade do social. Em função disso, precisamos abandonar a ideia de que a sociedade é uma totalidade fundante dos seus próprios processos. Ela não tem uma essência. “Nós precisamos, por isso, considerar as diversas 'ordens sociais' como precárias e finais tentativas falhas de domesticar o campo das diferenças" (LACLAU & MOUFFE, 2001, pp.95-96). Disso resultam três pontos importantes:

1- Este viés apresenta duas lógicas para o social: do ponto de vista das mediações enfrentamos o entendimento de um sistema de transições lógicas onde *relações entre objetos*

¹¹ Esta obra foi consultada através de um dispositivo eletrônico (*Amazon Kindle*). Infelizmente, até o momento da redação desta tese, não existe uma padronização da ABNT para citação de textos editados nessa condição. Para padronizar o entendimento adotei o seguinte procedimento: a designação de posição 4:2 significa que o trecho citado encontra-se no capítulo 4º em seu 2º parágrafo. Esse padrão será adotado na publicações de livros eletrônicos (*e-book*) em formatos que não contenham numeração de página virtual.

são concebidas seguindo uma relação entre conceitos e, secundariamente, estudamos relações contingentes de natureza que precisamos determinar;

2- a crítica ao conceito de sociedade total e fundante, com “leis” gerais, não significa abandonar as relações entre os elementos e, por isso, *é preciso reter a característica necessária da identidade dos elementos na sua precariedade e a impossibilidade de coloca-lo dentro de uma literalidade final;*

3- é apenas em contraste a um discurso que postula essa unidade que um arranjo de elementos parece fragmentado ou disperso. *O discurso é uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais* (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.96).

Partindo desses princípios, a sociedade, em si, não pode ser um objeto de discurso válido, porque não existe nada que fixe e resolva todo o seu campo de diferenças. "Pela mesma razão que o social não pode ser reduzido para a interioridade de um sistema fixo de diferenças, exterioridade pura também é impossível" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.111).

O *campo da discursividade* se encontra exatamente entre essa impossibilidade de fixação absoluta e a total não-fixação desse sistema de diferenças. Na falta de uma origem ou centro, "tudo vira discurso (...) quer dizer, um sistema onde o significado central, o significado original ou transcendental nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.112).

Da mesma forma, a questão da constituição de grupos dentro desse campo da discursividade também precisa ser tomada de forma relacional, em um contexto de articulação. "Toda identidade social começa de um ponto de multiplicidade de práticas articulatórias, muitas delas antagônicas. Nessas circunstâncias, não é possível chegar a uma completa interiorização que crie pontes sobre todos os espaços entre articulador e articulado" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.138). Isso faz com essas próprias identidades acabem por se tornar diferenças potenciais¹².

Tomando os discursos como princípios de construção da objetividade, como sugerido por Laclau e Mouffe, eliminamos os aspectos fundacionais da sociedade. De maneira resumida é possível afirmar que a sociedade é tomada como um conjunto de relações diferenciais de discursos dentro de um campo discursivo. A melhor maneira para compreender essa dimensão diferencial é considera-la como práticas articulatórias, ou seja, relações entre objetos são mediadas seguindo relações entre conceitos.

¹² "Uma formação hegemônica também abarca o que ela opõe, mesmo como força de oposição aceita o sistema das articulações básicas daquela formação como algo que nega, mas o lugar da negação é definido por parâmetros da própria formação" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.139).

A menor unidade de análise dentro desse marco teórico é a categoria de *demanda social*. Como demanda Laclau tem em vista o termo inglês *demand* que significa tanto um pedido quanto uma solicitação. Essa ambiguidade é intencional e desejada pelo autor (LACLAU & MOUFFE, 2001, 4:10). Os processos de como essas demandas são tomadas é que são o principal alvo de Laclau na sua abordagem teórica.

As demandas podem ser satisfeitas de maneira individual, como problemas em si, desconectados de um contexto maior. Laclau considera que, dessa forma, são tratadas de maneira *diferencial*. Porém, uma demanda pode estabelecer relações com outras demandas deixando assim de serem isoladas. Essa relação é chamada de *equivalencial* (LACLAU, 2012, 4:12)¹³. Essa é a base sobre a qual Laclau constrói as duas lógicas presentes nas articulações sociais: a *lógica da diferença*, e a *lógica da equivalência*. Para explicar ambas, vou recorrer a um movimento político da consolidação da República. Uma das grandes discussões do período final da Monarquia dizia respeito a uma maior autonomia dos estados. Embora com eleições e representação no legislativo, os estados não podiam escolher o seu executivo em diversos níveis – inclusive na presidência da província. Isso mobilizou as representações perante o monarca em torno da possibilidade de uma divisão política mais espalhada, o que acabou chamado pelos demandantes de federalismo.

O problema podia ser tomado de duas formas (e efetivamente, foi). De um lado, isso era um desejo firmado pelos Liberais, que sugeriam que era perfeitamente possível que as províncias tivessem essa autonomia não desejada pelos Conservadores; e isso era uma demanda completamente isolada e facilmente absorvível. Porém, os Republicanos, representados na casa divergiam: "o regime federativo que, garantindo a autonomia e independência de cada uma das forças sociais, desde o cidadão até o Estado, estabelece liberdade total e tão ampla que dá a cada um o direito de se governar por si mesmo" (CAMPOS SALES, 1902, pp.76-77).

Campos Sales mostrava como colocar essa demanda sob o signo do republicanismo: "ou o partido liberal há de confessar que tem sido desleal à nação, faltando no governo aos compromissos contraídos na oposição; ou há de reconhecer que tem sido embaraçado por um poder perverso, que tira sua existência da nossa própria organização política" (CAMPOS SALES, 1902, p.79). Analisando as duas maneiras, na primeira, apenas aceitando, o governo monárquico teria tratado essa demanda de maneira diferencial (da mesma forma que assinando

¹³ Laclau separa as demandas em demandas democráticas e populares. "A uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, denominaremos *demanda democrática*. À pluralidade de demandas que, através de sua articulação equivalencial, constituem uma subjetividade social mais ampla, chamaremos de *demandas populares*" (LACLAU, 2012, 4:13).

a Lei Áurea). Porém, naquele momento histórico, a questão da liberdade havia sido colocada igualmente entre movimentos políticos distintos: os republicanos, os abolicionistas e até mesmo as oligarquias locais. Tomar a escolha dos presidentes das províncias, a libertação dos escravos e a queda do regime pelo viés de uma mesma luta pela igualdade é tomar a questão de maneira equivalencial.

Nota-se pelo exemplo acima que "a lógica da equivalência é a lógica da simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença é a lógica da sua expansão e complexidade incrementada" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.130). Tomando esse referencial, podemos notar que estão presentes três pré-requisitos descritos pelo autor argentino no caso por ele estudado: há uma fronteira antagônica entre os republicanos e o poder; e existe uma articulação equivalencial de demandas que fazem surgir o republicano. O terceiro ponto, o nível mais alto da mobilização política, como afirma, seria a institucionalização do Partido Republicano como "um sistema estável de significação" (LACLAU, 2012, 4:13).

Há uma mudança grande no jogo político a partir da Proclamação da República. Algumas demandas foram satisfeitas (por exemplo, tanto a extinção da escravidão quanto o federalismo foram garantidos constitucionalmente). Laclau, sobre o tema, afirma:

uma demanda que se satisfaz não permanece isolada; se inscreve em uma totalidade institucional/diferencial. Por isso temos duas formas de construção do social: ou mediante a afirmação da particularidade [...], cujos únicos laços com outras particularidades são de uma natureza diferencial [...], ou mediante a claudificação parcial da particularidade, destacando o que todas as particularidades têm, equivalentemente, em comum. A segunda maneira de construção do social implica o traçado de uma fronteira antagônica; a primeira, não. À primeira maneira de construção do social chamamos de *lógica da diferença*, e a segunda, *lógica da equivalência*. (LACLAU, 2012, 4:23).

Isso possibilita explicar o comportamento político dos republicanos históricos que negavam a existência de partidos logo depois da proclamação. Uma vez que o Estado garantia as principais demandas defendidas pelo movimento, como admitir uma cisão depois de institucionalizadas na Constituição? Em torno de quais matérias poderia haver discussão a ponto de gerar antagonismos? Laclau, porém, lembra que "os obstáculos que se encontram no estabelecimento dessa sociedade [...] forçam os seus proponentes a identificar inimigos e a reintroduzir um discurso da divisão social embasado em lógicas equivalenciais" (LACLAU, 2012, 4:25). Ainda segundo o autor, as equivalências não conseguem domesticar todas as diferenças. Em primeiro lugar, ela não tem essa intenção – se todas as diferenças desaparecerem, não sobra nem mesmo um fundamento para a equivalência. "A diferença continua operando dentro da equivalência, tanto como seu fundamento como em uma relação

de tensão com ela” (LACLAU, 2012, 4:26). Assim, o social é o local de embate entre equivalência e diferença.

Dentro desse quadro de articulação e embate de discursos, porém, existem fixações de sentido parciais. Essas são o resultado do esforço de constituir um objeto impossível, segundo os autores, já que há a impossibilidade de fixar totalmente um sentido. “Todo discurso é constituído como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, prender o fluxo de diferenças para construir um centro” (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.112).

Laclau sugere que quando uma demanda democrática, ou seja, isolada, recebe uma pressão estrutural de projetos estabelecidos em disputa o seu sentido acaba ficando em situação de indecisão sobre quais os limites que a contém, ou seja, sobre suas fronteiras. “Aos significantes cujo sentido está ‘suspenso’ deste modo os denominaremos significantes flutuantes” (LACLAU, 2012, 5:3). Assim, o sentido dessa demanda vai se constituir dentro de uma luta hegemônica. “A dimensão ‘flutuante’ se torna mais visível em períodos de crise orgânica, quando o sistema simbólico requer ser reformado de um modo radical” (LACLAU, 2012, 5:4).

Quando as demandas, porém, estão relacionadas e encadeadas em um discurso elas são tomadas de forma equivalencial. Nesse tipo de encadeamento há uma hierarquização construída em torno das demandas que o constituem. O discurso cria uma relação entre elas e uma causa maior, comum a todas. Essa construção é o que resulta na criação do que Laclau chamou de *significante vazio*. Trata-se de um componente da cadeia de equivalências que não consegue ser ele plenamente, enquanto diferença, mas representa todos os elos da cadeia. Em outras palavras, “existe um ponto, dentro do sistema de significação, que é constitutivamente irrepresentável; que, nesse sentido, permanece vazio, mas é um vazio que pode ser significado porque é um vazio *dentro da* significação” (LACLAU, 2012, 4:73). Isso só pode acontecer “se a significação enquanto tal está habitada por uma impossibilidade estrutural, e se essa impossibilidade só pode significar-se a si mesmo como interrupção (subversão, distorção, etc) da estrutura do signo” (LACLAU, 1996, p.70). E esse é o campo de embate eminentemente político. “A política só é possível porque a impossibilidade constitutiva da sociedade só pode representar-se a si mesma através da produção de significantes vazios” (LACLAU, 1996, p.84).

As categorias de significantes “vazios” e “flutuantes” são estruturalmente diferentes. A primeira tem a ver com a construção de uma identidade popular uma vez que a presença de uma fronteira estável está assentada; a segunda intenta apreender conceitualmente a lógica dos deslocamentos dessa fronteira (LACLAU, 2012, 5:6)

Laclau, completando o seu quadro teórico do social, mostra que as demandas não necessariamente serão constitutivas de um campo específico. Isso em função de serem opostas a objetivos particulares que já são elos dessa cadeia. Porém, aqui o sentido dessa oposição é diferente do *antagonismo* (ser o inverso negativo de algo). É deixar de fora, não definir a identidade do que está dentro.

Este tipo de exterioridade é o que vamos denominar de *heterogeneidade social*. A heterogeneidade, concebida dessa maneira, não significa diferença; duas entidades, para serem diferentes, necessitam de um espaço dentro do qual essa diferença seja representável, enquanto o que agora estamos denominando heterogêneo pressupõe a ausência desse espaço comum (LACLAU, 2012, 5:20).

Assim a noção de participação popular, durante a Primeira República, é uma forma da manifestação desse tipo de heterogeneidade. A proliferação de partidos operários no período, com manifestos bastante diversos aos partidos que participam da política no Congresso, demonstram a tensão envolvida no cenário político¹⁴. Essas oposições serão importantes na construção da nova ordem política a partir de 1930, mais inclusiva e popular, calcada nas classes deixadas de fora do jogo político vigente. É nesse jogo indizível entre o vazio e o flutuante, entre o homogêneo e o heterogêneo, é em que consiste, para Laclau, o político.

Os momentos de crise da hegemonia de um discurso são os espaços onde a variedade de demandas surge com maior força. É nesse contexto que a constituição das diferenças aparece como o primeiro problema político de todos.

Quanto mais instáveis as relações sociais, menos sucesso terá qualquer sistema definido de diferenças e mais pontos de antagonismo proliferarão. Essa proliferação tornará mais difícil a construção de qualquer centralidade e, conseqüentemente, o estabelecimento de cadeias unificadas de equivalências (LACLAU & MOUFFE, 2001, p.131).

Porém, para um confronto maciço, “as forças implicadas [na cadeia] devem atribuir a alguns dos componentes equivalenciais um papel de ancoragem que os distinga do resto” (LACLAU, 2012, 4:18). Se algo pode aplicar-se a conteúdos sociais distintos, ele não pode ter

¹⁴ Dentro do período republicano até a presidência Campos Sales encontrei sete manifestos fundadores de partidos publicados, a saber: “o Partido Operário do Rio Grande do Sul (PORGS), que teve seu manifesto apresentado pelo jornal carioca Echo Popular de 10 de abril de 1890; do Partido Operário (depois nomeado Partido Socialista Brasileiro, PSB), pelo mesmo Echo Popular, em 29 de abril de 1890; o programa do Partido Operário de São Paulo (POSP), ainda em 1890, em 21 de junho, por via do Echo Operário, do Rio de Janeiro; do Partido Operário Brasileiro (POB), publicado n’O Socialista, de 4 de março de 1893; do Partido Operário Socialista (POS), que veio a público através do periódico O Operário, de 12 de outubro de 1895; do Centro Socialista de São Paulo (CSSP), publicado em jornal próprio em 21 de janeiro de 1896; e do Partido Socialista do Rio Grande do Sul (PSRGS), impresso no Rio de Janeiro em 1897, pelo Jornal do Comércio” (SANTOS, 2009, p.390).

um conteúdo próprio (LACLAU, 2012, 4:20). A presença dos significantes vazios é condição da hegemonia.

É impossível determinar ao nível da mera análise da *forma* diferencia/equivalência, que diferença particular passará a ser o *locus* de efeitos equivalenciais – isso requer o estudo de uma conjuntura particular, precisamente porque a presença de efeitos equivalenciais é sempre necessária, mas a relação equivalência/diferença não está intrinsecamente ligada a nenhum conteúdo diferencial particular. Essa relação pela qual um conteúdo particular passa a ser o *significante* da plenitude comunitária ausente, é exatamente o que chamamos de *relação hegemônica* (LACLAU, 1996, p.82).

Nesta tese o movimento republicano será considerado como um processo de luta por hegemonia, ou seja, um discurso que pudesse ter o poder de representar o movimento. Seu discurso teve a capacidade de incorporar as demandas das oligarquias regionais até o ponto em que a estrutura monárquica passou a ser vista como oposição aos seus interesses. Esse processo foi mais simples durante a vigência da Monarquia e entrou em crise no momento em que os diversos republicanismos regionais precisaram confrontar esses discursos pretensamente iguais entre si, já que se pretendiam universais.

Podemos identificar algumas das lógicas da construção do discurso do republicanismo durante todo o século XIX. Em primeiro lugar através da demanda por maior autonomia do poder local (as províncias) na arrecadação de impostos, na eleição dos próprios presidentes, a liberdade de constituir estruturas próprias de poder. Em seguida, a oposição, já nos anos 1870, ao sistema vigente, criando a dicotomia monarquistas x republicanos. Estes últimos incorporaram, com sucesso, diversas demandas dos industrialistas e também alguns liberais radicais. Ao mesmo tempo, há indícios para afirmar que o ser republicano acabou se tornando mais do que simplesmente a soma dessas equivalências, a ponto de não se tornar explosiva a aceitação dos adesistas e das classes conservadoras (consideradas monarquistas)¹⁵.

A simplificação do embate a apenas dois polos é uma operação de poder, uma relação de forças. Isso ocorre por tentar colocar todas as demandas sob apenas um símbolo *versus* seu antípoda. Quando há mais independência das demandas, há uma tendência das opções políticas ganham maior complexidade e pluralidade. Este é um quadro mais condizente com a pesquisa que aqui apresento: a existência de um campo político com predominância de demandas democráticas. Isso difere dos tomados por demandas populares, pois “as primeiras podem ser incorporadas a uma formação hegemônica em expansão; as segundas representam um desafio à formação hegemônica como tal” (LACLAU, 2012, 4:30).

¹⁵ Estes temas serão melhor demonstrados na análise dos textos de Campos Sales, no capítulo cinco.

Há mais uma definição importante para esta tese: a conceituação de *partido político*. Os grupos políticos organizados no congresso, por diversas vezes, se intitulam como Partidos, ou em manifestos ou em falas na tribuna. Essas organizações não estão construídas de forma a ficar de fora da definição clássica de Partido trazida por Anna Oppo no verbete *Partido Político* do dicionário de ciência política organizado por Norberto Bobbio: associações para um fim deliberado em torno de ideais para obter poder dentro de um contexto de um sistema político com certo grau de complexidade e autonomia estrutural. Além disso, embora com um eleitorado reduzido, havia, pelo menos em princípio, a representação desse eleitorado através do próprio sistema, de maneira distrital. Finalmente, a política da Primeira República permitia uma divisão de trabalho suficiente complexa para permitir um processo de tomada de decisões plural (tanto que a formação de maiorias legislativas era um problema seriamente considerado) que incluía, ao menos teoricamente, a participação do povo como concebido naquele momento histórico (OPPO, 1998, pp.898-899). Assim seriam, ao menos, equivalentes aos chamados “partidos de notáveis”:

Eles, na verdade, agregando uma camada homogênea, numericamente restrita e não dividida por fortes contrastes de princípios e interesses, não tinham necessidade nem de uma organização nem de procedimentos muito complexos para transmitir o questionamento político da própria base social e para nomear e controlar os próprios representantes oficiais. Estes últimos podem agir facilmente para satisfação das necessidades da base que representavam e às quais organicamente pertenciam, para manutenção e proteção dos próprios privilégios sociais (OPPO, 1998, p.904).

É preciso conceber o processo político brasileiro da época a partir da ótica da pluralidade. Assim, a posição adotada nessa tese é considerar os grupos conforme eles requisitam ser chamados. Por exemplo, havia muitos membros da elite agrária no congresso. Porém, não formam um todo fechado. Como veremos no capítulo segundo, eles podem ser divididos de várias formas: positivistas, militaristas, federalistas, monarquistas. “Pertencer” a uma dessas categorias não exclui, necessariamente, a influência da outra. Se considerarmos as correntes ideológicas do período como atributos ao invés de rótulos, a análise do período deixa de parecer caótica¹⁶.

ii. As fontes

O espaço de atuação parlamentar se dava, principalmente, nas casas legislativas. Portanto, para trabalhar com o discurso político, foram utilizadas as falas dos políticos na tribuna recolhidas para a posteridade através dos *Diários da Câmara*. Os documentos foram

¹⁶ Como veremos adiante, esta é a interpretação de Ana Luísa Backes (2004).

digitalizados e estão disponíveis para consulta pública na internet¹⁷. O método para determinar a quantidade de material a ser pesquisado foi relativamente simples, embora trabalhoso: partir da data de posse de Campos Sales para buscar em cada um dos diários pela primeira aparição dos termos *Política dos Governadores* e *Política dos Estados*. Foram encontrados um total de 107 aparições do termo no período aqui estudado (entre 1899 e 1904). Deste total, 64 falas taquigrafadas foram utilizadas para compor esta tese.

Ao estudar essas fontes fica claro que um segundo espaço de atuação parlamentar era a imprensa da época. Diversas falas na tribuna respondiam editoriais e vários políticos do período possuíam ou contribuía para periódicos dos mais diversos. Da mesma forma que com os *Diários da Câmara*, aqui foram utilizados apenas periódicos digitalizados e armazenados na *Hemeroteca Digital Brasileira*, parte do projeto *Biblioteca Nacional Digital Brasil* da Fundação Biblioteca Nacional¹⁸. Embora com um banco de dados muito mais volumoso, o trabalho foi facilitado pela ferramenta de busca desenvolvida pelo próprio acervo, que possibilitou restringir a pesquisa em relação ao período e termos. Assim, as buscas foram feitas no período de 1880 até 1910, com os mesmos parâmetros previamente utilizados.

Esta busca resultou em 231 registros de ocorrência para as duas expressões somadas. Essas citações se dividiram por 26 jornais diferentes espalhados por 12 estados da federação, incluso a Capital Federal. Somando esta última com o estado do Rio de Janeiro temos o maior número de periódicos utilizando o termo (10), concorrendo com a maior quantidade de citações (109). Em seguida aparece o estado de São Paulo com quatro periódicos e 37 menções aos termos pesquisados. Logo depois é a vez de Pernambuco, com três jornais que citaram os objetos da pesquisa 43 vezes. Em quantidades menores, no Ceará dois jornais citaram o termo oito vezes e Bahia, Espírito Santo, Amazonas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tiveram apenas um veículo cada citando o termo específico, concorrendo com 17 citações. Há uma maior representação do Maranhão, porém: embora também com apenas um jornal disponível o número de citações foi o mesmo de todos os outros estados somados (17).

Claramente há um problema com a representatividade dessa amostra. Alguns jornais não têm seus números antigos digitalizados. Portanto, no caso específico do Rio Grande do Sul, por exemplo, o jornal *Correio do Povo* não foi consultado (sua hemeroteca é privada e o conteúdo completo não se encontra digitalizado). Da mesma forma o jornal *O Estado de São Paulo* não está na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Porém, se encontra digitalizado e, por isso, foi possível ser acessado e consultado sem maiores percalços.

¹⁷ Disponível em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp

¹⁸ Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Mesmo assim, há uma boa amostragem dos principais jornais do país na época. O termo *Política dos Estados* surge apenas em duas vezes em jornais de pouca expressão e citando a fala de Campos Sales ao Congresso na abertura da sessão legislativa de 1902. É muito maior o conjunto de periódicos que atuam na difusão e construção do conceito de *Política dos Governadores* – e quase todos, como veremos adiante, usam o termo para marcar uma oposição ao que Campos Sales vinha realizando.

Os veículos que mais frequentemente trataram do termo foram: *O Estado de São Paulo* e *O País* com 23 ocorrências; *A Cidade do Rio*, com 22; *O Jornal do Brasil*, com 21 e *O Correio da Manhã*, com 19, sendo os quatro últimos do Estado do Rio de Janeiro ou da Capital Federal. Em seguida, pelo Estado de Pernambuco, os jornais *O Diário de Pernambuco*, com 18 citações; *A Província*, com 13 e o *Pequeno Jornal*, com 12. Como citei anteriormente, a lista dos mais envolvidos também contaria com um representante do Maranhão, *A Pacotilha*, com 17 citações.

O jornal *O Estado de São Paulo* foi fundado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *A Província de São Paulo*. Era um jornal frequentemente ligado às causas republicana e abolicionista. A partir do ano de 1882 passou a ser o órgão oficial do Partido Republicano Paulista, tendo como proprietário Francisco Rangel Pestana. Durante essa época teve estreita ligação com a família Sales a tal ponto que entre 1884 e 1885 o jornal foi vendido para a empresa de Alberto Sales, irmão do futuro presidente¹⁹. Depois de 1888 e até o período aqui estudado a sociedade limitada contava com Rangel Pestana e Júlio Mesquita dirigindo o jornal. Este último teve destacada atuação política, sendo eleito Deputado Federal. A atuação política do jornal na época se deu com o grupo de Prudente de Moraes e a dissidência do Partido Republicano Paulista (O ESTADO..., 2017).

O jornal *O País* foi lançado no dia 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro. Fundado por João José dos Reis Júnior, foi considerado um jornal ativista do abolicionismo e do republicanismo durante a Monarquia. Depois da proclamação foi primeiro florianista e contrário ao grupo de Prudente de Moraes da Primeira República (a ponto de ser atacado por populares depois do atentado de 1895). Foi fechado em 1934 como ato decorrente do golpe de 1930. O primeiro redator chefe do jornal foi Rui Barbosa, depois Quintino Bocaiúva. Na época aqui estudada, sob propriedade de um grupo do qual fazia parte o deputado federal Francisco de Paula Mayrink, foi um jornal considerado governista (O PAÍS, 2017) em oposição ao *Correio da Manhã*.

¹⁹ Campos Sales o responsável por recolher o dinheiro das assinaturas na região de Campinas, como pode ser comprovado nas páginas iniciais das edições da década de 1880 na seção de *Avisos*.

Fundado no Rio de Janeiro em 15 de junho de 1901, o *Correio da Manhã* foi considerado um jornal combativo que declarou rompimento com o governo de Campos Sales em nome dos interesses “do povo”. Fundado por Edmundo Bitencourt, um rio-grandense partidário de Gaspar Silveira Martins e radicado no Rio de Janeiro, foi um jornal de grande circulação e com apelo popular, destacando passeatas e movimentos coletivos (CORREIO..., 2017). O jornal *A Cidade do Rio* foi fundado por José do Patrocínio em 28 de setembro de 1887. De origem fortemente abolicionista, o jornal foi considerado sempre como parte da pequena imprensa do Rio de Janeiro e foi opositor ferrenho de Floriano Peixoto, tendo seu fundador desterrado por isso (BRASIL, 2015). Além da proeminência do autor dos editoriais de fundo, onde exerceu claro ativismo, foi, como veremos, José do Patrocínio quem utilizou pela primeira vez o termo *Política dos Governadores* nos veículos aqui estudados. Foi um articulador importante do sentido que o termo ganhou ao longo do tempo.

Já o *Jornal do Brasil*, matutino da Capital Federal, foi fundado em 9 de abril de 1891 por Souza Dantas e Joaquim Nabuco. Se apresentando como um órgão moderado foi ligado em sua origem ao monarquismo. Essa linha só se modificou em 1893, período em que Rui Barbosa se tornou diretor geral do jornal juntamente com a mudança da propriedade para uma Sociedade Anônima. Nesse momento passou a atacar mais ferozmente nas suas linhas editoriais e, deixando o monarquismo, não deixou a oposição a Floriano Peixoto. Essa situação acabou culminando com uma nova venda depois do fechamento do mesmo pelo presidente após a Revolta da Armada. Durante o marco cronológico aqui estabelecido o *Jornal do Brasil* começou a construir a sua fama de “o popularíssimo”, dando enfoque ao jogo do bicho, ao carnaval e outros assuntos de interesse das camadas populares (JORNAL..., 2017).

Pernambuco era um dos maiores estados em representação política durante o período aqui estudado. Com dezessete cadeiras na Câmara dos Deputados era a quarta maior bancada do período²⁰ juntamente com a do Estado do Rio na época, além de ser o estado do vice-presidente da época, Rosa e Silva. Por ser a segunda maior bancada do Nordeste, tinha uma posição importante na seara política da época. Sendo assim, foram considerados dignos de nota os três jornais daquele Estado encontrados no banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁰ A maior bancada era a de Minas Gerais, com 37 cadeiras, seguida da de São Paulo e Bahia, com 22. O Rio Grande do Sul era a sexta maior representação com 16 assentos, seguidos do Distrito Federal e Ceará, com 10. O Pará e o Maranhão contavam com 7 cadeiras, o Alagoas com 6 e os demais estados (Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina) possuíam o número mínimo constitucional de posições na casa, a saber, 4 cadeiras cada.

O Diário de Pernambuco é o jornal mais antigo ainda em circulação no Brasil. Fundado em 1825, o jornal era antiescravista já em 1850, mas não se posicionou como republicano. Depois da proclamação eles apenas retiraram o brasão imperial da capa e seguiram o apoio ao governo local. O jornal foi minguando a sua tiragem e participação até 1901, quando virou propriedade de Rosa e Silva. A partir daí se torna um órgão de oposição a Campos Sales (DIÁRIO..., 2017). Já *A Província* foi fundada como órgão do Partido Liberal em 6 de setembro de 1872. Republicano de última hora, o jornal publicou artigos do jurista Clóvis Beviláqua e de José Joaquim Seabra, sendo considerado como aliado do grupo político do Barão de Lucena. O jornal foi censurado e invadido durante a intervenção de Floriano Peixoto no estado do Recife entre o fim de 1891 e o início do ano seguinte. O redator chefe do jornal, José Mariano Carneiro da Cunha, foi preso em 1893, ficando o jornal novamente inativo até sua soltura 1894²¹. Foi também nesse ano que as crônicas de Gonçalves Maia começaram a ser publicadas nesse jornal. Como veremos, este será um dos grandes críticos da *Política dos Governadores*. Na época em que os fatos aqui contatos ocorrem é um jornal de oposição declarada a Rosa e Silva (NASCIMENTO, 1966, pp. 174-211). Já o *Pequeno Jornal* nasceu em 1 de julho de 1898 (em 1899 passou a ser denominado *Jornal Pequeno*) era um periódico vespertino de grande circulação e também opositor a Rosa e Silva (NASCIMENTO, 1966, pp. 370-386).

O último tipo de fontes utilizadas foram os livros escritos pelos atores da época. Três obras aqui analisadas são de Campos Sales, e são elas que determinam o recorte temporal deste trabalho. Em ordem cronológica foram utilizados o *Cartas da Europa*, de 1894, que coleciona as cartas enviadas na viagem que fez ainda enquanto senador, em 1893; o *Discursos*, de 1902, que contava com dois volumes que compilam discursos proferidos por ele na sua atividade partidária na propaganda e na república; e, finalmente, o *Da Propaganda à Presidência*, lançado em 1908 mas, segundo o autor, concluído em 1904.

Também foi utilizado como referência o livro de Alcindo Guanabara, intitulado *A Presidência Campos Sales*. Lançado em 1902, foi um dos primeiros a utilizar o termo *Política dos Governadores* de uma maneira não crítica ao governo. O autor se utilizou do termo depois da mensagem presidencial de maio de 1902, quando o próprio Campos Sales se referiu a ele, mas disse preferir usar *Política dos Estados*.

²¹ O outro proprietário/editor-chefe do jornal, José Maria, foi assassinado no ano seguinte em 4 de março enquanto fiscalizava uma mesa eleitoral (NASCIMENTO, 1966, p.206).

iii. O plano de trabalho: estruturas e objetivos

O intuito desta tese é demonstrar que há um discurso de oposição ao governo que se chama de *Política dos Governadores* que é combatido por outro, chamado de *Política dos Estados*. O primeiro é articulado na imprensa e por parlamentares de oposição. Os atores articulam os procedimentos do presidente com uma série de práticas que seriam negativas ao projeto nacional de Campos Sales. Há uma tentativa de colocar as ações governativas dentro de uma construção discursiva mais palpável, prática e simplificada, de modo a ser mais facilmente combatida. Em oposição a ele surge, da parte de entusiastas dos projetos de Campos Sales, um discurso que procura enquadrar essas práticas numa cadeia de sentidos que procura tirar desse campo prático os atos governamentais e colocar eles encadeados com demandas mais profundas, no sentido de serem menos suscetíveis à crítica. O ineditismo dessa abordagem estaria em considerar a *política dos governadores* enquanto seu processo de disputa tomando como maior referência a interpretação dos próprios atores.

Esta tese parte de um questionamento central: a *política dos estados* realmente foi um processo como o descrito pelo próprio Campos Sales ou apenas uma vontade do ex-presidente, uma resposta para as críticas à "herança" de seu governo, chamadas de *política dos governadores* pelos seus adversários políticos? Como bem salienta Backes, a questão de fundo do momento era a credibilidade do Brasil frente aos credores europeus (2004, p.22). E a melhor maneira de retomar isso era, sem dúvida, mudando as bases da política nacional – mesmo que apenas em teoria. Será demonstrado que Campos Sales procurava incutir no seu discurso um papel de consolidação da República, no sentido de ser uma resposta institucional à ausência do poder moderador como forma de controle do Legislativo.

De modo a dar um panorama geral histórico do período, o primeiro capítulo é uma compilação de apontamentos historiográficos para o período. Há uma série de detalhes que são importantes para entender o contexto das falas de Campos Sales e seus interlocutores. Assim, há uma tentativa de simplificar o trabalho de leitura da parte efetivamente nova padronizando o conhecimento do leitor. Já o segundo capítulo apresenta o surgimento do termo *política dos governadores*. O objetivo deste capítulo é mostrar o processo de construção do termo e os conteúdos a ele articulados entre 1899 e 1902. Essa primeira definição é aumentada, revista e modificada por uma série de discursos parlamentares de grupos diferentes. Além desses, a imprensa também busca definir o que é esse termo, qual é a responsabilidade do presidente da República nesse cenário e como esse discurso interferia nos negócios da política republicana.

O terceiro capítulo parte da mensagem presidencial de Campos Sales para o início do seu último ano de governo. Nele o presidente da república diz preferir o termo *política dos Estados* ao que estava sendo usado para criticá-lo. Foi nesse período que o seu grupo de apoio começou a desqualificar o discurso da *política dos governadores*. Ao mesmo tempo os jornalistas e os parlamentares (às vezes a mesma pessoa) seguem a construção do seu discurso em oposição às práticas de Campos Sales. O marco cronológico termina em 1904, quando, segundo o ex-presidente, ele terminou de escrever o seu próprio livro de síntese do período, o *Da Propaganda à Presidência*.

No quarto capítulo são analisadas as obras de Campos Sales, em busca de identificar quais são os pontos em torno dos quais ele monta a coerência do seu discurso. Os objetos estudados são seus livros, alguns com discursos parlamentares colecionados pelo próprio autor, para serem publicados em momentos específicos da sua carreira. De uma forma cronológica, são discutidas as suas posições durante a Propaganda (de 1871 até 1889), no período em que ajudou a organizar a República (1889 até 1897) e, finalmente, seu período de campanha e presidência (1898 até 1902). É nesse último momento que ele passa a fundamentar a última versão do discurso que chamou de *Política dos Estados* revelando telegramas e cartas que teriam sido trocadas com as lideranças regionais.

No último capítulo é feita a discussão de forma mais organizada das posições de Campos Sales e seus opositores em função dos discursos da *política dos governadores* e da *política dos estados*. Será demonstrado que esses discursos representam estruturas discursivas distintas. O discurso da *Política dos Estados* procura tratar as demandas da oposição de maneira isolada, apenas respondendo a cada um dos conteúdos apresentados pelo discurso de oposição. Enquanto isso, a oposição logra organizar o seu discurso de maneira a significar toda a oposição ao governo Campos Sales em torno da *Política dos Governadores*, que foi tomado como significante vazio. O objetivo central é demonstrar quais eram as bases da governabilidade de Campos Sales e a sua relação com a construção de um discurso de estabilidade institucional em torno da reestruturação do crédito internacional e das políticas de austeridade. O discurso da *Política dos Governadores* seria, portanto, uma tentativa de criação de um novo discurso hegemônico que amparasse as decisões políticas dentro do campo das sucessões e políticas de estado.

1 A QUESTÃO DA POLÍTICA DOS GOVERNADORES E A HISTORIOGRAFIA DO PERÍODO

Muitas obras já se debruçaram sobre a historiografia desse período histórico¹. Este capítulo objetiva elencar o que já foi escrito e demonstrar os espaços que podem ser preenchidos pela metodologia anteriormente apresentada. Também busca apresentar como a historiografia define a *Política dos Governadores*. O marco cronológico delimitado ao escolher as obras a serem debatidas aqui remete aos trabalhos feitos desde os anos 1930. Isso em função de que há uma discussão importante na Constituinte de 1934 sobre a Política dos Governadores. Diversos parlamentares ativos no período (como José Joaquim Seabra) participam deste debate, documentado nos anais da Câmara. Vitor Nunes Leal (2012) utiliza esse material em *Coronelismo, enxada e voto* e por exemplo.

A estrutura desse capítulo apresenta em primeiro lugar uma análise das estruturas de poder vigentes no período, ou seja, através da análise da bibliografia do período, mostrar como as regras do jogo político se desenrolavam. Em seguida foram analisados os trâmites eleitorais, o papel de Campos Sales na sua revisão e, finalmente, uma análise crítica mais específica sobre esse material.

1.1 Estruturas de poder

Antes de entrar propriamente na bibliografia da Primeira República, apresentam-se aqui alguns pontos básicos da política durante a Monarquia. A questão central para a organização política/eleitoral girava em torno do parlamentarismo e do poder moderador. Também são importantes as limitações eleitorais de renda, sexo e alfabetização, o que possibilitava o voto de um público bastante reduzido. Estas características mostram a dinâmica da obtenção do cargo político e a relação dela com o Executivo.

O poder Executivo era exercido pelo Primeiro Ministro e seu ministério. Estes deveriam ser formados com membros da maioria na Câmara Federal². Os componentes do Senado

¹ O mais difundido, provavelmente, é o artigo de Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, ainda em 1989, chamado “Primeira República: um balanço historiográfico”, publicado na Revista Estudos Históricos. Embora com 30 anos, traz as obras que ainda são usadas como referência nos trabalhos mais atuais.

² “O esquema, na realidade, funcionou algumas vezes, embora com nota não ortodoxa: a desconfiança, diante das câmaras unânimes, ou maciçamente controladas por um partido, partiu das dissidências internas e não do impulso provocado pelas urnas. Caxias (16º gabinete), Zacarias (17º), Dantas (32º), entre outros, foram apanhados pela desconfiança” (FAORO, 2001, p.405).

funcionavam mais como um grande conselho, com cargos vitalícios. A partir de 1847, com o advento do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, este respondia pela formação do Gabinete de sete membros. Assim, surgia dentro do Legislativo a escolha do Executivo – não havia eleição direta para essa função. O controle de seus esforços era feito de maneira dupla: seja pelo legislativo, retirando o apoio ao Ministério, seja pelo poder pessoal do Imperador, chamado de Moderador. O primeiro precisava de maioria em ambas as casas em um voto de desconfiança a determinado ministério para, assim, conseguir a sua substituição. O Imperador podia dissolver o Gabinete e escolher um novo em caso de desacordo com sua política ou, insistindo a resistência, dissolver o próprio Parlamento para formar uma nova maioria colocando os seus escolhidos. Seriam esses os “meios compressivos que articula(va)m as eleições” (FAORO, 2001, pp.405-406).

Porém esse processo começou a sofrer críticas ainda durante a monarquia. Os membros do Partido Liberal, através de Joaquim Nabuco, propuseram um projeto para que houvesse uma maior independência dos estados, talvez como uma resposta ao ocaso do regime³. A sua proposição era de que os estados federados fossem “repúblicas, como hão de ser os estados confederados do Brasil, unidos pelo laço nacional da monarquia” (NABUCO, 2010, p.511). Para ele não havia como se governar de maneira centralizada um país tão grande como esse e a solução seria descentralizar. Não haveria espaço para discutir no Parlamento nacional as questões provinciais ordinárias.

O estatuto do poder moderador vinha sendo questionado com mais veemência pelo Partido Liberal desde 1868. Em uma fala que ficou conhecida como *Discurso de Sorites*, Nabuco de Araújo formalizou uma forte crítica logo após a mudança de ministério promovida por D. Pedro II⁴: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!” (NABUCO, 1899, p.124). Para ele a lógica deveria ser invertida: um partido com maioria faria o ministério. Essa seria uma intervenção direta do poder do imperador no quadro político. Saraiva, que foi responsável pela última mudança eleitoral do período monárquico, em carta ao próprio Nabuco de Araújo, acreditava que o Poder Moderador podia ter a sua pessoalidade reduzida se os eleitores pudessem escolher a mesma Câmara destituída pelo monarca (NABUCO, 1899, p.144). Da mesma forma, encerrando o volume das

³ O discurso foi pronunciado no Senado em 8 de agosto de 1888 quando o senador apresentou o projeto na sua casa legislativa. Trata-se de uma proposta que já havia sido recusado na legislatura anterior, após ser apresentado em 1885 (NABUCO, 2010, p.506).

⁴ O gabinete Liberal comandado por Zacarias de Góis e Vasconcelos foi substituído por um Conservador comandado pelo Visconde do Itaboraí (FAORO, 2001, p.405).

memórias de Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco faria o laço entre as discussões por ele compiladas e o momento vivido no décimo aniversário da República. Para ele, seu pai “não aceitaria o militarismo como substituto idôneo do Poder Moderador nem, menos, talvez ainda, o judicialismo” (NABUCO, 1899, p. 604).

Essa relação entre federalismo e poder pessoal (Moderador) foi abordada por Raymundo Faoro quando escreveu *Os Donos do Poder*. Para o autor, o gabinete constituído em 1868 era um dos três momentos em que o imperador havia concorrido para a retirada dos gabinetes até 1871⁵. “Os exemplos são muitos, com a sementeira de ressentimentos, em todos os grupos, afrouxando a fé monárquica e insinuando a curvatura diante o trono como meio único de alcançar o poder” (FAORO, 2001, pp.406-407). Ângela Alonso, ao tratar da geração de 1870 e a crise do regime monárquico, esclarece que a crítica dos liberais (entre os quais Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis) era justamente para tentar diminuir o poder do Imperador através da máxima de Thiers que afirmava: “O rei reina, mas não governa” (ALONSO, 2002, p.88)⁶. Raymundo Faoro relaciona em um primeiro momento o militarismo como a continuidade desse poder pessoal: “Poder Moderador, destruído o Senado vitalício e o Conselho de Estado, escarnar-se-á, *sem quebra de continuidade*, em Deodoro e Floriano” (FAORO, 2001, p.608, grifo meu). Faoro acreditava que o “refazimento” deste poder só perderia a sua “sedução” na segunda década do século XX, quando o federalismo passou a ser o centro dos debates do campo político brasileiro (2001, p. 622).

Pandiá Calógeras, na sua *Formação Histórica do Brasil*, com primeira edição em 1930, citava:

A chave da situação eleitoral era, portanto, como bem se compreende, o nível moral do chefe do governo: sendo esse um estadista, acima do nível comum e das metas dos grupos, que considerasse o país em primeiro plano, segundo o tipo de Saraiva o resultado era um; quando dominava o interesse do partido, e a ele obedecia o interesse do Conselho, o espetáculo mudava por inteiro. E, entretanto, todos os verdadeiros guias políticos da nação sabiam que eleições honestas significavam vida ou morte para a monarquia (CALÓGERAS, 2009, p.289).

⁵ “A consciência de dom Pedro II, em 1871, só o acusava de haver concorrido três vezes para a retirada de gabinetes: em 1843 (divergência com Honório Hermeto, o futuro Paraná), 1859 (Gabinete Abaeté) e 1868 (Zacarias de Góes e Vasconcelos). Fora esses gestos extremos, teria apenas ‘incomodado’ alguns ministros, no cumprimento de seus deveres de Chefe do Executivo” (FAORO, 2001, p.406).

⁶ Brás Fiorentino teria respondido com a frase “o rei reina, governa e administra” (OLIVEIRA TORRES, apud ALONSO, 2002, p.88) e uma variante desta mesma fórmula foi repetida por Fernando Henrique Cardoso ao analisar o que definia como atribuições da política dos governadores: “o legislativo não governa, nem administra” (CARDOSO, 2006).

O autor pensava o poder moderador como uma ferramenta importante para garantir a alternância de poder no legislativo, garantindo equidade entre os partidos dominantes na monarquia, os liberais e conservadores. Era uma ferramenta para minimizar a influência negativa da falta de força dos partidos. Este seria um dos principais motivos da Lei Saraiva, que alterou as regras das eleições (2009, pp. 288-289).

Portanto, na monarquia, embora sob uma constituição, os limites do Executivo e Legislativo eram dados pela figura do monarca, em última instância. Isso possibilitava um poder pessoal muito forte que, mesmo pouco utilizado na prática, era potencialmente muito importante – o que traria uma apreensão das estruturas de poder no momento da sua substituição. O medo dessa força institucional também está presente no período republicano, criando um conceito de democracia bastante limitado (veremos isso no capítulo desta tese que apresenta o pensamento de Campos Sales). Findos os governos militares do início da república esse espaço de ação se encontrou vago e, por isso, alvo de disputas discursivas⁷ - como veremos, tanto na questão do federalismo quanto no poder pessoal e na falta de dos partidos.

A base de legitimação do legislativo, na Primeira República, vinha das eleições. Embora muitos trabalhos considerem que existe uma diminuição na participação eleitoral na mudança de regime, números mais recentes desconstruem a visão⁸. Como a eleição deixou de ter “dois turnos” no final da monarquia⁹ – ao invés de escolher os votantes, os eleitores é que votavam diretamente - o voto valia mais. Na república os limites monetários foram derrubados, embora restituída a proibição a analfabetos. Além deles, estavam impedidos de votar os filhos-família menores de 21 anos e os militares de patente inferior a tenente. Porém, ao tornar todos os estrangeiros residentes no Brasil como brasileiros (salvo declaração em contrário) acabou incluindo parte da população sem direito a voto durante a monarquia (NICOLAU, 2012, pp.52-53).

A República trouxe a possibilidade de escolha dos executivos tanto nos estados quanto no governo federal. Isso fazia parte da nova estrutura republicana que estaria calcada no federalismo e no republicanismo. Da mesma forma os Senadores passaram a ser escolhidos em eleição para mandatos de nove anos. Os municípios eram divididos em seções eleitorais (no

⁷ Isso ocorreu pelo advento do movimento abolicionista que acabou, segundo Calógeras, retirando o apoio dos conservadores ao próprio partido. Houve migração para o Republicano, para os Liberais e para os abstencionistas, em maior número (2009, pp.296-297).

⁸ Embora todo o período da Primeira República seja de participação muito baixa, em termos de proporção em relação ao total de brasileiros, a taxa aumentou, chegando a quase dobrar: de 1% em 1881 para 2,3% na média de 1889 até 1929⁸. Assim, mesmo que o número geral dos votantes potenciais tenha caído, o percentual de votantes aumentou. (NICOLAU, 2002, p.22).

⁹ A Lei Saraiva, que estabelecia a votação de analfabetos e aumentou os limites econômicos para o eleitorado, bem como o alistamento voluntário, é de 1881 (NICOLAU, 2012, pp. 27-28).

mínimo quatro) e era neles onde se fazia o cadastramento dos votantes. A prova de alfabetização era a própria assinatura. Porém esse alistamento poderia ser feito em separado em eleições nacionais das locais, para o Estado que assim quisesse. Essa acabou sendo a regra durante praticamente todo o período da primeira república (NICOLAU, 2012, pp. 54-59).

O processo eleitoral era feito com voto secreto¹⁰ e os eleitores eram divididos em distritos. Até 1904, nos distritos com três vagas se votava em dois nomes; quando com quatro ou cinco vagas, três nomes podiam ser escolhidos. Depois disso, sempre um nome a menos que as vagas disponíveis (ou seja, num distrito com cinco vagas se votava em quatro nomes). Depois do final da votação havia a contagem e os resultados eram enviados para a Câmara Municipal da sede do distrito onde eram apurados. Esse método durou até 1916, quando a apuração passou a ser feita na capital (NICOLAU, 2012, pp. 64-65). Depois essas listas dos eleitos iam para a Câmara para que fossem auferidos os diplomas. Em função de todo esse rito começaram as denúncias de corrupção e as listas duplicadas nas Comissões de Verificação de Poderes do Congresso no início de cada legislatura.

Não houve alterações significativas no processo de votação durante a Primeira República. Votar significava comparecer a uma unidade eleitoral no dia das eleições, aguardar a chamada, apresentar o título, inserir a cédula na urna e assinar o livro de presença. Para cada cargo era utilizada uma cédula (NICOLAU, 2012, p.66).

Temos aqui um ponto importante: há uma tendência na historiografia do século XX¹¹ em considerar as eleições, mesmo compradas, de cabresto, etc, como desafios ao poder local. A base da argumentação é a seguinte: elege-se a oposição local se o Congresso reconhecer os seus diplomas. E alianças nacionais entre parlamentares de estados que apoiem as minorias locais poderia viabilizar isso. Aí, mesmo se derrotados no escrutínio, se as listas postas em duplicidade forem reconhecidas, se elegem. Assim, se abria a porta para a captação de recursos, o que é característica importante do Legislativo Federal desde os tempos da Monarquia. Mas que poder isso poderia gerar? Mais reconhecimento dos eleitores na próxima eleição? Mesmo comprada, imposta, assaltada, etc, pelo poder local? Por isso alguns trabalhos da última década têm se debruçado sobre o problema. A quantidade de listas questionadas no Congresso durante a verificação dos poderes sugere que era um processo mais pontual, e não uma regra para o

¹⁰ Isso estava garantido pelo código eleitoral de 1892 e eram simbolizados pela colocação do voto em uma urna. Porém, as cédulas podiam ser trazidas preenchidas. A partir de 1904 havia o “Voto a descoberto”, onde se votava em duas vias - uma ia para a urna e outra ficava com os eleitores (NICOLAU, 2012).

¹¹ Como em Fernando Henrique Cardoso (2006), Raimundo Faoro (2001), Vitor Nunes Leal (1949), José Maria Belo (1976).

período¹². É um ponto importante no desenvolvimento do trabalho aqui introduzido, pois aumenta o grau de independência ideológica das oposições locais e a importância de suas articulações nacionais.

A mudança de monarquia para presidencialismo e de um centralismo por um federalismo trouxe ainda mais um ponto importante nesse cenário: a ausência de um Poder Moderador que pudesse influir nas escolhas eleitorais através da dissolução do Legislativo. Isso abre espaço, como veremos adiante, para uma disputa em torno tanto do conceito de federalismo quanto do poder pessoal do presidente ao longo do período aqui estudado.

1.2 A historiografia da política dos governadores

O papel da investidura dos deputados aos seus cargos é central na análise da maioria dos trabalhos relacionados com o período aqui estudado. As obras que se referem à *Política dos Governadores* sempre lembram a alteração do regimento interno da Câmara como um passo necessário da estratégia de Campos Sales na sua estrutura de poder. José Maria Bello, em sua *História da República*¹³, explicou em detalhes o funcionamento dessas alterações, válidas para a eleição de 1900:

Definindo por diploma a ata de apuração geral das eleições, assinada pela maioria da Câmara Municipal, competente legalmente para apurá-las, e atribuindo a presidência provisória da nova Câmara Federal, não o deputado mais idoso da legislatura anterior, conforme a prática vigente, mas ao seu presidente na mesma legislatura, desde que tivesse renovado o mandato. Este nomearia uma comissão de cinco membros para julgar da validade dos diplomas; entre os candidatos diplomados se sorteariam as comissões de inquérito, que estudariam as eleições litigiosas. Desta forma, através da poderosa "comissão dos cinco", teria o governo o arbítrio de reconhecer ou depurar os mandatos, presumidamente de origem popular (BELLO, 1976, p.254).

Segundo Bello, para realizar esse movimento, Campos Sales conseguiu o apoio de Minas Gerais e São Paulo, maiores bancadas federais. Com esse controle dos reconhecimentos outras elites locais também teriam apoiado. "Servindo-lhes aos interesses, Campos Sales assegurava-lhes a solidariedade na execução de sua política financeira" (BELLO, 1976, p.254). Os candidatos de situação eram garantidos pelo sistema. Bello, porém, não viu efetividade nessa política em conseguir o apoio quase unânime no Congresso, objetivo final da manobra. Como

¹² Se em 1900 a quantidade de candidatos que não tiveram seus diplomas reconhecidos foi de 78, nas eleições posteriores os números voltaram até a sua normalidade para o período (menos de 1% dos deputados). A situação voltou a se tornar mais dramática em 1912 (40) e 1915 (62), período em que a regra eleitoral também foi alterada (a nova regra é de 1914). (NICOLAU, 2012, p.71).

¹³ Primeira edição de 1940 (BELLO, 1976).

efeito negativo esta política foi o meio pelo qual as oligarquias regionais provenientes dos partidos monárquicos se consolidaram no nível regional, contribuindo para o aumento do clima beligerante do período (BELLO, 1976, p.255).

Alguns antigos chefes monarquistas, irreconciliáveis com a República, julgavam possível aproveitar o descontentamento crescente para tentar revoluções restauradoras; o governo, facilmente, sem estado de sítio, as fazia abortar. Mais grave revelava-se o movimento político de oposição, chefiado pelo vice-presidente da República, Rosa e Silva. Repetia-se em termos análogos a situação de outrora entre Deodoro e Floriano e entre Prudente de Moraes e Manuel Vitorino. A representação parlamentar de Pernambuco, sob a chefia de Rosa e Silva, aliada à do Maranhão e à oposição de alguns Estados, criticava a política financeira do governo federal, especialmente o arrendamento das estradas de ferro (BELLO, 1976, p.258).

Posteriormente, em 1949, Vitor Nunes Leal publicava o seu *Coronelismo, Enxada e Voto* (LEAL, 2012¹⁴). O autor reconhece duas fraudes eleitorais como mais importantes do período: o *bico de pena* e a *degola*. A primeira era feita nas mesas (eleitores ausentes, mortos ou inventados apareciam para votar) e a última era realizada nas mesas legislativas das câmaras e a situação contaria com o aparato legal de coerção a seu lado (LEAL, 2012, 6:22-23). Com a alteração no regimento promovida por Campos Sales, *a priori*, essa seria mantida em âmbito nacional.

Leal tem uma posição diferente sobre a *Política dos Governadores* e seu impacto nas eleições. Mesmo em eleições onde não há reclamação de violências ou fraude, seria muito mais frequente a eleição dos governistas ao invés das oposições. O foco na eleição, porém, desviava a atenção dos observadores “dos fatores econômicos e sociais, mais profundos, que eram e ainda são os maiores responsáveis pelo governismo e, portanto, pelo falseamento intrínseco da nossa representação” (LEAL, 2012, 6:43). A estrutura fundiária do país, somada à relação dos proprietários de terra com os governadores, traziam o domínio da cena local pela relação que ele chamava de coronelista (LEAL, 2012, 6:48).

A isto se tem chamado entre nós a “política dos governadores”, cujo elo primário é a “política dos coronéis”. Essa poderosa realidade reflete-se de modo sintomático na vida dos partidos, agravando os embaraços que lhes advêm da organização federativa do país (LEAL, 2012, 6:49).

¹⁴ A obra consultada nessa tese foi acessada através de um dispositivo eletrônico (um *tablet* Kindle, da Amazon). Como é uma edição completamente digital, não possui referencial pela página da edição impressa. Não há, até o presente momento, uma definição oficial da ABNT na norma 6023 sobre como fazer esse tipo de citação. Grupos de bibliotecônomos têm aconselhado a utilizar a designação do capítulo e o número do parágrafo onde a mesma se encontra. Buscando simplificar a compreensão, manter essa tese no padrão autor-data e não ocupar muito espaço no corpo do texto, adotarei a indicação seguinte: (LEAL, 2012, 6:22-23), sendo o algarismo à esquerda dos dois pontos o capítulo e o da direita, o parágrafo (no caso, os parágrafos do 22 até o 23).

Para Vitor Nunes Leal, Campos Sales não inventou nada novo, apenas oficializou o sistema político vigente desde a monarquia. O apoio dos candidatos do governador era dado em troca do apoio dos senadores e deputados do Estado ao programa do governo federal. Essa estrutura de poder só se abalava nos momentos da escolha dos candidatos oficiais. O controle das urnas pelos chefes municipais e seu exército de votantes (LEAL, 2012, 6:50-52). Essa relação estreita entre a *Política dos Governadores* e o coronelismo definido pelo autor é central na sua análise¹⁵, muito embasada nos debates da Constituinte de 1934¹⁶.

Já em *Os Donos do Poder*, de 1958, Raymundo Faoro traz outro fator para a equação. O poder precisava ser negociado também em função dos efetivos militares dos Estados¹⁷. Assim, também em outros momentos os governadores eram alvo de negociações do Presidente, mesmo anteriormente ao governo de Campos Sales. Faoro ressalta essa participação no movimento de desarticulação do poder do PRF (Partido Republicano Federal), que se sustentava também na influência de seu líder entre os militares (2001, pp. 635-637).

O presidente quer o confronto direto e último entre o Partido Republicano Federal e a sua autoridade. Telegrafa a Campos Sales: 'Representação S.Paulo precisa escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar'. Dirige-se, no mesmo sentido, aos governadores de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia - nesse apelo direto estava quebrado o sistema partidário de intermediação: o presidente só reconhece os chefes estaduais (FAORO, 2001, p.635).

O controle das diplomações tem papel importante na construção do que o autor chamou de “império de trinta anos”. Porém de uma forma diferente trabalhos de seus antecessores, pois se torna uma relação de poder. Se por um lado, o presidente da República podia controlar quem era diplomado, de outro, a própria presidência da Câmara podia enfrentar o poder do executivo. Aí o papel do governador seria imprescindível.

O mecanismo, todavia, poderia ser apropriado pelo Congresso, para se impor ao presidente da República, subjugando-o nos momentos de dificuldade. Haveria o risco teórico de, municipal a mesa eleitoral, constituir-se um vínculo direto entre as localidades e os deputados, com o alheamento do governador. Os dois inconvenientes se anulam diante do comando do governador na política estadual, em sincronia ou com a obediência das bases (o coronelismo),

¹⁵ Dada a estreita vinculação do “coronelismo” e do regime representativo, não faltou, na Constituinte da Segunda República, quem sugerisse a substituição do sufrágio universal pelo “sufrágio profissionalista”, que visava a mudar os tradicionais mentores políticos do homem do interior pelos dirigentes do respectivo grupo profissional (LEAL, 2012, 6:56).

¹⁶ Essa posição é aceita e utilizada de base por Lincoln de Abreu Penna, em *Uma História da República*, publicado na época do centenário republicano (PENNA, 1989).

¹⁷ São Paulo e Rio Grande do Sul somavam 8 mil homens (5 mil e 3 mil respectivamente). "Sairia da encruzilhada o federalismo hegemônico, estruturado sobre o café, café puro se possível, café com leite se necessário, mal aceito pela área do sul, já sonhando com a categoria de terceiro Estado, mas ainda incapaz de reagir, ameaçado pelas dissensões armadas e a divisão da sociedade" (FAORO, 2001, p.630).

e, sobretudo, na “presunção, salvo prova em contrário”, em “favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado” (FAORO, 2001, pp.641-642).

O partido de governo era a parte mais importante da alteração do regimento. Segundo Faoro, Campos Sales visava construir o seu partido, um grupo de parlamentares fiéis às suas ideias¹⁸, para garantir a aprovação do que quisesse. Qualquer dissidência passaria para a aprovação de um representante do governo Federal (o presidente da última sessão). O presidente podia negociar e derrubar oligarquias locais. Porém, segundo Faoro, esse projeto só se consolidaria em 1915, e a sua reação levaria ao rompimento de 1930.

A propósito do mesmo tema, Edgard Carone fez diversos apontamentos nas suas três obras dedicadas ao período¹⁹. Produzidas na virada dos anos 1960 para 1970, o autor é um dos primeiros a organizar sistematicamente o governo de Campos Sales usando, principalmente, o próprio texto do ex-presidente, a obra de Alcindo Guanabara²⁰ e cartas de atores da época. Para Carone o Congresso que Campos Sales recebeu auxiliou bastante o presidente, mesmo antes de instaurada a *Política dos Governadores*, devido a posição de conservação dos acordos firmados durante o governo de Prudente de Moraes. "Os grupos oligárquicos estaduais no poder, que temem a possibilidade de intervenção federal a favor dos opositoristas, ficam tranquilos com a posição governamental e reagem (...) com um apoio maciço às exigências parlamentares do governo" (CARONE, 1971, p.176).

Assim, a manobra no regimento para manter o presidente dessa Câmara como responsável por iniciar os trabalhos de diplomação pode estar mais relacionada com uma tentativa de manter o grupo aliado de Campos Sales na Câmara do que intervir regionalmente²¹. Nesse ponto, a degola de Francisco Glicério faz sentido por ser uma liderança importante na legislatura anterior. Esse potencial de prejudicar a sequência do planejamento não seria mais importante que uma perda de apoio regional? "Afastando as lutas do campo da Câmara Federal, o governo sabe que as transfere, mas não as soluciona: a nova fórmula significa o apoio aos situacionismos estaduais" (CARONE, 1971, p.177).

¹⁸ "A contestação será o cerne, a força, a alma do novo líder - não a contestação opositorista, mas a contestação colaboracionista. Os coligados querem colaborar com o presidente da República, apoiar-lhe a administração, ajudá-lo a realizar seu programa (...) Nesse comércio de favores, fixam-se compromissos bilaterais, entre governadores e presidente, abrangendo os parlamentares" (FAORO, 2001, p.652)

¹⁹ A Primeira República: Texto e contexto (CARONE, 1976), com primeira edição em 1969; A República Velha (instituições e classes sociais) (CARONE, 1972), com primeira edição em 1970 e A República Velha (evolução política) (CARONE, 1971), com primeira edição em 1971.

²⁰ Da Propaganda à Presidência (CAMPOS SALES, 1908) e A presidência Campos Sales (GUANABARA, 2002).

²¹ "Assim, sem perigo de surpresas, o governo federal sabe que o deputado mineiro Vaz de Melo será o presidente na próxima investidura, e que todas as oposições serão seguramente vetadas por este organismo" (CARONE, 1972, p.306).

Para Carone a alteração do regimento é, em certa medida, a própria *Política dos Governadores*:

É a política dos governadores que solidificaria e estimularia os grupos oligárquicos, seguros do domínio permanente, onde a legalidade camufla a violência. As oposições oligárquicas - algumas das quais em certos momentos haviam ocupado o situacionismo - agora não podem mais ter esperança de uma vitória legal, e às vezes, nem mesmo de um bom êxito revolucionário. A política dos governadores restringe todas as possibilidades do jogo eleitoral e dos métodos de luta pelo poder. Os casos das cisões de Mato Grosso, São Paulo e Paraíba demonstram a falta de viabilidade da política nas novas circunstâncias (CARONE, 1971, p.179).

Quando o autor fala em falta de garantia de êxito revolucionário, refere-se à política da não intervenção. Apontada por alguns autores como a moeda de troca do governo federal com as elites locais, o caso específico do Mato Grosso mostra um governo federal inclinado a intervir. Uma disputa entre oligarquias regionais opôs o coronel local com o grupo de Joaquim Murinho²², que já era ministro da fazenda de Campos Sales, e visava à ascensão. O governo do Estado, isolado na capital e militarmente sitiado pelo grupo de Murinho, pede intervenção federal. O governo nega e, durante um ano inteiro, ocorre a sucessão (CARONE, 1971, pp.179-184). "Durante dias, todo opositor é preso ou fuzilado. E Campos Sales declara não ter a mínima responsabilidade nos acontecimentos" (CARONE, 1971, p.183). Assim, a "não intervenção" também pode ser uma maneira de intervir na situação local em favor da posição da presidência.

Da mesma forma, Carone ressalta a intervenção do presidente Campos Sales por outro ministro seu, Epiácio Pessoa²³, na Paraíba.

o governador Gama e Melo, com seu partido, não conseguiu o reconhecimento de um deputado sequer, nem do senador. Campos Sales abandonou, nesse caso, a política dos governadores, e ficou com o seu ministro - Epiácio Pessoa - a quem deu de mão beijada todos os representantes da Paraíba ao Congresso Nacional. Era tão fraca a situação de seu ministro no Estado nordestino, que apesar de tudo, não conseguiu fazer o sucessor do Sr. Gama e Melo (CARONE, 1972, p.308).

²² Joaquim Duarte Murinho nasceu em Cuiabá em 1848. Formou-se engenheiro (1870) e médico (1873) na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi eleito Senador durante a Constituinte republicana. Durante a interinidade de Manoel Vitorino na presidência da República foi nomeado Ministro de Obras e Viação até o retorno de Prudente de Moraes ao cargo de presidente. Foi nomeado Ministro da Fazenda por Campos Sales, permanecendo no cargo entre 1898 e setembro de 1902 (ABRANCHES, 1919a, pp.108-111).

²³ Epiácio da Silva Pessoa nasceu na Paraíba em 1865, bacharel em Direito na Faculdade de Recife em 1886. Eleito deputado pela Paraíba para a Constituinte Republicana, exerceu mandatos até 1893. Em 1898 se tornou ministro da Justiça de Campos Sales até 1901, quando se exonerou por desavenças com o presidente. Em 1902 se tornou ministro do Supremo Tribunal Federal (ABRANCHES, 1918a, pp.128-130).

Mesmo com outros exemplos de situações onde a sua interpretação da *Política dos Governadores* como impossibilidade de oposições locais também encontra dificuldades em se sustentar²⁴, a posição de Carone sobre a centralidade do mecanismo se mantém ao longo da sua obra. Seria um ataque direto ao “problema estadual”, como define, trazendo para grupos menores a tomada das decisões mais importantes (CARONE, 1976, p.101). “Com o controle desta arma segura, é certo o corte, pela comissão, dos elementos contraditórios. E a oposição só voltará a existir como possibilidade eleitoral em 1915, graças à lei Rosa e Silva²⁵” (CARONE, 1976, pp.101-102). O ápice dessa política seria a indicação do sucessor por Campos Sales²⁶.

Rosa Maria de Godoy Silveira, por seu turno, colocava o governo de Campos Sales e sua *Política dos Governadores* como uma relação bilateral de poderes:

Assim, ao mesmo tempo em que assegurava o poder às oligarquias regionais, a Política dos Governadores constituía-se numa política de compromisso nacional no sentido de que imprimia uma coordenação nos três níveis de governo: havia um escalonamento de favores mútuos desde a base municipalista até a Presidência da República, mas cabia aos estados a mediação dupla. No âmbito municipal, interferiram para garantir o situacionismo. No âmbito federal, constituíam, através de suas bancadas, a base de sustentação do governo. Entendemos nesse sentido a denominação de Política dos Estados que Campos Sales lhe atribui (SILVEIRA, 1978, p.173).

Essa visão demonstra uma concepção do período que coloca na atitude do presidente o peso de garantir uma nova organização política, mais nacional, embora utilizando-se de um federalismo radicalizado, quase como um rompimento das normas políticas monárquicas.

1.3 Uma análise crítica das regras políticas

Com esse conjunto de regras escritas (regulamentos eleitorais) e não escritas (o funcionamento da verificação de poderes), que grupos se apresentariam em disputa? Ana Maria

²⁴ "A partir da política dos governadores, as atitudes arbitrárias e pessoais (...) tornam-se ainda mais arbitrárias. É verdade que a luta de Artur Bernardes com Francisco Sales se explica também por estas razões pessoais; que, apesar de perseguido no plano federal por Pinheiro Machado, Nilo Peçanha se empossa governador do Estado do Rio, porque seus partidários controlam a mesa da assembleia (1914); que Epitácio Pessoa, em minoria no Estado da Paraíba, pede a Silviano Brandão, de Minas Gerais, que impeça a vitória dos candidatos federais de Álvaro Machado, chefe do partido dominante. Mas estes exemplos ocorrem em situações particulares, pois situacionismo e controle de verificação de poderes tornam-se armas e argumentos, que resultam em degolas sistemáticas da oposição. De 1900 em diante, em cada eleição federal as minorias veem seus membros serem 'vetados' ou degolados" (CARONE, 1972, p.307).

²⁵ A “Lei Rosa e Silva” é uma alteração anterior, de 1904. A alteração à qual Carone se refere, em 1916, foi conduzida através do projeto do senador Bueno de Paiva (LEAL, 2012, 6:21).

²⁶ "Numa época de jacobinismo e antimonarquismo, a indicação de um nome do velho regime significava levantar problemas" (CARONE, 1976, p.106).

Backes mostra uma situação análoga a apresentada por Pandiá Calógeras²⁷ nesses primeiros anos de república.

Há muitas questões importantes sobre a forma do Estado e sobre os rumos da economia a dividirem a opinião e lealdade dos atores: República x Monarquia, industrialismo x “vocação agrária”, liberalismo x positivismo, parlamentarismo x presidencialismo, centralismo x federalismo, papelismo x metalismo. Alianças e aproximações fazem-se e desfazem-se em torno desses pontos, tornando difícil a compreensão sobre os padrões que orientam as decisões (BACKES, 2004 p.6).

É preciso discutir as relações políticas e seus discursos dentro dessa complexidade. Assim, filiações em correntes de pensamento tomadas de maneira isolada dão explicações limitadas desse espectro político. Pensando em termos de espaços de poder, “fazer o sucessor” é uma importante demonstração de poder político. Consolidar a república, *idem*. Retirar a legitimidade do regime da força das armas seria “colocar o nome na história” como verdadeiro *consolidador*. Em outras palavras, governar dessa forma poderia ser o equivalente a moderar o legislativo de uma maneira nova, republicana e federalista.

Com a precariedade dos serviços de comunicação e as grandes distâncias a percorrer, a Capital Federal era o lugar, por excelência, das articulações nacionais, necessárias nem que fossem apenas para regradar as concorrências internas dos seus federados. E, também, era o local mais indicado para as articulações em nível nacional para a escolha do presidente. Isso poderia dar mais vantagens aos grupos formados em torno dos órgãos estatais. Ou seja, dava mais poder aos partidos da época. Mesmo que, para os comentaristas da época, esse termo fosse considerado incorreto, como veremos adiante. A justificativa é que há um viés ideológico nessa definição (no caso, como veremos, positivista, definido por Alberto Sales) que funciona mais como uma desqualificação moral do que como categoria de análise.

A explicação de Backes se dá no nível das divisões em torno de correntes. Há uma dicotomia concentrados x republicanos e é a partir disso que todas as vitórias ou derrotas são analisadas. Porém, dentro dos grupos, havia republicanos históricos, positivistas, monarquistas, etc. Em ambos os lados. Isso implica em posicionamentos políticos diversos do que seria “previsível” sob determinada filiação. Falando sobre a obra de Suely Queirós, que estudou pioneiramente os “Jacobinos”, Backes afirma que eles “não constituem um partido político estruturado, não representam uma classe social única. O termo é usado como adjetivo, em geral vinculado a ações políticas radicais” (BACKES, 2004, p.42). Consideremos aqui que é mais importante ressaltar que existe uma heterogeneidade na formação desses grupos e que isso não

²⁷ Como visto no capítulo introdutório.

indica algum grau de fracasso na trajetória de tornar-se um partido estruturado. Pelo contrário, essa heterogeneidade é parte do tipo de organização partidária naquele período histórico justamente porque ainda não há um campo de atuação claro substituindo a oposição republicana x monarquia. Isso explicaria a presença de posições que, segundo a autora, "caracterizavam muitos destes políticos rotulados de 'tradicionais': o ideal republicano, a defesa do presidencialismo, o nacionalismo, a identificação com Floriano" (BACKES, 2004, p.45).

O mesmo ocorre com Lincoln Abreu Penna (2008). Ao analisar a Primeira República entre 1889 e 1897, o autor sugere que havia outro grupo, chamado *florianista*, que não se encaixaria na definição do que Queiroz chamou de *jacobino*. "Na verdade, há apenas um ponto convergente entre o jacobinismo europeu e o brasileiro: é que ambos receberam essa denominação de seus adversários" (p.218). O autor define a sua presença a partir do episódio da Revolta da Armada, quando o grupo dito jacobino no congresso deu sustentação representativa aos seguidores do estilo do presidente. Penna cita o incipiente Partido Republicano Federal como expressão do movimento, denominando de "florianismo de governo". E coloca os batalhões patrióticos como expressão popular desse apoio, um "florianismo de rua", que fica de fora da análise de Queiroz (PENNA, 2008, pp. 153-154). Esses membros destacados desse florianismo ainda são vistos por Backes no recorte usado em seu trabalho.

Esses são exemplos do processo de complexificação do cenário político do período republicano. Isso claramente dificulta as definições sobre os grupos atuantes na política da época. É resultado da própria expansão da compreensão da realidade onde é inserido. Em alguns momentos o projeto identificado como jacobino se confunde com o florianista, noutras se diferencia; o próprio papel centralizador de Floriano Peixoto é utilizado por Campos Sales. Não existe um discurso hegemônico, mas muitos processos de diferenciação sobre um modelo ideal de República que tirasse o país da crise em que se encontrava²⁸. É dela que resulta a fluidez da composição dos grupos, traduzida na dificuldade que Backes encontrou em defini-los e nas alternativas de classificação de Queiroz e Penna. Isso é resultado da adoção de uma posição referencial dos três autores: para alguns temas, há um grupo se mantém unido; porém, não se manterá em outros. Faz mais sentido buscar quais são os discursos que interferem nesse todo heterogêneo – ora diminuindo as diferenças e criando grupos aparentemente polarizados, ora intensificando essas diferenças e passando a impressão de uma total falta de compromisso

²⁸ Conforme veremos adiante, nesse momento específico existem ao menos dois discursos: o revisionista, que queria a revisão constitucional, e a despolitização da administração, que será utilizado por Campos Sales como base do que entendeu como *Política dos Estados*.

ideológico – e como isso interfere na construção de maiorias parlamentares para criar governabilidade. Para exemplificar isso usarei a atuação de dois parlamentares que tiveram seus mandatos sob o governo de Campos Sales: Luiz Domingues e Francisco Glicério.

Luiz Domingues foi deputado pelo Maranhão reconhecido pela primeira vez em 1893, na primeira legislatura. Foi deputado provincial de 1884 até 1889, no distrito onde seu tio, Barão de Tromaí, era chefe político. Depois da Proclamação da República, se filiou localmente ao Partido Católico e ascendeu ao legislativo federal depois que se aliou aos partidos Nacional e Republicano Constitucional para tomar o governo local. Teve mandatos consecutivos até a 7ª legislatura (1892-1910), quando se tornou Governador do Maranhão até 1914 (ABRANCHES, 1918a, pp.455-457). Backes identificou Domingues como autodeclarado membro do Partido Republicano Federal enquanto no Congresso (2004, p.92).

Em 1900 foi escolhido como membro maranhense da Comissão dos 21 (um de cada estado) responsável pela apreciação do Código Civil – cuja aprovação era compromisso pessoal do Presidente Campos Sales. Embora relatos da época colocassem o Maranhão como “das mais violentas e personalíssimas” oposições ao presidente na Câmara (GUANABARA, 2002, p.118), Luiz Domingues teve um papel muito importante na aprovação do projeto enviado pelo Presidente na mesma comissão, estando consistentemente ao lado do governo nas votações (DOS SANTOS, 2010, p.185). Havia, aqui, uma dupla lógica de oposição: a proveniente do Estado e da situação politicamente controversa que existia entre Campos Sales e Francisco Glicério, que era líder do recém-extinto Partido Republicano Federal (PRF). Porém, nesse caso emblemático, não foi nenhuma dessas condições que influenciou as decisões do parlamentar.

A história de Glicério é bem mais conhecida. Francisco Glicério de Cerqueira Leite começou sua carreira em Campinas. Republicano desde os tempos de propaganda foi um dos fundadores, junto com Campos Sales, Prudente de Moraes e Bernardino de Souza, do Partido Republicano Paulista, sendo signatário do Manifesto inaugural, de 1871. Era considerado o líder do partido desde 1881, tanto que creditam a ele, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo a escolha dos nomes do Governo Provisório de 1889, o primeiro republicano (ABRANCHES, 1918a, p.32).

A fundação do PRF, em 1893, também recebeu a assinatura dessas lideranças políticas. Primeiramente, a ideia foi formar um Partido chamado de Republicano Constitucionalista, contrário ao ambiente revoltoso que eclodia no Rio Grande do Sul²⁹. Depois de organizado sob

²⁹ Trata-se da Revolução Federalista (ou Revolta da Degola), onde partidários de Gaspar Silveira Martins entraram em confronto armado com o grupo do então governador Júlio de Castilhos pelo poder local. A revolta durou de

a liderança de Glicério acabou se transformando em uma unidade coesa e politicamente bastante ativa no Congresso (WITTER, 1999, pp.23-28).

A importância do grupo foi tão grande que a indicação do presidente para suceder Floriano Peixoto foi dentro de seus quadros – Prudente de Moraes. O nome teria sido escolha pessoal de Glicério (ABRANCHES, 1918a, p.33) e a proximidade deles em torno do PRF foi alvo de críticas de Campos Sales durante toda a sua campanha para sucessão de Prudente de Moraes³⁰. Mesmo que o partido estivesse enfraquecido por embates no Congresso, foi com a eleição do último como presidente que o poder do partido terminou de ruir. Depois da reforma do regimento de 1899, Glicério não teve o seu diploma de eleição reconhecido e não teve o seu mandato renovado³¹. Era a primeira vez que não compunha a Câmara desde o advento da República.

Eram assim as bancadas dos três Estados do extremo Sul as principais bases parlamentares de Glicério. A maioria governista que passara a ser liderada por Belisário de Souza, deputado pelo Estado do Rio e vinculado à facção Porciúncula, tinha como principais bases, além das bancadas baiana e pernambucana, a representação do Maranhão, onde predominava o senador Benedito Leite, ligado a Prudente, e a maioria paulista (KUGELMAS, p.202).

Ou seja, se por um lado um potencial inimigo (Luiz Domingues) de um estado oposicionista (Maranhão) fez parte de um esforço parlamentar para realizar um pedido do Presidente, de outro um velho companheiro de propaganda (Francisco Glicério) do mesmo estado e da mesma corrente política regional de Campos Sales se tornou um adversário tão grave nas articulações no Congresso que sofreu o que ficou conhecido como “degola” – não ser reconhecido em prol de aliados do Governo. Glicério se manteve afastado da política até ser candidato ao Senado em 1902, quando foi eleito. As alianças e dissidências se dão de forma mais complexas do que Concentrados x Republicanos, ou Jacobinos x Históricos.

Campos Sales percebeu a pluralidade de grupos que apoiaram o governo de Floriano Peixoto. Se a intervenção armada era algo que desagradou parte da classe política do período, o marechal também tomou atitudes populares (como o congelamento dos aluguéis do Rio sitiado na Revolta da Armada). "Ao redor do Marechal converge, pois, um amplo leque de forças heterogêneas" (BACKES, 1908, p.65). A grande questão compreendida por Glicério e

1893 a 1895 e foi bastante violenta. Alguns grupos ainda amotinados se juntaram à Revolta da Armada, no período final.

³⁰ Ver adiante, sessão 1.1.

³¹ Consistiu, basicamente, numa revisão do papel da *Comissão de Verificação de Poderes*. A mesa formada para iniciar os trabalhos legislativos e confirmar os diplomas dos deputados eleitos era presidida pelo mais velho eleito. Pela alteração, ficou estabelecido que o presidente da Câmara seria o mesmo da gestão anterior. Além disso, o diploma passou a ser a ata de eleição assinada pela Câmara Municipal (encarregada da apuração). É considerada uma das bases do poder da *Política dos Governadores* (como em CARDOSO, 2006, FAORO, 2001 e outros).

Campos Sales, por exemplo, era criar uma identidade republicana em um governo republicano, ou seja, sem a existência de um inimigo comum, de uma monarquia. O federalismo x centralismo poderia funcionar como um elemento onde embasar oposições. Os Republicanos Paulistas tinham o discurso do federalismo bastante presente nas suas posições. Porém, foi o discurso da austeridade que mais fortemente fundamentou a sustentação política de Campos Sales.

Da República esperava-se uma grande transformação - a ela se associavam as noções de modernidade, competência, progresso, austeridade, em oposição ao Império, visto como apático, estagnado, irracional, preso em laços pessoais e de hereditariedade. Parte (pequena) dos republicanos esperava até o começo de uma era de igualdade entre os cidadãos (BACKES, 2004, p.56).

Ao mesmo tempo as primeiras eleições trouxeram parlamentares que não tinham experiência no campo político. As regras do jogo legislativo já não eram, necessariamente, as mesmas do período anterior. Como classificar a experiência republicana até aquele momento? Reformar? Que república era essa? Qual a distância dela e do que foi propagandeado? E o que era alvo da propaganda em cada estado? Como relacionar essas ambições desenvolvidas apenas em nível local agora, no âmbito federal?

Há espaço para supor que, por mais que essas ideias tivessem seus seguidores, havia um novo consenso a ser negociado. Este deveria relacionar as experiências dos Partidos Republicanos regionais em um contexto de deixar de ser oposição para governar. E, ao mesmo tempo, devia ordenar a relação entre as práticas locais e uma política nacional. Então, ao invés de uma competição entre modelos, o que se assiste é o processo de refinamento das posições republicanas. E isso precisava incluir, também, locais onde os republicanos "não existiam" antes do 15 de novembro, bem como quem eram as situações regionais³².

Essa tese parte, portanto, desse panorama. Não há uma necessidade de encontrar partidos, agrupar os parlamentares em torno de um rótulo que simplifique a explanação. Assim, as questões se modificam. Como se formam maiorias em um contexto onde grupos são formados e reformados, em alguns casos, dentro da mesma legislatura? Quem faz pressão? Como se faz essa pressão?

Um exemplo dessa análise é o discurso construído em torno do conceito de austeridade, que teve caráter de projeto de país. Houve, pela primeira vez, a utilização das finanças públicas tomadas como se fossem política principal de governo. A saúde financeira do país era a modernidade, o rompimento final com a monarquia. Assim como a aprovação de um novo Código Civil - tarefa inconclusa desde os tempos do Império. Ninguém poderia se opor ao

³² "Vemos assim como as alianças se modificavam de acordo com as lutas estaduais" (KUGELMAS, 1973, p.202).

progresso. Essa visão encontrou críticas. Por exemplo, o jornalista inglês Ernst Hambloch, em *Sua majestade o presidente do Brasil*, originalmente publicada em 1934, coloca: "esta política forneceu a última chave para o atoleiro desesperador financeiro e político em que o regime presidencialista eventualmente mergulhou o país" (2000, p.173). Para ele, o que ficou conhecido como Política dos Governadores estabelecia uma união dos governadores e o presidente em torno das cotas ouro na alfândega. Essa seria uma importante fonte de receita para os estados, chegando de 35% até 50% das rendas dos estados em 1933 (HAMBLOCH, 2000, p.174). Em troca, seriam alvo da mão opressora de Campos Sales:

Qualquer tentativa de livre expressão de opinião sempre terminava em prisões e assassinatos, e as eleições livres tornaram-se uma fraude franca. Os governadores tornaram-se, então, capangas do presidente federal - e, algumas vezes, se rebelavam, como fazem os vassalos. Tanto os Congressos federal como os estaduais eram máquinas de votar, cujas partes eram reunidas pelos presidentes estaduais e federal. O direito de nascença de liberdade dos estados foi aparentemente vendido pelo rancho de sopa das taxas de exportação, mas na realidade para a aliança feudal entre os donos do poder federal e estadual (HAMBLOCH, 2000, p.174).

A construção do argumento passa por afirmar que a política financeira de Campos Sales, baseada na austeridade, passou a cobrar impostos sobre o consumo, inexistentes até então. Ao invés de aplicar tarifas apenas sobre os produtos importados com similares nacionais, os selos recaíram sobre tudo. Isso criou uma dependência nas entradas federais. Este tipo de receita "tornou-se a segunda mais importante fonte de renda federal, produzindo entre 20 e 25% das rendas federais. Foi aumentada dez vezes na administração de Campos Sales (1898-1902) e produziu dezessete mil contos" (HAMBLOCH, 2000, p.169).

Hambloch também cita outro ponto importante: no período, o Brasil teve dois *funding loans*. O primeiro é de 1898, negociado por Prudente de Moraes. Campos Sales fez, inclusive, uma viagem à Europa para conversar com os investidores ingleses e negociar como o seu governo garantiria o cumprimento do contrato, que acabou se tornando o mote do seu governo. O segundo de 1914. Coincidem com os dois maiores períodos de degola: 1900 (78) e 1915 (62). Estaria esse procedimento atrelado justamente a uma política ideologicamente orientada para os planos de pagamentos dos empréstimos a qualquer custo social?

Há ainda mais uma característica importante nesse quadro de poderes: o papel do Senado na Política dos Governadores. Formado por três representantes de cada um dos estados, a casa legislativa era presidida pelo vice-presidente eleito. Enquanto os deputados na Câmara representam os seus distritos, criados como uma proporção da totalidade dos eleitores em um estado para mandatos de três anos, no Senado a igualdade na quantidade de representantes dava

a feição federativa para o Legislativo. Os mandatos, de nove anos, eram renovados parcialmente, 1/3 a cada eleição da Câmara.

O tamanho reduzido das bancadas e a longevidade no cargo trazem para o Senado um poder diferente dos até aqui discutidos.

Conta-se que Pinheiro Machado respondera certa vez a um jovem correligionário de fidelidade duvidosa: “Menino, tu não serás reconhecido, por três razões. A terceira é que não foste eleito”. A anedota, verdadeira ou não, revela que o número de votos depositados nas urnas era de pouca significação no reconhecimento, desde que houvesse interesse político em conservar ou afastar um representante (LEAL, 2012, 6:23).

José Gomes Pinheiro Machado foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul desde a primeira eleição republicana até ser assassinado, em 1915. Filho de família nobre da política do estado era um militar de carreira que se envolveu na Guerra do Paraguai, recebendo, ao final da campanha, o título de Alferes. Republicano histórico do Rio Grande do Sul participou do 1º Congresso Republicano em 1882 e de todo o movimento no estado até a proclamação da República. Articulou pela eleição de Deodoro da Fonseca na primeira eleição republicana e era amigo próximo do líder do Partido Republicano Rio-grandense, Júlio de Castilhos.

Durante a Revolta Federalista de 1893, ausentou-se da cadeira do Senado para, com recursos próprios, combater os revoltosos, ganhando a admiração de Floriano Peixoto. Fez oposição ao governo de Prudente de Moraes e lutou pela manutenção do Partido Republicano Federal. No governo Campos Sales³³ foi o articulador dos interesses do Rio Grande do Sul, manifestos por Julio de Castilhos. Eleito para a vice-presidência do Senado em 1903, não teria aceitado ser reeleito posteriormente, articulando com sucesso as candidaturas de Rui Barbosa, Joaquim Murinho e Quintino Bocaiúva. Papel semelhante assumiu para conseguir as candidaturas vitoriosas à presidência de Hermes da Fonseca e vice de Wenceslau Braz (ABRANCHES, 1918a, pp.264-271).

Para Edgard Carone, Pinheiro Machado era o articulador da *Política dos Governadores* (CARONE, 1971, p.178), posto que também é reconhecido por Raymundo Faoro. É através das articulações deste parlamentar que a construção do partido de governo não se completaria. "Nesse interregno, que vai das eleições de 1900 à morte de Pinheiro Machado, a política dos governadores campeia sobre o país, agitada e convulsa, mas num clima onde o dissídio não vulnera as bases da estrutura, dissídio só ampliado na década de 20" (FAORO, 2001, p.653).

Pinheiro Machado estaria retomando a força que perdera no governo anterior. A desarticulação do PRF seria um projeto de uma dissidência paulista, que consegue o sucesso no

³³ Segundo Dunshee de Abranches ele seria contrário à política dos governadores (1918a, p. 270).

fim do governo Prudente ao controlar os militares que estavam sob a tutela de Pinheiro Machado e Francisco Glicério (FAORO, 2001, pp.635-636). "No momento, o que importa, entretanto, será a desmobilização política das baionetas, ainda que ao preço do hiperfederalismo, penhor da ordem civil" (FAORO, 2001, pp. 636-637).

É dentro do Senado que é feita a maior oposição ao governo de Campos Sales. A oposição paulista, comandada por Prudente de Moraes, exigia a diminuição dos poderes do presidente (BELLO, 1940, p.259). Os acordos na casa se sucedem: "em 1905, forma-se o *Bloco* ou *Coligação*, agrupamento parlamentar, sob a liderança de Pinheiro Machado, destinado a impedir que Rodrigues Alves indique seu sucessor" (FAORO, 2001, p.639).

Faoro tem uma posição particular sobre a *política dos governadores*. Ela não necessariamente tem o presidente no papel principal. Para ele, no movimento de Pinheiro Machado e Rui Barbosa "na sucessão presidencial de Rodrigues Aves - a sucessão sempre o nó górdio da combinação reinante - a política dos governadores alcançará a sua expressão mais pura" (2001, p.657). Em síntese,

Concentrado o poder nos vínculos com o presidente, o senhor da intervenção federal (...), o quadro senatorial se contrai, numa constelação de chefias sob uma liderança. A dinâmica do sistema leva, portanto, a subordinar os Estados não poderosos, que dependerão, na sustentação dos grupos dominantes, dos que ocupam o centro do tabuleiro. Não raro, os mais influentes chefes e senadores indicarão os próprios deputados aos governadores, numa prática discretamente aparentada do centralismo imperial (FAORO, 2001, p.658).

O papel central do Senado na relação entre as lideranças regionais e o governo central já era sentido desde a proclamação³⁴. Por exemplo, mesmo depois de Floriano intervir em 19 executivos Estaduais, a ala simpática a ele seguiu por muito tempo, mesmo depois da mudança presidencial. E a disputa de poder nessa casa foi sentida também por Campos Sales: "chefiado pelo vice-presidente da República, Rosa e Silva, chefe político do Estado e militou em oposição ao governo central desde 1900, recebendo em setembro de 1901 o apoio da dissidência paulista, chefiada pelo ex-presidente Prudente de Moraes" (KUGELMAS, 1973, p.206).

³⁴ Eduardo Kugelmas dá outra pista importante na questão da disputa entre o Senado e os Governadores. Em 3 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca fechou as casas legislativas. As alas oposicionistas organizadas tinham encaminhado diversos projetos para diminuir a força do poder central e lograram fazer chegar à ordem do dia no Senado o projeto de responsabilização do Presidente, que poderia ocasionar o seu impeachment. Dentre os governadores à época, apenas Lauro Sodré, do Pará, não apoiou o ato do chefe do executivo federal. Após a sua derrota, o governo Floriano Peixoto encorajou uma intervenção generalizada nos estados para retirar os apoiadores de Deodoro (KUGELMAS, 1973, pp.192-194). Essa purga não se viu no Senado. De fato, o Legislativo reaberto por Floriano Peixoto apoiou o presidente, inclusive aceitando o argumento de que novas eleições não eram necessárias. "A decisão da comissão fora influenciada pelo desejo de consolidar as situações estaduais surgidas a 23 de novembro, identificadas com o florianismo" (KUGELMAS, 1973, p.195).

Essa composição de forças no cenário nacional pode sugerir uma queda de braço entre o executivo e os membros do Senado. E o local onde ela pode se mostrar mais forte é, justamente, no ato de controlar a outra casa legislativa. É ali que podem se dar as influências de um estado sobre o outro em suas realidades locais. A intervenção entre estados seria tão forte quanto a do governo federal – e a manobra de Campos Sales visava dar uma vantagem a uma ordem vertical de poder: das menores unidades, a municipalidade, até a presidência, sob a tutela dos executivos.

Joseph Love sugere que o acordo federativo contido na Constituição de 1891 já foi montado sobre bases desiguais. O motivo principal era a relação financeira de cada unidade federada em relação ao governo central. “As atribuições fiscais reservadas aos estados, principalmente a taxaço das exportações e, depois, a taxaço do consumo, tornava os estados ricos mais poderosos e deixava os pobres enfraquecidos e dependentes do governo federal” (LOVE, 2000, pp. 129-130). Para o autor, havia mais força política concentrada em quatro estados: São Paulo, Minas Gerais e Bahia no início da República, com o Rio Grande do Sul tomando esse posto no final do período. E isso se dava em função não apenas do resultado específico das finanças³⁵:

Em 1910, somente três das vinte unidades da federação - São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - eram responsáveis por mais da metade do total de votos nas eleições presidenciais diretas, e por uma porcentagem equivalente do Produto Interno Bruto registrado no censo de 1920 (LOVE, 2000, p.124).

Segundo Kugelmas, desde a primeira eleição do Brasil republicano houve uma pressão do governo central nos nomes vencedores do poder local. No período de Deodoro da Fonseca isso se deu sob a tutela do Barão de Lucena: "Procurou este colocar à testa dos diversos Estados elementos que apoiassem o governo central" (1973, p.191). Esta atitude foi denunciada à época como uma tentativa de isolar Prudente de Moraes, no Senado, e Francisco Glicério, na Câmara.

Porém, da mesma forma, os estados centrais tentavam exercer pressão sobre os demais: “o presidente e as lideranças dos 'três grandes' estados conseguiram, frequentemente, dividir as representações desses pequenos estados nas assembleias legislativas estaduais, reduzindo ainda mais seu limitado poder no âmbito federal" (LOVE, 2000, p.141). Da mesma forma é preciso considerar as relações entre estes estados menores. Segundo Joseph Love, os estados no Nordeste “cortejavam e tentavam apaziguar as 'grandes potências' (o governo federal e os três

³⁵ "Nos anos focalizados neste estudo, São Paulo recolheu tipicamente de duas a três vezes a receita arrecadada por Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os dois estados que disputavam o segundo lugar" (LOVE, 2000, p.132).

grandes estados), mas nas relações entre eles demonstravam um oportunismo cínico, e disputavam os favores dispensados pelo governo federal" (LOVE, 2000, p.141).

Esse é o panorama onde se desenrolam os fatos aqui estudados. Politicamente, há uma transitoriedade nas associações entre os principais atores. Por exemplo, aqueles que se aliaram a Deodoro e deram seu respaldo ao golpe de estado, se uniram em torno de duas bandeiras: novas eleições (que estavam previstas na Constituição de 1891 em caso de vacância do cargo de Presidente antes de findos dois anos de mandato) e federalismo radical (contra a intervenção nos Estados). Aí temos dois nós importantes para analisarmos os períodos. São dois termos que puderam conseguir aliados das posições mais diversas. Muitos militares eram fiéis ao Marechal Deodoro em função de sua patente. O fato de Floriano Peixoto ter os seus seguidores mostra as rivalidades existentes mesmo entre os fardados. Em momentos de tensão esses discursos se combinam exigindo ordem, se opondo aos arroubos de democratização.

Outro nó bastante importante na composição dos discursos é em torno do legado do da monarquia. Diversos políticos com sucesso no período anterior tinham ficado fora do núcleo duro do poder. A oposição conservadora, grupos messiânicos, áreas do exército, vários discursos utilizaram esse fator na construção das suas cadeias, seja a seu favor ou contra os seus opositores. Rosa Maria de Godoy Silveira aponta o que balizava a disputa discursiva na época de Campos Sales:

Centralização, crítica às instituições monárquicas, crítica aos liberais, considerações de ordem econômica, eram assuntos da pauta dos colaboradores e redatores da *Gazeta de Campinas*, entre eles Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos, Jorge Miranda, Carlos Ferreira, Francisco Glicério e Alberto Sales, este último irmão de Campos Sales e, mais tarde, durante a presidência deste, seu crítico mais ferrenhos (SILVEIRA, 1978, p.158).

É sobre esse quadro que as estratégias de Campos Sales e seus opositores têm desenvolvimento.

2 NASCE A “POLÍTICA DOS GOVERNADORES”: IMPRENSA E CONGRESSO ENTRE 1899 E 1902

O termo *Política dos governadores* apareceu pela primeira vez na imprensa no dia 28 de março de 1900 em um editorial de José do Patrocínio¹ no seu combativo jornal *Cidade do Rio*. No texto “O direito do Fraco” o autor identifica a influência dos governadores dos estados dentro da Câmara na verificação dos poderes da eleição de 1900.

É sabido que a próxima dualidade de Câmaras, que se vai dar na verificação dos poderes para o Congresso, obedece a uma orientação: respeitar-se a política dos governadores.

Quem tiver a fortuna de figurar na lista oficial do partido dominante no Estado será eleito; os contendores estão, previamente, postos à margem (PATROCÍNIO, 1900a, p.1).

Segundo o autor, havia uma tentativa por parte dos parlamentares de naturalizar essa influência colocando-a no rol das habilidades políticas². No Congresso, a primeira vez que está presente nos *Diários da Câmara* é em 24 de maio de 1900. Bueno de Andrada³ colocou a culpa de uma situação negativa levantada por Barbosa Lima⁴ na “tal política dos governadores” em um rápido aparte. Neste primeiro momento há uma clara referência ao caráter local da verificação de poderes – são os interesses políticos dos governadores dos estados que serão respeitados, aprovando a decisão local no processo eleitoral de 1900, que renovava os mandatos da Câmara e um terço do Senado.

Porém, ao longo de dois anos, esse termo deixou de representar apenas uma tendência de manutenção do desejo dos chefes de estado locais nessas contendas eleitorais. *Política dos*

¹ José Carlos do Patrocínio nasceu em Campos, no estado do Rio de Janeiro, em 1853. Farmacêutico por formação (1875), muito cedo teve contato com o movimento republicano. Acabou se dedicando ao abolicionismo a partir de 1879, depois da realização do Congresso Agrícola, assinando uma coluna sobre o tema na *Gazeta de Notícias*. É considerado um dos maiores expoentes do movimento abolicionista devido a sua habilidade retórica e a quantidade de pessoas que iam as suas palestras sobre o tema. Fundou *A Cidade do Rio* em 1887. Foi vereador no Rio de Janeiro no mesmo ano. Faleceu em 1905, de tuberculose, três anos depois de encerrar as atividades deste jornal (PATROCÍNIO, 2017).

² “O fato é conhecido e público, porque os politiqueros o repetem como uma vitória da habilidade dos grandes chefes” (PATROCÍNIO, 1900a, p.1).

³ Antônio Manuel Bueno de Andrada era um político paulista eleito em 1895 por São Paulo. Republicano Histórico, o engenheiro militou também pela abolição da escravidão. Participante da Proclamação da República, se colocou em oposição ao Governo Provisório logo em seguida. Foi deputado federal de 1895 até 1905 (ABRANCHES, 1918^a, pp. 585-586).

⁴ Alexandre José Barbosa Lima nasceu no Recife em 1862. Militar, fez carreira como professor na Escola militar do Ceará e do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal constituinte pelo Ceará, perdendo o cargo por ter se tornado Governador de Pernambuco. Entre 1896 e 1899 foi deputado federal por Pernambuco. Entre 1899 e 1905 pelo Rio Grande do Sul e entre 1906-1911 e 1915-1917 pela Capital Federal. Foi preso na ocasião do atentado a Prudente de Moraes e desterrado em Fernando de Noronha (ABRANCHES, 1918^a, pp.295-296).

Governadores foi significado por diversas demandas e uniu uma série de críticas ao governo de Campos Sales. Este capítulo é dedicado a mostrar como esse processo ocorreu de maneira cronológica, ou seja, identificando as demandas conforme elas foram aparecendo ao longo do tempo. Para isto ele foi dividido em três partes. A primeira começa com os textos de José do Patrocínio até o surgimento de uma oposição parlamentar organizada em torno de Prudente de Morais, em 1901. A segunda parte é uma análise do manifesto desse grupo lançado no jornal *O Estado de São Paulo*. A parte final do capítulo mostra os trabalhos de síntese do período ensaiados por jornalistas e políticos na tribuna que tentaram dar um tom de balanço final do governo de Campos Sales. Esta última parte termina em maio, quando iniciam os trabalhos legislativos de 1902. Como será abordado no próximo capítulo, apenas depois da *Mensagem Presidencial de 1902* é que o próprio presidente passa a se importar com esse discurso e existe algum tipo de oposição ao que foi construído até ali.

Assim, esse capítulo trata da construção do discurso da *Política dos Governadores* a partir da oposição ao governo. Os objetivos aqui são: a) demonstrar o surgimento e a difusão do termo *política dos governadores* da imprensa para o legislativo; b) determinar quais agentes políticos estiveram envolvidos na construção desse discurso; c) identificar quais as demandas que aparecem no período, se elas se articulam e qual a natureza dessa articulação; d) analisar se existe a formação de uma fronteira antagônica.

2.1 As primeiras definições da Política dos Governadores

Depois da primeira aparição do termo *Política dos Governadores* há uma rápida difusão dentro da imprensa. Logo em Abril, no estado do Paraná, o termo é repetido em telegramas enviados ao jornal *Diário da Tarde*. Nas edições dos dias 13/14 e 19/20 daquele mês aparecem menções ao reconhecimento de poderes. Ambos são muito parecidos em conteúdo: “É voz corrente que serão reconhecidos todos os deputados que apoiam a política dos governadores dos Estados pelos quais foram eleitos” (RECONHECIMENTO..., 1900, p.2)⁵. Segundo José do Patrocínio, o mecanismo era sustentado pelo apoio dos estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Era, inclusive, deste último estado que o autor acreditava que provinha o modelo desta política⁶.

⁵ O telegrama de 19/20 de abril está escrito de maneira levemente diferente: “A bancada paulista, em reunião resolveu votar pelo reconhecimento todos os deputados que apoiam a política dos governadores dos Estados pelos quais foram eleitos” (A BANCADA..., 1900, p.2).

⁶ “Foi embalada nesta grata esperança que a concentração impôs à eleição federal essa série de duplicatas de que não havia memória. A criação da câmara xifópaga, que é a mais extraordinária das teratologias contemporâneas, originou-se dessa promessa da onipotência castilhistas” (PATROCÍNIO, 1900b, p.1).

Até já foram citados os nomes dos ilustres diplomados, que mereceram a distinção de iniciar a legislatura: Srs. Augusto Montenegro, Cornélio da Fonseca, Paula Guimarães, Barros Franco e Cassiano do Nascimento (PATROCÍNIO, 1900b, p.1).

Porém, acordos com o governo federal que manteriam a influência política baiana intacta, teriam desagradado os rio-grandenses que se retirariam da Comissão de Verificação de poderes⁷. Isso intensificou uma primeira impressão mais regionalizada dessa “política dos governadores, veneno infalível para o nosso combalido sistema representativo” (PATROCÍNIO, 1900b, p.1).

De fato a maioria dos deputados não é senão a representação da autocracia reinante nos Estados e, como a Câmara e o Senado já não pensam livremente, são simples máquinas de autorizações, melhor seria que ficasse bem claro que elas se submetem a exercer lealmente a sua função (PATROCÍNIO, 1900b, p.1).

Essa característica regional, porém, tinha um viés mais federativo, ou seja, de coligações interestaduais. Em um telegrama publicado n’*A Província*, de Pernambuco, no dia 20 de abril de 1900 há a notificação do acordo da bancada paulista em apoio à *política dos governadores* – exceto nos estados de Sergipe, Paraíba e Rio de Janeiro⁸. No caso da Paraíba, em 15 de junho de 1900, a crítica carregada de ironias d’*O País*, assinada pelo pseudônimo Vaillant⁹, corrobora que não era qualquer política dos governadores locais que havia sido aceita por Campos Sales.

O caso da Paraíba, um dos que ficara para o fim, já foi resolvido no correr da semana, sendo reconhecidos os cinco deputados da oposição ao governador do Estado, o que prova ter sido uma invenção o tal critério que diziam estar adotado para o reconhecimento de poderes - o da política dos governadores e presidentes dos Estados (CRÔNICA..., 1900, p.1).

Isso não passou despercebido por José do Patrocínio. Ao analisar o reconhecimento de Lauro Müller como senador por Santa Catarina por influência da política paranaense o autor

⁷ "Pela boca pequena se diz que o castilhismo não gostou da reviravolta, que deve manter a Bahia a sua antiga ascendência, e ordem foi dada ao Sr. Cassiano Nascimento para não fazer parte da comissão verificadora dos diplomas, espécie de conselho de levitas para a cerimônia da circuncisão legislativa dos futuros deputados" (PATROCÍNIO, 1900b, p.1).

⁸ “Ontem à noite reuniu-se a deputação paulista, sob a presidência do Sr. Rodrigues Alves, havendo animada discussão até 11 horas.

O presidente encareceu a conveniência de apoiar a política dos governadores.

Os srs. Costa e Bueno de Andrada argumentaram no sentido de mostrar a necessidade de não ser o apoio extensivo aos governos de Sergipe, Paraíba e Rio de Janeiro" (TELEGRAMAS, 1900, p.1).

⁹ "Nem tudo está perdido neste país! O direito de representação das minorias está respeitado e a garantia do terço tornou-se uma realidade: reconhecimento dos cinco oposicionistas da Paraíba, representando a unanimidade da bancada, é uma coisa que dá vida aos desanimados e aos desiludidos, porque prova que entramos no regime da Constituição com tão boa vontade que começamos por fazer um terço da chapa completa, um terço maciço, um terço de encher o olho!...

Cabe ao Sr. Adolfo Gordo o *brevet d'invention!*" (CRÔNICA..., 1900, p.1) O termo em francês significa o que hoje conhecemos como registro da patente que ocorre com invenções no ramo industrial.

coloca dois novos fatores na equação. O primeiro deles é a fidelidade do presidente ao seu partido. "Se houvesse da parte do governo federal lealdade para com o partido, que elegeu o Sr. presidente da República, desde muito teria desaparecido a política vicentina [do senador Vicente Machado] do futuroso Estado" (PATROCÍNIO, 1900c, p.1). A cooptação das vontades regionais pelo governo federal passaria a ser feita de maneira que nem mesmo o partido que elegeu Campos Sales seria poupado, levando ao Senado até mesmo um dos "arruaceiros legislativos de 97" (PATROCÍNIO, 1900e, p.1)¹⁰.

O Sr. Vicente Machado só tem o valor efêmero da verificação dos poderes no senado; é um voto e nada mais.

Em troca da adesão do Sr. Vicente Machado o senado deixará de adquirir um senador por Santa Catarina, genuinamente conservador e expressão da vontade eleitoral daquele Estado. O Sr. general Bayma será sacrificado à candidatura do palácio do Sr. Lauro Müller, outro cogumelo político da podridão eleitoral da República, resultado da contaminação da legalidade (PATROCÍNIO, 1900c, p.1).

No entanto, não seria apenas esse o motivo dessa intervenção. Foi aí que José do Patrocínio inclui o caráter pessoal de Campos Sales como um segundo fator importante nessa ação política: "o partido republicano vai resignar-se a reconhecer senador esse homem, frio e implacável, servidor sem entranhas do jacobinismo, só para satisfazer ao Sr. presidente da República, que vota ao sr. Lauro Müller uma amizade, como a da bainha ao punhal" (PATROCÍNIO, 1900c, p.1). A partir desse ponto a Política dos Governadores passa a ser significada para algo além do respeito do cenário local pelas lideranças da união:

É com esse refugo moral, mais torpe que o jacobinismo, e em que o poder recruta os seus melhores instrumentos para todas as ciladas e para todas as execuções; é com esse sobejo do Sr. Glicério e da legalidade, que aceitou a cisão sem aceitar o Sr. Seabra; é com esses parasitas do subsídio que se vai organizar isso a que se deu o nome de política dos governadores e que não passa da organização do partido pessoal do Sr. Campos Sales, a guarda pretoriana dos seus ministros, destinada a legitimar o assalto à autonomia dos Estados, como em Mato Grosso, ou o assalto aos cofres dos Estados, como no Amazonas.

Para esses transfugos da bandeira da honra, desfraldada pelo Sr. Prudente de Moraes, não pode, nem deve haver perdão (PATROCÍNIO, 1900c, p.1).

A personalidade do presidente foi ainda mais utilizada por José do Patrocínio ao colocar a troca do governador da Capital Federal como mais uma das facetas do "despotismo pançudo" (PATROCÍNIO, 1900e, p.1) de Campos Sales.

¹⁰ "Companheiro do Sr. Alcindo Guanabara, no Republica, cabe ao Sr. Lauro Müller a maior responsabilidade nos crimes de 1897" (PATROCÍNIO, 1900c, p.1). O 5 de novembro de 1897 é a data da tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, que resultou no falecimento de Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra.

Além disso, há ainda uma terceira característica que José do Patrocínio infere à Política dos Governadores: o papel central da Concentração, uma cisão do Partido Republicano Federal. A ascensão desse novo partido seria uma vitória do grupo liderado na Capital Federal por Pinheiro Machado¹¹. Essa centralidade já se configura na composição da *Comissão dos Cinco*, o grupo responsável pelas verificações de poderes. Liderada pelo presidente da sessão legislativa anterior¹², Augusto Montenegro (PA)¹³, era completada por Francisco Sales (MG)¹⁴, Moreira Alves (PE)¹⁵, Cassiano Nascimento (RS) e Alencar Guimarães (PR)¹⁶.

Devemos, pois, à concentração, que foi o preço da trégua dada pelo castilhismo ao governo, a inconstitucionalidade do presidente póstumo, que está dirigindo a organização da câmara.

Mas, a Comissão dos Cinco, é de livre escolha desse presidente, sendo esta um produto da concentração, tal comissão só pode consultar o pensamento desta.

A política dos governadores é logicamente um produto da política da concentração, de que é fiador o Sr. Campos Sales (PATROCÍNIO, 1900d, p.1).

Em conclusão, José do Patrocínio foi categórico: “Vê-se, portanto, que, se o Sr. Campos Sales nega a sua iniciativa na política dos governadores, os fatos o contradizem e fazem recair sobre S. Ex. a responsabilidade desse crime” (PATROCÍNIO, 1900d, p.1). O intuito de tudo isso era, para o autor, garantir a maioria sob o comando do presidente¹⁷.

A lista dos deputados está pronta e a divisão, segundo dizem, é esta: 94 deputados republicanos e 90 concentrados, e um contrapeso mineiro, que o Sr. Campos Sales traz na algibeira, para decidir o seu capricho às questões parlamentares.

¹¹ O jacobinismo tem ao menos a coragem da luta.

O seu chefe, o sr. Pinheiro Machado, sabe querer, e mais do que isto, sabe vencer.

Depois da abstenção na eleição presidencial, de um lado obriga o governo do Sr. Campos Sales a celebrar o convênio aduaneiro, que importa na integração política castilhista; de outro lado impõe à câmara e ao senado, e, por eles ao país inteiro, e ao próprio governo, a concentração!” (PATROCÍNIO, 1900c, p.1).

¹² “Que havia desde o ano passado a intenção de prender a atual legislatura à triste política do último ano da passada, prova-o irrefutável e irredutivelmente o fato da sub-rogação inconstitucional da presidência da Câmara dos Deputados” (PATROCÍNIO, 1900d, p.1). O comentário aqui refere-se à mudança do regimento da casa que garantiu a continuidade do presidente da sessão anterior para o reconhecimento da próxima legislatura ao invés do mais velho entre os eleitos.

¹³ “Espírito amorfo, irresponsável pela sua notória incompetência, sem outro valor que o jeito de se fazer faminto, coube-lhe entretanto a posição de presidente da Comissão, o que importa em apresentá-lo como um joguete da Concentração, um indispensável de palácio” (PATROCÍNIO, 1900d, p.1).

¹⁴ “...um ilustre desconhecido, ou melhor, um representante conhecido pela sua marca de incondicional” (PATROCÍNIO, 1900d, p.1).

¹⁵ “... que apesar de seu talento e de sua bela tradição abolicionista, passou largo tempo como a mão de S. Pedro, entre a cisão e o glicerismo, fugindo das votações como estudante remisso das sabatinas” (PATROCÍNIO, 1900d, p.1).

¹⁶ “... juntaram-se mais dois representantes genuínos da concentração: um, preposto da política da faca de João Francisco, e outro da política do quilômetro 65, os Srs. Cassiano do Nascimento e Alencar Guimarães, este com diploma contestado” (PATROCÍNIO, 1900d, p.1).

¹⁷ “Todo o esforço da Comissão dos Cinco foi apurar uma lista de diplomados, que, contrabalançando os interesses partidários, dê ao Catete a posição de supremo árbitro eleitoral” (PATROCÍNIO, 1900e, p.1).

S. Ex. sabe que o congresso tem de liquidar o *funding loan* e tem de verificar os poderes do futuro presidente. Todo o cuidado para que não haja possibilidade do partido republicano preponderar é pouco, apesar de terem sido dadas pelos deputados e senadores desse matiz as mais inequívocas provas do que só o jacobinismo tem o Sr. Cassiano do Nascimento, ele possui o Sr. Augusto Arantes, mais conhecido por Augusto Montenegro (PATROCÍNIO, 1900e, p.1)¹⁸.

Assim, nos primeiros meses de 1900 o termo começou a ganhar um significado diferente. *Política dos Governadores* deixou de ser a prática política local realizada pelo líder do executivo regional para ser algo mais. Tratava-se de se garantir a vontade de alguns governadores regionais que fossem do agrado pessoal de Campos Sales e da Concentração, sem ouvir necessariamente o partido que fez o presidente, ou seja, os Republicanos. Isso no intuito de formar um Congresso com uma quantidade importante de *concentrados* para poder moldar a força dos *republicanos* dentro do legislativo em torno dos interesses políticos do Executivo.

A partir do início dos trabalhos da nova legislatura, em maio de 1900, começam a aparecer menções ao termo *política dos governadores* também no Congresso. Barbosa Lima, deputado pelo Rio Grande do Sul, ocupou a tribuna para falar do reconhecimento do diploma de Teófilo Otoni, defendido pelo relator José Joaquim Seabra¹⁹, no 1º distrito de Minas Gerais²⁰. O deputado pelo Rio Grande do Sul afirma que os procedimentos adotados estão contrários ao regimento da casa²¹ e que os “equívocos aritméticos” confessados por Seabra podiam se tornar precedentes perigosos²².

Ora, diante disto, pergunto: não haverá possibilidade desse equívoco, a que se refere o nobre Deputado, nos levar a um erro irreparável como este? Pois já

¹⁸ Segundo o autor o número de Republicanos podia aumentar um pouco: "é provável que ainda se apurem mais uns seis deputados republicanos, para que eles sejam 100 na câmara e com este número sirvam ao Sr. presidente da República, mesmo por que, pela votação da bancada rio-grandense, o Sr. Cassiano Nascimento já não pode mais ser utilizado para o serviço, que tanto aliviava o poder executivo da República" (PATROCÍNIO, 1900e, p.1).

¹⁹ José Joaquim Seabra nasceu em Salvador em 1855. Tornou-se Bacharel em direito pela Faculdade de Recife em 1877, onde se doutorou e se tornou diretor da instituição com a proclamação da República. Partidário de Deodoro, foi demitido da faculdade e desterrado para o Amazonas por Floriano Peixoto. Participante ativo da Revolta da Armada contra o presidente, terminando por se exilar no Uruguai. Depois da anistia, voltou para a Faculdade de Recife, tendo o seu posto restituído por decisão judicial em 1897. No mesmo ano foi eleito deputado pela Bahia, sendo líder do governo Campos Sales na Câmara em 1902 e depois Ministro do Interior no governo Rodrigues Alves (ABRANCHES, 1918a, pp. 144-146).

²⁰ Rodolfo de Abreu apoiou Barbosa Lima e requereu ao presidente da Câmara que colocasse novamente em discussão o parecer do reconhecimento do diploma de Teófilo Otoni (parecer nº 58 de 1900). Seabra havia reconhecido erros de cálculo e havia declaradas nulas algumas sessões. O presidente da Câmara rejeitou o pedido e o deputado mineiro foi conduzido ao cargo (BRASIL, 1900a, p.149).

²¹ . "Nós vimos a exibição e apreciação de atas, de exposições, de contestações de documentos comprobatórios, todos concernentes a essa questão, que pelo Regimento não podia ter lugar" (BRASIL, 1900a, p.148). 24 de maio de 1900

²² "É possível, portanto, que esses equívocos aritméticos, esses erros de adição, esses enganos confessados pelo nobre deputado [Trata-se aqui de José Joaquim Seabra] possam conduzir a Câmara nesta como nas futuras legislaturas a erros sobre a significação dos antecedentes, alguns formados pelo voto que hoje deve ter lugar, isto é, se fica sendo ou não motivo para ser anulada esta ou aquela autêntica, desta ou daquela ação, acaso envolva novos enganos" (BRASIL, 1900a, p.148).

não é uma triste contingência que diante da desordem que tem provocado o novo sistema de verificação de poderes (apoiados), nós tenhamos de confessar, cabisbaixos, perante a opinião pública, que demos assento a um Deputado que o não é, e que, portanto, cassamos o diploma a um outro cidadão, mandado pelo eleitorado para representá-lo no seio desta casa?

O SR BUENO DE ANDRADA - É consequência da política dos governadores.

O SR BARBOSA LIMA - É consequência dos equívocos de pareceres e os equívocos de pareceres nos devem fazer meditar e decidir maduramente e não de afogadilho (BRASIL, 1900a, p.149).

Rodolpho de Abreu²³, diretamente interessado na questão por também ser de Minas Gerais, ocupou a tribuna em seguida para engrossar o coro de Barbosa Lima. O foco principal era o relatório de Seabra que tinha reduzido drasticamente a quantidade de votos válidos naquela eleição²⁴ – o que, segundo orador, deveria resultar na sua anulação²⁵. Porém, o ponto mais importante para esta tese é a denúncia de uma ameaça por parte do deputado baiano de que “se eu [Rodolpho Abreu] promovesse voto em separado [sobre o relatório reconhecendo Ottoni] e discussão, o prejudicado seria eu, porque S.Ex. demonstraria que eu não havia sido eleito" (BRASIL, 1900a, p.295).

A resolução proferida sobre o modo de reconhecer os Deputados nesta legislatura prejudicou os créditos da República e os interesses nacionais de ordem e garantia; e trouxe como consequência imediata estarmos agora sendo vítimas de acusações, como esta que acaba de fazer-me o nobre Deputado pela Bahia. Nossos diplomas foram considerados líquidos; mas se assim não entendia o ilustre relator, por que não impugnou em tempo?

Se o meu diploma não era líquido, Sr. Presidente, então líquidos também não o eram os de meus companheiros de distrito, e agora, fazendo ricochetear o ataque, direi que líquidos não deveriam ter sido também aqueles 22 diplomas contestados todos, dos representantes da Bahia, e que por aqui passaram incólumes, sem a menor análise (sussuros e muitos apartes da bancada baiana).

Direi, então, que, como eu, entraram também SS.EEx. por essa mesma porta estreita da política dos governadores (BRASIL, 1900a, p.295).

Há um elemento importante aqui: o papel da comissão de inquérito responsável por cada parecer de reconhecimento. Escolhida pela comissão de verificação, ela era um segundo foco

²³ Rodolpho Ernesto de Abreu nasceu em 1858 em Mariana, Minas Gerais. Comerciante, foi organizador do Partido Republicano da sua região. Republicano histórico, fez parte do Congresso Republicano junto com Glicério, Campos Sales, Bocaiúva e outros e participou do movimento de 15 de novembro. Foi eleito apenas uma vez para um cargo público, deputado federal por Minas Gerais da 1ª até a 5ª legislatura, quando renunciou e se afastou da política. Era opositor de Prudente de Moraes (ABRANCHES, 1918a, pp.439-441).

²⁴ "conseguiu que os meus próprios companheiros de bancada, então em oposição à minha eleição, reduzissem a minha votação de 28.000 votos a 4.100, para que pudesse ele entrar aqui, pelo mesmo processo por que pretende entrar hoje, anulando quase a totalidade dos votos do meu Estado, como quer anular hoje quase a totalidade dos votos do meu distrito" (BRASIL, 1900a, p.294).

²⁵ "o mais votado, pela soma material dos votos, foi o Dr. Cupertino Siqueira, afirmei que sua conclusão não era jurídica, porque, neste caso, anulando tantas eleições, chegava a rasgar de fato o diploma do candidato mais votado, e então a conclusão jurídica seria a nova eleição, a aplicação do art. 46 da lei eleitoral" (BRASIL, 1900a, p.295).

de poder que precisava também ser cooptado para que a *política dos governadores* pudesse se comportar da forma como a imprensa descrevia. E esse ambiente de contestação se espalhou na imprensa. José do Patrocínio teceu duras críticas no *Cidade do Rio*:

Sem vontade, juguete dos ministros, acorrido diante do silêncio de esfinge a bancada rio-grandense; o Sr. presidente da República, manejando os incondicionais de Minas, como o sultão os seus janizaros, o Sr. presidente da República junta à perturbação dos trabalhos legislativos o escândalo da intervenção às escancaras, rebaixando a dignidade do poder legislativo (PATROCÍNIO, 1900f, p.1).

No seu artigo intitulado “Pirataria legislativa” acresce os mineiros à base de sustentação de Campos Sales²⁶ e coloca que a situação dos republicanos paulistas tendia a ser muito favorável ao presidente²⁷.

Assim, o discurso da *política dos governadores* ganha mais um elemento. Ela também era responsável pelas fraudes eleitorais que impediriam o eleitor de colocar o seu representante em um cargo eletivo. A eleição era mera formalidade, já que os resultados eleitorais eram escolhidos na Capital Federal através da verificação de poderes. Esse vai ser o mote principal das críticas durante todo o ano de 1900.

O assunto voltaria aos discursos parlamentares em junho. Fausto Cardoso²⁸, em uma fala longa e inflamada, com ares de desabafo, questionou fortemente a existência de um critério uniforme na verificação de poderes. Lamentando ter estado no lado perdedor (mesmo se considerando com a verdade dos fatos) nos reconhecimentos em Goiás, no 2º distrito do Rio de Janeiro voltou a perder na Paraíba...

O SR. FAUSTO CARDOSO ...porque, para este caso particular, o princípio da política dos governadores, com que a sabedoria de César tarou a balança do reconhecimento de poderes, para impedir o erro, o desvio e a injustiça desse tribunal dos mortais, foi substituído pelo da política ministerial, tal como na Roma dissoluta, a perda do toque dos cônsules era preferida a dos procônsoles, para se avaliar o quilate, a resistência metálica do ouro dos direitos concedidos por esmola aos povos conquistados.

O SR. GERMANO HASSLOCHER - Apoiado; diga a verdade.

O SR. FAUSTO CARDOSO - E perco-o, sem dúvida alguma, agora, porque na balança se encontram hoje as duas taras: a do governador e a do ministro,

²⁶ "É desanimador saber que o Sr. presidente da República alardeia que abrirá em hostilidade contra quem não se prestar a sufragar a combinação dos incondicionais mineiros com a cavalaria do Sr. Julio de Castilhos" (PATROCÍNIO, 1900f, p.1).

²⁷ "Os mesmos políticos que se coligaram para a derrota do sr. Glicério devem agora humilharem-se ao Sr. presidente da República para tornar possível o reconhecimento do Sr. Glicério, e os mesmos homens que chamavam parlamentarismo a moção Seabra devem ser convertidos em votantes automáticos do Catete!" (PATROCÍNIO, 1900f, p.1).

²⁸ Fausto de Aguiar Cardoso nasceu em Sergipe e foi bacharel pela Faculdade de Recife em 1884. Foi professor em diversas escolas da capital, bem como delegado auxiliar e secretário geral da Prefeitura. Também foi professor na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Eleito pela primeira vez na 4ª legislatura (1900-1902), não foi reeleito para a 5ª, mas voltou ao cargo na 6ª (1906-1908) (ABRANCHES, 1918b, pp.44-45).

a do procônsul e a do cônsul; taras que lhe medem a instabilidade das conchas num equilíbrio estável, o que a torna incapaz de indicar o peso das coisas, de tal forma que eu mesmo, que ousei tomar a defesa dos esmagados de Mato Grosso, das vítimas do poder, dos bastardos da lei, dos esquecidos da justiça, sinto ímpetos de engolir esse voto, que é o grito de minha consciência jurídica rebelada contra prepotência, e dizer: Srs. Deputados, sois os portadores da verdade e eu, o do erro, porque sois a convicção coletiva, e eu a individual, porque sois a harmonia, e eu, a dissonância (BRASIL, 1900b, p.557).

O editorial de José do Patrocínio ganhava coro. O presidente não tinha firmeza nos seus critérios e permitia que seus ministros também intervissem na contenda contra os governadores. No caso da Paraíba a interferência seria de Epitácio Pessoa, e no Mato Grosso, de Joaquim Murtinho, como aqui explicado num capítulo anterior. Havia maioria parlamentar para garantir esses resultados, mesmo que o orador considerasse a existência de prova cabal em contrário da decisão da comissão de inquérito²⁹. O problema não necessariamente era a *Política dos Governadores*, mas a seletividade do seu emprego. A falta da segurança da norma levaria a uma crise de autonomia das instâncias políticas e a sociedade para a feudalização³⁰.

E essa fé nas ideias velhas que temos, e nas novas que pretendemos ter, é tão insignificante que os homens mais ilustres mudam de opinião de um dia para outro, negando hoje o que afirmaram ontem, sem que se envergonhem disso, e, o que é pior, sem que ninguém se envergonhe por eles (BRASIL, 1900b, p.558).

E, pela primeira vez, a importância dos partidos é adicionada como um elo na cadeia de equivalência. Essa *Política dos Governadores*³¹ só prosperava porque os partidos inexistiam.

²⁹ "Isso é escandaloso! Anulam-se as eleições do Coxim, tomando-se por base um telegrama do Governador, sob pretexto de que esse telegrama afirma a não criação do município, quando, ao contrário, o telegrama, declarando que ali se fizeram eleições para vereadores em junho, afirma implicitamente a criação do mesmo; quando existe um edital dizendo que não foram convocados tais e quais eleitores, por pertencerem ao município do Coxim, já instalado e criado!" (BRASIL, 1900b, p.555). Mais adiante: "Era o caso de fazer esse requerimento, e eu o faria se não tivesse a certeza de que, com essa prova ou sem ela, o parecer da Comissão venceria hoje, aqui, da mesma forma. Os votos estão contados" (BRASIL, 1900b, p.556).

³⁰ "Em tais condições, a massa social segue o único caminho que se lhe depara: entrega-se, nos campos, ao proprietário que lhe promete menos trabalho e mais lucro, e nas cidades, ao político que lhe oferece melhor emprego; caminho ilusório, perigoso e já batido, na esfera privada, pelos homens medievais que, sem leis que os protegessem, sem tribunal que os garantissem, se entregavam aos grandes senhores pela fidelidade e pelo benefício, em troca de proteção e amparo para sua vida e seus bens, benefício e fidelidade, amparo e proteção que degeneraram em submissão e patronato; patronato e submissão que geraram o senhorio e a servidão; servidão e senhorio que produziram indignação que ateou a guerra das comunas que envolveu a Europa em um vasto lençol de fogo; caminho perigoso que criara aqui a servidão política, como ali, criou a privada, e ateará a guerra dos cidadãos contra o poder, dos municípios contra os Estados, dos Estados contra a União; a guerra, em suma, pela autonomia administrativa e pela liberdade política" (BRASIL, 1900b, p.558).

³¹ O orador utiliza aqui o termo ainda como ação política feita pelos governadores: "...diante de uma Câmara nascida e constituída pelo princípio monstruoso da política dos governadores de Estados; política que há de levar necessariamente, fatalmente, esse país à fragmentação e à morte, reduzindo-o a pequenas tiranias digladiantes, como a política da imunidade senhorial partiu as realezas bárbaras na Europa, em pequenos feudos, governados por pequenos déspotas" (BRASIL, 1900b, p.560).

Os partidos políticos não existem, nem podem existir, em um meio onde se tem diversas bandeiras para se mostrar esta ou aquela, conforme as necessidades dos interesses em conflito.

Falou-se ontem em republicanos federais, jacobinos, florianistas, custodistas, saldanhistas e federalistas; fala-se hoje em republicanos, concentrados, liga dos governadores... ilusão! Designações que só atestam a nossa ingenuidade; confusão de nomes que só prova a confusão das nossas consciências. Porque a verdade é esta: neste país só há partidos regionais, e nesta Câmara, que é o espelho que lhe reflete a imagem política, só há bancadas (BRASIL, 1900b, p. 559).

Gonçalves Maia³² passou a se debruçar sobre o tema a partir de junho, tendo as suas crônicas parlamentares difundidas por diversos grandes jornais da região nordeste do Brasil. E ele trouxe um elemento interessante ao cenário. Maia dá créditos a Rosa e Silva, vice-presidente, como figura importante na oposição aos interesses de Campos Sales dentro do Congresso, nas comissões de verificação. O vice se utilizaria do que Maia chama de *liga dos governadores* para esse fim³³.

A primeira picuinha feita ao sr. Campos Sales, diretamente, foi a do reconhecimento do deputado Ildefonso Alvim, de Minas, opositor ao sr. Silviano Brandão e ao sr. presidente da república, que, ambos, se interessavam pelo candidato Dutra.

Tudo isso, essa intervenção, esse interesse do poder executivo, nos reconhecimentos, já é indecente e imoral; mas desde o começo os presidentes da república se deram o luxo de não prescindir de uma maioria parlamentar (...) E, dada a votação, reconhecido o sr. Alvim, por poucos votos é verdade, mas reconhecido, contra o candidato do peito do sr. Silviano e bafejado pelo presidente, o que se viu foi isso: o apoio incondicional por água à baixo e burlado (...) E o que o presidente de Minas deve ter visto foi que, num momento difícil, quando estava em jogo a candidatura do seu melhor amigo, o presidente da república, que tem intervindo em tudo, parece ter cruzado os braços nessa emergência. O apoio incondicional não encontrou compensações.

Agora tolo será o sr. Rosa, ou quem o está pondo na frente, se não se aproveitar" (MAIA, 1900a, p.1).

Da região norte-nordeste esse entendimento de que Rosa e Silva é quem era o verdadeiro arquiteto das recentes modificações de poder local receberam eco no sudeste. No jornal *Cidade do Rio* um artigo assinado por Estevão José³⁴ sugeria que mesmo a substituição do governador

³² José Gonçalves Maia foi um político e jornalista pernambucano. Eleito deputado em 1894 não teve o mandato renovado até 1915. Nesse período foi correspondente de diversos periódicos como *A Gazeta da Tarde*, *Estado de Pernambuco*, e *A Província*, além de *A Cidade do Rio* no período em que esteve residindo no Rio de Janeiro. (ABRANCHES, 1918a, pp. 533-534).

³³ "Mas é que a tal liga dos governadores lhe serviu apenas para conseguir uma pequena maioria e de posse dessa pequena maioria ele deslocou o interesse da política geral para o domínio dos seus interesses pessoais. Desnaturou os intuítos de uma política que oferecia consistência e ao mesmo tempo serviu-se da influência que lhe havia emprestado o presidente da república para voltar-se contra ele e começar essa série de pequeninas hostilidades que todos temos presenciado" (MAIA, 1900a, p.1).

³⁴ Provavelmente um pseudônimo.

do Pará era, no fundo, resultado do poder do pernambucano³⁵. A manobra teria sido arquitetada por José Mariano e acolhida por Campos Sales. Sobre ele: "foi hábil; aproveitou bem o momento para voltar ao palácio, cujas portas a política dos governadores lhe trancava" (JOSÉ, 1900, p.1).

O Sr. Rosa e Silva fez alta no Norte, o Sr. Campos Sales a baixa do Sul.
Se a consciência do presidente deve sofrer com a responsabilidade desse fato, o seu imenso amor próprio mais ainda deve estar irritado pela incontestável superioridade que sobre ele patenteou o Sr. Rosa e Silva.
Nas altas regiões da moral política inverteram-se os papéis; o Sr. Rosa e Silva é o presidente e o Sr. Sales o vice, se tanto (JOSÉ, 1900, p.1).

Levando em consideração a importância do papel de oposição de Rosa e Silva no processo de verificação de poderes, é possível afirmar que não havia um controle privativo do processo por parte do presidente da República. E isso é importante para a compreensão do papel da Comissão de Verificação de Poderes e das Comissões de Inquérito definidas pela primeira. Assim, a diplomação de parlamentares passa a ser mais uma intromissão do Executivo na disputa de lideranças por poder em estados satélites do que propriamente uma aliança entre os executivos Federal e Estadual. Entretanto, esse poder de Rosa e Silva não aparece nos discursos na Câmara ou no Senado. Nesta última casa (presidida pelo próprio vice-presidente da república) Feliciano Penna³⁶, em uma fala na tribuna no dia 4 de agosto de 1900, ao tratar da intervenção do executivo na verificação de poderes³⁷, foi direto:

Mas a verdade é esta. O Presidente da República avassala tudo.
O SR. ANTÔNIO AZEREDO - Apoiado.
O SR. FELICIANO PENNA - Se não é por meio de blandícias, é por meio de ameaças, até de perturbação da ordem nos Estados.
O SR. J. CATUNDA - Isto é muito grave.
O SR. ANTÔNIO AZEREDO - Porém é verdade.
O SR. BARATA RIBEIRO - Isso só prova que quem desorienta a opinião pública são os que deveriam dirigi-la bem.

³⁵ "A viagem do Sr. Augusto Montenegro à terra natal do Sr. Serzedelo Correa, segundo zumbido das abelhas parlamentares, é uma embainhada do Catete aos governadores do Norte à cata de aliados para trefa campanha contra o crescente prestígio do vice-presidente da República" (JOSÉ, 1900, p.1).

³⁶ Feliciano Augusto de Oliveira Penna nasceu em Minas Gerais, em 1845. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, era do partido liberal durante a Monarquia. Foi eleito senador em 1897 na vaga de Cristiano Ottoni, tendo o mandato renovado em 1906 (ABRANCHES, 1918a, p.394).

³⁷ "Ninguém ignora como se opera atualmente o reconhecimento dos representantes da Nação.

A comédia começa nas mesas eleitorais, que ordinariamente fazem obra por encomenda dos governadores; boas ou más, as atas vem para sofrer aqui os processos da química política, com a intervenção notória do Presidente da República, que dita sua vontade.

Isso com relação aos representantes da Nação. Com relação aos presidentes dos Estados, sabem eles que sua tranquilidade e conservação dependem exclusivamente da boa vontade do Governo Federal, que por troca de favores ou por ameaça de subversão da ordem nos Estados, traz-os inteiramente dominados.

Ora, Sr. Presidente, a resistência a este poder onipotente, importa o sacrifício certo de quem a aventurar. Trata-se de um verdadeiro suicídio e não se pode exigir de ninguém tão duro sacrifício" (BRASIL, 1900c, p.970).

O SR. FELICIANO PENNA - De perfeito acordo; e não é de hoje que tenho pra mim que a fonte principal dos males deste país é o seu governo, cujos maus exemplos baixam, produzindo uma influência deletéria em todas as classes (BRASIL, 1900c, p.970).

A partir do final do processo de verificação de poderes apareceram na imprensa uma série de artigos que colocam esta *política dos governadores* como origem de todos os problemas do governo de Campos Sales.

Começou a produzir os seus resultados a imoralíssima política dos governadores.

Não basta ao governo a maioria asfixiante, que reduz o poder legislativo à mera chancelaria do executivo; o governo quer mais: o silêncio absoluto sobre sua política, o apoio mudo e automático aos seus atos (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

José do Patrocínio voltou a citar o presidente como ligado ao castilhismo e especialmente a Pinheiro Machado e Nilo Peçanha, depois de abandonar o seu partido³⁸. Para o autor, Campos Sales³⁹ não aceitava qualquer crítica. Em torno de si criara um tipo de partido oficial.

Ao Sr. Campos Sales ficou o direito de ser imparcial, de não governar com o seu partido; os deputados, porém, ficaram, pelo fato do reconhecimento, reduzidos a uma escravaria, que só pode pensar, que só pode agir de conformidade com o que o partido oficial reconhece bom e válido (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

Havia, para o autor, clara interferência nos trabalhos do legislativo, enquanto não se admitia qualquer ato de independência deste. E isso ia além da verificação, se estendia também ao orçamento⁴⁰. Segundo o autor, a política de Campos Sales era uma autocracia⁴¹.

O ano de 1900 também trouxe para a pauta da imprensa a sucessão presidencial. Gonçalves Maia, em 20 de agosto daquele ano, foi o primeiro a abordar o tema inspirado na reforma eleitoral sugerida por Gonçalves Chaves ao Senado. Em tempos de grandes reivindicações políticas e um clima de revisão constitucional, o autor gostaria que a disputa

³⁸ "Não há dia em que não celebre como benemerência a manobra do Sr. Campos Sales emigrando do partido, que o elegeu, para os arraiais do Sr. Pinheiro Machado e Nilo Peçanha" (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

³⁹ "Mas admitidas as migrações do partido republicano para a concentração, considera-se apostasia à política dos governadores o simples comentário superficial aos atos do governo" (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

⁴⁰ "O poder executivo, porém, tendo chamado a si o critério da verificação dos poderes, e, pela sua maioria, o próprio voto das câmaras, não podia consentir que o orçamento viesse constitucionalmente do Congresso para o governo; quis, e conseguiu que o orçamento fosse feito pelo governo à revelia do poder legislativo" (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

⁴¹ "A pátria é o Sr. Campos Sales; o futuro do Brasil é o que convém à política de S. Ex. alojar a oligarquia dos incapazes e a advocacia administrativa elegante. O país não é mais uma democracia, mas uma autocracia" (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

política estivesse polarizada nestas demandas – mas acreditava que isso nunca iria ocorrer. Pelo contrário, esperava os efeitos da política dos governadores no pleito vindouro.

A política dos governadores, criada pelo vice-presidente, dá os seus frutos venenosos e ele foi, desgraçadamente ou felizmente, o primeiro condenado a comê-lo.

Na verificação dos deputados da atual sessão predominou a política dos governadores. Porque não será justo que vejamos se a reação do estadista pernambucano dará bons resultados na eleição presidencial? (MAIA, 1900b, p.1).

Sobre o mesmo tema, José do Patrocínio criticou o que ficou conhecido como “apoio incondicional”. A frase teria sido dita pelo governador de Minas Gerais sobre a bancada do Estado em relação à política de Campos Sales. Diversas referências foram feitas pelos deputados e pela imprensa usando o termo “os incondicionais” nesse sentido. O autor apresentou esse ponto como importante e estreitamente ligado ao que entendia como *Política dos Governadores*. Ainda mais partindo de um Congresso que não representaria os seus eleitores, mas sim a vontade de Campos Sales⁴².

Chegamos ao máximo da decadência. Nada nos podia deprimir e rebaixar tanto como o apoio incondicional, síntese dessa política dos governadores, cujas funestas consequências aí estão patentes e se farão sentir mais devastadoramente na futura eleição presidencial, se o Congresso Nacional se não envergonhar do tristíssimo papel que está representando (PATROCÍNIO, 1900h, p.1).

O caráter pessoal dos arranjos de Campos Sales voltou a ser mencionado pela imprensa durante a troca de visitas do presidente brasileiro ao general Roca, presidente da Argentina. A escolha da comitiva seria uma demonstração da ruptura com Prudente de Moraes⁴³. "A verdade, porém, é que S. Ex. vai exhibir-se como um belo exemplar do apoio incondicional" (A GRANDE... 1900, p.2)⁴⁴.

Estados de grande influência foram esquecidos, porque os seus maiores homens não disseram amém a política dos governadores. Ninguém do Maranhão, ninguém de Pernambuco, ninguém de Sergipe, terra de águias, ninguém do Distrito Federal, apesar de representá-lo o senador Lopes Trovão, que na propaganda republicana foi a alma nacional em ação (PATROCÍNIO, 1900i, p.1).

⁴² "Nã há dúvida que ainda se registrou no Congresso Nacional um saldo de representantes da Nação, mas a verdade que impõe silêncio à própria consciência dos deputados e senadores é que eles, em sua maioria, são a vitória da fraude sobre a vontade do povo, da opressão do governo sobre o direito eleitoral" (PATROCÍNIO, 1900h, p.1).

⁴³ "Toda a comitiva do senado e da câmara é composta de inimigos, dos mais verazes do governo do Sr. Prudente de Moraes ou de acomodatícios como o Sr. Bernardino de Campos" (PATROCÍNIO, 1900i, p.1).

⁴⁴ Este texto é assinado pelo pseudônimo Judas.

Outro episódio que foi bastante comentado tanto na imprensa quanto no Congresso foi a sucessão do governo do estado da Paraíba. Segundo os críticos do presidente, Justo Chermont teria sido escolhido para o cargo pelo Partido Republicano local. Porém, Campos Sales preferiu que a vaga fosse ocupada por Augusto Montenegro⁴⁵. Além do caráter pessoal nessa escolha, os jornais passam a sugerir um tipo de retribuição do mandatário do executivo nacional ao apoio dado à política dos governadores⁴⁶, principalmente no que tangia ao episódio da verificação de poderes⁴⁷.

Representante federal do Pará no Senado, o Sr. Justo Chermont não pode conformar-se passivamente com a designação de senadores e deputados pelo Catete: fez efetiva a sua liberdade de reconhecer poderes, independentemente da política dos governadores.

O Sr. Campos Sales, que como todo o medíocre guiado pela fortuna às altas posições, não admite que ninguém divirja da sua opinião, pensando e agindo livremente, opôs à nobre atitude do Sr. Justo Chermont a dobrez política e a fatuidade do Sr. Augusto Montenegro (PATROCÍNIO, 1900j, p.1).

Além da criação de “deputados de canastra”⁴⁸, a *política dos governadores* também teria sido uma maneira do presidente dizimar a oposição dos executivos locais. "A política dos governadores tinha essa justificativa: que não convinha que estivessem em desacordo com o presidente da República" (MAIA, 1900c, p.1). No caso específico do Pará salienta Maia: "Todos sabem que o sr. Chermont (...) iria fazer guerra ao governo federal às ordens do vice-presidente" (MAIA, 1900c, p.1).

⁴⁵ Gonçalves Maia falando sobre Justo Chermont: "S. Ex. havia sido escolhido candidato do Partido Republicano para a eleição que deve brevemente se realizar naquele futuro Estado em substituição do digno e honrado atual Governador Dr. Paes de Carvalho. Entretanto consta que S. Ex. aqui recebera telegrama de Belém dizendo que, o diretório do partido que o havia escolhido anteriormente mudara de rumo, pois que, reconsiderando, havia designado como futuro Governador o Dr. Augusto Montenegro.

Essa reviravolta é explicada pela política dos Governadores aceita para o reconhecimento de poderes dos atuais deputados e senadores" (MAIA, 1900d, p.1).

⁴⁶ "O almoço, que por isto mesmo o Sr. Campos Sales lhe ofereceu, não era bastante. O enorme serviço, prestado pelo insuflador da política dos governadores, reclamava agradecimento maior e mais solene. Daí a escolha de S. Ex., que é chamado do Pará para passear... à custa da nação" (A GRANDE... 1900, p.2). Esse passeio é a comitiva que foi até a Argentina.

⁴⁷ "Entretanto, vem agora o mesmo Sr. Montenegro dizer-nos que não eram para ser tomadas a sério as suas palavras, que S. Ex. estava, ciente e conscientemente ludibriando seus colegas, por que a exposição exata da verdade é a do seu último manifesto, assinado pelo Intendente Lemos, no qual S. Ex. afirma que houve um acordo entre o Dr. Campos Sales e os governadores (chefes políticos) e que, para cumpri-lo à risca entendeu ele, Montenegro, ordenar que toda a câmara lhe obedecesse cegamente no reconhecimento de todos os deputados" (AGOSTINHO, 1900, p.2).

⁴⁸ "A política dos governadores serviu para a criação dos deputados de canastra, como pitorescamente os chama o Sr. Germano Hasslocher, e o senado de pau e corda, como, de ouvido a ouvido, apelida os embaixadores dos Estados, o Sr. Lauro Müller. Por essa política arrostou tudo o Sr. Campos Sales, inclusive pular por cima do cadáver de Machado Bittencourt e sobre a tradição honrada, indestrutivelmente honrada do Sr. Prudente de Moraes. Agora tira o proveito da sua sem cerimônia; quer converter os governos dos Estados, em mordomias de palácio, para poder impor o primeiro coisa à tua de sua intimidade como presidente da República" (PATROCÍNIO, 1900j, p.1).

Com a sucessão eleitoral do executivo federal aumentaram as manifestações na imprensa de que as ações de Campos Sales eram como uma afronta a Prudente de Moraes⁴⁹. E não apenas ali. No Congresso começou a surgir um grupo de oposição discursiva em torno da imagem do ex-presidente. Fausto Cardoso, em 19 de dezembro de 1900, na Câmara, e se denominando "prudentista" alfinetou Campos Sales: "Salienta que ele, que teve uma Câmara dividida em dois partidos, que se digladiavam como leões, nunca tomou vingança alguma depondo governadores" (BRASIL, 1900d, p.3072), em clara alusão ao Estado do Pará.

Na mesma sessão o deputado paulista Edmundo da Fonseca⁵⁰ fez uma espécie de resumo das atuações do presidente da república desde o início do mandato. Dizendo-se membro do Partido Republicano Federal, salientou que o reconhecimento de poderes foi tratado como questão partidária pelo seu grupo no intuito de garantir a permanência de seus membros no parlamento. Porém, para o orador, o partido foi "absorvido pelo partido da Concentração, ao qual o Sr. Presidente da República dera o nome de partido dos governadores" (BRASIL, 1900d, p. 3125). Para ele, o congresso foi eleito conforme a vontade do mandatário do executivo. A *Política dos Governadores*, porém, não seria um problema se não houvesse perseguições – tratava-se ali de uma manifestação contra o não reconhecimento de Francisco Glicério e, novamente, a um afastamento de Prudente de Moraes das instâncias decisórias⁵¹. Para Edmundo da Fonseca, o presidente interviu diretamente por controlar a eleição da mesa na primeira reunião dos eleitos; simplesmente mandou Augusto Montenegro comandar as coisas em seu nome. Como resultado, o orador apontou:

A política dos governadores triunfou nesta Casa e o resultado nós estamos vendo (Pausa).

Nos últimos dias de dezembro os orçamentos ainda não estão votados, porque o Presidente da República está recebendo o mais severo, o mais duro castigo que pode pesar sobre um governo - o da impopularidade; porque, Sr. Presidente, se o número de adversários do Governo é pequeno, em compensação S.Ex. não tem amigos; S.Ex. não tem dedicações; é o Governo mais impopular que se tem havido até hoje neste país. (BRASIL, 1900d, p. 3125).

⁴⁹ "Moderado por temperamento, o seu conservantismo fê-lo ser um dos leais defensores da política imaculada do Dr. Prudente de Moraes e a organização do partido republicano deveu muito ao prestígio do Sr. Justo Chermont" (OS ABISSÍNIOS, 1900, p.1).

⁵⁰ Edmundo Guayanaz da Fonseca nasceu em São Paulo e se formou médico em Nápoles, na Itália. Foi eleito de forma ininterrupta de 1894 até 1902 (ABRANCHES, 1918a, p.588).

⁵¹ O SR. EDMUNDO DA FONSECA - Sr. Presidente, a política dos governadores está vitoriosa nos Estados e vemos o Sr. Luiz Viana apedrejado na Bahia; Mato Grosso convulsionado; o Sr. Justo Chermont, derrotado no Pará pelo leader da Concentração; e eu poderia perguntar aos honrados Deputados por São Paulo: que é feito do Sr. Prudente de Moraes?

O SR. FAUSTO CARDOSO - A isto ninguém responde" (BRASIL, 1900d, p. 3125).

A questão da escolha do presidente da casa pelo executivo foi ressaltada também no *Cidade do Rio*, em novo editorial de José do Patrocínio em 24 de dezembro de 1900⁵². "A câmara não escolhe nem mesa, nem comissões, nem líder; o Catete é que desempenha esta tarefa" (PATROCÍNIO, 1900k, p.1). Em março de 1901 *A Imprensa* destacou:

A célebre política dos Governadores posta em prática por ocasião do reconhecimento na última eleição federal, desiludiu completamente aos bons republicanos deste estado, ecoando dolorosamente na opinião pública o fato de ter sido desprezada a contestação apresentada pelos opositoristas que provaram, com documentos, que o resultado governista, nessa eleição, era superior ao alistamento feito e mais ainda que o referido alistamento eleitoral, em muitos municípios excedia ao recenseamento de 1890 (ESTADO..., 1901, p. 2).

A questão partidária resignificou a *Política dos Governadores*. O assunto da sucessão se destacou ainda mais nos primeiros meses de 1901. Campos Sales articulou com alguns governadores para eleger o presidente de São Paulo, Rodrigues Alves, ao cargo máximo da nação com Silviano Brandão, presidente de Minas Gerais, como vice⁵³. Os grupos descontentes articulavam por outros candidatos e Quintino Bocaiúva surgia como um aglutinador da oposição. Segundo o jornal *A Cidade*, do Ceará, estariam a favor desta candidatura o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Maranhão (CORRESPONDÊNCIA, 1901, p.1). O resultado da eleição, ainda segundo este jornal, seria decidido por quem formasse maioria no Congresso⁵⁴. "É este o resultado da política da liga dos Governadores. São estes que fazem a eleição e basta que aceitem um candidato para se estar certo de que a votação recairá completa e total sobre ele" (CORRESPONDÊNCIA, 1901, p.1).

Albino Silva⁵⁵, no *Diário da Tarde*, do Paraná, também se posicionou contra o acordo em torno do nome de Rodrigues Alves.

Procuramos, porém, a razão dessa candidatura e não a encontramos. Só lhe vemos uma origem: aquela preliminar de que foi s. ex. autor que excluiu da

⁵² "O congresso é, de fato, uma delegação do poder executivo. A política dos governadores importa na verificação de poderes, e que vai servir de base ao novo Caucus, que vai dar sucessor ao Sr. Campos Sales, deixou a descoberto o atentado constitucional" (PATROCÍNIO, 1900k, p.1).

⁵³ "Não há mais dúvida de que os nomes dos Drs. Rodrigues Alves e Silviano Brandão indicados pelo Dr. Campos Sales para os lugares de Presidente e Vice-presidente da República não são aceitos por alguns governadores. Outro ou outros candidatos deverão ser indicados, sendo que dizem que o Sr. Quintino Bocaiúva é o que reúne o maior número de Governadores à favor de sua candidatura" (CORRESPONDÊNCIA, 1901, p.1).

⁵⁴ "O congresso porá de lado todos esses elementos da eleição, isto é, as atas escritas pelas mesas eleitorais e agirá politicamente.

Em bom português - a escolha do futuro Presidente será feita pelo grupo ou grupos do congresso que tiver maioria!" (CORRESPONDÊNCIA, 1901, p.1).

⁵⁵ Albino Silva nasceu em Paranaguá em 19 de janeiro de 1850, foi republicano histórico e abolicionista no Paraná. Fundou diversos jornais no Estado como O Escolar, O Guairá, O Diabinho, Pátria Livre e Leitura Popular. Era político, negociante e poeta, é o patrono da cadeira número 20 da Academia Paranaense de Letras (ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, 2016, p.158).

representação nacional alguns dos seus legítimos representantes que não eram afetos a política dos governadores em seus respectivos Estados (SILVA, 1901, p.1).

Segundo o autor, o candidato de Campos Sales não tinha feito trabalho suficientemente bom enquanto ministro das finanças de Prudente de Moraes para honrar tal indicação⁵⁶. Assim, colocava essa posição do presidente como um tipo de retribuição: Rodrigues Alves indicou Campos Sales à presidência e agora o último retornava o favor⁵⁷. Finalmente, o autor indicava sua oposição: "Pondo de parte as intransigências partidárias do Estado Rio-grandense, ninguém negará ao dr. Júlio de Castilhos o segundo lugar na lista dos candidatos à presidência da República porque o primeiro pertence à Quintino Bocaiuva" (SILVA, 1901, p.1).

Tem-se aí outro ponto importante na composição da articulação em torno da *Política dos Governadores*: a manobra também garantiria a interferência do Presidente em uma escolha de partido, a saber, quem seria o próximo a ocupar o cargo. Essa ingerência sobre as funções de cada um desses atores políticos se tornaria um ponto de oposição importante para o grupo reunido em torno de Prudente de Moraes.

Enquanto isso, no Senado, novas críticas ao governo de Campos Sales apareciam. Antônio Azeredo⁵⁸, senador pelo Mato Grosso, trouxe à tona a possibilidade de compra de matérias positivas na imprensa, principalmente a internacional⁵⁹. O senador também foi o primeiro a dizer que o presidente era, na verdade, parlamentarista⁶⁰.

⁵⁶ "A ocasião que s. ex. teve para prestar serviços importantes à República foi aquela e que exerceu o cargo de ministro das finanças no governo do dr. Prudente de Moraes. O país inteiro esperava de s. ex. medidas salvadoras em face da melindrosa situação de nossas finanças; mas s. ex. nada fez, valendo-lhe essa fase de pasmeira em nossas finanças aquele quadro em que aparecia s. ex. dormindo à sobra da árvore das patacas com surpresa do próprio dr. Prudente de Moraes" (SILVA, 1901, p.1).

⁵⁷ "Diz se que o dr. Campos Sales já ouviu a opinião de representantes de vários Estados e todos estão de acordo quanto à adoção do dr. Rodrigues Alves à candidatura de presidente da República. É o caso de dizer-se: faz-me que depois te farei. Isto é, pode bem ser que esses representantes de diversos Estados sejam os mesmos que foram reconhecidos em virtude da artificiosa preliminar do honrado sr. dr. Rodrigues Alves... A retribuição é justa e nada pode haver que agrade tanto as almas boas como o sentimento da gratidão" (SILVA, 1901, p.1).

⁵⁸ Antônio Francisco de Azeredo nasceu no Mato Grosso em 1858. Ex-militar, escreveu durante algum tempo no Diário de Notícias enquanto era dirigido por Rui Barbosa. Foi deputado na segunda legislatura e entrou no Senado em 1897, na vaga aberta por Joaquim Murinho (ABRANCHES, 1918a, pp.427-428).

⁵⁹ "Tanto a estrangeira quanto a nacional.

A estrangeira, V. Ex. lembra muito bem, não se cansa, nestes últimos tempos, de elevar a administração do honrado Sr. Presidente da República ao mais alto grau de patriotismo e de convicção administrativa.

E a prova, Sr. Presidente, nós temos observado que, depois da vilegiatura presidencial à Europa, antes mesmo do honrado Sr. Presidente da República tomar conta do seu alto cargo, como a imprensa começou a se manifestar, não condenando absolutamente os meios por que ela age em favor do Governo da República; sentindo unicamente pelas informações que tenho, que as hosanas levantadas no estrangeiro sejam demasiadamente caras, de modo a fazer pesar no Tesouro o que se gasta com a imprensa europeia" (BRASIL, 1901a, p.630).

⁶⁰ "Sr. Presidente, não pode haver maior injúria ao honrado Sr. Dr. Campos Sales do que esta que *O Dia* lhe atribui, porque o Senado e o país inteiro sabem que o Sr. Presidente da República não tem absolutamente praticado o regime, e que, ao contrário, nenhum outro Governo desde 15 de novembro de 1889, tem sido mais parlamentarista que S. Ex." (BRASIL, 1901a, p.631).

O Sr. Presidente da República é aquele que mais quer fazer valer o parlamentarismo entre nós, porque não há resolução de mais ou menos responsabilidade nesta e na outra Casa do Congresso em que S. Ex. não faça valer seu prestígio de chefe do Estado, e a prova temo-a manifesta no reconhecimento de poderes do ano passado, em que o Sr. Presidente da República declarou-se e fez valer a sua autoridade, determinando que a política dos governadores devia sair vencedora de dentro do Congresso (BRASIL, 1901a, p.631).

O orador sugeriu que a estratégia do presidente de conversar com cada um dos ministros separadamente poderia causar mais problemas que solução. “A prova nós a temos nas pequenas intrigas que surgem entre ministros, que talvez se aborreçam, e que talvez por não se encontrarem, tramem uns contra os outros” (BRASIL, 1901a, p.631). Além disso, também afirmou que o mérito da política financeira era toda de Prudente de Moraes; Campos Sales nada mais era do que um executor do acordo firmado pelo governo anterior (BRASIL, 1901a, p.631). Por fim, concluiu:

Por isso é natural que a história escreva o seu nome como de um estadista fino, hábil, de vistas atiradas para o futuro, como se pode verificar da política dos governadores, inaugurada por S. Ex. no ano passado. Se habilmente S. Ex. não tivesse declarado pelo governo dos Estados, alcançando de um lado o incondicionalismo, do outro lado o apoio ponderado, porém, uma ponderação convencida, certa, segura, certamente que o honrado Sr. Presidente da República não estaria tão tranquilo neste momento, em que se cogita sua substituição (BRASIL, 1901a, p.632).

A Crônica Parlamentar da *Gazeta da Tarde* de 23 de maio de 1901 aumentou o tom das críticas. Além de também afirmar a submissão do legislativo ao executivo⁶¹, o texto não assinado atacou o uso do termo “patriotismo” usado por Campos Sales para pedir apoio.

Não faz-se mister, na crise geral, por que atravessa o país, ressurgir antiquadas velharias de um apelo a um falso patriotismo, e sim conseguir o restabelecimento normal das nossas finanças, com a execução fiel dos compromissos contraídos, e restabelecer um regime de seriedade política, em que sejam feitas distinções entre legionários de credos diversos, para melhor andamento dos trabalhos legislativos (CRÔNICA..., 1901, p.1).

A solução para os problemas nacionais "deve ser feita com o rompimento formal à deprimentes homenagens a um sistema político pretensiosamente apregoado e cujos efeitos revertem unicamente em proveito de seu iniciador" (CRÔNICA..., 1901, p.1). Já para Fausto

⁶¹ "O poder legislativo acha-se atualmente reduzido a um mero autômato do executivo. O critério, que preside aos seus atos, é fácil de ser avaliado pelas insinuações ou ordens, emanadas do alto e distribuídas cá em baixo pelos 'leaders' da situação. E como não ser assim se, independência e civismo, só existem nas organizações oriundas do sufrágio popular, e jamais naquelas que significam a expressão única de um sistema original em nossa vida institucional.

É a tão decantada política dos governadores, exalçada pelos cronistas sequiosos de posições representativas e pelos adoradores eternos do sol nascente e iconoclastas contínuos do sol poente" (CRÔNICA..., 1901, p.1).

Cardoso, na Câmara, a solução era a volta dos partidos políticos. "O que precisamos é de partidos, precisamos da política dos partidos, que é a política da unidade nacional, para matar a política dos governadores, que é a política da separação" (BRASIL, 1901b, p. 751).

Em julho de 1901 foi retomada a discussão de como a manobra de alteração do regimento da Câmara havia influído na *Política dos Governadores*. Em uma visão retrospectiva, diversos parlamentares começaram a traçar ali a vitória do presidente e o processo de submissão do Congresso. Deputados diretamente envolvidos se manifestaram na tribuna da casa. Fausto Cardoso denunciou que o Rio Grande do Sul pretendia outro presidente da mesa, mas não teve êxito pela manobra de Montenegro (BRASIL, 1901c, p.843). Cassiano do Nascimento⁶² não negou essa estratégia e afirmou que votou a alteração sob protesto porque "estava convencido que a concentração venceria as eleições obtendo a maioria da Câmara" (BRASIL, 1901c, p.843)⁶³. Já para Nilo Peçanha⁶⁴, a reforma, embora com apenas uma contrariedade manifesta⁶⁵, era a única alternativa. "O que se podia querer sem ela era compor a Câmara pela força ou pelo acaso. Os partidos anunciavam, cada qual com mais segurança, que teriam o mais velho para presidir a Câmara" (BRASIL, 1901c, p.844). Com isso, Nilo Peçanha tentava tirar dessa manobra aprovada por toda a Câmara a responsabilidade pela dissolução dos grupos que estavam no Congresso durante o período da presidência de Prudente de Morais.

A reforma apenas definia diplomas e entregava a constituição da primária do Congresso ao presidente da última sessão legislativa. A reforma impediu a anarquia e o regime da sorte. Se os partidos políticos se dissolveram com a reforma é sinal que de fato eles não existiam (BRASIL, 1901c, p.844).

Foi Serzedelo Correa⁶⁶ que, porém, quem fez o pronunciamento mais interessante sobre a verificação de poderes da última eleição.

⁶² Alexandre Cassiano do Nascimento nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1856. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo foi eleito deputado na Constituinte Republicana. Exerceu interinamente quatro Ministérios ao mesmo tempo durante o final do governo de Floriano Peixoto (Ministro do Exterior, Interior, da Justiça e Instrução). Reeleito deputado em 1895, se reelegeu sucessivamente até entrar no Senado na sétima legislatura. No período que esta tese abrange ele era líder da Concentração (ABRANCHES, 1918a, pp.78-79).

⁶³ Ao final de sua fala alfinetou Fausto Cardoso: "Não se desdiz, mas estranha que os nobres Deputados tenham trazido a público, sem a sua autorização, palavras que pronunciou em conversa particular, e só desculpa o fato pelo verdor dos anos dos nobres Deputados" (BRASIL, 1901c, p.843).

⁶⁴ Nilo Peçanha nasceu em 1864. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro, onde se tornou propagandista da abolição e da república. Foi eleito sucessivamente deputado federal desde a Constituinte até 1903, quando passou para o Senado. Se tornaria presidente do Brasil depois do falecimento de Afonso Pena, de quem era vice presidente (ABRANCHES, 1918a, pp.161-162).

⁶⁵ A reforma não feriu direito de ninguém. A sua celebração se associaram as responsabilidades de todas as bancadas da Câmara: baianos, pernambucanos, paulistas, enfim, cento e tantos Deputados, com exceção do Sr. José Mariano no recinto, e do Sr. Cassiano do Nascimento na intimidade, tendo depois dado a sua assinatura, entendiam que ela evitava perigos para o país (BRASIL, 1902c, p.844).

⁶⁶ Inocêncio Serzedelo Correia nasceu no Pará em 1858. Militar de carreira, era major quando foi preso, em 1893, depois do episódio da revolta da Armada. Depois de liberto, deixou o exército, sendo readmitido depois de uma lei especial do Congresso Nacional. Reformou-se como general de brigada. Foi deputado na constituinte e na

Não vi na reforma em si mal para o país; ao contrário, ela me parecia conveniente para dar início regular aos trabalhos da Câmara. Se não lhe dei, porém, o meu voto, e se ao contrário mais de uma vez me dirigi ao então chefe da concentração, o meu ilustre amigo representante do Rio Grande do Sul, o Sr. Cassiano do Nascimento, para lhe apontar os perigos que íamos correr...

O SR. CASSIANO DO NASCIMENTO - Não foi só V. Ex., foram também os Srs. José Mariano, Pádua Rezende, Rodolfo Paixão e muitos outros.

O SR. SERZEDELO CORREA - ... foi porque atrás da reforma do Regimento via alguma coisa que me alarmava. Era a ligação mais ou menos íntima e profunda que representantes do agrupamento de que eu fazia parte tinham com o Sr. Dr. Augusto Montenegro ligação íntima, manifestada em vários atos anteriores (...) Receava isso que se deu, que atrás da reforma do regimento viesse o que se chamou - a política dos governadores - compreendida e executada como foi.

É que em vez de se ter mantido o acordo que me constou ter sido formulado, acordo que mais de uma vez ouvi-o dos lábios do próprio Vice-Presidente, e de vários homens influentes e que consistia em reconhecer-se os Deputados de fato eleitos...

O SR. ESTÁCIO COIMBRA - Foi esta a convenção.

O SR. SERZEDELO CORREIA - ... e só em caso de dúvida, quando as fraudes fossem de tal ordem que não permitisse averiguar-se com certeza onde a verdadeira eleição se adotasse como critério para resolver o partido que tivesse eleito o governador.

V.Ex. sabe, porém, Sr. Presidente, que não foi isto que se fez, mas o contrário; e, vimos assim uma série de indivíduos sacrificados quer do lado do partido republicano quer do lado da concentração.

O SR. FAUSTO CARDOSO - Dá licença? Venceu a política dos governadores e porque não venceu na Paraíba?

O SR. BUENO DE ANDRADA - Foi modificada a fórmula (Há outros apartes).

O SR. SERZEDELO CORREA - Aí não era mais preciso a política dos governadores, a Câmara estava constituída e havia elementos para fazer vingar esta ou aquela deputação ao sabor da maioria de então! (BRASIL, 1901c, p.844).

O deputado paraibano diminuía, assim, o papel da *política dos governadores* dentro do governo de Campos Sales. Ela seria apenas uma medida transitória enquanto se iniciavam as sessões de verificação de poderes. Assim que houvesse uma maioria formada ela deixaria de ter força e as alianças internas dentro da casa voltariam a ser mais importantes do que acordos entre os executivos. Para ele, porém, havia um exagero por parte do governo de Campos Sales. Se, teoricamente, a *política dos governadores* tinha alguma forma de autolimitação, a política pessoal do presidente não tinha. Em casos como no Pará, apoiando a candidatura de Augusto Montenegro ao invés de Justo Chermont, a sua atuação visava “desmantelar completamente os

primeira legislatura, renunciando para ser Ministro do Exterior, depois da Agricultura e por último da Fazenda no governo de Floriano Peixoto. Eleito deputado federal pela Capital Federal em 1895, voltando reeleito pelo Pará em 1897 até 1902. Não teve o mandato renovado para a 5ª Legislatura, retornando em 1906 pelo Mato Grosso (ABRANCHES, 1918a, pp.74-75).

partidos políticos” (BRASIL, 1901c, p.844), o que não era necessário, pois havia ambiente de cooperação.

A bandeira levantada pelo Sr. Presidente da República era colocada acima dos partidos; S. Ex. dizia que não vinha fazer política partidária, que a sua política era a política financeira e em torno desta bandeira, gregos e troianos, concentristas ou republicanos, conservadores ou radicais, todos nós nos agrupamos, porque tratava-se do bem supremo para nossas instituições, para a Pátria e para a Nação” (BRASIL, 1901c, p.845).

Ao assumir o governo do Pará e trocar a base política, Augusto Montenegro estaria promovendo, para o orador, a “anulação dos partidos, (...) a perda de confiança semeada entre os homens políticos, desconfianças recíprocas, anulação de toda solidariedade entre homens que estavam antes nos mesmos arraiais (*Apoiados numerosos*)” (BRASIL, 1901c, p.845).

O que disse, Sr. Presidente, é que não vejo senão um serviço prestado pela execução dessa reforma, foi a desconfiança entre todos os chefes políticos, foi a falta de solidariedade entre amigos de véspera, foi o quebramento do partido republicano e da antiga concentração.

Este foi o grande serviço do Sr. Augusto Montenegro. Serviço triste para um homem político. Há porém, um outro serviço real: foi o de garantir o seu partido no meu Estado e de se fazer eleger governador, (*Apoiados*)” (BRASIL, 1901c, p.845).

Serzedelo Correa apontou, portanto, um rompimento na forma de se fazer política a partir da alteração do regimento: a troca de confiança entre o presidente e os deputados estava abalada⁶⁷. O poder do governador aumentou e grupos descontentes na regionalidade não teriam mais garantia de trocas de apoio com o poder central. A articulação política na Capital Federal tinha sido limitada e os arranjos chamados partidários tinham perdido o poder de formar maiorias no Congresso.

Esta sessão da Câmara repercutiu na imprensa. O *Correio da Manhã* trouxe um editorial assinado pelo pseudônimo Chilon Chilonides⁶⁸ ressaltou o que considerou franqueza das falas dos parlamentares.

Num assomo de pundonor, senão em rasgos de serôdio arrependimento, provocados pela baixa moral a que desceram os poderes legislativo e executivo, representantes de matizes diferentes, acordes, confessando que essa câmara, de que fazem parte, é uma fraude planeada pelo Presidente da República (PARA A HISTÓRIA, 1901, p.1).

⁶⁷ "Mas, está na consciência de todos que a execução da reforma trouxe a falta de confiança recíproca, discordias, rivalidades e esse marasmo que tanto mal está a causar à República e ao Governo pela ausência de dedicações e devotamentos. (*Apoiados*)” (BRASIL, 1901c, p.845).

⁶⁸ Chilon Chilonides, personagem do livro *Quo Vadis* de Henryk Sienkiewicz, lançado originalmente em 1895 e que se tornou filme na França em 1901, com uma segunda versão na Itália em 1913. O livro foi publicado no Brasil em capítulos no jornal *Cidade do Rio* em 1900.

O editorialista credita ao presidente da República a manobra da “reforma do regimento a chamada - política dos governadores - executada como foi 'desonesta, desleal e perfidamente' " (PARA A HISTÓRIA, 1901, p.1). O intuito de Campos Sales era claramente “não sofrer oposição, e aparentar um apoio unânime e entusiástico, [por isso] anulou o voto popular, substituindo-o por uma fraude criminosa no dizer do Sr. Serzedelo, confessada retumbantemente na sessão de 11 de junho de 1901" (PARA A HISTÓRIA, 1901, p.1). Fez eco a esse ponto de vista outra publicação apócrifa estampada no *Diário da Tarde*, do Paraná.

Os partidos que existiam, após a posse do sr. Campos Sales da curul presidencial, como por encanto, dissolveram-se, constituindo-se em um grande grupo, cuja única bandeira era o engrossamento, o apoio incondicional. E daí originou-se a famosa política dos governadores, política essa que deu em resultado o amplo falseamento da verdade eleitoral.

Assim é que não se cogitou saber se o candidato recebera das urnas o sufrágio de seu nome: a condição exigida para o seu reconhecimento era trazer o cunho governamental (CONVERSANDO..., 1901, p.1).

Ao mesmo tempo apareceu na imprensa o artigo de Alberto Sales⁶⁹, intitulado *Balanço Político – Necessidade de uma reforma constitucional*. Para o autor, a crise sem precedentes que passava a República nos últimos dez anos, desde a sua proclamação, tinha raiz no modelo presidencialista. “(...) o presidencialismo não é mais do que uma perfídia etiqueta, um rótulo falso, com que se procura impingir ao povo simplista a mais baixa, a mais passiva ditadura” (SALES, 1901a, p.1). Os acordos desonestos entre governos e congressos⁷⁰ bem como entre o presidente e os governadores⁷¹ era algo mais do que contingência, ou desonestidade individual.

Tudo isso, porém, que aos nossos olhos avulta como libelo formidável e irrespondível, não é a obra de uma vontade pessoal ou dos caprichos de um indivíduo, senão o produto natural e espontâneo de um regime exótico, que nos seduziu por um momento, mas que absolutamente não se coaduna nem com o nosso caráter nacional, nem com as nossas tradições e as nossas crenças (SALES, 1901a, p.1).

⁶⁹ João Alberto Sales era irmão de Manuel Ferraz de Campos Sales. Nasceu em Campinas em 14 de outubro de 1855. Formou-se em direito na Faculdade de Direito São Paulo em 1882 e publicou diversos artigos que incitaram as ideias da federação e de republicanismo no modelo estadunidense. Foi autor do célebre *O catecismo republicano* que foi distribuído gratuitamente pelo Partido Republicano Paulista durante a propaganda republicana. Também foi notadamente seguidor do positivista Auguste Comte no Brasil e professor no colégio maçônico republicano Cultuo à Ciência. Foi deputado federal em 1892 como suplente de Bernardino de Campos. Reeleito para o próximo período, renunciou em 1894 por discordâncias com o seu partido (ALBERTO SALES, 2017).

⁷⁰ “Governadores e congressos firmaram entre si pactos reprováveis, esquecidos e desprezados os deveres constitucionais, para se entregarem à gatunagem e à licença, enchendo as algibeiras com o produto do imposto e afugentando os homens honestos com a perseguição política” (SALES, 1901a, p.1).

⁷¹ “O presidente da república faz os governadores dos Estados, os governadores fazem as eleições e as eleições fazem o presidente da república. É a famosa fórmula de Nabuco de Araújo aplicada como um pungente estigma, na plenitude de sua forma, as faces do Brasil republicano” (SALES, 1901a, p.1).

Para Sales, “(...) o regime presidencial, em sua forma pura e específica, é uma planta exótica, que tem o seu *habitat* nas Américas do Norte e que, transportada para nossa pátria, degenera e desfigura-se em franca ditadura política” (SALES, 1901a, p.1). Porém, o seu oposto político apresentado no Congresso não era melhor. “(...) o regime parlamentar, em sua forma pura e específica, era uma planta exótica, que tinha seu *habitat* na Inglaterra e que, transportada para o nosso país, havia degenerado na mais genuína, na mais característica ditadura imperial” (SALES, 1901a, p.1). Para o autor, a única solução genuína para o Brasil seria uma hibridização desses modelos.

Não sejamos parlamentaristas intransigentes, nem presidencialistas radicais. Façamos uma hibridização inteligente desses dois tipos específicos, como fazem os criadores da seleção artificial, e organizemos um regime político que seja a expressão viva do nosso meio social (SALES, 1901a, p.1).

O artigo agitou o Congresso de duas formas. A primeira foi alimentando os grupos que propunham uma revisão constitucional. A segunda foi a dos que se ofenderam com o tom das críticas sobre a degeneração política. Principalmente com parte que dizia que “(...) o congresso federal é o símbolo mais perfeito e acabado de nossa profunda decadência moral e política” (SALES, 1901a, p.1). Assim, a única forma de eliminar os vícios da *política dos governadores* era uma reforma política.

Antônio Azeredo foi o primeiro a repercutir esse tema na tribuna. O maior problema do texto do Alberto Sales, segundo o orador, seria a concordância do presidente com o que foi escrito pelo seu irmão. Isso seria atestado por um telegrama do autor do texto endereçado ao *Correio Paulistano* lido pelo parlamentar no Senado.

Realmente, quem ler o artigo do velho republicano, que, dentro de suas meditações, e em outros tempos, aconselhara a mudança do regime com verdadeiro entusiasmo, escrevendo livros, que nós, que aceitávamos a ideia antes de 1889, líamos com fervor, não sabe se deve lastimar essas asperezas ou se deve lastimar o fato de se ver o Sr. Presidente da República completamente invertido, contrariado nas suas próprias ideias, esquecendo-se do seu ideal, do seu pensamento, e até da sua própria plataforma, atirada à nação quando S. Ex. foi escolhido pelo partido republicano, como candidato seu à Suprema Magistratura do país.

É certo que lá S. Ex. fazia como candidato ainda, e então o Sr. Presidente bem podia modificar-se depois do Governo, como S. Ex. tem se modificado de um modo extraordinário.

Hoje o que se observa no atual Presidente da República não é por certo aquilo que se ouvia dele, quando S. Ex. era propagandista ou quando S. Ex. era ainda candidato (BRASIL, 1901d, p.964).

O parlamentar, em sua fala, ressaltou que Campos Sales tinha um apoio nunca antes conquistado no Congresso. Nem mesmo o governo de Floriano Peixoto: "sob o governo desse

general não houve no Congresso, apesar do seu prestígio, esta maioria esmagadora que conta presentemente o Sr. Dr. Campos Sales" (BRASIL, 1901d, p.966). Também ressaltou que o único que fazia oposição ao presidente era seu vice, em função de alguma interferência do primeiro no seu estado⁷². E trouxe novamente a questão dos partidos. Para o orador havia grupos ideológicos no país separados justamente pela questão levantada por Alberto Sales.

O SR. ARTHUR RIOS - E quem desorganizou os partidos? Eles existiam!

O SR. A. AZEREDO - Tem razão o nobre Senador no aparte com que acaba de honrar-me.

Os partidos realmente deviam estar organizados, e estariam se o Sr. Campos Sales, ao assumir o governo, não tivesse acenado com seu lenço branco às agremiações que então existiam.

O SR. JOAKIM CATUNDA - Perdão; partidos que assim se dissolvem não são partidos, são grupos.

O SR. VICENTE MACHADO - Não são coisa nenhuma.

O SR. A. AZEREDO - Mas eu falei em agremiações no final do período de que me servi para expender o meu pensamento.

Naquele tempo havia, de fato, dois grupos fortes, nesta e na outra Casa do Congresso.

O SR. BEZERRIL FONTENELLE - O Partido Republicano Federal nunca passou de um grupo.

O SR. A. AZEREDO - Havia o Partido Republicano Federal, e havia o Partido Republicano, simplesmente.

Esses dois partidos, ou esses dois grupos se digladiavam, pleiteando suas ideias, e, como que ficavam delimitados os pontos em que devia agir cada um desses grupos: um aceitando como bandeira o parlamentarismo, e o outro repelindo-o" (BRASIL, 1901d, p.966).

Para Antônio Azeredo o poder do presidente acabou, por si, desorganizando os grupos da época que, ao invés de seguirem um rumo de se tornarem um partido, acabaram se filiando ao grupo de Campos Sales. Para ele, portanto, “ao invés de ser S. Ex. exclusivamente o chefe do Poder Executivo, tem sido antes chefe de um partido especialmente seu” (BRASIL, 1901d, p.966). E esse poder vinha exatamente da forma como ele intervia e conseguia colocar seus aliados no poder dentro dos estados.

Foi incontestavelmente S. Ex. quem inventou a política dos governadores, e com esta política S. Ex. fortificou-se de modo extraordinário, usando de ameaças, quando eles porventura imaginam poder ter uma tal ou qual independência dentro de seus Estados.

E isso, Sr. Presidente, se observou ainda em relação à verificação de poderes no ano passado, quando a deputação baiana pretendeu dar o seu apoio aos candidatos adversos à política do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A energia com que se houve o Sr. Presidente da República diante do governador do Estado da Bahia, foi extraordinária, e aqueles que deviam ter o

⁷² "Nós ouvimos, ainda há poucos dias, o que disse à Gazeta de Notícias, a respeito da necessidade da criação de partidos, afirmando que isso tornava-se tanto mais urgente, tanto mais necessário, quanto se observa, que não se faz oposição ao Governo senão, no Senado, um interessado por questões no seu Estado, e o Sr. Vice-Presidente da República, porque tina visto negócios de Pernambuco contrariados" (BRASIL, 1901d, p.966)..

maior interesse em ocultar o modo porque se houvera o Sr. Dr. Campos Sales diante do Sr. Dr. Severino Vieira, foram os primeiros a proclamarem, alegres e satisfeitos com a atitude do Sr. Presidente da República, que o Sr. governador da Bahia, no dia seguinte, havia de telegrafar à sua bancada, aconselhando-lhe que desse o seu voto de acordo com o chefe da Nação (BRASIL, 1901d, p.966).

Antônio Azeredo ainda afirmou que as palavras de Alberto Sales eram para o seu irmão, o presidente⁷³ e que sinalizavam uma grave mudança de posição em relação à campanha para a presidência.

Alberto Sales voltaria a escrever sobre o tema dias depois. Em 26 de julho de 1901, também no *Estado de São Paulo*. Esse novo artigo teve o mesmo título: *Balanço Político*. Desenvolvendo um pouco mais a tese de que tanto o parlamentarismo quanto o presidencialismo puros não combinavam com as tradições nacionais, o autor afirmou que a experiência colonial “foi de um verdadeiro cativo e que matou em nós todo o sentimento de independência, todo o espírito de iniciativa, toda a coragem cívica” (SALES, 1901b, p.1).

É que tanto um como outro estão em completo desacordo com o caráter nacional. Nós todos sabemos melhor que ninguém quem somos. Não temos energia de vontade, firmeza de resolução, coragem individual, confiança em nós mesmos e em nossos próprios esforços. Não empreendemos e nem perseveramos em coisa alguma. Falta-nos em absoluto a crença em nossa força, somos excessivamente tímidos, fracos e medrosos (SALES, 1901b, p.1).

Esse posicionamento era uma demonstração de sua base de pensamento liberal. Tanto o parlamentarismo⁷⁴ quanto o presidencialismo⁷⁵ puros, cada um a seu modo, levavam à ditadura política sob o poder executivo. De certa forma, as acusações de personalismo de Campos Sales eram um sintoma do sistema político vigente. Portanto, a solução, deixada em aberto no texto anterior, ficou explícita: "O que é preciso, portanto, fazer em um país como o nosso, em que o indivíduo é nada e o Estado é tudo? Enfraquecer de certo modo o executivo e fortalecer o indivíduo" (SALES, 1901b, p.1). O efeito dos dois textos de Alberto Sales foi de inflar os

⁷³ Sobre o artigo de Alberto Sales: "cujas palavras parecem escritas especialmente para ferir o Sr. Dr. Campos Sales. Parecem uma fotografia perfeita de S. Ex.

O SR. GENEROSO PONCE - Apoiado. Parece até que está li talhada uma carapuça; que se está escrevendo exclusivamente para o Sr. Dr. Campos Sales" (BRASIL, 1901d, p.967).

⁷⁴ "Ora, o regime parlamentar, que é a concentração do poder no parlamento e que supõe como cheque, por parte do executivo, o poder de dissolução, desvirtua-se necessariamente em um país como o nosso, em que o individualismo, como força política, não existe, visto como não havendo o sentimento de solidariedade, não haverá também associações políticas e nem grandes partidos. O poder se desloca fatalmente, concentra-se todo no executivo e dá origem à ditadura política" (SALES, 1901b, p.1).

⁷⁵ "O regime presidencial, em sua forma pura, é a concentração do poder no executivo. Para contrabalançar esse poder e até certo ponto impedir ou dificultar as suas tentativas de absorção, temos a federação, que é a garantia da autonomia dos estados e municípios. Falta-nos, porém, o individualismo e com ele os partidos políticos, que é outro cheque indispensável às expansões naturais do executivo. Daí decorre necessariamente, como já dissemos, a transformação do regime presidencial em franca ditadura política" (SALES, 1901b, p.1).

revisionistas da constituição, mas também trouxe à tona uma preocupação dos republicanos com os restauradores da monarquia⁷⁶⁷⁷.

A partir desse momento há um retorno das críticas em torno do individualismo do presidente dentro de um tipo de comportamento politicamente moral. "A política do Sr. Campos Sales é a política da traição e deslealdade" (FREIRE, 1901, p.1). A tentativa de formar uma maioria parlamentar se dava para poder executar a sua política financeira⁷⁸. "Todos hão de lembrar-se de que a formação dos elementos da atual legislatura foi uma transação que começou com a política dos governadores e acabou com a intervenção do governo, que se tornou o supremo árbitro do reconhecimento parlamentar" (FREIRE, 1901, p.1). A novidade no discurso, porém, vem da vinculação desses procedimentos justamente com o depauperamento da população das cidades – o que não era alvo da atenção de Campos Sales⁷⁹.

Razão de sobra tem toda a nação de responsabilizar o sr. Campos Sales pelos processos violentos e egoístas de que usou afim de impor suas opiniões e sua vontade, criando a fome que hoje atormenta esse infeliz povo, que chega pouco a pouco ao extremo da penúria (FREIRE, 1901, p.1).

Adolfo Gordo⁸⁰ discursou sobre o papel do chefe do executivo no presidencialismo na Câmara em 19 de setembro de 1901. O foco estava também no individualismo do presidente, que não queria governar com o partido que o elegeu (BRASIL, 1901f, p.2160). O ponto

⁷⁶ "Tomar a sério essa reunião, só porque dela foram parte os chefes políticos que representam no Senado a oligarquia baseada na política dos governadores, seria dar de nossa ingenuidade um triste documento, quando todos nós estamos fartos de saber que cada um desses chefes, a sós e por sua conta, resolve e faz todos os dias aquilo mesmo que todos em assembleia e por conta de outrem resolveram continuar a fazer em comum. É a Garantia Mútua - sociedade cooperativa das posições - que, mais uma vez, corre a postos, para garantir-se a perpetuação do mando e dos proventos neste vaso país conquistado e preso a um grupo de mais ousados - daqueles a quem a fortuna juvat" (O PRÓLOGO..., 1901, p.1). O termo em latim se refere ao ditado "A sorte ajuda os audazes" - *Audace fortuna juvat*.

⁷⁷ "Estamos em que é preciso acabar com isso, não por ser anti-patriótico, nem por ser atentatório à nossa dignidade, nem por ser deprimente do caráter nacional. Somente por isto: porque é perfumadamente ridículo e eminentemente tolo.

Já passou da época do tutu da restauração; passemas a coisa melhor - mais útil e mais proveitosa" (O PRÓLOGO..., 1901, p.1).

⁷⁸ "Desde os primeiros dias de seu governo teve o cuidado de eliminar do parlamento os elementos que se podiam opor à política financeira, com quem procurou salvar a crise, afim de criar essa unanimidade parlamentar que abafa a opinião nacional, profundamente descontente e sem aliás poder manifestar-se pelos órgãos públicos de opinião" (FREIRE, 1901, p.1).

⁷⁹ "Assim, os fatos vieram mostrar que os destinos do país estão entregues ao individualismo mais insolente e mais insensato; mas as ideias não contribuíram menos que os fatos para provar a evidência que nestes últimos anos o governo da União vive unicamente preocupado com querelas de campanário e preferências ou antipatias de pessoas" (ORLANDO, 1901, p.1).

⁸⁰ Adolfo Afonso da Silva Gordo nasceu em Piracicaba, São Paulo, em 1858, se tornou bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1879. Foi um dos responsáveis por organizar o Partido Republicano na região de Capivari, em São Paulo, sendo eleito membro da comissão diretora do PRP em 1888. Foi nomeado presidente do Rio Grande do Norte quando proclamada a República, exerceu o cargo por quatro meses. Foi deputado Federal por São Paulo desde a Constituinte até 1902, não tendo o mandato renovado para 1903. Retornou em 1906 até a 9ª legislatura de maneira ininterrupta (ABRANCHES, 1918a, pp.361-362).

principal do discurso do orador foi uma mudança de pensamento de Campos Sales em relação à sua candidatura.

O Sr. Presidente da República, que antes do pleito de 1º de março e antes da verificação de poderes, em discursos e artigos e com palavras tão eloquentes havia felicitado o nosso país pela crise partidária de 1897, dizendo que havia soado para a Pátria uma hora feliz, porque dessa crise surgiriam dois partidos representando tendências opostas; S. Ex. que afirmara que a cisão produziria grandes e fecundos benefícios na aplicação dos princípios fundamentais do nosso regime, porque fizera desaparecer uma unanimidade artificialmente arquitetada, que não gerava a confiança, que enfraquecia a fé política e quebrava todos os laços do dever partidário, S. Ex. que também afirmara que esses dois partidos tinham programas diferentes - pois que, se um visava a política conservadora, da ordem e reconstrução, o outro visava a política do jacobinismo exaltado, que procurava nas desordens e no próprio crime o acesso ao poder; S. Ex., que foi eleito pelo primeiro partido e que se comprometeu a governar com ele - depois de ter sido iniciado seu governo ficou entendendo que a tolerância e a concórdia impunham-lhe o dever de se aproximar do partido adversário, como ficou entendendo que o meio mais legítimo e mais eficaz de praticar essa tolerância e essa concórdia era esmagar seus amigos políticos!!! (BRASIL, 1901f, p.2161).

Adolfo Gordo ainda criou uma definição própria do que significava o termo *política dos governadores*:

Sr. Presidente, os fatos vieram demonstrar que essa política é a das ditaduras e oligarquias, é a da intervenção do Sr. Presidente da República em benefício exclusivo de grupos, que, se julgando senhores absolutos de certas zonas do território do país, aí implantaram a mesquinha política pessoal, com sacrifício de todos os direitos e de todas as garantias e com a violação dos princípios de um regime democrático! (*Apoiados*) (BRASIL, 1901f, p. 2162).

O modo de fazer essa política pessoal era intervindo no Congresso, pactuando com governadores locais para aceitar seus partidários independentemente de votações⁸¹. E o seu empenho foi auxiliado por Augusto Montenegro, que recebeu como contrapartida o governo do Pará⁸².

Sr. Presidente, todos esses sucessivos - a desorganização do partido republicano; depois a desorganização do partido republicano federal; em

⁸¹ "O ilustre Sr. Campos Sales, que se comprometera a não intervir na esfera própria da ação do Congresso, mantendo escrupuloso respeito ante a sua conduta, na orbita de sua soberania - que se comprometera a observar os princípios do nosso regime, em suas relações como chefe do Executivo Federal, com o Congresso, interveio, entretanto, na última verificação de poderes! E como? Considerando questões fechadas os reconhecimentos de candidatos amigos de certos governadores - candidatos esses que, pelas verificações feitas pelas comissões de inquérito, não haviam sido eleitos!" (BRASIL, 1901f, p.2162)

⁸² "Todos sabem ainda que o Sr. Augusto Montenegro, desempenhando as funções de *leader* nesta Câmara, foi o mais notável colaborador do Sr. Presidente da República, na sua obra política. Pois bem, logo depois de terminarmos os trabalhos de verificação, o Sr. Augusto Montenegro abandonou a Câmara e retirou-se para o norte, e pouco tempo depois, os jornais anunciavam que S. Ex. ia ser eleito presidente do Pará, sendo sacrificada a candidatura do Sr. Justo Chermont! (*Trocaram-se violentos apartes entre os Srs. Serzedello Correa e Antônio Bastos, Julio de Mello, Brício Filho, Moreira Alves e muitos outros Srs. Deputados. Soam fortemente os tímpanos*)" (BRASIL, 1901f, p.2163).

seguida essa agremiação composta de governadores amigos; o apoio que lhes tem prestado o Sr. Presidente da República, intervindo até na verificação de poderes no Congresso, e a circunstância de procurar afastar do seu caminho todos quantos lhe parecem constituir obstáculos à realização dos seus intuitos - tudo isso não evidencia que o que S. Ex. pretende é formar um partido pessoal, afim de constituir-se um diretor supremo dos destinos do país?! Já S. Ex. conseguiu designar a pessoa que deve substituí-lo na Presidência da República (BRASIL, 1901f, p.2163).

A intervenção no aparelhamento das forças políticas seria tão grande que até mesmo o presidente de São Paulo seria objeto da vontade do presidente. "O Sr. Campos Sales não se limitou a designar o Sr. Rodrigues Alves para seu sucessor na Presidência da República; designou também o Sr. Bernardino de Campos para presidente do Estado de São Paulo" (BRASIL, 1901f, p.2163).

S.Ex. que antes de subir ao poder reconhecia a existência de dois partidos 'representando tendências opostas', e 'com programas bem definidos'; S.Ex. que se comprometera solenemente a governar com o partido que o havia eleito, logo que iniciou o seu governo aniquilou esse partido, apoiado na 'Concentração'; mais tarde dissolveu a 'Concentração', e promoveu essa organização, que passa à história com o nome de 'política dos governadores' e que não é mais do que a política das oligarquias e das ditaduras, e que tem por fim perpetuar a direção de S. Ex. na política do país! (BRASIL, 1901f, p.2163).

O discurso foi aumentado por Júlio dos Santos⁸³, dias depois. O deputado citou a mesma incongruência no pensamento do candidato em relação ao presidente eleito⁸⁴. Além disso, reforçou a afirmação de que Campos Sales intentava apenas ter poder pessoal e não ficar independente dos partidos da época⁸⁵. Acresceu ainda sobre a Política dos Governadores:

Eu disse que a política dos governadores foi uma resposta ao apoio governamental proposto pela Concentração; a Concentração foi o apoio ao governo por parte dos vencidos de março. Isto é o que significava a Concentração (*Não apoiados*).

Eu não seria capaz de pôr em dúvida os intuitos patrióticos da Concentração; o que digo é que o Sr. Presidente da República, para aproveitá-la, estabeleceu logo após a política dos governadores, que não significava outra coisa senão um apoio da força onde quer que estivesse, capaz de sustentar o governo, até

⁸³ Júlio Veríssimo dos Santos nasceu no Cantagalo, Rio de Janeiro, em 1845. Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo em 1883, depois de sofrer grave doença que interrompeu os seus estudos iniciados em 1865. Eleito deputado federal em 1895, foi reeleito sucessivamente até 1902 (ABRANCHES, 1918a, pp.563-564).

⁸⁴ "Ninguém melhor que o Sr. Dr. Campos Sales, antes de ser eleito, condensou as boas doutrinas do direito público, consagrando a patriótica missão dos partidos nos governos constituídos; ninguém mais depressa que S. Ex. esqueceu que estes são os princípios, e baralhou os partidos de modo a poder dirigir-se no seu governo sem contraste e sem fiscalização" (BRASIL, 1901e, p. 4098).

⁸⁵ "Nem se diga como já ouvi aqui doutrinar pelo ilustre *leader* da maioria, meu digno mestre Sr. Dino Bueno, dizendo que o chefe da Nação deve se colocar acima dos partidos, equidistante entre os partidos, neutro entre eles: são frases que não tem valor algum, que não significam senão um pretexto para cobrir o governo pessoal" (BRASIL, 1901e, p. 4098).

mesmo em seus caprichos, de modo a impor-se sem contraste nem fiscalização (BRASIL, 1901e, p.4098).

Júlio dos Santos também criticou a falta de lealdade de Campos Sales para com o partido que o elegeu. “Será porque o seu partido não tinha homens capazes de corresponder à sua confiança e de o auxiliar em seu governo?” (BRASIL, 1901e, p.4098). O fato de o presidente escolher a Concentração como apoio do seu governo seria, segundo o autor, injustificável: “Bluntschli, escrevendo sobre direito político, diz que nada justifica e nada pode atenuar, nada pode cobrir a deslealdade dos chefes de Estado, que, eleitos pelo seu partido, o abandonam e o traem” (BRASIL, 1901e, p.4098).

Foi Serzedelo Correia, quatro dias depois, que foi à tribuna para falar em nome de seu antigo grupo político, a Concentração. Começou dizendo que fazia um último desabafo⁸⁶ em nome de seus amigos partidários.

Eu fazia parte, nesta Câmara, de uma grande, forte e poderosa agremiação política, que se chamou outrora a Concentração, que guerreava a política do Sr. Dr. Prudente de Moraes; mas, no dia em que se levantou aqui a questão do acordo de Londres, eu, membro da Comissão de Orçamento nesta Casa, procurei o Ministro da Fazenda de então para estudar o assunto e trazer o meu esforço, a minha colaboração ao Governo, a quem, no entanto, eu fazia cerrada oposição (BRASIL, 1901g, p.2210).

O deputado apresentou a sua versão da aliança entre Campos Sales e a Concentração, salientando que era um apoio embasado apenas no que tangia à política financeira. Porém, ela não durou nestes termos.

Acreditei que a Concentração, forte agremiação partidária, não havia de se dissolver ao sopro das transações de algum grupo.
Durou pouco essa ilusão.
Tempos depois vi amigos nossos, dos mais dedicados, fazerem uma liga com o Sr. Dr. Augusto Montenegro e iniciou-se então, na verificação de poderes, a política dos governadores, sacrificada completamente as oposições nos seus direitos onde elas absolutamente não tinham apoio dos governadores (BRASIL, 1901g, p.2210).

Cincinato Braga⁸⁷ também tratou de ressaltar a questão moral ao tratar do momento republicano. Segundo o orador, o empobrecimento da população era derivado de um afastamento entre Campos Sales e a população para quem deveria governar: “Esse antagonismo

⁸⁶ Espero que os meus colegas tenham a gentileza de ouvir-me, porque é o último desabafo, é o último grito que dou em nome dos meus amigos, que fundaram a República e que trabalharam para a sua organização e hoje se veem asfixiados por uma política de pressão e tirania, que consiste em transações sobre tudo e sobre todos” (BRASIL, 1901g, p.2209).

⁸⁷ Cincinato Cezar da Silva Braga nasceu em Piracicaba, São Paulo, em 1864. Formou-se em direito na Faculdade de São Paulo em 1886. Eleito deputado na primeira legislatura, teve seus mandatos renovados em todas as eleições, exceto para a 5ª legislatura (1903-1905) (ABRANCHES, 1918a, pp.445-446).

entre governo e governados, no apreciar e no sentir os males que afligem a nação, produz no povo a impressão de uma dominação estrangeira, de um governo de metrópole, de um governo de conquistadores" (CONGRESSO..., 1901, p.1). Esse problema seria oriundo da falta de intervenção do governo no setor produtivo do país⁸⁸.

Esquecido da ordem econômica, o governo foi desastrado na ordem financeira. A encampação do Banco da República é retrocesso tão grave, que só se pode asseverar que só esse *Maelstrom*^{89*} engoliu os sacrifícios feitos, pelo menos durante a metade do prazo do *founding*. Hoje procura o governo no relatório da fazenda justificar-se de haver embarcado o Tesouro nessa aventura. Essas razões chamadas de ordem social, não procedem. A primeira delas é entender o ministro que o governo da República foi o maior responsável pela desvalorização da nossa moeda, autorizando emissões bancárias geradoras das loucuras da Bolsa, cujos prejuízos foram condensar-se carteira do Banco da República. Essa razão é fraquíssima para autorizar o que se fez. Se ela procedesse, o auxílio do Tesouro deveria estender-se a todos que sofreram com a desvalorização da moeda, isto é, a todos os cidadãos (CONGRESSO..., 1901, p.1).

Além disso, Cincinato Braga também afirmou que Campos Sales tinha descumprido vários dos itens do *fuding loan* tal como fora negociado nos tempos de Prudente de Moraes⁹⁰. Essa ação é que estaria levando a população ao grave estado em que se encontrava. E finalizou afirmando também o caráter despótico da *política dos governadores*:

Quem poderia honestamente antever que s. exa., que fora tão conspícuo lutador da velha guarda democrática da propaganda, se deixaria corromper pelas fascinações do poder, e, para assegurar-se poderio pessoal, inventaria a célebre política dos governadores? Pois, s. exa. que em suas mensagens no Congresso se insurgia, no começo do seu governo, contra as fraudes e violências eleitorais, ignora por ventura que os principais responsáveis por elas são os governadores, cujos sequazes nos Estados desfrutam o saque político executado contra as oposições locais, salvo em dois ou três estados onde as arbitrariedades e duplicatas eleitorais ainda não tiveram guarida? (CONGRESSO..., 1901, p.1).

A situação do governo foi comentada por Cassiano do Nascimento em 10 de outubro de 1901. Os ataques frequentes à personalidade de Campos Sales não eram respondidas pelos seus apoiadores.

⁸⁸ "O governo, com alardeada frieza, nenhuma medida aplica que sugerem à Nação dias melhores no desenvolvimento de suas riquezas. Neste particular, o programa de governo tem sido, e continua a ser, o *laissez-faire* dos governos muçulmanos" (CONGRESSO..., 1901, p.1).

⁸⁹ *Maelstrom* significa turbilhão e o termo provavelmente vem como referência ao conto "Descent in to de Maelstrom", de Edgar Allan Poe, publicado em 1841

⁹⁰ "O orador entra em longas considerações tendentes à demonstrar que o governo atual burlou quase todos os intuitos do *founding loan* tais como os compreendia o governo do dr. Prudente de Moraes, ao lavrara aquele acordo. O *founding* tinha por principal escopo abrir margem a que a Nação, tranquila e desafogada das urgências dos pagamentos em ouro, cuidasse de reanimar a lavoura abatida e o comércio paralisado." (CONGRESSO..., 1901, p.1).

Os fatos estão evidenciando que o orador tinha razão: é este o primeiro governo republicano que, no mês de outubro, encontra-se sem um orçamento sequer. O governo não tem dedicações.

No tempo do Dr. Prudente de Moraes, os governistas mediam a sua dedicação pela violência do ataque; hoje o Governo nem ao menos é defendido de graves acusações feitas pela oposição (BRASIL, 1901h, pp.2433-2434).

2.2 A dissidência paulista: o grupo de Prudente de Moraes

A situação política estava tão tensa para Campos Sales que em 6 de novembro de 1901 se concretizou uma oposição partidária dentro da sua própria base eleitoral. Através do jornal *O Estado de São Paulo* um grupo de descontentes se uniu a Prudente de Moraes para lançar um manifesto. O *Manifesto político aos nossos concidadãos* foi assinado pelo ex-presidente e mais 95 nomes. Os oito primeiros figuravam fora da ordem alfabética, o que deve indicar as lideranças do movimento. Eram eles: Alfredo Guedes, Cândido Motta, Antônio Mercado, Cincinato Braga, Júlio de Mesquita, Inácio Uchôa e Cesário Bastos. Dentro do restante dos nomes, Augusto César Miranda de Azevedo, Alfredo Pujol (substituído em 1901), Adolfo Gordo, Bueno de Andrada e Joaquim Álvaro compunham a bancada paulista em atividade na Câmara (ou seja, seis cadeiras dentre as 22 do Estado na casa, já que Cincinato Braga também tinha mandato). Além de um apanhado histórico das razões da dissidência, o documento apresentava doze itens programáticos pelos quais o grupo agiria politicamente. A principal crítica já se fazia conhecer logo o início, ao comentar o enfraquecimento do Partido Republicano Federal:

Aumentado por elementos novos e dedicados, que lealmente aceitaram a República, foi-se aos poucos desorganizando, chegando quase a dissolver-se. Afastou-se, assim, das velhas normas partidárias, profundamente democráticas, que faziam repousar a grande autoridade da sua suprema direção, sempre acatada, jamais desconhecida na vontade da coletividade e não no querer pessoal de alguém (MORAIS et al, 1901, p.1).

Para o grupo, a agremiação perdeu a sua força justamente porque os princípios partidários teriam sido desconsiderados. E o responsável por isso seria justamente Campos Sales, que teria afirmado anteriormente que a presença de dois grupos partidários (os Republicanos e os Concentrados) era sadia para o desenvolvimento da República⁹¹. O motivo

⁹¹ "Antes de assumir o governo o presidente eleito pelo partido republicano acentuara em seu manifesto de 31 de outubro de 1897, como um dos mais promissores benefícios à causa pública, a formação de dois partidos, representando tendências opostas e congregando cada um elementos que lhe são adaptáveis. No governo, entretanto, esqueceu-se de que era representante daquele partido, ao qual devia a investidura do poder. E desde logo planejou e começou a executar a obra ingrata e impatriótica de sua desorganização" (MORAIS et al, 1901, p.1).

teria sido, ainda segundo os signatários do manifesto, a vontade pessoal do presidente eleito de governar sozinho, sem fiscalização alguma.

A existência de dois partidos com tendências definidas, com diferentes ideais, tão necessária para o funcionamento regular das instituições, para a formação e fortalecimento da opinião pública, para o aperfeiçoamento das práticas governamentais e das normas políticas, contrariava sem dúvida suas aspirações de mando incontestável, suas ambições que o seu procedimento claramente denunciava. O poder pessoal, desvirtuamento funesto do regime democrático, atenuado no império pela coexistência de dois partidos constitucionais, precisava de remover todos os óbices, eliminando o corretivo da fiscalização partidária (MORAIS et al, 1901, p.1).

A busca de apoio no grupo derrotado nas eleições, preterindo membros do próprio partido, foi uma das maiores causas do descontentamento dos manifestantes. Em troca desse apoio dito incondicional no documento, "interveio na política local dos Estados promovendo a mudança de situações adversas, impondo a aceitação de presidentes e governadores de sua escolha" (MORAIS et al, 1901, p.1). E a intervenção também teria seus efeitos na eleição do Congresso Nacional. "Influiu de modo ostensivo na verificação dos poderes de deputados e senadores, esforçando-se para fazer vingar em casos particulares o princípio, que firmara, de serem reconhecidos somente os candidatos dos governadores dos Estados" (MORAIS et al, 1901, p.1). O resultado disso teria sido "a exclusão de candidatos do partido republicano, eleitos legalmente, cujos diplomas foram rotos em holocausto à política dos governadores, que não era outra senão a política pessoal do presidente da República" (MORAIS et al, 1901, p.1). O limite do descontentamento, no entanto, teria sido atingido no momento em que Campos Sales não ouviu as antigas lideranças do partido republicano na escolha do próximo presidente da República.

No afã de perpetuar a sua intervenção decisiva no governo da República, mesmo depois de findo o quadriênio presidencial, o chefe da nação tratou de escolher o seu sucessor e de preparar os meios de impô-lo à opinião nacional. A designação recaiu sobre o ilustre paulista que exerce a presidência desse Estado. Sua candidatura foi imposta aos governadores. Não lhes bastava isso, porém.

Era também necessário garantir a um candidato de sua feição o cargo de presidente de São Paulo, que viria a vagar com a eleição do seu sucessor (MORAIS et al, 1901, p.1).

Depois dessa introdução de motivos o grupo dissidente tratou de estabelecer a sua própria identidade. "Não é uma nova agremiação partidária que surge: é o velho partido republicano, que ressurgue no meio do caos temeroso em que o presidente da República converteu a política nacional" (MORAIS et al, 1901, p.1). Embora se tratando de um grupo formado majoritariamente por membros do Partido Republicano de São Paulo, eles se

colocaram como um coletivo político dentro do âmbito da federação. Isso se justificava por que "ação política, que tem de desenvolver, não se circunscreve, não pode limitar-se ao território do Estado, à esfera somente dos interesses locais (...) Nós esperamos constituir um centro de organização de um grande partido nacional" (MORAIS et al, 1901, p.1).

O próximo ponto do manifesto foi justamente delimitar em que o seu grupo diferia da ação de Campos Sales. Principalmente, criar condições de excluir "(...) o poder pessoal e tirânico de chefes políticos, assim como a possibilidade de formação de oligarquias odiosas" (MORAIS et al, 1901, p.1). Segundo os autores, a ineficiência das instituições republicanas residia mais em administradores com interesses pessoais do que na sua imperfeição⁹². Portanto, eram as suas aspirações:

Fazer a República sinceramente amada por todo o povo brasileiro, e mantê-lo cada vez mais respeitada no estrangeiro - eis a nossa suprema aspiração.
Para consegui-lo nos esforçaremos afim de que seja um regime de confraternização, de ordem, de justiça, de liberdade e, principalmente, de moralidade (MORAIS et al, 1901, p.1).

O primeiro item programático era a reforma da lei eleitoral e da própria constituição. Eles acreditavam que quem votava realmente nos candidatos à Presidência eram os parlamentares, através de convenções. Assim, queriam que a votação fosse feita apenas no Congresso (MORAIS et al, 1901, p.1). Segundo os autores, isso terminaria com a fraude nas eleições e, também, daria ao parlamento o poder de escolha do próximo chefe do executivo, tirando essa decisão do presidente. Queriam também a eliminação do cargo de vice-presidente, pois "(...) pode constituir-se em centro de convergência dos adversários do chefe da Nação" (MORAIS et al, 1901, p.2). Essa situação foi apontada como uma grande dificuldade pelo próprio Campos Sales, que acusava o seu vice, Rosa e Silva, de concentrar seus adversários políticos. Porém, segundo o mesmo Campos Sales, o grupo signatário deste manifesto se aproveitou dessa situação para engrossar a oposição ao seu governo⁹³. O último item dedicado ao cargo máximo do executivo federal presente no programa estabelecia que em caso de vacância do cargo de presidente o próximo ocupante do cargo tivesse um período integral de

⁹² "Quando nas práticas governamentais se implantam o patronato e o nepotismo; quando os atos políticos ou de administração são determinados por vantagens pessoais e não pelos interesses públicos, as instituições mais perfeitas são ineficazes" (MORAIS et al, 1901, p.1).

⁹³ "A oposição ao meu governo começou no Congresso Federal por um grupo de deputados, sob a direção do vice-presidente de República. Mais tarde, rebentando-se a dissidência política em São Paulo, que teve por chefe o ex-presidente Prudente de Moraes, forneceu ela, no Congresso Federal, um pequeno contingente que se submeteu também ao comando do vice-presidente" (CAMPOS SALES, 1908, p.333).

quatro anos na presidência (MORAIS et al, 1901, p.2). O quarto item do programa trazia a obrigatoriedade da presença dos ministros nas casas legislativas para prestar esclarecimentos⁹⁴.

Outros três itens versavam sobre alterações funcionamento do legislativo nacional. O primeiro visava limitar o número máximo de representantes por estado a 1/6 do total do Congresso e o mínimo de quatro cadeiras⁹⁵ (MORAIS et al, 1901, p.2). Em seguida, sugeriam aumentar a quantidade de dias das sessões legislativas durante o ano para diminuir as sessões extraordinárias e a prorrogação de leis anuais por ato executivo, o que incluiria o orçamento da União⁹⁶. O intuito era diminuir as discussões que envolvem a Câmara.

Os quatro itens seguintes foram os mais interessantes do ponto de vista do jogo de poderes entre o legislativo e o poder local. O primeiro deles buscava dar ao Congresso a exclusividade também sobre o Código de Processo (Civil, Comercial e Criminal) que era facultado aos Estados naquele momento. "Essa unidade não ofende o direito, que tem os Estados, de organizar o seu poder judiciário" (MORAIS et al, 1901, p.2). Também sugeriam trazer para o Congresso Nacional uma parte de responsabilidade sobre a intervenção federal nos Estados. "Essa solução, entre outras vantagens, assegura aos Estados a defesa legal dos seus poderes políticos, pela voz dos seus representantes federais, no momento mesmo em que está em causa a legitimidade republicana e federativa daqueles poderes" (MORAIS et al, 1901, p.2). Finalmente, encampavam a ideia de revogar o artigo que possibilitava aos Estados tributarem importações para não gerar protecionismos locais⁹⁷ (MORAIS et al, 1901, p.2). Os autores também queriam que as taxas de selos de papel e correio fossem atribuições exclusivas do poder central.

O último item do documento era um tipo de salvaguarda para não receber retaliações das forças armadas: "O melhoramento material e intelectual do Exército e da Marinha há de absorver grande parte do nosso trabalho" (MORAIS et al, 1901, p.2). O grupo também não se

⁹⁴ . "(...) permitirá a melhor elucidação de muitas questões, sobre as quais tornará conhecida a opinião do governo, facilitando, por isso, sua perfeita execução; elevará a importância do cargo, para o qual só serão escolhidos verdadeiros estadistas; permitirá que se faça sentir a responsabilidade moral do poder executivo por seus atos, e que se esclareçam e apurem elementos para a sua responsabilidade legal; tornará, finalmente, mais prontas e completa as informações de que precisarem os legisladores" (MORAIS et al, 1901, p.2). Essa passagem tem referência a um trabalho de Assis Brasil sem citar a obra específica.

⁹⁵ Essa alteração, na prática, tirava duas cadeiras da deputação de São Paulo, que deveriam passar para outro estado para manter o total inalterado.

⁹⁶ "A discussão das leis de fixação das forças de terra e mar e, principalmente, das que orçam a receita e fixam a despesa geral da República, é sempre muito demorada, realizando-se ordinariamente, nos últimos meses do ano" (MORAIS et al, 1901, p.2).

⁹⁷ Nesse caso, o imposto sobre as importações a que se referiam é similar ao que chamamos hoje de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o ICMS.

esqueceu de buscar algum tipo de apoio mais popular, algo que não era comumente exposto pelos grupos políticos representados no legislativo federal:

Nessa atenção há de dedicar-se à prosperidade das classes proletárias. Em favor destas, adotaremos medidas conducentes à maioria dos pagamentos dos salários, e todas quantas sejam necessárias para harmonizar-se nossa legislação sobre o trabalho com a das nações mais democráticas do mundo (MORAIS et al, 1901, p.2).

2.3 A preparação para o último ano do mandato de Campos Sales

Criada essa oposição partidária oficial, seguiram-se os trabalhos no Congresso Nacional. A questão das manobras do presidente voltou a ser destaque no Senado através do paulista Moraes e Barros⁹⁸. Embora tratando de pôr a culpa no partido da Concentração, ao contrário do grupo que creditava a Campos Sales um partido pessoal⁹⁹, o orador se debruçou sobre os casos das intervenções nos Estados feitas pelo governo federal. Para o senador ela se deu da seguinte forma no caso do Mato Grosso:

Começou por fazer naquele Estado uma derrubada de todas as autoridades federais que eram ou poderiam ser favoráveis ao partido republicano. Assim é que demitiu o próprio Senador Ponce do lugar do comandante superior da guarda nacional; demitiu os diretores do Arsenal de Guerra de Cuiabá e do Arsenal de Marinha do Ladário; demitiu o delegado fiscal; demitiu o procurador seccional. Enfim, sua derrubada chegou até aos empregados subalternos que podiam ser favoráveis ao partido republicano, pois foram eles retirados das repartições de Cuiabá.

O SR. BARATA RIBEIRO - Sistema monárquico: as derrubadas d'El Rey. É por isso que penso que ainda não estamos na República.

O SR. LOPES TROVÃO - Da República temos apenas o rótulo (BRASIL, 1901i, p.3600).

O orador salienta três estados onde isso ocorreu de formas diferentes. Além do Mato Grosso “fato igual deu-se no Estado do Rio de Janeiro, onde S. Ex., de acordo com o respectivo governador, manobrou de modo a derrotar perante as urnas o partido republicano que havia

⁹⁸ Manoel Moraes e Barros nasceu em Itú, São Paulo, em 1836. Formado em Direito na Faculdade de São Paulo em 1857 foi um dos signatários do Manifesto Republicano de Itu de 1871. Irmão de Prudente de Moraes, foi eleito deputado na Constituinte e senador em 1895 na vaga de Prudente de Moraes. Faleceu em 1902 (ABRANCHES, 1902a, p.359).

⁹⁹ "Assumindo o poder, S. Ex. o Sr. Dr. Campos Sales estendeu as mãos a seus adversários, aos adversários do seu partido, aos adversários de sua eleição.

O SR. JOÃO CORDEIRO - Então Bernardino de Campos, Seabra e outros eram adversários dele?

O SR. MORAES E BARROS - Não estendeu a mão somente a estes; estendeu-a também aos correligionários de V. Ex.

O SR. JOÃO CORDEIRO - Não; ele formou um partido para si.

O SR. MORAES E BARROS - Exatamente; com os correligionários de V. Ex. conseguiu formar para apoiar o seu Governo, um partido puramente pessoal, a que se deu o nome de Concentração. E com isso S. Ex. conseguiu apoio unânime na Câmara e no Senado.

O SR. A. AZEREDO - No Senado, não apoiado.

UM SR. SENADOR - Nem na Câmara" (BRASIL, 1901i, p.3599).

sufragado o nome de S. Ex. com seu voto" (BRASIL, 1901i, p. 3603). O meio de ação, porém, foi manipular a verificação de poderes.

"Ora, uma eleição que dá semelhante resultado, que, passando por tantos cadinhos, era sempre julgada por aquela forma, é possível que seja anulada? Pois foi, por decisão do Sr. Presidente da República, intervindo escandalosamente na verificação de poderes, por meio de alguns governadores, exigindo que estes exigissem dos representantes dos seus Estados que votassem contra o candidato republicano pelo 2º distrito" (BRASIL, 1901i, p. 3603)¹⁰⁰.

O último teria sido o Pará. Para comentar a situação desse Estado, onde Augusto Montenegro substituiu o governador da época da eleição na Câmara, o Senador resolveu contar uma história. Essa anedota é interessante para mostrar a questão do entendimento de que a *política dos governadores* não significava mais, de fato, seguir a orientação política dos governadores locais.

Uma vez que se trata de eleições, preciso lembrar que em 1899 eu dizia, um tanto por chalaça: 'Nesta República só existem vinte eleitores, que são os vinte governadores dos Estados, os únicos que tem direito de voto nesta vastíssima República'.

Mal sabia que a minha chalaça de 1899 seria depois elevada à altura de um princípio regulador da verificação de poderes, princípio segundo o qual só ficam reconhecidos como legitimamente eleitos os candidatos dos governadores dos Estados, princípio esse proclamado do alto do palácio do Catete e da tribuna da Câmara.

(...)

Na prática houve apenas uma modificação. Os 20 candidatos foram reduzidos a 19, porque o eleitor da Paraíba não teve o direito de eleger ninguém; só foram reconhecidos os seus adversários (BRASIL, 1901i, p. 3603)¹⁰¹.

Os primeiros textos em jornais que versam sobre a *política dos governadores* em 1902 foram de José do Patrocínio. Adotando um tom ainda mais crítico em relação às eleições, visto que, segundo o autor, ocorreu outra intervenção no processo eleitoral. Dessa vez na Capital Federal. Depois do resultado não ter sido aceito, Campos Sales nomeou Joaquim Xavier da Silveira Junior como prefeito¹⁰². "A degradação eleitoral a que chegamos é obra dos governos;

¹⁰⁰ Refere-se a quatro deputados (Alfredo Pujol - SP, Alfredo Varela, Barbosa Lima - RS e monsenhor Mourão) que legitimaram a eleição na sua comissão, mas foram vencidos no resultado final da verificação de poderes.

¹⁰¹ De fato, como a própria fala de Moraes e Barros acresce, houve mais dois locais em que isso não ocorreu.

¹⁰² Em 23 de janeiro de 1902 foi publicado um texto chamado "Notas do dia" no *Jornal do Brasil*. Assinado pelo pseudônimo Ed Max, o artigo fazia troça com a situação:

"O poder executivo, no uso e gozo de seus alevantados direitos políticos, tendo em vista dotar o Distrito Federal com uma representação dinga dele;

Considerando que é obrigação imposta ao chefe do Estado jamais ser vencido em eleição alguma, pelo motivo altamente justificável de que o governo não deve sair arranhado em pleitos eleitorais;

Considerando que o governo atual estabeleceu a política dos governadores, para assegurar uma maioria de incondicionais no Congresso Nacional;

são eles e só eles os responsáveis por essa humilhação em que vivemos, apelando sempre para a fraude para corrigir a fraude" (PATROCÍNIO, 1902a, p.1). O discurso foi reforçado por um editorial do *Jornal do Brasil* em fevereiro. Tratando a política dos governadores como “a mais triste página da história desta infeliz nação”¹⁰³ (ELEIÇÃO..., 1902, p.1) o editorial também acusa o governo de Campos Sales de fazer da fraude um sistema político:

Foi a fraude, feita sistema político, e a mentira transformada em instrumento de governo.

Para fazê-la funcionar, inventou-se uma aritmética convencional, cadinho de depurações dos que tivessem arcado contra a prepotência dos governos locais; de tal modo, a fraude imposta pelo presidente da República aos seus amigos políticos, como condição do apoio que lhes prestasse, completaria a obra que a força e a fraude dos governos locais não tivessem conseguido realizar (ELEIÇÃO..., 1902, p.1).

A ação do futuro prefeito para chegar ao posto teria sido, segundo o jornal, feita às claras, usando a sua função de presidente do Conselho Municipal¹⁰⁴. O processo teria ido “desde as nomeações ilegais até as demissões acintosas; desde as remoções indecentes até as reintegrações imorais, tudo se pôs em prática para conseguir dedicações" (ELEIÇÃO..., 1902, p.1). O resultado "foi a aplicação da política dos governadores ao Distrito Federal, pelo único processo pelo qual poderia aqui ser aplicada; substituiu-se o direito do povo votar, pelo arbítrio que assumiu o presidente da República elegendo" (ELEIÇÃO..., 1902, p.1).

José do Patrocínio voltou a tratar da sucessão presidencial nesse início de 1902. O primeiro ponto sobre o qual se debruçou foi o papel de Prudente de Moraes no cenário. Para o autor, Rodrigues Alves não tinha feito nada que o habilitasse ao cargo de presidente. Porém, havia uma unanimidade em torno dele vinda de grupos opostos¹⁰⁵. "Que se quer fazer com esse governo que tem lugar para o Sr. Glicério e para o Sr. Bernardino de Campos, e nasce forçando

Considerando, por isso, que seria deprimente para o poder republicano se o mesmo não acontecesse no Conselho Municipal, que é a miniatura daquela corporação federal;

Considerando que se faz necessário uma demonstração solene, por atos e ações de que o poder executivo não se aprecia das bravatas dos oposicionistas;

Considerando que a lei atualmente é a vontade firme, decidida, inabalável do chefe do Estado;

Considerando que tudo mais é história;

Considerando que manda quem pode porque conta com a subserviência de todos;

Resolve declarar que não houve eleição municipal a 29 de dezembro de 1901 e nomeia para legislarem no Distrito Federal cidadãos que já tem prática no serviço" (NOTAS..., 1902a, p.1).

¹⁰³) "Entramos em pleno período da política dos governadores, que daria o mais épico dos cantos aos poematizadores da fraude, se os não cegasse a paixão, dissemos e deveríamos ter acrescentado: e a mais triste página da história desta infeliz nação, se a escrevessem com sinceridade e verdade" (ELEIÇÃO..., 1902, p.1).

¹⁰⁴ "Começou então na Prefeitura a parte do plano confiada ao zelo do sr. Xavier da Silveira, para conseguir aliados. Sua secretaria transformou-se em agência eleitoral" (p.1).

¹⁰⁵ “Não tem na sua vida um grande ato que o recomende a essa inopinada preferência, que o tornou candidato dos mesmos que pouco antes combatiam veementemente a sua candidatura e dos que no Congresso mais guerrearam a política dos governadores, de quem nasceu essa candidatura" (PATROCÍNIO, 1902b, p.1).

o Sr. Prudente de Moraes, tão retraído e sensato, a assumir posição franca na dissidência?" (PATROCÍNIO, 1902b, p.1). Para o autor, o ex-presidente, embora sendo um nome especulado como candidato, não deveria pensar em concorrer. O único remédio para os problemas nacionais era a revisão constitucional¹⁰⁶.

Prudente de Moraes é chamado por todos os que não perderam a fé nas instituições e não querem especular com elas.

Esse homem, extraordinário pela sua clarividência e pela firmeza, é o primeiro a reconhecer e proclamar em nome da sua experiência a oportunidade da Revisão da Constituição.

Mas não é esse juízo que deve julgar a situação nacional. É preciso que ele não vista a toga da Suprema Magistratura da República, porque a sua candidatura não representa nem a política dos governadores, nem os interesses dos que só acham boa a República quando eles estão no governo ou nos altos cargos, e, fingindo profligir o estado atual, querem-no mantido para nele ajeitarem as suas vaidades e suas comodidades (PATROCÍNIO, 1902b, p.1).

O autor acreditava que uma candidatura de Quintino Bocaiúva poderia sair-se vencedora contra a de Rodrigues Alves. Mesmo que, para José do Patrocínio, o candidato não fosse mais o Quintino de outros tempos, se não ocorresse a interferência da *política dos governadores* a sua eleição era possível¹⁰⁷. Assim, temos acrescido outra característica ao discurso da *política dos governadores*: o acerto entre os executivos estaduais teria força para resolver o pleito federal.

Tratando-se de uma questão aberta, como parece agora a eleição presidencial, nada mais natural do que se dar no Norte uma evolução, no sentido de reanimar o partido republicano federal, que ainda tem como seu chefe o Sr. Glicério, e, manda a verdade dizer, é um chefe capaz de dirigir campanha e, para ganhá-la conta principalmente com a ânsia de desagravo, servida por habilidade rara.

A candidatura do Sr. Rodrigues Alves só será vencedora se a política dos governadores fizer dela uma questão fechada (PATROCÍNIO, 1902c, p.1).

O jornalista pensava que deveria haver uma articulação em torno das antigas lideranças do Partido Republicano Federal, usando Francisco Glicério e Prudente de Moraes como figuras centrais contra o que Campos Sales representava¹⁰⁸. Se por um lado apareciam no Norte os

¹⁰⁶ "Os detentores dos mandatos de povos, os velhos fregueses do subsídio, não podem admitir a Revisão, porque tem o que perder, principalmente se a Constituição for aperfeiçoada por um trabalho dirigido pelo bom senso e pela isenção de um espírito como Prudente de Moraes" (PATROCÍNIO, 1902b, p.1).

¹⁰⁷ "Atribui-se a um do deputados mais prestigiados da situação, tido e havido como a boca legislativa do Catete, esta frase:

O presidente da República há de ter ocasião de demonstrar que, por sua parte, sabe respeitar a liberdade eleitoral. Esta frase, traduzida ao pé da letra, quer dizer: a eleição presidencial é uma questão aberta; não obedece ao programa da política dos governadores" (PATROCÍNIO, 1902c, p.1).

¹⁰⁸ "É sabido que o Dr. Pinheiro Machado submeteu-se; S. Ex. considerava prepostera a confiança no adesismo cômodo e venturoso.

Vários Estados se tem conservado, pelos seus representantes, republicanos federais, genuínos como no tempo das brigadas do Sr. Glicério.

sintomas da força de Glicério¹⁰⁹, de outro, porém, mesmo as dissidências locais rompidas com Campos Sales aderiam ao candidato indicado pelo presidente¹¹⁰. Um exemplo emblemático da situação é um manifesto “*Aos opositores coligados do Estado de Pernambuco*”¹¹¹. Publicado no jornal *A Província*, de Pernambuco, explicava a situação geral da apresentação do nome de Quintino como desejo da Capital Federal. “Se a Convenção Paulista houvesse escolhido o nome de Quintino Bocaiuva, ela teria desfraldado a grande bandeira da República cuja sombra protetora nos poderia nos abrigar dos desalentos de nossos ideais democráticos” (TEIXEIRA et al, 1902, p.2). Porém, no final, o manifesto aconselha o voto em Rodrigues Alves e Silviano Brandão (TEIXEIRA et al, 1902, p.2).

O fim do quadriênio presidencial ensejou alguns textos de síntese política do período. Cosme Sales assinou uma série de publicações no mês de março de 1902, chamadas *O Evangelho da República e seus apóstolos. Psicologia de uma época. A revisão constitucional* publicadas no jornal *O País*, no Rio de Janeiro. Embora não se trate de um nome conhecido, usarei os textos dele por considerar um bom resumo das posições apresentadas na imprensa ao longo dos anos. O primeiro ponto importante é a recuperação de um discurso supostamente proferido por Campos Sales aos ministros do Governo Provisório.

É mister, pois, que o PARTIDO REPUBLICANO e o GOVERNO PROVISÓRIO INTERVENHAM NAS ELEIÇÕES.

Lembra então medidas políticas, quais sejam, entre outras, aconselhar aos governadores dos Estados a dissolução das câmaras municipais e chamar a si a nomeação de intendentes.

Referindo-se ainda ao trabalho eleitoral, diz que Estados há em que ainda domina o elemento monarquista; e, para neutralizar a influência desses chefes antigos, conviria que as eleições se fizessem por GRANDES CIRCUNSCRIÇÕES, COMPOSTAS DE TRÊS ESTADOS cada uma, de

Se lhes for dada a liberdade de optar, é de esperar que entre o Sr. Quintino Bocaiuva e o Sr. Rodrigues Alves, eles preferirão o primeiro, que não acompanhou a cisão, de 1897, mas ao contrário serviu-se magistralmente, e com extraordinária diplomacia nos dias perigosos de novembro daquele ano, no Senado.

Será uma engenhosa invenção eleitoral a que deu origem no boato de que a eleição presidencial será uma questão aberta?

Ter-se-há procurado esta evasiva para dar ao bico de pena liberdade plena de ação, sob a aparência de maior isenção da política dos governadores?” (PATROCÍNIO, 1902c, p.1).

¹⁰⁹ Sobre um manifesto de opositores de Augusto Montenegro no Pará publicado no jornal *A Província de Pernambuco*: “Acrescenta que espera ver em breve transformado o atual estado de coisas - quando à frente da alta administração da República estiver quem se compenetre de que a política dos governadores fere os princípios sagrados do regime republicano.

Termina afirmando que a esperança dos verdadeiros patriotas cresce quando vem ressurgir no cenário político o general Francisco Glicério” (TELEGRAMAS, 1902b, p.1).

¹¹⁰ Por exemplo o que aconteceu no Paraná: “Rio, 18. A dissidência republicana de Curitiba publicou manifesto, recomendando os nomes dos drs. Rodrigues Alves e Silviano Brandão para a eleição de 1º de março. A comissão executiva, porém, também em manifesto publicado, declarou que romperá solidariedade com o dr. Campos Sales desde que este imolou o partido à política dos governadores” (TELEGRAMAS, 1902a, p.1).

¹¹¹ Vinha assinado por TEIXEIRA, João Francisco; LIMA, Francisco Phaelante da Câmara; LOPES, Aristarco Xavier; CAMPELO, Manoel Netto Carneiro; ALBUQUERQUE, Lourenço Augusto de Sá; DE BRITTO, João Ribeiro.

modo que os baluartes monarquistas fossem sufocados por outros, onde domine o elemento republicano. E, replicando a um aparte de Aristides Lobo, que declara que essa medida era maléfica, pois iria despertar sentimentos locais e concorrer para absorção dos pequenos Estados pelos grandes, termina Campos Sales explicando que isso seria no momento apenas um plano de estratégia eleitoral para a formação da Constituinte, que depois viria dar aos Estados a mais ampla e plena autonomia.

Diante disto, não é, pois, para admirar que assim pensando em 1890, o atual presidente da República, 10 anos depois, inventasse a política dos governadores, para reduzir o Congresso Nacional a uma simples chancelaria de palácio e, em 1902, achasse que se deveriam de todo abolir as eleições para a elevação do candidato que designasse à sua sucessão na alta magistratura da Nação (SALES, C 1902a, p.1).

Para ele, a grande responsabilidade da sua eleição foi de Prudente de Moraes. Ao buscar o apoio do governador do seu estado de origem acabou levando ao Catete um presidente sem apelo popular¹¹². Assim, sua eleição " não se tornou solução de uma crise; não veio como a consequência natural dos acontecimentos, que haviam provocado a cisão: foi simplesmente o produto de um conchavo de estreitas combinações de compadrio" (SALES, C 1902b, p.2). Isso teria animado o grupo de Glicério que correu para apoiar o novo governo¹¹³.

Entretanto o que caracterizava dentro de poucos dias o seu governo era a completa inversão de sistema. O presidente, apesar de toda a espetaculosidade com que se exibiu aos olhos da Nação, desaparecia subitamente do primeiro plano do cenário, para dar lugar às figuras de seus ministros, que se destacavam, cresciam, e imperavam, imprimindo a cada pasta a sua própria individualidade ou empolgando, como o da fazenda, todo o pensamento político e administrativo do governo, tornando-se a cabeça e alma do poder executivo, feito desde logo o polvo absorvente e usurpador de todos os outros aparelhos institucionais da República (SALES, C 1902b, p.2).

Para Cosme Sales, por um lado, no campo administrativo, Campos Sales era uma figura fraca. "Todos estão convencidos de que, durante o quadriênio, de tudo quanto se tem feito de bom ou de mau, nada lhe pertence" (SALES, C 1902b, p.2). Tudo seria obra ou de Epitácio Pessoa, ou de Joaquim Murinho¹¹⁴. Por outro lado, partilhava da mesma opinião de outros

¹¹² "Para ter ao seu lado o governador de sua terra, ele sacrificou as conveniências mais vitais dos seus correligionários e seus próprios leais políticos, não se lembrando que Campos Sales não tinha valor próprio nem influência pessoal no Estado. E daí o seu partido ficou sem bandeira, não despertou entusiasmo algum na opinião pública e acabou por elevar à presidência da República um candidato que os seus sentimentos, os seus princípios e os instintos de sua própria conservação repeliam" (SALES, C 1902b, p.2).

¹¹³ "Os dissidentes, fulminados pela traição que os ferira em cheio, retraíam-se, convencidos que haviam cavado por suas próprias mãos o seu aniquilamento, ao passo que os glyceristas, animados pelas frases gongóricas do candidato dos seus adversários, aparentavam dissolver-se também, para se constituírem nessa concentração, que cedo surgiria para amparar abnegadamente com seu apoio patriótico o Messias da restauração financeira e administrativa da República, como a si próprio se cognominara o sucessor de Prudente de Moraes" (SALES, C 1902b, p.2).

¹¹⁴ Em um sistema em que o chefe de Estado é o grande responsável, ele, sem vontade própria e sem iniciativa, conseguiu tornar-se de fato um irresponsável, um simples autômato nas mãos dos dois ministros, que, desde a primeira hora, o dominaram.

autores que o presidente exercia fortes demonstrações de poder no espectro político. A anulação dos partidos pré-existentes e a intervenção tanto nos Estados quanto no congresso, porém, tiveram consequências funestas.

Anulando assim os partidos, já delimitados em campos opostos, exterminando de vez a autonomia dos Estados pela intervenção indébita nos menores incidentes de sua vida local e reduzindo pela política dos governadores o Congresso Nacional à mais servil das chancelarias do palácio do Catete, o atual presidente da República, julgando tudo aniquilar para governar sozinho e só aparecer, apenas conseguiu aniquilar-se a si próprio (SALES, C 1902b, p.2).

Em suma, no início do período aqui estudado, quando começam a surgir na Imprensa e no Congresso as menções ao termo, *política dos governadores* se referia à garantia do poder dos executivos locais em escolher os representantes que seriam aceitos na Câmara Federal. Isso se daria pelo processo de reconhecimento de poderes. Porém, rapidamente, à medida que o processo avançava, exemplos como os do Pará, Rio de Janeiro e de Goiás fizeram que essa concepção fosse refinada. Para o discurso da oposição, não havia mais um critério para reconhecer os eleitos: ministros intervinham no que deveria ser a “*Política dos governadores*”, numa clara interferência federal no jogo local.

Ao final do período presidencial havia diversas demandas políticas que foram significadas como efeito da *política dos governadores*. A primeira delas trata do *poder pessoal* de Campos Sales. Este rótulo claramente significava uma demanda por maior participação no processo decisório deste governo. O grupo que se reuniu em torno de Prudente de Moraes queria poder influir nas decisões e reclamava que o ex-presidente não foi ouvido nem na ocasião da escolha do ministério, nem do sucessor. Embora requisitassem essa participação ao Partido Republicano Paulista, a desavença pessoal com Campos Sales era notável. Porém, para Alberto Sales aquilo não era uma particularidade de Campos Sales, mas uma característica do próprio projeto republicano em prática no Brasil da época. Outros críticos afirmaram que o Presidente queria governar sem oposição alguma.

As maldições ou as bênçãos dos contemporâneos, nos atos praticados na pasta política por natureza, desde a reforma radical do ensino público até a instituição do Código Civil, hão de cair mais cedo ou mais tarde, não sobre o presidente, que as decretou, mas sobre Epiácio Pessoa, que já arrastou o ódio da mocidade das escolas e as iras da massa popular.

As bênçãos ou as maldições dos vindouros hão de atroar ainda na história em torno de Joaquim Murinho, que pretendeu republicanizar a República, enveredando a vida financeira da nação pela política do resgate e dos arrendamentos.

Quanto a Campos Sales, porém, o presidente presidencialista por excelência, como a si mesmo se proclamara, esse não chegará a impressionar os pósteros, porque passou pelo governo sem ter governado e voltou por fim ao que dantes era, sem renome, sem glórias, e, o que é mais triste, sem saudades" (SALES, C 1902b, p.2).

É possível aí identificar uma segunda demanda relacionada à ausência de respeito aos partidos políticos. Foram diversos atores que reclamavam da interferência de Campos Sales e responsabilizavam suas manobras pela dissolução dos partidos existentes. Em primeiro lugar ao dar importância aos Concentrados na composição de alianças em detrimento aos Republicanos, que era o partido pelo qual ele se elegeu. Em seguida ele teria dissolvido os próprios Concentrados, removendo os seus membros para criar um partido de devoção pessoal. Somado a isso, o fato de tomar decisões consideradas exclusivas das executivas partidárias (como escolher o sucessor, por exemplo) minava a sua organização.

Outra demanda importante que pode ser identificada ao longo deste capítulo foi a do reformismo. A ideia ganhou mais repercussão a partir do surgimento do texto de Alberto Sales, que indicava que os males da República até aquele momento eram resultado de uma falha de origem. O modelo de presidencialismo copiado dos Estados Unidos daria poder demais para o presidente em função da nossa estrutura federal. Esse mote foi utilizado pelo grupo de Prudente de Moraes e por José do Patrocínio, na imprensa, alimentando um grupo político inclinado a uma mudança da Constituição. No último ano do governo Campos Sales este se tornou um movimento importante.

É possível afirmar que existe uma articulação entre essas demandas no discurso da *política dos governadores*. Se, em princípio, essa política em si significa as degolas e o processo de escolha de quais os governos locais terão seus candidatos reconhecidos e quais não terão, em um segundo momento é esse mesmo dispositivo que tornaria Campos Sales poderoso a ponto de não permitir a participação de outros atores nas suas decisões. Ou seja, o poder pessoal de Campos Sales só era possível pela *política dos governadores*. Da mesma forma, o fato de os partidos políticos não serem respeitados e estarem desaparecendo também era influência da *política dos governadores*: as degolas regionais também significavam a escolha de quais grupos (outrora divididos nominalmente entre Republicanos e Concentrados) teriam seus partidários reconhecidos, alterando a força das bancadas no nível federal. Para poder acabar com tudo isso, ou seja, com a estrutura que fatalmente culminou da *política dos governadores*, era necessária a reforma constitucional. O que é um indício de que esse discurso foi encadeado de maneira equivalencial, ou seja, há uma tendência de se tratar de um antagonismo em torno de uma oposição a Campos Sales (que receberia o nome de *política dos governadores*).

É possível considerar, portanto, que este capítulo apresentou a emergência de uma fronteira antagonica ao menos em potencial, criando uma oposição institucional através do manifesto do grupo de Prudente de Moraes, e uma articulação equivalencial de algumas demandas sob o signo da *Política dos Governadores*. Mas não é possível afirmar até esse

momento se existe um sistema estável de significação. Assim, vamos analisar no próximo capítulo o surgimento da *Política dos Estados* como reação a esse discurso de oposição.

3 A POLÍTICA DOS ESTADOS: CAMPOS SALES E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO

A primeira vez que Campos Sales se referiu ao discurso da política dos governadores foi na sua última mensagem anual como presidente da República, apresentada na sessão do Congresso Nacional em 3 de maio de 1902, abertura dos trabalhos legislativos. Essa referência, porém, foi indireta. O presidente preferiu identificar a sua política com um conteúdo diferente: “A *política dos Estados*, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a *política nacional*. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião” (BRASIL, 1902a, p.772, grifos no original).

Essa mensagem teve uma repercussão bastante grande entre os parlamentares e também na imprensa. Foi depois dessa manifestação do chefe do executivo que os políticos da situação, liderados por José Joaquim Seabra, começaram a se manifestar sobre as demandas que compuseram o discurso da *política dos governadores*. A partir dessa disputa, os parlamentares da oposição também adaptaram ou reforçaram algumas dessas demandas com mais argumentos e outras significações. Este capítulo é dedicado a uma avaliação da emergência dessa disputa e os seus desdobramentos ao longo tempo, de maio de 1902 até dezembro de 1904, ano em que Campos Sales teria terminado de escrever o seu *Da Propaganda à Presidência*.

Para realizar tal tarefa, os objetivos desse capítulo são: a) analisar a mensagem presidencial de Campos Sales e sua relação com discurso de *política dos estados*; b) analisar como a oposição ressignifica o discurso de *política dos estados* a partir desta manifestação; c) analisar como o discurso da base governista enfrenta cada uma das demandas do discurso da *política dos governadores*; d) determinar se existe a formação de uma cadeia de equivalências da parte da oposição em torno do significante *política dos estados*.

3.1 A mensagem presidencial de 1902

Logo no início, Campos Sales afirmou que sentia "(...) a necessidade, se não de justificar, ao menos, de esclarecer os móveis e os intuitos da política que adotei e a qual tenho subordinado a administração da República" (BRASIL, 1902a, p.772). Pelo uso do termo é possível afirmar que há uma preocupação do presidente quanto ao discurso da oposição no Congresso e imprensa, que também se referia sua política, sob o nome de *política dos*

governadores. O primeiro ponto foi se defender as acusações de tentar formar um governo unipessoal – ou mesmo de “egoísmo político”¹.

Mas eu sabia também que não é permitido aos que governam, antepondo o egoísmo individual à suprema razão de Estado, requestar a benevolência do sentimento público com o sacrifício do interesse nacional. Estou com os que pensam que uma das mais estimáveis qualidades do homem de governo é a que consiste na sua coragem; não essa coragem vulgar que todos podem ter em presença dos perigos materiais, mas a coragem moral de afrontar a própria impopularidade para fazer aquilo que se lhe afigura ser o bem de sua pátria (BRASIL, 1902a, p.771).

Campos Sales também se preocupou em argumentar sobre a acusação de intervenção sobre o legislativo. Ao invés de negar, o presidente assumiu a postura e, indo além, procurou justificar como o único posicionamento possível. O motivo seria um compromisso com o país de realizar o programa de governo. Sem agir desta forma, segundo o autor, não seria possível fazer valer qualquer programa político – o que pode ser tomado como uma crítica ao governo anterior.

Não fora isto, não houvesse eu trazido para o Governo um compromisso de consciência, uma deliberação ou uma vontade, poderia sem dúvida aguardar indiferentemente a ação legislativa, com as facilidades que proporciona a cômoda doutrina do *laissez faire*, que aliás só pode ser preconizada por quem não tenha um pensamento a fazer vingar na alta administração. Nestas condições é evidente que eu não teria tido a necessidade de aproximar-me do Congresso, e menos ainda de interessar-me pela orientação de seus trabalhos (BRASIL, 1902a, pp.771-772).

No final do documento ele voltou ao assunto citando o caso da Capital Federal².

O próximo ponto sobre o qual ele se debruça é a formação de partidos políticos e sua influência no quadro. Em primeiro lugar, não achava que o surgimento do Partido Republicano Federal, em 1897, teve o efeito de criar as bases de um partido regular. "Quer isto dizer que não havia então, para servir de fundamento às lutas partidárias, o contraste das aspirações na esfera dos princípios" (BRASIL, 1902a, p.772)³. E foi mais longe: nunca houve um momento em que

¹ "Falo com o desprendimento de um espírito absolutamente emancipado das sugestões do egoísmo político" (BRASIL, 1902a, p.771).

² Sobre as eleições na capital federal: "Não havendo sido concluídos dentro do prazo legal os trabalhos de apuração dessas eleições, pois a jura de pretores encerrou seus trabalhos tendo apenas apurado a eleição do primeiro distrito, e tendo renunciado seu mandato depois de diplomados os cinco candidatos que nesse distrito obtiveram maioria de votos, resultou daí uma situação de fato caracterizada pela acefalia do ramo legislativo do Governo Municipal. Afim de prover, como cumpria, de remédio urgente a anormalidade da vida econômica e administrativa do Distrito, que é ao mesmo tempo Capital da União, o Governo resolveu a crise, adotando a providência constante no decreto de 22 de janeiro último" (BRASIL, 1902a, p.778).

³ "Pareceu-me desde logo que se enganaram os que tinham visto no incidente da sessão política de 1897 o início da formação de partidos regulares. A acentuada modificação que se manifestava em todos os espíritos no momento em que assumi o Governo, e a manifesta tendência, que em tudo se revelava, para uma nova orientação, tornavam

se houvesse apresentado no campo político nacional alguma divergência que servisse de base para a criação deles. A única divergência que opunha os grupos foi eleitoral⁴.

O tempo decorrido de 1899 até hoje teria sido suficiente para a nossa reconstrução política, se acaso uma melhor previsão do futuro houvesse evitado que no seio da Constituinte se lançassem os governos das desordens que se desencadearam com tanta violência, perturbando a vida da República e impedindo-a de cuidar detidamente, tranquilamente, do aperfeiçoamento dos novos aparelhos de Governo. Eis porque não existem ainda agremiações políticas com a indispensável coesão e constituindo pela rivalidade dos intuits, essas forças poderosas que estabelecem o salutar equilíbrio da ação governativa e preparam a sucessão natural e pacífica das aspirações legítimas nas regiões do poder (BRASIL, 1902a, p.772).

É sobre esta base que o autor começa a organizar o seu próprio discurso. As críticas que sofria sobre o modo como agia até aquele momento eram, para ele, fruto de uma insatisfação tanto dos “adeptos do partidarismo exclusivista” quanto dos radicais⁵. E a legitimação da sua atuação viria diretamente das urnas: “É claro, pois, que recebi das urnas plena liberdade para a minha ação política” (BRASIL, 1902a, p.772). Assim, a *Política dos Estados*, como Campos Sales batizou a sua forma de governar, não se aproveitava da dispersão política que encontrou no cenário político. Pelo contrário, buscou centralizar esses grupos dispersos em torno de um objetivo comum.

Neste regime, é minha convicção inabalável, a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A *política dos Estados*, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a *política nacional*. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados pensa a União. Modificada a atmosfera política pode o Governo desdobrar a sua ação administrativa, imprimindo-lhe desde o ponto de partida, vigorosa e enérgica atividade graças às medidas que o Congresso pode conceder, prevalecendo-se com patriótica solicitude da calma que reinava nos dias de sessão de 1898, após a inauguração do período presidencial. Perseverando nestes esforços o Governo e o Congresso, conseguimos nas sessões que se seguiram lançar na legislação da República os princípios orgânicos da administração financeira e as bases estáveis do regime fiscal.

claríssimo que aquele incidente não tivera por causa eficiente a divergência de princípios fundamentais na gestão dos negócios públicos” (BRASIL, 1902a, p.772).

⁴ “Dentre os constituintes nem uma controvérsia surgiu que pudesse servir de fundamento inicial à organização de partidos políticos.

A divergência só apareceu, dividindo quase ao meio a grande assembleia republicana, não a propósito de uma ideia, mas em presença de um pleito - a eleição do primeiro presidente constitucional da República” (BRASIL, 1902a, p.772).

⁵ “Confesso que, procurando antever os efeitos desta política, nunca cheguei a supor que ela pudesse satisfazer a sistemática intransigência dos adeptos do partidarismo exclusivista, nem tão pouco a vivaz combatividade dos que se habituaram a não ver na calma dos espíritos, senão um sintoma inquietador de torpor e de letargia na política; mas eu estava bem seguro de que ela correspondia em seus elevados intuits à suprema gravidade do estado geral do país” (BRASIL, 1902a, p.772).

Se uma política só pode ser julgada pelos seus frutos, aí estão os que pude colher (BRASIL, 1902a, p.772, grifos do autor).

Outro ponto importante levantado em sua defesa contra o discurso de oposição se relacionava à intervenção nos estados do Mato Grosso e Goiás. Campos Sales afirmou que se sentia feliz por nunca ter usado o estado de sítio. “Não suspendi uma só garantia, nenhuma só liberdade foi violada” (BRASIL, 1902xx, p.775). Considerando que havia mantido a sua interpretação sobre o artigo 6º da Constituição intacto desde antes de exercer a presidência, disse que ousou

praticá-lo com intransigente rigor, ainda mesmo através dos mais fortes clamores. Nada seria mais funesto do que aplicar a lei ao sabor dos interesses ou das paixões em conflito.

Foi esse o sentimento que prevaleceu em minha conduta, e se mesmo assim pode ela suscitar veementes increpações, confesso que não me causou isso, sequer, medíocre estranheza, porque há muito que sei ser essa a natural tendência dos espíritos encandecidos pelo malogro das ambições. Não são estes, certamente, os que hão de descortinar a verdadeira responsabilidade nos instigadores das lutas armadas, cujas desgraças só veem e lamentam já muito tarde, após a consumação dos fatos (BRASIL, 1902a, p.775).

Campos Sales se considerou bem sucedido ao executar o seu plano de governo através da Política dos Estados. O resultado teria sido obtido graças ao patriotismo do povo brasileiro e do apoio dos ministros. Estes últimos puderam “agir desembaraçadamente, enquanto durar a mútua confiança, no vasto terreno traçado a sua completa autonomia, sem que todavia *desapareça atrás deles a autoridade legal ou moral do Presidente da República*, único responsável e diretor supremo” (BRASIL, 1902a, p.776, grifo no original). Segundo o autor, isso seria totalmente coerente com o que foi proposto na sua plataforma eleitoral de 1897.

Chego ao fim do meu trabalho e, se deixo ainda pendentes de solução muitos problemas difíceis, é certo, entretanto que os frutos colhidos da perseverança de nossos comuns esforços abrem animadora perspectiva para o futuro deste grande país, tão generosamente favorecido pela sua excepcional vitalidade econômica” (BRASIL, 1902a, p.780).

3.2 A repercussão na Imprensa e no Congresso

A mensagem presidencial de Campos Sales foi o principal tema dos jornais em maio de 1902. O termo cunhado pelo presidente, *política dos Estados*, começou a aparecer na imprensa, porém, sem a conotação que ele tentou prover. O jornal *A Gazeta de Petrópolis* utilizou como sinônimo de política dos governadores⁶, enquanto *O Pharol*, embora não citando essa

⁶ "A chamada política dos Estados, ou como mais vulgarmente se diz, política dos governadores, teve aí a razão da sua existência, porque no entender do Dr. Campos Sales a União é o reflexo da opinião dominante nos elementos que a compõem" (A MENSAGEM, 1902, p.1).

comparação nominalmente, praticamente fez o mesmo dizendo se tratar de uma relação de “compadrio” entre o presidente e os governadores⁷.

Porém foi na Câmara dos Deputados que a mensagem do presidente fez mais eco. Houve uma discussão entre Heredia de Sá⁸ e José Joaquim Seabra, em uma série de discursos realizados durante um intervalo de três sessões. A repercussão não se deu tanto pela fala de Heredia de Sá, que chegou a afirmar que a nação se felicitava por ser o último ano de Campos Sales⁹, mas pela resposta dada por Seabra. Foi a primeira vez que um parlamentar da situação – nesse caso o líder da maioria na Câmara dos Deputados – usou o termo *política dos governadores* em uma fala na tribuna para defender o governo.

O primeiro ponto levantado por Heredia de Sá foi a intervenção do Governo Federal na eleição do Distrito Federal. Campos Sales considerou a eleição inválida e nomeou o antigo intendente para continuar no cargo até se realizarem novas eleições. O episódio foi muito comentado tanto no Congresso quanto na imprensa e configurou, para os críticos, mais uma intervenção do Governo Federal em assuntos locais¹⁰. Em seguida se debruçou sobre a manifestação de que Campos Sales pretendia fazer uma reforma eleitoral no seu mandato. "(...) que reforma eleitoral queria S. Ex., quando foi o primeiro a implantar a política nefasta dos governadores, quando S. Ex. não deu à oposição direito de fazer-se representar, tendo até o orador, apesar de portador de dois diplomas, sido o último a ser reconhecido?" (BRASIL, 1902b, p.791). Ainda insistiu que, se o presidente realmente quisesse, teria feito essa reforma antes, já que dominava o Congresso que foi montado na última legislatura.

(...) se o Presidente da República não pediu a discussão da reforma eleitoral, se não a fez votar, uma vez que tudo que aqui se fazia, para fazer a vontade de S. Ex.; uma vez que S. Ex. foi o primeiro a implantar a política dos governadores, essa política nefasta que ainda há de ter resultados por muitos

⁷ "A apregoada e elogiada política dos Estados, cujo pai, no seu próprio dizer, é o sr. Campos Sales - assim se exemplifica: o presidente firma com os governadores um trato de compadrio, mexe-se bem a trofia da politicagem, e as oligarquias entram de queixo na mesa do orçamento" (PÁGINAS, 1902, p.1).

⁸ Arthur Ambrozino Heredia de Sá nasceu em Campos, Rio de Janeiro, em 1864. Foi aluno na Escola Militar da Praia Vermelha, contemporâneo de Serzedelo Correia e Lauro Sodré em 1881. Ex membro do Partido Republicano Federal, era opositor de Floriano Peixoto e foi eleito deputado Federal pela Capital Federal de 1897 até 1905 (ABRANCHES, 1918a, pp.651-652).

⁹ "Feliz é a Nação Brasileira, porque está em seu último ano de governo o Sr. Campos Sales.

O SR. BUENO DE ANDRADA - Apoiado; deveria estar em sua última hora.

O SR. HEREDIA DE SÁ - Feliz é a Nação Brasileira, porque espera com ansiedade o termo final deste Governo que tanto a tem infelicitado, deste Governo que a tem humilhado aos olhos do estrangeiro, deste Governo que tanto tem concorrido para baixar o nível moral em que devia estar colocado o povo brasileiro" (BRASIL, 1902b, p.790).

¹⁰ "porquanto não é absolutamente verdade que esta apuração da eleição municipal fosse interrompida por motivos independentes da sua vontade, pois foi S. Ex. que atuou no espírito do pretor, homem subserviente como já teve ocasião de aqui dizer, para que a apuração não continuasse e fossem chamados os antigos intendentes" (BRASIL, 1902b, p.790).

anos, o Sr. Presidente da República é falso, é hipócrita, quando vem fazer referências à reforma (BRASIL, 1902b, p.791).

Finalmente, afirmou que Campos Sales havia dissolvido o Partido Republicano, que o havia eleito¹¹ – outro ponto que seria colocado pelos opositoristas como parte da política dos governadores. Bueno de Andrada pediu a palavra em seguida para reforçar alguns pontos. Além da questão já apresentada por Heredia de Sá, tomou a Mensagem de Campos Sales como uma afronta a todos os ex-presidentes republicanos. "O que é mais aquela mensagem do Sr. Presidente da República o que é senão a injúria atirada continuamente aos Presidentes da República, aos quais sucedera no Governo?" (BRASIL, 1902b, p.791).

De modo que a história, fazendo a análise dos fatos republicanos, pela mensagem de S. Ex., dirá: tudo na República foi escuridão, trevas, tudo é tenebroso; mas houve um homem que tudo salvou, que tudo abrilhantou. A história da República, para S. Ex., é a história do seu quadriênio (BRASIL, 1902b, p.791).

Bueno de Andrada também acusou o presidente de mentir na sua fala. Em primeiro lugar por já ter encontrado o país pacificado, ao inverso do que afirmou¹². "Não é verdade, o partido a que pertenci, apoiando o Governo que pacificou o país, legou ao Sr. Campos Sales este país tranquilo; S. Ex. não fez a política das seleções partidárias, mas fez a das preferências pessoais" (BRASIL, 1902b, p.791). Também afirmou que a política fiscal adotada pelo governo vinha de Prudente de Moraes (até mesmo a impopularidade por estas ações)¹³. De modo que sobrava apenas a execução do acordo com os ingleses. "Cumprir o *funding*! Pois ele poderia deixar de cumprir o *funding* quando tinha na massa dos impostos arrecadados elementos de vencer?" (BRASIL, 1902b, p.792). Assim, as glórias que Campos Sales queria para si eram, na visão do parlamentar, mérito de Prudente de Moraes e do Partido Republicano que o fez sucessor.

Durante o discurso na tribuna do deputado paulista, José Joaquim Seabra pediu a palavra. De fato, o parlamentar baiano só chegou a ocupar o espaço em resposta dois dias depois, em 9 de maio. O tempo na tribuna foi curto, mas o tom foi duro. O primeiro ponto que

¹¹ "Mas, se há um fato que há de deixar o anátema eterno pesando sobre a frente do Dr. Campos Sales, Presidente da República, é justamente esse de ter dissolvido o partido que o trouxe ao poder, esse partido que se abateu sob o governo do Dr. Prudente de Moraes, com tanto sacrifício, para logo após a posse do Sr. Dr. Campos Sales, ver-se repudiado" (BRASIL, 1902b, p.791).

¹² Embora aqui haja uma clara interpretação tendenciosa por parte do deputado, já que a pacificação da qual falava Campos Sales na mensagem era no do Congresso.

¹³ "Foi o governo anterior que apelou para o povo, desenhando com fidelidade e com lealdade a situação em que se achava o seu país e disse que era necessário aumentar a quantidade de impostos e elevar a taxa de muitos deles; foi o Governo anterior que teve a coragem de afrontar com a impopularidade, lançando os impostos de consumo sobre a população, cobrando o imposto em ouro, que não foi mais do que uma agravação de impostos sobre o Comércio" (BRASIL, 1902c, p.791).

teve a sua atenção foi a acusação de que Campos Sales, ao governar sem o Partido Republicano, na visão destes últimos, havia se tornado um traidor.

Neste assunto, fala desassombadamente, porque soldado do partido, foi dos primeiros a pugnar pela liberdade das urnas e a opor-se à política dos governadores. Cedeu, porque a atitude do seu partido, aceitando aquela política, impunha-lhe esta conduta. Subordinou-se. (*Havendo nesta ocasião manifestação de aplausos nas galerias, o Sr. Presidente convida o orador a interromper o seu discurso, afim de mandar ler, pelo Sr. Secretário, o artigo do Regimento que proíbe a manifestação das galerias*) (BRASIL, 1902c, p.818).

Essa interrupção gerou manifestações da imprensa. *O Estado de São Paulo* registrou que vozes no recinto afirmaram que eram “aplausos dos secreta e da polícia”¹⁴. Seabra afirmou na ocasião: "O que não pode tolerar é que a oposição chame de populares os aplausos que recebe, ao passo que atribui a agentes do governo aqueles que são dados aos membros da maioria" (BRASIL, 1902c, p.818).

O ponto principal da defesa de Seabra foi a demora na oposição em se manifestar contrária ao presidente.

Porque o partido que sustentou o Sr. Prudente de Moraes não se levantou em tempo para protestar contra a orientação que tomavam as coisas políticas naquele momento? Que falem os diretores do partido, que ainda apoiam o Sr. Campos Sales. Que responda a digna bancada pernambucana, que só retirou a sua solidariedade política ao Sr. Presidente da República depois do arrendamento das estradas de ferro do Norte. (*Protestos.*)

(...)

Com restrições, mentais ou públicas, o que é certo é que os amigos de S. Ex. prestaram apoio ao Sr. Campos Sales no início do seu governo, a despeito da política dos governadores, que o Sr. Deputado por S. Paulo qualificou de política nefasta. (*Trocam-se violentos apartes entre o Sr. Moreira Alves e Rangel Pestana, tornando-se a sessão tumultuosa. O Sr. Presidente suspende a sessão*) (BRASIL, 1902c, p.818).

A repercussão desse episódio foi grande. O jornal *O País*, na edição de 10 de maio de 1902, em um texto apócrifo (assinado por J. Repórter) afirmou que Julio de Mello (líder da bancada de Pernambuco) e Bueno de Andrada não concordaram que as palmas das galerias vinham de funcionários do governo e teriam afirmado isso em apartes (NA CÂMARA, 1902, p.1). Criando um discurso fictício, porém, o autor ressalta a ideia de que os republicanos que apoiaram Campos Sales agora, em oposição, pareciam esquecer que apoiaram o governo no início do mandato, como Seabra acusou. E o autor sugere que a ideia de lançar a candidatura

¹⁴ "O orador não foi dos primeiros que concordaram com a política dos governadores, arredando naqueles que elegeram o sr. Campos Sales. Lutou mesmo contra ela, a favor do seu partido, mas este concordou com essa política e a ela submeteu-se. (*Palmas das galerias*).
VOZES NO RECINTO: São aplausos dos secreta e da polícia" (TELEGRAMAS, 1902c, p.1).

de Rodrigues Alves era a oportunidade de esquecer o passado e a divisão entre os partidários de Campos Sales e Prudente de Moraes (NA CÂMARA, 1902, p.1).

[Na Câmara]

"O DEPUTADO B - Eu pela minha parte protesto. Não aprovei o procedimento do Sr. Campos Sales...

O DEPUTADO A - V.Ex. só agora diz isso.

O DEPUTADO B - Eu naquele tempo não dizia nada; mas cá por dentro estava reprovando...

O DEPUTADO C - Eu também. Votava naquele tempo com o governo, mas cá com meus botões estava indignadíssimo!

VOZES - Todos nós!

O DEPUTADO D - Os próprios governadores... Faziam as suas chapas completas, negavam o terço aos adversários, tudo isso para fazer a vontade ao Sr. Campos Sales. Mas só Deus sabe, coitados, quanto lastimavam a oposição não os derrotar...

VOZES - Apoiado!

O DEPUTADO A - O próprio Sr. Prudente de Moraes apoiava o governo..." (NA CÂMARA, 1902, p.1).

Também é digna de nota a manifestação do Partido Republicano Federal do Maranhão sobre a defesa de Seabra ao governo e a sua política dos governadores¹⁵, publicada no jornal *A Pacotilha*. "Esta tal política está definitivamente enterrada; e não se devia mais nunca falar nela, principalmente para defendê-la, por isso que constitui uma das páginas mais tristes da história do regime republicano entre nós" (PRFMA, 1902, p.1). Segundo os signatários, a política dos governadores foi um expediente de ocasião "para salvar de completo naufrágio as oligarquias que dominam em alguns Estados, substituindo o livre exame das eleições por um critério de todo ponto injustificável, para determinar o reconhecimento dos representantes" (PRFMA, 1902, p.1). Se dizendo também vítimas dessa política, os partidários responsáveis pelo artigo (que não foi assinado pessoalmente), porém, também se diziam apoiadores do processo de restauração financeira realizado por Campos Sales.

Nós, por exemplo, que fomos das vítimas de semelhante política, pois por meio dela vimos triunfar uma das mais escandalosas fraudes, que já se praticaram nesse país, sendo privados os candidatos do nosso partido, legitimamente eleitos, dos lugares que de direito lhes competiam, nem por isso nos julgamos impedidos de continuar a dar ao governo do dr. Campos Sales o nosso inteiro apoio, quando, arredadas para o plano secundário as questões propriamente políticas, ele dedicou todo o esforço à execução do seu programa de restauração financeira (PRFMA, 1902, p.1).

A discussão entre Bueno de Andrada e José Joaquim Seabra não parou naquela réplica. A tréplica do deputado paulista ocorreu no dia 14 de maio de 1902. Logo de início, o

¹⁵ "Nenhuma vantagem há em estar a repetir aquilo de que todos estão convencidos; e, pois, ainda por este lado, foi tempo perdido o que gastou o ilustre deputado pela Bahia com a defesa duma política, hoje repudiada pelos próprios que dela auferiram vantagens" (PRFMA, 1902, p.1).

parlamentar afirmou que o deputado baiano era o seu antagonista no momento e o que isso significava:

Estão definidas as nossas posições, isto é, S. Ex. é representante da política dos governadores e eu faço sentinela à bandeira republicana do passado, eu faço sentinela à bandeira que serviu no tempo da propaganda, faço sentinela à essa bandeira que tremulou nas praias, quando Floriano Peixoto se opunha à revolta, eu faço sentinela à bandeira que Prudente de Moraes hasteou no tesouro para salvar as finanças do país (BRASIL, 1902d, p.860).

Bueno de Andrada opunha à política dos governadores o republicanismo histórico, o florianismo surgido na revolta da Armada e o grupo de Prudente de Moraes. É interessante notar que esses grupos eram tidos como extremistas em momentos distintos. Republicanos durante a monarquia, florianistas eram chamados de jacobinos durante os primeiros anos da República e o grupo dissidente de São Paulo também foi assim chamado por Alcindo Guanabara em seu livro *A presidência Campos Sales*. Além de afirmar que a crise financeira não foi resultado de má ação de qualquer ex-presidente, mas sim de situações contingenciais como a revolta da Armada ou o conflito de 1893 no Rio Grande do Sul¹⁶, o representante de São Paulo voltou a argumentar que havia sim partidos e divergências mesmo no período de propaganda. "Todo o mundo sabe que as ideias de Floriano não eram as mesmas de Saldanha da Gama, menos o Sr. Campos Sales!" (BRASIL, 1902d, p.861).

Bueno de Andrada insistiu na ideia de que Campos Sales destruiu os partidos que encontrou quando chegou ao governo¹⁷. E travou uma discussão interessante com José Joaquim Seabra justamente sobre esse assunto. Depois de afirmar que o baiano podia atestar a existência de grupos políticos quando da eleição do atual presidente¹⁸, o paulista emendou:

(...) o Sr. Campos Sales não recebeu das urnas plena liberdade de ação política (...) recebeu, como afirma o Sr. Seabra, a investidura de um partido político que tinha intuítos, bandeira, que tinha princípios e força para elegê-lo (*Apoiados*).

¹⁶ "O Sr. Campos Sales diz que recebeu esta situação difícil por uma série de erros de todos os governos, sem excluir nenhum.

Eu entendo que esta situação difícil não nasceu de uma série de erros, mas foi provocada, gerada por atos da vida nacional que custaram dinheiro, como estas revoluções e rebeliões; para não citar outras, basta que se cite aquela que custou 76 ou 80.000 contos, como foi a derrota da esquadra e a da revolução do Rio Grande do Sul" (BRASIL, 1902d, p.861).

¹⁷ "Havia partidos organizados com a sua administração e seus elementos políticos, com as suas ideias, com o seu candidato e com seu critério político. O Sr. Presidente da República foi magistrado eleito por este partido, recebeu a investidura popular através dos órgãos deste partido, e não tinha, pois o direito de dizer o que aqui diz" (BRASIL, 1902d, p.861).

¹⁸ "Portanto, Sr. Presidente, a minha testemunha de que existia partidos de que o Sr. Campos Sales foi eleito pelo partido a que pertencem, é o Sr. Seabra.

O SR. SEABRA - Mas partido que continua a apoiar o Sr. Campos Sales, tendo alguns de seus membros deixado de o apoiar.

O SR. BUENO DE ANDRADA - Como apoiar o Sr. Campos Sales se ele repele até e mensagem o apoio de forças organizadas como partido?" (BRASIL, 1902d, p.862).

Portanto, se depois de eleito o Sr. Campos Sales tentou dissolver os partidos, amesquinhá-los, o que fez S. Ex.? Fez um ato de perfídia política, de abuso de confiança, de deslealdade e má fé política (*Apoiados*)

O SR. SEABRA - Não apoiado; isto não está na Mensagem; não é exato.

O SR. HEREDIA DE SÁ - É verdade, traiu.

O SR. SEABRA - Então, porque V. Ex. a apoiou até ontem? (*Cruzam-se vários apartes veementes entre os Srs. Seabra e Heredia de Sá. O Sr. Presidente, depois de fazer soar os tímpanos, reclama atenção, dizendo que quem está com a palavra é o Sr. Bueno de Andrada*).

O SR. BUENO DE ANDRADA - Assim, Sr. Presidente, segundo o testemunho...

O SR. BRÍCIO FILHO - A verdade é que ele se aproveitou da força do partido para a sua eleição e, uma vez eleito, mandou-o plantar batatas (*Riso*).

O SR. MOREIRA ALVES - É um Tartufo (*Apoiados e não apoiados. Protestos*) (BRASIL, 1902d, p.862).

Portanto, Bueno de Andrada põe a ação de Campos Sales no âmbito do desvio de caráter: perfídia, abuso de confiança e má fé. Ao mesmo tempo, o orador faz questão de desvincular Prudente de Moraes de qualquer relação com a política dos governadores¹⁹. Ele elenca uma série de opositores de Campos Sales, se incluindo entre eles. Assim, Prudente de Moraes passa a ser não apenas um nome, mas um nó de oposição ao discurso da política dos governadores, que serviria para reunir todos os descontentes com a situação de momento.

Assim estou com Rosa e Silva, que não acompanha a política do Sr. Presidente da República; estou com Arthur Rios, estou com Benedito Leite, um retraído no ataque, mas que não deu até hoje adesão a esta política; estou com as tradições de Porciúncula, levado ao tûmulo por profundo desgosto político, pela perfídia do Sr. Presidente da República; estou com Generoso Ponce, cuja perseguição política em Mato Grosso levou-o quase a lançar mão das armas vendo os seus amigos mortos e o seu Estado banhado em sangue...

O SR. SEABRA dá um aparte.

O SR. BUENO DE ANDRADA - ... estou com Chermont, o primeiro traído nesta política...

UM SR. DEPUTADO - Não apoiado.

OUTRO SR. DEPUTADO - Apoiado.

O SR. BUENO DE ANDRADA - ... e que não apoiou ainda o Presidente da República; estou com Feliciano Pena, que disse que esta República causa quase o desespero de quem tem patriotismo...

O SR. SEABRA - V. Ex. está com o Sr. Rodrigues Alves?

O SR. BUENO DE ANDRADA - Não estou; quem está é V. Ex. Restam dois ilustres representantes: o Sr. Bulhões e o Sr. Rodrigues Alves. Pois bem; no regime democrático, onde a maioria vence a minoria, onde a vontade popular

¹⁹ "Primeiro: S. Ex. declarou durante a discussão que o Sr. Prudente de Moraes apoiara a política dos governadores. O SR. SEABRA - Não, senhor, não disse isto.

Disse que, depois da política dos governadores e a despeito dela, o Presidente da República intimou a ser sustentado pelo grosso do seu partido, inclusive o Sr. Prudente de Moraes.

É coisa distinta.

O SR. BUENO DE ANDRADA - Sr. Presidente, quero que fique bem claro isto, para evitar controvérsias e dúvidas futuras, não há um único ato político do Sr. Prudente de Moraes apoiando a política dos governadores. Portanto, o Sr. Prudente de Moraes não apoiou a política dos governadores" (BRASIL, 1902d, p.863).

é apurada pelo sufrágio, V. Ex. tem dois nomes apenas, e eu tenho sete. (*Apartes*). (BRASIL, 1902d, p.863).

Porém, Seabra afirmou que Rosa e Silva e Arthur Rios iriam apoiar Rodrigues Alves, ou seja, dar o seu voto para o candidato do presidente que se retirava do cenário²⁰. Bueno de Andrada emendou que não daria o voto não por causa da pessoa, mas sim “porque a eleição de S. Ex. é uma mancha na República, não por ele, mas pelo modo porque foi feita” (BRASIL, 1902d, p.863). Outra vez o discurso de oposição ressalta a importância do caráter das eleições: para a oposição é sempre o governo quem comete a fraude.

A discussão entre os dois deputados teve repercussão registrada na imprensa, principalmente em Pernambuco. No *Diário de Pernambuco* foi destacado o tom utilizado bem como o tempo usado na tribuna: "falou dois dias o deputado baiano, falou de tudo e de todos, reboando como uma tempestade, como um trovão que parte de um ponto cardinal e no entanto parece que vem de todos os quadrantes" (CARTAS, 1902, p.1). Por sua vez, *A Província* considerou que eram críticas ao grupo de Rosa e Silva²¹. Ambos os jornais citaram as manifestações de apoio das galerias como sendo da polícia²².

Seabra voltou à tribuna no dia 3 de julho, ainda para defender Campos Sales das críticas que recebia sobre a sua mensagem. Desta vez o ponto sobre o qual se debruçou foi a questão da impopularidade. Usou o mote de Bueno de Andrada, que afirmou que o presidente estaria tentando usurpar a impopularidade de Prudente de Moraes.

Ouçõ todos os dias afirmar-se, aqui e fora daqui, que o Presidente da República é um déspota, um tirano, um homem que está fora da Constituição e fora da lei; que o seu governo é um governo impopular.

O SR. BRÍCIO FILHO - Foi ele quem o disse na mensagem.

O SR. SEABRA - Ele disse que teve necessidade - é o que está na mensagem - de arrostar a impopularidade para pedir à nação medidas que poderiam ser consideradas vexatórias, se não fossem exigidas pela nossa precária e difícil situação financeira.

O SR. MOREIRA ALVES - Medidas que enriqueciam os ingleses e desgraçavam o país.

O SR. SEABRA - Salvar a honra, procurando, ainda com os maiores sacrifícios, pagar o que se deve, já é enriquecer o credor e desgraçar o devedor! (BRASIL, 1902e, p.1143).

²⁰ "O SR. SEABRA - O Sr. Rosa e Silva e o Sr. Arthur Rios já estão com o Sr. Rodrigues Alves.

O SR. BUENO DE ANDRADA - Perdão. Se quer caçar argumentinhos, digo que não apoiarei o Sr. Rodrigues Alves, porque sei que a eleição dele é o fruto de atas fraudulentas, porque a eleição de S. Ex. é uma mancha na República, não por ele, mas pelo modo porque foi feita. (*Apartes*). Portanto, se V. Ex. supôs que ia encontrar-me em incoerência, fez-me uma injustiça. Sou daqueles que vem da propaganda e não esperava alcançar o poder e viver só na região das ideias" (BRASIL, 1902d, p.863).

²¹ "Tiramos d'*O País* a notícia da sessão da câmara que representantes do dr. Rosa e Silva ouviram do dr. J.J. Seabra duras verdades e receberam das galerias estranhas manifestações de apreço" (TIRAMOS... 1902, p.1).

²² "Não preciso dizer, porque os meus benévolos leitores já o adivinharam, que as galerias estava repletas, de encomenda, com a fina flor de gente... policial" (CARTAS, 1902, p.1).

Segundo o deputado, não havia como chamar o governo de impopular – apenas os setores parlamentares e de imprensa da oposição é que assim afirmavam. Foi a primeira vez que esse argumento fortemente utilizado pela oposição foi relativizado para defender Campos Sales. As falas oposicionistas levaram a algumas notas na imprensa que davam importância para o que chamaram de tardio “assomo de independência”²³ em relação ao presidente que deixava o executivo naquele ano.

Foi também a partir de junho de 1902 iniciaram-se as notícias sobre a verificação de poderes na próxima eleição. O *Jornal do Brasil*, em sua edição do dia 13 trouxe um artigo assinado por um pseudônimo (Ot. Pas.) chamado “Política e políticos”. Depois de especular que até as eleições do Rio de Janeiro estavam sendo decididas em São Paulo²⁴, o texto passou a se dedicar ao tema da nova ordem instituída após a política dos governadores.

Como se sabe e foi noticiado sem desmentido algum, foi organizado um grande partido, que conta com a chefia dos srs. Rosa e Silva, Francisco Glicério e Pinheiro Machado, e com o apoio de muitos outros chefes, quer nortistas, quer sulistas, quer centrais.

A eleição das mesas das duas casas do Congresso foi uma prova evidente, para quem conhece os políticos mais salientes na atualidade, de que aquele partido se acha, de fato, organizado e disposto a conquistar o poder no próximo quadriênio eleitoral.

É lógico, pois, que queira organizar ou, pelo menos, influir nas chapas da futura eleição, com o fim de moralizar um pouco o reconhecimento de poderes, conforme ardentemente deseja o sr. Glicério, que ainda se acha empenhado em prol da campanha a favor da representação das minorias.

S. ex. foi um dos sacrificados pela política dos governadores, que, quando não tinham influência para organizarem escandalosos rodízios, infringiam sem pejo e sem máscara alguma o preceito constitucional que garante a representação das minorias (POLÍTICA, 1902, p.1).

O texto sugere, pois, que ao invés da deliberação local dos governadores passaria a haver um acerto entre os componentes do Senado, sob a liderança dos estados de Pernambuco, São Paulo e do Rio Grande do Sul. O mote principal desse rearranjo foi a *representação da minoria*.

²³ No dia 30 de julho de 1902, em "Notas do dia", o pseudônimo Ed Max afirmava: “Aquela casa do Congresso, sacudindo o jogo nefasto da política do Catete, por muito tempo dominadora absoluta do poder legislativo, que não agia senão por inspirações do sr. Campos Sales e de seus ministros, revelou, embora tardiamente, um assomo de independência, louvável nesta época de servilismo, contra a vontade prepotente de um governo pernicioso e fatal, que apenas conseguiu viver pela força aparente de seu despotismo maquiavélico, iludindo a nação, firmando promessas jamais realizadas, empobrecendo o povo, comprando consciências, abatendo o caráter nacional, engendrando conspirações para melhor revelar a índole sanguinária de seus auxiliares policiais, alimentando a oligarquia nos Estados com a célebre política dos governadores, constituindo um Congresso de servilismo deplorável, entregando o país a conquista dos estrangeiros, desorganizando o exército, aniquilando a marinha, abatendo o comércio, sacrificando a lavoura, transformando o país em vasto domínio sujeito aos seus desígnios de aventuras ridículas e abomináveis” (MAX, 1902, p.1).

²⁴ “Os do partido contrário a estes dois políticos não ficaram sossegados com aquelas idas e vindas, e, por sua vez, mandaram a São Paulo dois ou três emissários, que lá obtiveram, segundo se afirma, a ratificação das promessas feitas ao sr. Xavier da Silveira, quando este, convidado a aceitar o cargo de prefeito, foi declarar as suas condições... em S. Paulo” (POLÍTICA, 1902, p.1).

Mesmo com a eleição se dando com a escolha de um nome a menos que as vagas de cada distrito²⁵, com o intuito de colocar o terceiro mais votado também na representação, o fato das listas virem definidas pelos governadores, ao menos teoricamente, acabava colocando todos eles sob a vontade do executivo estadual. A diferença entre esse sistema e o anterior ao da eleição de Campos Sales é que o reconhecimento seria resultado da vontade do partido dominante no Congresso.

Em agosto de 1902, Paulo Timon²⁶ passou a tentar historiar o período de governo de Campos Sales nas páginas d'*O País*. Com o título *Nos subterrâneos da política* o autor narrou as mudanças políticas ocorridas na ocasião da mudança de presidentes. Ao explicar uma das exceções da chamada política dos governadores (a substituição do grupo de Generoso Ponce pelo grupo de Joaquim Murinho no Mato Grosso) trouxe um ponto importante para a análise, que não foi explorado nos discursos dos grupos antagônicos do período.

Sabia-se que, quando se agitara a luta entre Joaquim Murinho e Generoso Ponce em Mato Grosso, Campos Sales declarou abertamente que 'todas as vezes que se dessem semelhantes discórdias, preferiria romper com um governador a perder um ministro'. E essa fórmula presidencial, se mais tarde não teve igual aplicação, serviu contudo de ameaça salutar quando se espalhou o boato de um rompimento iminente entre Severino Vieira, então ministro da viação, e Luiz Vianna, ainda no governo da Bahia (TIMON, 1902a, p.2).

No texto seguinte, passou a conjecturar como era a ação de Campos Sales ao interferir nos processos de verificação de poderes. Pela primeira vez a acusação foi literal e não indireta. Foi analisando a eleição do Distrito Federal, quando Barata Ribeiro enfrentava Xavier da Silveira. Segundo o autor, o presidente incumbiu Arthur Rios, um dos membros da comissão do Senado, de reconhecer o seu preferido²⁷. Porém, Xavier da Silveira tinha ao seu lado "o parecer de Pedro Velho e Vicente Machado, que constituíam a maioria da comissão verificadora, e, ainda mais, com trinta votos seguros dos senadores, então presentes nesta capital" (TIMON, 1902b, p.2). Com esse quadro adverso o presidente precisou ser mais incisivo e personalista

²⁵ Ver item 1.3 deste trabalho para mais explicações.

²⁶ Provavelmente outro pseudônimo. Houve no Maranhão um famoso jornalista crítico de Pedro II chamado João Francisco de Lisboa que usava o pseudônimo Timon em alusão a Timon, o Misanthropo. Este foi um político desiludido com os partidos do tempo do Império e passou a escrever sobre história do Brasil, sendo famoso o seu desentendimento com Francisco Adolfo de Varnhagen (BLAKE, pp.433-435). Para esta tese presumo ser um republicano histórico do nordeste radicado na Capital desiludido com o partido.

²⁷ "Começadas, entretanto, as sessões preparatórias do Senado, eis que o parecer sobre o Distrito Federal se torna, como o da Paraíba, um prisioneiro nas mãos de Arthur Rios. Novos boatos surgem logo. E não falta quem afirme que, indo receber a palavra de ordem no Catete, o senador baiano tivera dos lábios presidenciais a resposta: 'haja o que houver, é preciso reconhecer o Barata'" (TIMON, 1902b, p.2).

O presidente da República mandara chamar a palácio os dois membros da comissão de poderes divergentes do voto em separado de Arthur Rios, reconhecendo o seu competidor. Campos Sales declara abertamente a esses senadores que considerava uma *razão de Estado* pronunciarem-se eles em favor de Barata Ribeiro e que, textualmente, 'tomaria um procedimento contrário do Senado como uma agressão direta à sua pessoa, porquanto aquele seu compadre fora o único candidato que tivera no pleito de 31 de dezembro' (TIMON, 1902b, p.2).

Ainda sobre a atuação partidária durante o quadriênio de Campos Sales o *Diário de Pernambuco* dava conta de um dos pivôs do conflito dentro da Câmara: a Concentração. O grupo, segundo o jornal, foi efêmero o bastante para desaparecer ao longo do governo Campos Sales. O motivo para a sua deterioração teria sido a pluralidade excessiva de pensamentos.

A propaganda da Concentração dilatou-se e cresceu: em todas as partes fazia-se reclame do novo partido, que se proclamava capaz de vencer as maiores resistências e embates. Entretanto, de encontro ao célebre lema da *política dos governadores* desapareceu o apregoado grupo político, sem orientação própria, como o seu próprio nome o indica, por ser impossível reunir em conjunto as mais diversas ideias e os vultos mais dissemelhantes (TRAÇOS..., 1902, p.1).

Embora com o encerramento do seu jornal²⁸, José do Patrocínio conseguiu espaço em outros periódicos para falar do governo que estava de saída. E o eminente jornalista utilizou o mesmo mote dos deputados de oposição na discussão com Seabra: a inclinação do presidente em beneficiar rentistas prioritariamente. Para ele estava-se criando a *política dos debenturistas*.

A política dos *debenturistas* como remate de governo, há de figurar na história de nossa administração com o mesmo direito que hoje todo o mundo reconhece a política dos governadores, contra a qual partiu destas colunas o primeiro protesto.

Ninguém tinha imaginado que entre as funções do presidente da República estava a de corretor de banco e advogado de partes numa liquidação forçada, figurando S. Ex. em pessoa, na transação, levando assim a isenção da ação judiciária, ainda que arrostando conjuntamente a odiosidade que a ordenação inflige à advocacia dos poderosos nos tribunais (PATROCÍNIO, 1902d, p.3).

O principal alvo do texto era a liquidação da Estrada de Ferro Sorocabana, que beneficiaria apenas aos investidores ingleses, e não da população. O pior, para o autor, era que havia uma "insistência do Sr. Campos Sales na liquidação forçada da Sorocabana, quando o ex-ministro da fazenda, alma que foi do seu governo, e cujo trabalho se converteu em patrimônio do quadriênio, opôs-se a tal liquidação" (PATROCÍNIO, 1902d, p.3).

O último ano do período de Campos Sales na presidência acabou gerando mais confrontos na Câmara do que todo o restante. Depois da questão da mensagem presidencial,

²⁸ *A Cidade do Rio* encerrou suas atividades em junho de 1902. (BRASIL, B. 2015).

sacudiu a Câmara um pedido de *impeachment* contra o presidente paulista. Ocorreu uma denúncia assinada por Fausto Cardoso contra o ex-ministro Joaquim Murinho e, por responsabilidade, ao presidente Campos Sales. Murinho teria pago à viúva de Manoel Soares Lisboa 520:000\$ de maneira irregular para liquidar uma dívida do governo federal contraída em ocasião da construção da estrada de ferro Porto Alegre – Uruguaiana. Germano Hasslocher²⁹ afirmou ao Congresso em dezembro de 1901 que as obras haviam parado por que a união não enviou pedras para a construção de uma ponte, ainda no período do império. Ainda segundo o deputado gaúcho, Firmo José de Mello, engenheiro responsável por toda a ferrovia, ordenou que o Manoel Lisboa, o empreiteiro, fornecesse as pedras, que seriam pagas pelo governo posteriormente. A obra foi concluída nestes moldes, porém o montante nunca foi quitado.

Em face disso foi acertado no orçamento de 1902 que seriam pagos à viúva o valor correspondente a 30:000\$ para liquidação da dívida. Porém, no momento da execução, o valor saltou para os 520:000\$. A diferença entre o previsto e o realizado foi o que motivou a denúncia do deputado alagoano. Segundo a legislação da época não era possível denunciar um ministro por crime de responsabilidade. Assim, Fausto Cardoso responsabilizou quem nomeou Murinho, ou seja, o chefe do executivo. A denúncia foi estudada no parecer nº 27 de 1902 que acabou recomendando que não fosse levado adiante para deliberação da Câmara.

Mesmo com esse resultado – esperado, se tivermos em mente o cenário pintado pela oposição e meios de comunicação da época – houve muita discussão na casa sobre o tema. Cincinato Braga foi o primeiro a falar e fez um apanhado geral do que ele considerou erros de Campos Sales. O primeiro ponto lembrado foi, principalmente considerando os eventos no Mato Grosso, "o desdém pela opinião pública, Sr. Presidente, neste período de Governo, atingiu ao seu auge; a opinião não foi atendida, senão quando reclamou de armas na mão" (BRASIL, 1902f, p.3252). Em seguida, fez considerações sobre as críticas abertas a Prudente de Moraes. De acordo com o orador, o princípio já estava se espalhando pelo país e era um comportamento que resultou em "abastardamento" dos costumes políticos no Brasil³⁰.

Sim. Abastardou os costumes políticos. Nesta terra dos sonhos da liberdade, o gênio do mal armou uma tenda, o seu distico - *Política dos Governadores*.

²⁹ Germano Hasslocher nasceu em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, em 1862. Formado em Direito pela Faculdade de Recife em 1884, virou propagandista da abolição e da república na Capital Federal. Partidário de Assis Brasil durante a revolta Federalista, se reconciliou com Júlio de Castilhos e se elegeu deputado Estadual em 1897. Emendou com esse um mandato na deputação Federal, sendo reeleito até falecer, em 1911 (ABRANCHES, 1918b, p.91).

³⁰ "Infelizmente, Sr. Presidente, este infeliz exemplo já tem proliferado nos Estados. Foi neste quadriênio que se inventou o provérbio 'Presidente caído, Presidente traído'. Sim, S. Ex., quanto em se sabe abastardou os costumes políticos do nosso país" (BRASIL, 1902f, p.3252).

Quem a inventou não foi, Sr. Presidente, um Nero na ostensiva irresponsabilidade dos seus caprichos ferozes; não foi um Tzar, símbolo de instituições que seus ukases mantém com afouta coragem e nobre sinceridade. Não, foi um evangelista da Ideia Nova, nos tempos heroicos da propaganda republicana (BRASIL, 1902f, p.3252).

Outro ponto lamentado por Cincinato Braga foi a questão dos partidos políticos e da sua representação no Congresso. "Cada Deputado aqui sabe que os seus esforços de nada valem diante de um - *não* - do Catete. Cada Deputado sabe que divergir da política dos governantes é eliminar-se da cena política do país" (BRASIL, 1902f, p.3252). Esse apoio foi dado, segundo o parlamentar, em função da destruição das agremiações que existiam antes da eleição de Campos Sales. "Contra todos os precedentes da República dissolveu entre carinhos as agremiações partidárias que encontrou ao serviço da República, como instrumento de progresso que o são os partidos políticos" (BRASIL, 1902f, p.3252).

O deputado também tinha uma visão própria do que era a política dos governadores. Em primeiro lugar representava plenos poderes aos líderes de cada estado, no que considerou uma "orgia de poder dos oligarcas, que por aí reinam no Brasil inteiro, embriagados aqui na organização, ali na prisão, acolá no próprio sangue dos adversários políticos?" (BRASIL, 1902f, p.3252). Além disso, no campo da administração:

Todo o republicano leal deve confessar que dois perniciosos vícios estão corroendo o organismo da administração republicana. São eles: falseamento dos orçamentos pelo abuso dos créditos extra-orçamentários e retardamento da remessa à Câmara dos relatórios e tabelas sobre os quais devem ser calcadas as leis anuais.

(...) se alguma coisa transparece da tão decantada administração financeira, essa é apenas a elevação da taxa cambial (...) esse fato deve ser atribuído, mais do que à administração atual, à administração transata, que habilitou a esta, com o *funding loan*, a afastar o Tesouro do mercado de câmbio na compra de cambiais para prestação da nossa dívida externa.

E mais do que essa circunstância, já de si tão importante, devemos especialmente a grande diminuição da nossa importação, coincidindo com grande aumento da nossa produção para exportação, produção que nada deve ao Governo, a não ser o já célebre *salve-se quem puder!* (BRASIL, 1902f, p.3252).

O estado em que se encontrava a população, segundo Cincinato Braga, era lastimável. Os impostos sobre o consumo, segundo o orador eram muito altos. Assim, "quanto ao país, em geral, esse é uma vasta mansão de pobreza" (BRASIL, 1902f, p.3252). Alegando também uma fama internacional de corrupção³¹ para Campos Sales, cita o caso da reorganização do Banco

³¹ "É neste quadriênio que se ousou dizer lá fora que o Governo do Brasil é o mais corrupto do mundo! Aqui dentro, não é com qualificativos mais agradáveis que a opinião nacional aprecia a maneira como a administração tem sido feita" (BRASIL, 1902f, p.3252).

da República como o episódio cabal da má administração focada em favorecer banqueiros estrangeiros. Isso fez parte do que chamou de *advocacia administrativa*³².

No mesmo Banco da República, a incompetência administrativa do atual Governo colocou um jogador de praça, um especulador de câmbio, representante dos interesses contrários ao próprio banco. (*Apoiados*).

Deu-se isso contra o alarme da opinião que nunca foi levada, como disse há pouco, a linha de conta.

O SR. BRÍCIO FILHO - E até hoje ninguém é capaz de dar notícia desse especulador, o Sr. Otto Pettersen (BRASIL, 1902f, p.3252).

Porém, mesmo com todos esses problemas, Cincinato Braga disse que não votaria pela admissibilidade do processo de *impeachment*. Para ele, a atuação de Campos Sales era apenas um sintoma de que a Constituição podia ser moldada para satisfazer ganâncias pessoais (BRASIL, 1902f, p.3254). A solução era a revisão. "Os grandes esteios, as vigas mestras do edifício da República - Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Prudente de Moraes, Lauro Sodré, Ubaldino do Amaral, Alberto Sales, Assis Brasil e outros, - são revisionistas" (BRASIL, 1902f, p.3252).

O discurso não passou sem resposta. Mais uma vez quem passou a ocupar a tribuna foi José Joaquim Seabra. Em primeiro lugar, trouxe à tona o papel que a própria Câmara desempenhara nesse quadro político. Afirmou que não foi feito líder da maioria pelo presidente, mas sim pelos seus colegas³³. Se realmente o presidente tivesse imposto o seu nome como sua vontade sobre a casa, era sinal de incompetência dos próprios parlamentares.

E, se S. Ex. apontasse, não era contra o Presidente da República, mas contra a maioria da Câmara que devia se rebelar por ter o Sr. Presidente da República empolgado a dignidade da Câmara.

Uma Câmara que se submetesse a ter um *leader* imposto seria uma Câmara incapaz de exercer o seu mandato.

O SR. CINCINATO BRAGA - V. Ex. está enganado; eu disse - escolhido.

O SR. SEABRA - Uma Câmara que se submetesse a ter um *leader* escolhido pelo Sr. Presidente da República seria incompetente" (BRASIL, 1902f, p.3257).

Falando diretamente a Cincinato Braga, quis saber desde quando começou a oposição ao presidente. E trouxe novamente a questão já usada da origem dessa política.

S. Ex. estudou esse governo em todos os seus atos, desde o seu início, desde a política dos governadores. Pergunto: quando a oposição de S. Ex. se manifestou, não foi com a política dos governadores?

³² "Sim, Sr. Presidente, nunca as normas da administração se abastardaram tanto! Nunca campeou tão audaz a advocacia administrativa. A bela promessa de republicanizar a República deu nisto: em *negociar-se a República*" (BRASIL, 1902f, p.3252).

³³ "Não foi o Catete quem impôs essa confiança; e em uma manifestação solene um desses amigos proclamou-me diretor desse punhado de amigos meus.

Não foi, portanto, o honrado Presidente da República quem indicou a minha pessoa" (BRASIL, 1902f, p.3257).

O SR. CINCINATO BRAGA - Não compreendo bem. V. Ex. fala de quando começou a minha divergência com o Sr. Presidente da República?

O SR. SEABRA - Não, falo de quando começou a política dos governadores.

O SR. CINCINATO BRAGA - A política dos governadores foi criada para fazer Presidente da República o Sr. Rodrigues Alves.

O SR. SEABRA - Foi aí que começou a política dos governadores?

O SR. FAUSTO CARDOSO - Então o nobre Deputado por São Paulo conheceu a política dos governadores já rapariga, de seios.

O SR. SEABRA - Eu não digo que V. Ex. tenha conhecido a política dos governadores já rapariga e, como acaba de afirmar o nobre Deputado por Sergipe, V. Ex. conhece a política dos governadores já velha de cabelo branco.

O SR. CINCINATO BRAGA - Eu explico a V. Ex.; há um texto no meu discurso que explica isso muito bem.

O SR. SEABRA - De modo que, Sr. Presidente, *tanto esta política dos governadores não existe, que a honrada bancada por Pernambuco confirma que ela apareceu com o reconhecimento de poderes e o nobre Deputado por S. Paulo afirma que ela nasceu com a apresentação da candidatura do Sr. Rodrigues Alves a presidência da República.*

O SR. CINCINATO BRAGA - V. Ex. coloque a questão nos seus verdadeiros termos. Não argumente com aquilo que não digo.

O SR. SEABRA - Eu sou muito infeliz. V. Ex. estudou o Governo sobre três aspectos: político, administrativo e internacional. Perguntei quando tinha começado a sua oposição ao Presidente da República, se não foi com a política dos governadores. S. Ex. disse que a política dos governadores tinha nascido para a candidatura do Sr. Rodrigues Alves à presidência da República e eu então declarei que essa política dos governadores não existia, tanto assim que não se sabia a época do seu nascimento, pois a bancada pernambucana havia declarado que ela tinha nascido com reconhecimento de poderes.

O SR. JULIO DE MELO - Não apoiado; a bancada nunca disse que a política dos governadores tinha nascido com o reconhecimento de poderes. Eu, em nome da bancada, declarei que ela não aplaudia essa política que era feita pelo Sr. Presidente da República no reconhecimento de poderes.

O SR. SEABRA - Parece que estou para 20 séculos atrás e não para contemporâneos. Pois não foi esta a 1ª acusação que se levantou contra o Presidente da República? Quem contestou jamais isto? (BRASIL, 1902f, p.3257, grifo meu).

Foi a primeira vez que a política dos governadores foi contestada quanto sua existência. A falta de precisão em datar o seu surgimento seria a principal demonstração de que não havia um fato que pudesse servir de origem ao evento. Dessa forma o deputado baiano procurava esvaziar o discurso de oposição que estava surgindo entre os jornais e políticos. Se não havia política dos governadores, a oposição não teria razão de ser.

Seabra também se aproveitou da questão da falta de precisão da oposição em estabelecer critérios para definir o que eram os partidos políticos. Cincinato Braga dava como prova de que pertencia a um partido o fato do nome de Campos Sales ter surgido da convenção do Partido Republicano anterior à eleição. Ao rebater o argumento de que Rodrigues Alves era o representante da vontade de Campos Sales, afirmou que, pelo contrário, era o nome do Partido para o cargo – o que foi contestado por Cincinato Braga.

O SR. SEABRA - Mas então, Senhores, que critério é este de dizer - eu fiz parte de uma convenção por pertencer a um partido, e vós outros que fizestes parte de uma convenção não pertenceis a um partido?

O SR. CINCINATO BRAGA - Porque não vi programa.

O SR. SEABRA - O programa deste partido está na plataforma do Sr. Rodrigues Alves, como o programa do Sr. Campos Sales, escolhido por V. Ex., estava na sua plataforma.

Começou esta política dos governadores no ato da designação do Sr. Rodrigues Alves?

Não, porque o Sr. Rodrigues Alves foi indicado pelos enviados dos Estados, teve a mesma origem que teve o Sr. Campos Sales e o Sr. Prudente de Moraes. Portanto, se os processos foram os mesmos, é paixão, não é justiça dizer-se que um representa a vontade de um partido e outro a vontade do Sr. Presidente da República (BRASIL, 1902f, p.3257).

O deputado baiano foi além. Se existia realmente política dos governadores, ela era a salvação da República, e não a sua desgraça.

(...) eu fui contra a política dos governadores por ocasião do reconhecimento de poderes e votei de acordo com esse critério; mas os fatos posteriores e as paixões que se agitaram no momento vieram demonstrar que essa política dos governadores tão apregoadamente fatal à nação, ao contrário, trouxe calma necessária aos espíritos, calma reclamada pelo Sr. Presidente da República, que pediu tréguas às questões políticas e partidárias, para a solução da crise financeira.

A política dos governadores que se afigurou a mim, ao honrado Deputado e a outros Deputados, todos apaixonados partidários, como um mal, foi a bandeira levantada pelo Sr. Presidente da República, como bandeira de paz e de calma aos espíritos, e teve razão de assim pensar o esclarecido espírito de S. Ex., diante dos grandes perigos existentes; por isso, querendo paz e tranquilidade, veio pedir paz às facções partidárias (BRASIL, 1902f, p.3258).

Esse ambiente de paz, segundo Seabra, resultou em um momento de inflação negativa, com produtos mais baratos do que eram a quatro anos atrás. E que a diminuição da dependência de empréstimos estrangeiros fez com que o Brasil ficasse mais independente em relação aos pedidos de fora do país, da intromissão nas decisões nacionais³⁴. O ambiente seria o inverso do que afirmava a oposição sobre a situação em que se encontrava o povo brasileiro. "Das duas uma: ou o Governo atual encontrou abastança e deixa este país na miséria ou então encontrou a miséria e continua essa miséria, e então a censura que recai sobre o atual governo recai também sobre o Governo que o nobre Deputado sustentou" (BRASIL, 1902f, p.3258).

³⁴ "Mas o que vemos é que o pão que ontem custava 4 hoje custa 2; o linho com que o pobre se cobre, que ontem custava 10, hoje custa 5; o câmbio que ontem estava a 5 hoje está a 12; aquilo que ontem custava 20, hoje custa 10 para o povo que trabalha, que sua, que é o mendigo da pátria. (*Apoiados*). O que vemos é que ontem éramos quase obrigados a ver tremular nas nossas repartições a bandeira estrangeira, hoje vemos o Governo desembaraçado, afirmando à Câmara que a honra nacional está salva. (*Muito bem; apoiados*). O SR. SERZEDELO CORREIA - Apoiado. Isso é incontestável" (BRASIL, 1902f, p.3258).

A parte final de sua fala na tribuna se dedicou a uma crítica do revisionismo. Utilizando como mote uma rápida discussão com Fausto Cardoso, quando afirmou que “porque a ciência não obedece a soluções extremas, obedece a soluções moderadas”³⁵, José Joaquim Seabra pautou na personalidade das acusações a defesa do regime.

Tanto os vícios não são orgânicos, não são do regime, é que S. Ex. os enxerga nas pessoas que o concretizam; que sob o governo do Sr. Prudente de Moraes não foi necessária a revisão e sob o do Sr. Campos Sales ela é necessária!
O SR. CINCINATO BRAGA - Está enganado; o próprio Sr. Prudente de Moraes tornou-se revisionista pela experiência das coisas sob o seu governo (BRASIL, 1902f, p.3259).

E finalizou afirmando que Campos Sales era, na verdade, injustiçado por seus companheiros de propaganda, mas a história registraria que ele, um adesista sincero, seria o responsável por defender a honra e a consciência do presidente que terminava o seu mandato (BRASIL, 1902f, p.3259).

O final do ano de 1902 foi de expectativa. Os meios de imprensa, principalmente de oposição, seguiam fazendo resumos do governo, com especial destaque à política dos governadores. Em um editorial intitulado *Agonias da Morte*, publicado no jornal *A Cidade*, do Ceará, era manifesta a culpa de Campos Sales em implementar esta política. O jornal também tecia votos para que ela terminasse no próximo mandato. Segundo o jornal, o presidente fez isso para “consolidar-se o poder, firmar a supremacia de sua vontade, desbravar, finalmente, o caminho de seu governo embora com sacrifício da pureza e santidade dos verdadeiros princípios democráticos” (AGONIAS..., 1902, p.1).

É por isto que eles esperam ver condenada a célebre política dos governadores verdadeira negação da soberania nacional, elevada a altura de um princípio de soberania das urnas, assegurado a ordem interna, firmada a paz geral da república, consolidado o seu crédito, mantida sua integridade territorial, e, com ela, a moralidade administrativa e a probidade pessoal (AGONIAS..., 1902, p.1).

O último episódio polêmico envolvendo o presidente foi a retomada da discussão da eleição de intendente para o Distrito Federal. Barata Ribeiro³⁶, que foi considerado apadrinhado

³⁵ "O SR. FAUSTO CARDOSO - Por meio de imposto; lançando imposto para se queimar dinheiro; queimou 500 réis a quem tinha 1\$000.

O SR. SEABRA - Quem tinha um mil réis queimou cinco tostões nas fomalhas, mas as cinzas desses cinco tostões valorizaram a outra metade que passou a valer dez.

O SR. FAUSTO CARDOSO - Então vamos queimar tudo, e está tudo rico.

O SR. SEABRA - Quer V. Ex. saber porque não está tudo rico? É porque a ciência não obedece a soluções extremas, obedece a soluções moderadas. (Apartes)" (BRASIL, 1902f, p.3258).

³⁶ Cândido Barata Ribeiro nasceu em Salvador, Bahia, em 1843. Foi um médico abolicionista e republicano, assinou o manifesto de 1870. Foi intendente da Capital Federal quando da proclamação da República e eleito senador pela Capital em 1900 (ABRANCHES, 1918b, p.15).

do próprio Campos Sales, ocupou a tribuna do Senado para criticar a ação do chefe máximo do executivo. Afirmando que a solução adotada para o caso seria considerada uma loucura³⁷ se não fosse tomada pelo próprio presidente, o senador fluminense cria que Campos Sales não tinha competência para tomar aquela decisão.

A prova eloquente da falta de sinceridade do Chefe da Nação e da sua desconsideração à opinião pública não está só em afirmar ele a existência de um problema quando se trata de uma situação perfeitamente prevista e regulamentada por lei; nem em alegar que a solução desse problema foi imposta à consideração do Governo, quando não há quem ignore que a situação foi criada pelo Governo, servindo-se, como instrumento, de um juiz pouco escrupuloso, isso exatamente para provocar o ensejo de resolvê-la como a resolveu. O que mais alto clama contra o Presidente da República, demonstrando sua indiferença, seu desprezo pelo país, é afirmar S. Ex. que só no voto soberano da cidade se deveria procurar a solução do problema, e nomear intendentess em frente de cidadãos eleitos pelo voto soberano da cidade para preencher aqueles cargos! (BRASIL, 1902g, p.3936).

A razão daquele comportamento, segundo o orador, vinha do completo desinteresse de Campos Sales em receber as minorias no campo político. E, pior, uma situação igual àquela não havia ocorrido nem mesmo durante a monarquia³⁸. Citando uma lei daquele período, salientou Barata Ribeiro: "Note o Senado como já em 1849 se pensava em fazer valer as minorias, e que contraste com a política dos governadores que atualmente assoberba a livre manifestação do pensamento e da opinião!" (BRASIL, 1902g, p.3936). O grande problema era o desrespeito ao ato do sufrágio eleitoral, em uma atitude que se assemelhava ao fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca³⁹.

Aqui tinha-se feito uma eleição no dia legal e por instruções expedidas pelo Governo; boa ou má, não discuto agora; concorrida ou não, não interessa a discussão; fraudulenta ou sincera? E o que são as eleições no país inteiro? Violentas ou tranquilas... tal qual como em toda parte.

³⁷ "Imagine V.Ex. que nas futuras eleições alguns candidatos, diante do perigo de não serem reconhecidos, declaram insubsistente a eleição do Estado em que triunfaram. Que juízo dará V.Ex. da segurança mental deles? Não imaginará (*batendo na testa*) que estão... (*Riso*)

Com toda a certeza.

Agora aplique V.Ex. a mesma sentença ao Presidente da República, que fez daquela declaração o considerando de um decreto executivo e verá que não erra!" (BRASIL, 1902g, p.3933).

³⁸ "Não houve um só caso do regime monárquico em que o Governo suspendesse à mão armada a apuração de uma eleição para, sacrificando e menosprezando o voto popular, substituir os eleitos do povo pelos prediletos de suas paixões interesseiras, pelos asselas da sua autoridade imoral e prepotente" (BRASIL, 1902g, p.3936).

³⁹ "De 3 de novembro a 23 funcionou o Congresso; empossou-se de suas funções? Não, porque materialmente não podia fazê-lo.

O caso é o mesmo: o Conselho Municipal não funciona porque o Presidente da República o impediu de funcionar, pois ele independia da função da junta apuradora para constituir-se, uma vez que no exercício de sua soberania tinha autoridade para apurar as eleições dos seus respectivos membros.

É preciso insistir no seguinte ponto: a disparidade entre os casos do Império e o que ocorreu na República; em todos aqueles não havia eleição ou ela tinha sido anulada por quem de direito; neste houve eleição, e não há poder algum com competência para anulá-la, senão a própria assembleia que a eleição constituiu" (BRASIL, 1902g, pp.3937-3938).

Não inspiram confiança? Também as demais não inspiram. Fosse como fosse, houve uma eleição igual pelo menos as que se realizam em todo o país. Esse é o fato (BRASIL, 1902g, p.3937).

Em 21 de novembro de 1902, na *Carta Política*, o correspondente político do *Diário de Pernambuco* publicava uma longa epístola resumindo o período de Campos Sales. "O que foi seu quadriênio? Nunca a administração do Brasil desceu tanto; estivemos em pleno reinado da trapaça impudente durante longos quatro anos" (CARTA, 1902, p.1). O roteiro foi basicamente o mesmo que a oposição havia escrito desde a mensagem de Campos Sales.

O presidente eleito, porém, conseguiu iludir, embora já germinasse em seu espírito a ideia tenebrosa de aniquilar o partido, que erguera-o à curul presidencial, confundindo os agrupamentos e gerando pela sedução e pela traição a nefanda política dos governadores. Quem não se recorda da intervenção petulante e acintosa do presidente da República na verificação de poderes em 1900? O sacrifício dos republicanos fluminenses e do Mato Grosso ecoou dolorosamente no seio do partido, e todos sabem que foi ordenado pelo dr. Campos Sales, que desejava assim animar o Rio de Janeiro a gente do sr. Alberto Torres, que havia traído o saudoso dr. Porciúncula, ao mesmo tempo que fortalecia naquele Estado os amigos do dr. Murinho, que escalaram as posições oficiais à custa do sangue dos seus patrícios barbaramente trucidados. O pensamento do dr. Campos Sales era organizar o seu partido pessoal, a sua guarda pretoriana no seio do Congresso, olvidado de que profligara quando deputado no antigo regime o poder pessoal do velho imperador, ressuscitando destarte uma das mais funestas práticas da monarquia.

Era uma obsessão, que se assenhorara do cérebro estreito do ex-Presidente, onde as altas cogitações do bem público não tem tinham acolhida. Daí esta malfadada política dos governadores, sem ideais, sem princípios, verdadeiro aleijão partidário, que nos deu os frutos da época com o incondicionalismo à frente (CARTA, 1902, p.1).

A situação de intervenção ocorrida no Mato Grosso só não teria se repetido na Paraíba, alvo de Epitácio Pessoa, porque houve a viagem para a Argentina de Campos Sales para visitar o general Roca. Assim, Rosa e Silva assumiu a presidência. "Neste interregno efetuou-se a posse do governador da Paraíba, e o sr. Epitácio submeteu-se a assistir a sucessão tranquila e serena do dr. Gama e Melo pelo honrado dr. José Peregrino" (CARTA, 1902, p.1).

A política financeira, de que tanto era cara a Campos Sales, foi considerada desastrosa. A execução do *fundings* se deu com grandes sacrifícios populares e um forte processo de desindustrialização da economia (CARTA, 1902, p.1). "Dentro das nossas fronteiras o quadriênio do dr. Campos Sales ficou sendo chamado - *o dos bons negócios* - e no estrangeiro, repito-o com constrangimento, *o governo mais corrupto que há sob a face da terra*" (CARTA, 1902, p.1). Além disso, o texto criticava o dinheiro investido em propaganda, tanto no Brasil

quanto no exterior, para que a imprensa não criticasse as suas ações⁴⁰. "O ex-Presidente está de certo persuadido que não *republicanizou* a República, *mercantilizou-a*, sim, em todas as suas relações políticas e administrativas" (CARTA, 1902, p.1). O resultado de todas essas práticas de Campos Sales acabou se materializando na série de demonstrações de impopularidade do agora ex-presidente. Isso teria ocorrido tanto em ocasiões abertamente públicas, como na sua despedida do Rio de Janeiro para voltar para São Paulo quanto em momentos idealizados e realizados apenas por seus apoiadores.

Encomendaram os - *íntimos* - do Catete algumas festas com o fim de minorar o desastre do ex-Presidente ao deixar o governo, mas tudo foi em vão. O baile do - Club dos Diários - teve uma concorrência diminuta até para uma *soirée*, segundo me disse pessoalmente a distinta esposa de um dos seus promotores; apesar dos grandes esforços desenvolvidos para aumentar o comparecimento a esta festa o resultado foi negativo, a repulsa generalizou-se e a sociedade carioca demonstrou assim que no seu seio não era de simpatia o sentimento, que despertava o ex-Presidente. Também no banquete organizado em nome do Comércio e da Indústria o fiasco foi enorme, assumiu proporções colossais (CARTA, 1902, p.1).

Mas não foi apenas da oposição que surgiam essas obras de síntese para o período. Um primeiro esforço para padronizar o discurso da *Política dos Estados* como antagônico ao da *Política dos Governadores* foi lançado por Alcindo Guanabara no final do ano de 1902. Na sua obra *A presidência Campos Sales*, o autor traça uma gênese do governo recém-findo e justifica todas as ações do ex-presidente. Mesmo sendo considerado membro do grupo chamado "florianista", Guanabara começa o texto dizendo que havia somente um traço ligando os grupos políticos depois da revolta de 1893: "o interesse da conservação do poder e da influência nos Estados" (GUANABARA, 2002, p.20). Assim, a forma de atuação do Partido Republicano Federal tratou-se de uma espécie de anomalia, uma alteração na fórmula que ele considerava a mais adequada para o republicanismo: o presidente deveria escolher o sucessor.

Tinha-se chegado à época da eleição; e, mercê da indiferença do governo de então, que, por causas ainda hoje controvertidas e cuja análise escapa ao nosso propósito neste momento, absteve-se de influir direta ou indiretamente na escolha de seu sucessor; o partido que assim se formava achou-se na plenitude do domínio e da influência em todo o País e pôde eleger o Presidente da República e constituir o terço do Senado e a totalidade da Câmara com partidários seus (GUANABARA, 2002, p.20).

A formação desse congresso dominado por um grupo político muito diverso, nas palavras do autor, acabou gerando um espaço de atuação difícil para o presidente eleito em

⁴⁰ "Entre os grandes males oriundos das perniciosas praxes instituídas pelo ex-Presidente no governo da República avulta o das subvenções à Imprensa desta Capital e à estrangeira. Milhares de contos saíram do Banco da República para os jornais governistas e foram escriturados na verba - diferenças de câmbio" (CARTA, 1902, p.1).

1898. Os vencedores dos movimentos revoltosos da década de 90 agrupavam tanto radicais, quanto moderados provenientes de grupos que tinham o poder antes da República, e até mesmo alguns dissidentes do grupo vencido. Não haveria aí nenhum tipo de ligação doutrinária. E a cisão do PRF seria justamente uma “a desforra da derrota de 1889” (GUANABARA, 2002, p.23).

Foi, na mente dos que a resolveram e a fizeram efetuar, o coroamento de uma longa e meditada obra política, que se caracterizaria pelo deslocamento do poder das mãos dos republicanos históricos para os dos antigos elementos dos partidos monarquistas que aderiam à República, pois que ela estava feita, mas que queriam governa-la, alegando que eram, de fato, a maioria do País (GUANABARA, 2002, p.23).

Assim, no ponto de vista do autor, o cenário político que Campos Sales recebeu logo ao assumir o governo era o da pessoalidade. Não havia nenhum tipo de programa ideológico ligando os grupos que estavam em combate no momento. O foco da batalha entre eles era justamente repetir o sucesso obtido pelo PRF na sucessão de Floriano Peixoto justamente na escolha do sucessor de Prudente de Moraes. Começava o livro, portanto, defendendo o ex-presidente da culpa de ter acabado com os partidos. Seria esse grupo dissidente do Partido Republicano Federal a quem Guanabara chamou de reacionários triunfantes. Esse grupo de teria se unido em torno de Prudente de Moraes que, já no momento em que era presidente, pleiteava um projeto legislativo que regulamentasse o artigo 6º da Constituição (sobre intervenções) para poder usar o poder central contra os princípios da federação. Esses dois seriam os dogmas que moviam o grupo (GUANABARA, 2002, p.27).

Já Campos Sales seria representante do Partido Republicano antigo, dos tempos de propaganda, ao qual Guanabara chama de Histórico. Segundo o autor, isso foi deixado bem claro desde a candidatura do então presidente de São Paulo. É interessante notar que o autor coloca em um mesmo patamar Júlio de Castilhos, ambos como uma espécie de salvadores da essência do partido. Assim, se alguém tinha partido ideologicamente constituído, esse alguém era Campos Sales⁴¹. “O partido republicano histórico não havia, certo, desaparecido no seio das dissensões da época; ao contrário, subsistia mais forte e mais alto que os grupos que se digladiavam” (GUANABARA, 2002, p.31).

Guanabara sustentou em seu texto que o grande problema da república seria, justamente, no momento em que, em nome da pessoalidade, se lançou a candidatura de Prudente de Moraes

⁴¹ “O Sr. Campos Sales não se submeteu a ser candidato por conta de um partido que havia apenas surgido: declarou que era candidato do *partido republicano* – não o que então se formara – mas o tradicional, o histórico, aquele a que sempre pertencera” (GUANABARA, 2002, p.30).

contra um dito militarismo que não existia. Essa obsessão dos partidários de Prudente de Moraes acabou por criar diversos problemas para a organização da república, desde 1899 até a Revolta da Armada⁴² (GUANABARA, 2002, p.32). E atribui ao antecessor ele justamente o mesmo que os críticos a Campos Sales: era uma figura que governava conforme o momento. “Eleito, presumir-se-ia que o seu programa era o programa do partido que o elegia, mas como havia nesse partido elementos de todos os matizes da opinião, ninguém poderia dizer em nome de qual deles ia governar o Sr. Prudente de Moraes” (GUANABARA, 2002, p.32). Por outro lado, Campos Sales “não quis ser eleito nem por conta do governo, nem por conta de um grupo partidário: quis sê-lo em nome de ideias, não de ideias de ocasião, mas das que sempre professou” (GUANABARA, 2002, p.32). Ou seja, era o presidente que findava o seu mandato quem governava em nome das ideias que faltavam aos partidos políticos daquele momento. Isso justificaria o abandono que alguns setores do Partido Republicano alegaram para fundamentar suas críticas a respeito da fidelidade partidária de Campos Sales. Só existia, segundo o autor, a “superstição dos partidos” (GUANABARA, 2002, pp.43-44).

A candidatura do Sr. Campos Sales aniquilou por completo, para felicidade da República, a reação no seu início; não porque S. Ex. se tivesse manifestado favorável a um dos grupos contra o outro, mas porque desdenhou considerar o problema como lhe pretendiam impô-lo e ofereceu a sua candidatura à Nação, em nome do Partido Republicano histórico, pedindo-lhe a ratificação do programa com o qual e em nome do qual a República foi proclamada e organizada. A consequência lógica dessa candidatura e desse programa deveria ser a dissolução dos grupos que se formaram sob outros influxos, com outros fins e em outros momentos e a concentração de todos os elementos republicanos, que estivessem aqui ou ali, em torno do seu nome e de seu programa. Isso não foi feito imediatamente, de um lado, por considerações pessoais, que, aliás, não são para desprezar, em se tratando de homens públicos; de outro, por motivos naturais de amor próprio e por efeito de paixões que então se sublevavam; e finalmente, porque ainda mesmo me presença da derrota completa dos princípios proclamados, pretendia-se manter, com rótulo de partidos políticos, meras arregimentações de indivíduos, que cediam, aliás sem dificuldade, das ideias que apregoavam (GUANABARA, 2002, p.44)

Isso, segundo o autor, desmontaria a crítica que recaía sobre Campos Sales de haver destruído os partidos: “S.Ex. havia de se ter surpreendido com um sorriso de mofa nos lábios, ao lembrar-se dessa época e dessa confusão babélica” (GUANABARA, 2002, p.46). Portanto, parecia claro para o autor que “o grupo político que rodeou o Sr. Prudente de Moraes, nos

⁴² “(...) o Sr. Prudente de Moraes obstinou-se em receber os votos que a oposição lhe ia dar, em competição com o Marechal Deodoro. A dissolução do Congresso foi a consequência dessa obstinação, que não nascia senão da vaidade pessoal; e daí, as agitações para forçar o Marechal Floriano Peixoto a mandar proceder à nova eleição, à aventura e repressão do 10 de abril, à revolução de setembro, à rebelião federativa, todo esse conjunto de males que levaram o País ao tristíssimo estado em que se achava em 1898!” (GUANABARA, 2002, p. 32).

últimos tempos de seu governo, reclamava o exercício do poder, pretendendo que o Presidente havia sido eleito por ele e não poderia ser, sem traição, senão um executor de suas sentenças” (GUANABARA, 2002, p.64).

Outro ponto importante do livro de Alcindo Guanabara foi o uso do termo parlamentarismo. Em diversos momentos do livro, principalmente enquanto apresentava a plataforma da candidatura de Campos Sales, o autor ressaltou que os dois principais pilares eram o presidencialismo e o federalismo em oposição ao parlamentarismo e ao unitarismo (GUANABARA, 2002, pp. 33-41). O autor retoma o termo quando justifica a prática de não consultar os ministros ao mesmo tempo, em prática semelhante ao que se fazia na monarquia durante as reuniões do Conselho de Ministros (GUANABARA, 2002, pp.67-74). “A noção de governo como um corpo coletivo, cuja ação resultasse da deliberação da maioria, era substituída pela direção singular nascida da própria e exclusiva inspiração do Presidente” (GUANABARA, 2002, p.69). Assim, a ação do executivo era, por direito, onipotente, pessoal e completamente independente – entretanto, sem considerar “a pretexto de separação de poderes, o afastamento completo entre o Executivo e o Legislativo” (GUANABARA, 2002, p.71).

3.3 O governo Rodrigues Alves

Os primeiros momentos do governo de Rodrigues Alves começaram com diversos conselhos e alvitre, tanto na Imprensa⁴³ quanto no Congresso. Lopes Trovão⁴³ foi o primeiro a externar isso no Senado, ainda antes da posse, em outubro.

Não aconselha ao sucessor do atual Presidente da República que lhe siga a mesma política dos governadores, porque isto seria matar de todo a liberdade política no Brasil, mas é preciso seguir a lei dos ritmos.

S. Ex. foi recebido na República de braços abertos e em breve vai ocupar o primeiro lugar nesse regime; pois bem, ao inverso do que fizeram seus dois antecessores, que apenas fizeram dos republicanos bestas de carga, governe com os republicanos, não os republicanos que tem este título somente porque vieram da propaganda, mas os republicanos que se conservam fiéis às ideias que pregavam e aqueles que aderiram à República, servindo-a com amor e dedicação (BRASIL, 1902g, p.3927).

É interessante notar aqui que o senador também considera Prudente de Moraes um presidente que governou sem o seu partido. Na lógica que a oposição de Campos Sales empregou isso é uma situação coerente. O sucessor também foi eleito pelo Partido Republicano,

⁴³ José Lopes da Silva Trovão nasceu em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 1848. Formado em 1875 médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, aderiu ao republicanismo ainda durante o período da propaganda. Eleito para a constituinte, foi deputado federal desde a proclamação até ser alçado ao Senado em 1895 na vaga aberta pelo falecimento de Saldanha Marinho, até 1902 (ABRANCHES, 1918a, pp.337-338).

mas foi acusado de governar com o grupo de Francisco Glicério, que se denominou Partido Republicano Federal. Essa situação subsistiu até o cisma que desfez a agremiação pretensamente nacional, já no final do mandato de Prudente de Moraes.

Na imprensa se noticiava que seriam tempos de nova política. A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro trazia em sua seção *Mexericos* a informação de que seria organizado “um partido que não siga a política dos governadores; mas os *governadores da política*, segundo a frase feliz do Sr. Rodrigues Alves, muito aplaudida pelo Sr. Campos Sales” (MEXERICOS, 1903, p.1). Dunshee de Abranches⁴⁴ (sob o pseudônimo Rabagas⁴⁵) assinava um pequeno texto com teor parecido no *Jornal do Brasil*, também na Capital Federal.

A política dos governadores está tendo cada vez menor cotação, pois que se acentua a política do auxílio mútuo, isto é, dos chefiados contra os chefes. As chapas, na sua maioria, obedecerão, quanto possível, quer para deputados, quer para senadores aquele critério (ABRANCHES, 1903a, p.3).

Essa reconciliação dos diversos grupos políticos em torno de um retorno ao protagonismo dos dirigentes partidários também foi noticiada no *O Estado de São Paulo*. Na seção *Cartas do Rio*, assinada com o pseudônimo Braz Cid⁴⁶, se noticiava que até mesmo a escolha dos ministros de Rodrigues Alves tinha obedecido esse critério: alguns nomes da preferência do presidente, outros do partido (CID, 1902, p.1). E ia ainda mais longe, afirmando que era uma situação que já havia ocorrido em outros momentos.

E que tem isso? O passado é passado; águas passadas!... Não se viu, há dias, que os generais Glicério e Campos Sales, representantes, há quatro anos, das duas correntes referidas, eram perfeitamente reconciliáveis, talqualmente [sic] o general Bernardino de Campos e o seu colega Glicério já tinham sido? Não se anuncia que o sr. Seabra olvidou que chamara ao ilustre general Glicério nomes feios pagos com outros de igual amabilidade e que afinal se vão abraçar provando aos povos boquiabertos que o senador Glicério já se não lembra do que fora dito ao deputado Glicério? Pois não vimos o Rio Grande do Sul aceitar o ministro Seabra, outrora grato ao federalismo e [ilegível] pelo castilhismo (CID, 1902, p.1).

É interessante notar que no Rio Grande do Sul, reforçando um pouco a opinião de Braz Cid, o jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense fez uso do mesmo expediente que José Joaquim Seabra ao se referir à política dos governadores, ou seja, afirmou a sua inexistência. "Em primeiro lugar, se existe a tão falada política dos governadores, absurdo

⁴⁴ João Dunshee de Abranches

⁴⁵ A associação entre o nome e o pseudônimo foi feita por COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. Enciclopédia de literatura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001.

⁴⁶ Não consegui encontrar quem era o autor escondido por trás desse pseudônimo. O texto só seguirá citado aqui pela relevância das colocações.

criado pelo governo do sr. Campos Sales, é isso lá pelo norte. Aqui no Rio Grande o governo limita-se à administração, não se imiscui na política e menos em influir nas eleições" (MINORIAS, 1903, p.1). O cerne da questão era, sem dúvida, a influência do executivo em questões do partido. Para o jornal, as funções não poderiam se misturar e a decisão de quem ocupa ou não um cargo eletivo – ou quem é escolhido para concorrer a tal – deve ser sempre do partido, enquanto como governar deveria ser função do chefe do executivo. "A política dos governadores, criação imoralíssima, que fez o delegado superior ao delegante, não penetrará na nossa terra" (MINORIAS, 1903, p.1).

Os arranjos eleitorais analisados pela imprensa visavam não apenas os primeiros movimentos do governo no Congresso, mas a reconfiguração que viria no pleito de 1903. Enquanto jornais como *A Província*, de Pernambuco, eram céticos quanto alguma mudança nos critérios de reconhecimento de poderes⁴⁷, outros periódicos davam notícia das reuniões entre as lideranças partidárias e sua preocupação com a representação das minorias. Pedro Leão Veloso Filho⁴⁸ salientou isso no seu artigo *As emendas do Sr. Glicério*, transcritos no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro. O jornalista analisou as emendas que o senador paulista tentava aprovar naquela casa legislativa.

Na impossibilidade de conseguir, no último momento, nos poucos dias que restam neste ano de trabalhos legislativos, uma reforma eleitoral completa, censitária, nos moldes da Lei Saraiva, que é o seu pensamento, revelado sem reboço em mais de uma ocasião, o general Glicério, com as referidas emendas, tratou tão somente de assegurar a representação das minorias nas próximas eleições, quebrando-se destarte a unanimidade opressora das deputações oligárquicas (VELOSO FILHO, 1902, p.1).

O movimento foi considerado uma manobra modesta pelo articulista, porém teria sido o “suficiente para alarmar os caudilhos estaduais, que se coligaram para abafá-las. Se eles não vissem a possibilidade, pelo voto cumulativo, da eleição de alguns dos seus adversários mais temidos, não se teriam esforçado para que as emendas nem sequer fossem aceitas" (VELOSO FILHO, 1902, p.1). Em um texto posterior, de fevereiro de 1903, o autor segue explorando o tema.

Não passem embora de minorias, a sua representação está garantida expressamente pela Constituição de 24 de fevereiro, a única talvez que tenha

⁴⁷ "Parece que nas eleições de fevereiro e no competente reconhecimento continuará a dominar a política dos governadores, cabendo o terço à oposição apenas em dois ou três estados onde for isto do gosto de seus administradores" (TELEGRAMAS, 1902d, p.1).

⁴⁸ Nascido na Bahia e formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1877, tornou-se juiz em São Paulo e também estabeleceu fortes ligações com o estado do Paraná, onde foi chefe de polícia em alguns momentos. Também foi nomeado presidente da Província do Alagoas em 1888. Depois da república tornou-se editor chefe do *Correio da Manhã* e assinava os seus artigos com o pseudônimo Gil Vidal. Foi deputado pela Bahia em mandatos consecutivos entre 1904 e 1918 (NASCIMENTO e LOPES, 2017).

tido esta cautela. Seus direitos deviam ser respeitados. Tal, porém, não acontece. Não lhes consentem votar, nem lhes contam os votos, se estes por ventura caem nas urnas; e se alguns opositoristas aparecem no Congresso munidos de atas que os deem por eleitos, são depurados pela liga das oligarquias, cimentada pela política dos governadores, criação do sr. Campos Sales, de funesta memória (VELOSO FILHO, 1903a, p.1).

Para o autor o ponto mais importante era a garantia da validade das eleições, no que ele chamou de “império da vontade popular” (VELOSO FILHO, 1903a, p.1). Dunshee de Abranches também partilhava dessa preocupação com o modo como as eleições eram realizadas no período. Em um editorial para *O País* intitulado *Eleições...* ele teceu um panorama do processo que envolvia a sua realização, bem como um apanhado das tentativas de regramento que ocorreram no Brasil desde que se tornou independente.

Assim ficaram geralmente conhecidas, como infalíveis armas, políticas, as visitas dos ministros e presidentes de províncias às repartições suas subordinadas nas vésperas das eleições; a compra de votos; as chapas à boca de urna distribuídas aos empregados públicos pelos seus superiores hierárquicos; os votos em separado e as maiorias absolutas; as falsificações das atas; o empenhamento das cédulas; as anulações de colégios; e, finalmente, os diplomas contestados para dar lugar ao 3º escrutínio, que o governo, por seus amigos, mandava fazer nas antessalas do parlamento (ABRANCHES, 1903b, p.1).

O autor se referiu a Lei Saraiva, utilizada como exemplo de popularização do voto na época. Para ele, na prática não houve um incremento real no número de participantes, principalmente pela dificuldade de comprovação de renda. Nas cidades em função de uma aversão dos industriais e comerciantes que não aprovavam a participação dos seus funcionários na política e, no campo, pela força dos grandes proprietários rurais (ABRANCHES, 1903b, p.1). Essa dificuldade, efeito da Lei Saraiva, teria minado a participação popular que era mais frequente no início da monarquia, quando as eleições eram mais parecidas, segundo o autor, com confrontos de gangues⁴⁹.

O povo mesmo, pelo interior dos Estados, nunca mais soube em geral, como até hoje, a data dos comícios. E quando, enfim, cindidos os campos políticos tudo parecia anunciar o advento dos partidos constitucionais, eis que o ex-presidente da República não se peja de afrontar a opinião, proclamando a política dos governadores e transformando o Congresso em uma mera e passiva chancelaria do palácio do Catete (ABRANCHES, 1903b, p.1).

⁴⁹ "O elemento, porém, genuinamente popular sumiu-se por encanto. As eleições foram tomando um novo aspecto. As cabalas não tiveram mais aquela animação de outrora. Os oradores das ruas emudeceram. Já não se ouviram apregoar os pequenos jornais de títulos esquisitos e satíricos, meteoros que surgiam anunciando as borrascas partidárias" (ABRANCHES, 1903b, p.1).

Para Dunshee de Abranches houve uma modificação no modo de agir de Campos Sales para Rodrigues Alves. "O Sr. presidente da República não intervém também nas eleições. Mas, o que se sabe é que, em nome do seu governo, se tem imposto candidatos a quase todos os Estados" (ABRANCHES, 1903b, p.1). Isso transformaria a figura do presidente no que ficou conhecido como "o grande eleitor da República" (ABRANCHES, 1903b, p.1). A eleição era a peça central de muitas análises políticas da época⁵⁰.

Veloso Filho anunciou assim o final das eleições no Rio de Janeiro:

Amanhã, em toda a Imprensa, figurará a lista dos designados das diversas oligarquias estaduais, e, ao lado, a dos que se pretendem igualmente eleitos, e munidos de atas, de certidões, de representações, de justificações e de outros papeis, se dispõem a tomar a direção do Rio de Janeiro para vir pleitear os seus alegados direitos perante uma ou outra das casas do Congresso, onde é certo que os vençam a solidariedade dos interesses políticos locais, a troca recíproca de votos e favores, a chamada política dos governadores, fruto pernicioso da triste passagem do sr. Campos Sales pela suprema magistratura da Nação" (VELOSO FILHO, 1903b, p.1).

A grande questão para o autor era a disparidade entre esse tipo de escolha, advinda da verificação, com uma que seria genuinamente popular e democrática. Para ele, nem mesmo os eleitores eram pessoas reais: "a votação é só dos que figuram no alistamento, organizado com o intuito de assegurar o predomínio dos maus elementos que se assenhorearam da eleição" (VELOSO FILHO, 1903b, p.1). E isso se daria porque esse tipo de comportamento fazia parte do jogo politiquês da época. "Mesmo que as atas consignem com fidelidade os votos que caírem nas urnas, o que é provável que não se dê, porque os politiquês precisam da fraude para vencer uns aos outros, o resultado não exprimirá o voto desta grande cidade" (VELOSO FILHO, 1903b, p.1).

Enquanto parte da imprensa se debruçava em como se dariam as alianças para esta nova eleição⁵¹, outra parte se dedicava a traçar paralelos com a que ocorreu em 1900. *O País* dedicou o texto *Os diplomas* para tratar da última alteração do regimento e como o processo eleitoral se daria depois disso. Para o autor do editorial esse movimento de Campos Sales foi a maior intervenção realizada pelo executivo no legislativo – algo que seria inédito na história da República.

⁵⁰ Há um detalhe interessante citado por José Mariano Carneiro da Cunha, publicado no jornal *Diário de Pernambuco*. O deputado pernambucano criticou os modos de alistamento como um todo, mas em especial: "Os alistamentos falsificados, o preceito constitucional deturpado, porque o eleitor uma vez alistado não pode perder o seu direito de voto; e entretanto a pretexto de mudança de domicílio, é eliminado. E com o alistamento falsificado não são necessárias violências para se vencer" (CUNHA, 1902, p.1).

⁵¹ O *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1903 e a *Gazeta de Notícias*, na sua seção *Mexericos* citam uma união entre Rosa e Silva e Pinheiro Machado (MEXERICOS, 1903, p.1)

Ora, em alguns estados, onde as oposições não haviam sido de todo exterminadas, acontecia que, exatamente, ainda dominavam elas nas câmaras municipais das sedes apuradoras do distrito. E essa circunstância, sem dúvida, lhes teria dado ingresso na representação nacional, se, à última hora, o próprio Sr. Dr. Campos Sales, que mandou fazer a reforma regimental, não se intrometesse inédita e abertamente na verificação de poderes, ordenando, até com a ameaça de intervir à mão armada nos Estados recalcitrantes, indistintamente o reconhecimento geral dos deputados dos governadores (OS DIPLOMAS, 1903).

Essa mudança na prática eleitoral acabou ensejando outras alterações em âmbito local, que foram tomando corpo desde 1900.

A lição, todavia, de 1900 serviu de experiência às oligarquias regionais. No aparelhamento da sua máquina eleitoral os governadores não pensaram mas em preparar apenas atas unânimes para os seus representantes, multiplicando votos e organizando alistamentos fantásticos com a exclusão sistemática de todos os seus adversários. E trataram desde logo de se garantir também nas câmaras municipais apuradoras, delas eliminando todos os elementos suspeitos, para que as oposições não tivessem sequer a probabilidade de tomar parte, ao menos por alguns dias, na organização do Congresso da República (OS DIPLOMAS, 1903, p.1).

No *O País*, outra vez Dunshee de Abranches assinou um editorial sobre as eleições em 16 de abril. O autor colocou a situação da verificação de poderes como um embate entre Minas Gerais e Bahia de um lado e Rio Grande do Sul e Pernambuco de outro. Havia um imbróglio na condição criada pela alteração do regimento de 1899, que obrigava o presidente da sessão anterior para comandar a formação da nova câmara. Vaz de Melo havia sido eleito para uma vaga no Senado e a grande questão do momento era se um senador podia presidir a Câmara para o início do processo. A falta de regulamentação clara sobre o fato criou a disputa de poderes.

Efetivamente, Bahia e Minas acham-se em frente de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Ora, até anteontem, as sessões preparatórias, presididas, como iam ser, pelo sr. Vaz de Melo, só trariam vantagem para o primeiro daqueles grupos; saindo, porém, o sr. Vaz de Melo, a presidência cabe ao primeiro vice-presidente, sr. Urbano Santos, deputado maranhense.

Assim, como nestes últimos anos, quem diz, em política, Maranhão, diz Pernambuco, a coligação de Rosa e Pinheiro acaba de obter mais um elemento de sucesso, que entendidos políticos julgam garantido (ABRANCHES, 1903c, p.1).

Porém, Dunshee de Abranches afirmou no texto que havia indícios entre seus informantes que criam que não haveria como conciliar esses interesses. Aí a solução acabaria sendo a manutenção da política dos governadores⁵². Completando o quadro, escreveu: "Há, nas

⁵² "Contudo, espíritos otimistas, porém bem entendidos nestes passes da política indígena, julgam que, à última hora, quando for demonstrado que é impossível (pensam eles) um acordo, um critério, pois que há grande variedade

rodas políticas, muitos receios em relação ao sr. Francisco Glicério... O chefe campineiro, ao que parece, será, no derradeiro momento o fiel da balança, decidindo a vitória" (ABRANCHES, 1903c, p.1).

O *Diário de Pernambuco* garantia que não haveria intervenção alguma do presidente no reconhecimento do legislativo, que seria competência exclusiva dos próprios parlamentares. O periódico elogiou a atuação da comissão verificadora, formada por Cassiano Nascimento (Rio Grande do Sul), Moreira Alves (Pernambuco), João Luiz Campos (Minas Gerais), Castro Rabelo (Bahia) e Moreira da Silva (São Paulo). "A citada comissão deu hoje o seu parecer com imparcialidade inatacável e inexcusável escrúpulo, merecendo por isto francos e gerais aplausos" (CARTA, 1903, p.1). Dunshee de Abranches mostrou ter razão: São Paulo poderia formar a maioria em caso de disputa de interesses entre os polos citados. O editorial do *Diário*, porém, afirmou que seria impatriótico da parte do presidente ficar tão neutro e não "exercer sua influência moderadora" nas disputas políticas locais (CARTA, 1903, p.1). O que poderia significar que Rodrigues Alves deveria garantir que a negociação ocorrida no Congresso valeria mais do que a decisão local.

Desta vez o Congresso estuda e proclama quais os verdadeiros mandatários da soberania nacional, sem indagar das suas ligações partidárias, sem perguntar aos depositários dos governos locais a origem política dos governos locais a origem política dos vários representantes das circunscrições estaduais. O *desideratum* não é, como foi há três anos, formar o partido pessoal do presidente da República, garantindo no Congresso o apoio a todos os desmandos praticados, mas constituir a representação nacional, atendendo tanto quanto possível a manifestação do eleitorado, evidenciada no pleito de 18 de fevereiro (CARTA, 1903, p.1).

Veloso Filho, por outro lado, foi crítico a essa intervenção que era "benéfica" na interpretação do jornal de Rosa e Silva. Para o articulista do *Correio da Manhã* esse procedimento demonstrava que a política dos governadores seguia viva, sufocando as oposições.

Sem que os fatos por ora denunciem a intervenção do governo federal, no julgamento das eleições, conservando-se até este momento inteiramente neutro o sr. presidente da República, a despeito de insistentes solicitações em sentido contrário, contudo a verificação de poderes se está fazendo sobre outra pressão governamental, a dos governos estaduais, coligados para se sustentarem reciprocamente na exploração do poder, sufocando por toda a parte as oposições, as quais não contam outro meio de se livrarem da tirania a não ser a revolução.

de hipóteses e de interesses, alçará de novo o colo a famigerada política dos governadores" (ABRANCHES, 1903c, p.1).

De fato, o que está dominando é a política dos governadores, inventada pelo sr. Campos Sales, e que há de sempre dominar, força é reconhecer, enquanto não tivermos partidos (VELOSO FILHO, 1903c, p.1).

O que estava em pauta era o reconhecimento no Amazonas. A queixa era que o grupo do presidente estava procurando conseguir votos no Congresso para aceitar no legislativo os que foram declarados derrotados naquele estado, ou seja, os candidatos do governador Silvério Nery⁵³. O vencedor naquele escrutínio havia sido Costa Azevedo, o Barão de Ladário⁵⁴. O senador Jonatas Pedroza⁵⁵ foi quem subiu na tribuna para denunciar a situação. "O governo entendia que, como governo, não podia perder e, porque pensava que ainda dominava a política dos governadores, fossem quais fossem as audácias da fraude, havia de triunfar" (BRASIL, 1903a, p.276). O parlamentar solicitava que o pleito fosse anulado diante de muitas incongruências de números e atas. Porém recebeu aparte do irmão do governador, Constantino Nery, que considerava que, pelo contrário, os números estariam exatos se as atas fossem escritas depois do pleito, nos gabinetes⁵⁶, como sugeria Pedroza.

Pois será crível que o mesmo indivíduo que escreveu a ata de uma eleição no *Alto Juruá* possa fazer uma ata no rio Solimões?!...
É impossível, Sr. Presidente, mas o fato explica-se: é que não houve eleição nem em *S. Felipe*, nem em *Fonte Boa*. A eleição foi feita na capital do Estado! (BRASIL, 1903a, p.281).

Rui Barbosa também se manifestou sobre essa situação em 8 de maio de 1903. Se colocando como partidário do presidente eleito começou a sua fala fazendo uma dura crítica a Francisco Glicério, colocando sobre ele uma parte da responsabilidade pelo estado do sistema eleitoral no Brasil. "Durante anos e anos foi S. Ex. o árbitro da política deste país; e, se os sistemas eleitorais baixaram entre nós, S. Ex. não pode evitar a parte da responsabilidade que deste resultado lhe cabe" (BRASIL, 1903a, p.190). O senador baiano acreditava que não foi

⁵³ Silvério José Nery, nascido no Amazonas, fez carreira militar durante a monarquia e retornou para o seu estado para ser agrimensor. Foi vereador durante no regime anterior, sendo deputado na República entre 1890 e 1896. Foi deputado federal (1897-1900) e depois Senador por diversos mandatos seguidos. Foi governador do Amazonas entre 1901 e 1904. (ABRANCHES, 1917a, p.623).

⁵⁴ José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário, foi um almirante da Marinha com extensa carreira militar que incluiu serviços prestados na Guerra do Paraguai. No momento da proclamação a república foi um dos únicos altos comandantes a se colocar à frente de guarnições militares para defender o regime decaído. Ferido nesse combate, teve a sua vida salva por Deodor da Fonseca, que o levou ao cargo de Almirante reformado logo em seguida. Foi senador entre 1894 e 1897 e terminou o processo de 1903 sendo reconhecido. Faleceu, porém, em 1904. (ABRANCHES, 1917a, pp.483-484).

⁵⁵ Nascido na Bahia, Jonatas de Freitas Pedroza era médico e fez carreira no Amazonas. Eleito Senador em 1897, permaneceu no cargo até 1917. (ABRANCHES, 1917a, p.610).

⁵⁶ "Ora, Sr. Presidente, diante de tudo isto não é muito que se peça a anulação de todas essas atas. Está se vendo que tudo está irregular; esta eleição não se fez porque quando a eleição é bem feita, não aparecem estes vícios, estas irregularidades.

O SR. CONSTANTINO NERY - Naquele zum-zum é muito natural; no trabalho de gabinete é que seria para admirar" (BRASIL, 1903b, p.278).

Rodrigues Alves que pressionou pelo grupo de Silvério Nery, mas que, provavelmente, devido aos maus hábitos eleitorais do Brasil, fizeram pressão utilizando o nome do presidente. Para Rui Barbosa o certo a se fazer era anular a eleição e proceder a um novo pleito. Caso contrário, seu voto seria personalista, embasado apenas no que ele sentia em relação a cada um dos candidatos que disputavam o reconhecimento.

(...) se um deles representa a vontade única do governador do Amazonas e o outro representa a vontade eleitoral; se sobre esta eleição, disse-o a Comissão, disse-o o honrado Senador que ontem ocupou a tribuna desta Casa, pesam efeitos e vícios, eu, senhores, não tenho senão que escolher dentre os dois candidatos o mais digno, o mais honrado, aquele que mais pode honrar esta casa (BRASIL, 1903a, p.191).

Para Veloso Filho, mesmo nesse caso em que o candidato do governador não venceu, o que ocorria era a continuação da política dos governadores. O poder político de cada uma das oligarquias estaduais continuava forte o suficiente para colocar seus representantes em funções importantes dentro das comissões, mesmo sem conhecimento de causa algum⁵⁷.

À verificação de poderes tem presidido o mesmo critério da política dos governadores, a qual redundava na liga de proteção recíproca das oligarquias estaduais; e se porventura é contrariado algum régulo estadual, a explicação está na revolta contra a sua autoridade no próprio seio dos seus partidários, ou então foi que se levantou, para domá-lo e aniquilá-lo, um poder mais alto - o governo federal (VELOSO FILHO, 1903d, p.1).

Durante o início dos trabalhos o *Diário de Pernambuco* voltou a dar a sua versão sobre como estaria correndo a verificação de poderes. Citando que Rosa e Silva e Pinheiro Machado comandariam o reconhecimento, afirmou, no entanto, que, diferentemente do que havia publicado anteriormente, “Os dois líderes e seus amigos presidirão ao reconhecimento dos poderes e substituirão a influência de seus princípios eleitorais pela política dos governadores, na atribuição dos diplomas de senadores e deputados” (ELEIÇÕES, 1903, p.2). Porém, isso seria feito respeitando a eleição das minorias, que se tornou uma bandeira do líder pernambucano no seu mandato no Senado.

Não somente essa nova orientação em matéria de eleição, baseada na representação das minorias, que é a nota dominante do programa do sr. Rosa e Silva, vai influir sobre as validações e invalidações, mais ainda, inspirará ao que parece, desde o princípio da sessão, um grande projeto de reforma eleitoral, em que se fala há muito tempo e que, concebido no sentido mais

⁵⁷ "Em outros parlamentos são procuradas, para as comissões, as capacidades. Aqui também já se observou a mesma regra; mas, agora, o que vemos é a escolha por deputações, de modo que, se Pernambuco ou S. Paulo não tiverem um financeiro, ainda assim serão representados na comissão de orçamento. Por isto vimos, no ano passado, o ridículo de, fazer parte da comissão do Código Civil, um médico a quem nunca preocuparam as questões jurídicas e sociais" (VELOSO FILHO, 1903d, p.1). O médico citado aqui é Camilo de Hollanda (ver DOS SANTOS, 2011, pp. 72-73).

liberal, deve ser excelente, com a condição de melhorarem os costumes eleitorais dos cidadãos, o que se torna o grande ponto" (ELEIÇÕES, 1903, p.2).

Essa diferença, segundo o jornal, resultava em um “critério superior de verificação, discernindo o legítimo do ilegítimo, o moral do imoral, os pleitos que se distinguiam pela observância das normas eleitorais, dos que duplicavam o número dos alistados” (MÃOS, 1903, p.1). E era resultado direto de uma tradição política que não deveria ser desdenhada. A importância de chefes sérios e comprometidos não era um problema, era parte da solução.

Naturalmente, por força de leis políticas, chefes proeminentes deverão ter influenciado na adoção deste critério, substituindo uma vontade soberana por um acordo de vistas lógico e sensato. Não há aí nada a admirar. Em todos os parlamentos os diretores de grupos tem a incumbência da marcha dos processos de verificação. O que se faz na República fazia-se na monarquia e em todas as repúblicas e monarquias do mundo. Tudo depende das tradições, do valor, da grandeza de sentimentos desses chefes (MÃOS, 1903, p.1).

Outros pontos em que o *Diário de Pernambuco* inovou ao se referir ao sistema de Campos Sales, diziam respeito a existência de partidos e o modo como o presidente se relacionava com o Congresso. No primeiro o editorial defendia que, ao contrário das agremiações com intenções federais, os partidos locais tinham “a sua existência real, a sua inteireza, a sua homogeneidade, conforme as circunstâncias” enquanto “os nacionais desaparecem sem chegarem a concretizar-se definitivamente” (MÃOS, 1903, p.1). Já na relação com o legislativo, o editorial do jornal critica o uso indiscriminado das delegações. Esse dispositivo funcionava em maneira análoga às atuais Medidas Provisórias, porém, não entravam na pauta do Congresso para serem referendadas (como era o caso da Inglaterra, já naquela época).

Desde que o congresso não tem a minestra sistemática de opor-se a toda as ideias do governo, nada legitima esse uso da delegação. Foi ele que animou os maiores desmandos da administração do dr. Campos Sales, onde fez-se delegação para a reforma do ensino, para a reforma municipal, para a reorganização da justiça federal (MÃOS, 1903, p.1).

Assim, apesar do controle teórico que havia para aprovar tudo o que Campos Sales queria, o ex-presidente agia arbitrariamente conforme as suas vontades em diversos casos em que suas decisões deveriam, segundo o *Diário*, ser estudados pelo legislativo. A delegação não era necessária, mas era utilizada mesmo assim.

O jornal *A Província*, também de Pernambuco, trouxe a opinião do seu correspondente Gonçalves Maia publicadas na coluna *Cartas Fluminenses*. Para o ex-parlamentar pernambucano, havia uma disputa de poderes entre Francisco Glicério e Pinheiro Machado

dentro do Senado⁵⁸, e isso acabou transparecendo no episódio do reconhecimento da eleição do Barão de Ladário. O correspondente ainda acreditava que essa derrota do líder regional do Amazonas não era uma demonstração do enfraquecimento da política dos governadores.

E como há sempre um filósofo a tirar conclusões de tudo, não faltou quem se alegrasse com o ato do senado: ele era, dizia-se, o primeiro golpe nessa política nefasta dos governadores!
Ah, se fosse! Até eu bateria palmas.
Porém estou convencido que foi o contrário; esse governador foi ferido justamente porque não se homiziara nessa política dos governadores...
(MAIA, 1903a, p.1).

Em outra carta ao mesmo jornal, Gonçalves Maia desenvolveu o que seria o seu conceito de política dos governadores. Acreditava que, mais uma vez, nas eleições de 1903, esse critério foi mantido. “Ela consiste nisto: os governadores ficam senhores absolutos dos estados; fazem as eleições; trucidam as minorias; elegem os seus amigos unanimemente e enviam para o Rio como um produto da última safra eleitoral” (MAIA, 1903a, p.1). O objetivo da aliança tácita entre os governadores estava mantido para este triênio: a oposição estava excluída do Congresso.

E num grande abraço, numa grande fraternidade, numa homogeneidade encantadora de vistas, os maiores inimigos como candidatos do Pará e Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, Minas e Rio Grande do Sul, não tiveram uma só palavra contra os outros candidatos dos governadores!
Só duas vezes pareceu quebrada essa política: no caso de dois deputados da Bahia e no caso do senador do Amazonas (MAIA, 1903a, p.1).

Em junho de 1903 *O País* voltou a fazer carga contra a dependência da câmara com relação ao executivo⁵⁹. Era o momento final dos reconhecimentos de poderes e os trabalhos já estavam sendo iniciados. Da mesma forma que no Senado, as eleições para o cargo de deputado federal apresentaram duplicatas dos resultados.

Eis senão quando se começa a murmurar que um dos últimos candidatos a reconhecer lhe merecia de perto o mais acentuado interesse. Chega logo depois o momento de se decidirem as escandalosas triplicatas do Amazonas, onde era público e notório e um dos interessados mesmo o confessara, não correrá o pleito senão através das atas fantásticas de cada qual dos pseudo

⁵⁸ "Sabia-se ainda que o senado se dividira; que de um lado estava o senador Pinheiro Machado e do outro o Sr. Glicério, duas forças políticas; conhecendo-se as correntes ocultas que circulavam no pensamento de cada um desses chefes e onde pode levar a política vencedora dessas duas correntes no dia que conseguisse firmar a sua preponderância decisiva; era, pois, o suficiente para fixar um pouco a atenção no senado e ver o que sairia dali" (MAIA, 1903a, p.1).

⁵⁹ "Em nação alguma, entretanto, como em nossa Pátria, essas invasões de poder há encontrado melhor e mais fértil terreno. Em nenhum país também o sistema presidencial tem dado piores e tão negativos resultados. Efetivamente, cada dia que se passa, de legislatura em legislatura, o Congresso parece sentir-se orgulhoso em demonstrar que não passa de uma excrescência institucional, verdadeira chancelaria da presidência da República" (QUESTÕES, 1903, p.1).

diplomados. Anuncia-se que S.Ex. não permitiria que se repetisse na Câmara a lição do Senado, infligida ao regulo estadual a quem, na opinião de certos patronos oficiosos, o governo federal queria dar assim uma prova de gratidão pelos serviços prestados às forças em operações no Acre. Não se pejam mesmo em aliar a essa cabala infrene dos corredores do Congresso até o nome do Sr. barão do Rio Branco, como se esse benemérito patriota descesse e envolver-se em tão baixas questões de campanário. Não se acredita ainda nos desmentidos solenemente registrados pela imprensa, que não deseja ver tão cedo comprometidas a reputação e a popularidade de um governo, que se mostra disposto a prestar tão assinalados serviços à Nação. E é à sombra do prestígio do chefe do Estado que se dá, afinal, a batalha na Câmara e se proclama a vitória dos candidatos da oligarquia amazonense!

Como se tudo isso não bastasse, e desde que deram tão bons resultados esses primeiros abusos do nome respeitável do supremo magistrado da Nação, empregam-se neste instante os mesmo processos em relação a Mato Grosso, onde, em vez de eleições, o que houve a 18 de fevereiro, em quase todo o Estado, foram os mais bárbaros e inqualificáveis massacres. E a isto tudo se chama *questões fechadas*, como se estivesse em jogo alguma grande causa nacional! (QUESTÕES, 1903, p.1).

Dunshee de Abranches voltou a assinar outro texto no *Jornal do Brasil* para analisar o momento político. Segundo o que o autor dizia ter escutado a aliança entre São Paulo e Bahia não estava enfraquecida⁶⁰. Ainda relatando essas ditas conversas de bastidores, o autor maranhense afirmava ter ouvido um interessante diálogo:

- Ele está pior do que o Campos Sales; pois que este, intervindo, como interveio, no reconhecimento de poderes, em obediência à política dos governadores, sempre tinha um grupo de amigos de ligações políticas, ao passo que, agora, estas não existem... só se o sustentáculo forem as bancadas do Amazonas e Mato Grosso, tendo como *leader* o sr. Lamounier Godofredo...
- Não deixas de ter razão, pensando assim, isto é, de idêntico modo do sr. Augusto de Freitas... mas, há um *mas*, para a grande, para a alta política, continua firme a coligação Pernambuco-Minas-Rio Grande do Sul, com o contrapeso do Ceará e Maranhão (ABRANCHES, 1903d, p.1).

Um editorial de *O País* apontava as incoerências do Congresso naquela época. A iniciativa de reforma eleitoral que estava sendo discutida gerava uma série de comentários sobre o fim da política dos governadores.

O Congresso, constituído quase unanimemente de designados das oligarquias regionais, é o primeiro a proclamar a necessidade de se lhes coibirem os excessos, abolindo a *política dos governadores*, assegurando-se a representação das minorias e punindo-se severa e exemplarmente os defraudadores da opinião nacional. E, para isso, multiplicam-se as emendas em torno dos projetos de reforma eleitoral, ora em discussão nas duas casas do parlamento, cada qual procurando resguardar o mais possível sob o guante

⁶⁰ "- E a coligação contrária àquela?

- A que tem por ídolo o sr. Severino Vieira?

- Sim.

- Está, talvez, mais forte do que muitos pensam: pois São Paulo, embora tivesse abandonado em algumas questões, não lhe negará apoio no momento decisivo" (ABRANCHES, 1903d, p.1).

da lei os direitos civis contra as usurpações dos detentores do poder (PARA INGLÊS, 1903, p.1).

Na reforma discutiram a questão dos alistamentos, tirar a pressão das autoridades locais sobre as mesas de apuração e o voto a descoberto como maneiras de evitar os problemas elencados cada vez que ocorria a verificação de poderes (PARA INGLÊS, 1903, p.1). Mas o principal problema, para o editorial, não estava sendo tocado pela proposta: a rediscussão do pacto federativo.

O que está em causa, todos o sentem, são as próprias instituições, que, à sombra de uma federação mal delimitada, entregaram os Estados à voragem dos corrilhos intolerantes e fizeram deles os únicos soberanos eleitores de um Congresso, em que se proclama ao mesmo tempo a ditadura, como o único regime capaz de regalar os direitos e os deveres dos habitantes do centro mais culto da República e se finge arrancar, pelos engodos de uma reforma, aparentemente libérrima, às tiranias regionais o monopólio odioso de continuarem a falar em nome da opinião nacional (PARA INGLÊS, 1903, p.1).

A série de conflitos no Amazonas decorrente da verificação de poderes na eleição de 1903 gerou episódios de violência que chegaram a atingir a Imprensa. O jornal local *Quo Vadis?* teve as suas oficinas incendiadas no dia 7 de junho de 1903, supostamente por apoiadores de Silvério Nery. O senador Costa Azevedo, diretamente ligado ao ocorrido, pediu que o Senado pedisse esclarecimentos oficiais ao governador a respeito de um telegrama que o *Correio da Manhã* publicou, informando que até mesmo a polícia estaria ameaçando os redatores do jornal⁶¹. Segundo o orador, aquele crime só foi possível porque os partidários de Silvério Nery se sentiram amparados pelo governo federal.

Outro assunto que ganhou a atenção nacionalmente foi a tentativa de Augusto Montenegro de alterar a constituição no Pará para que pudesse estender o seu mandato de governador por sete anos, além de dar ao executivo o direito de decretar estádio de sítio⁶². Um texto no *Jornal Pequeno*, de Pernambuco, culpava Rosa e Silva e a política dos governadores por essa situação. "O conselheiro Rosa e Sila, quando se iniciou a política dos governadores, aliou-se ao dr. Montenegro contra o dr. Lauro Sodré, e à política dos governadores cabe em grande parte a responsabilidade dos escândalos administrativos que se vão registrando" (LÁ E

⁶¹ "Manaus, 8 - Após a passeata de Plácido de Castro, um grupo de capangas do governo incendiou a petróleo as oficinas do *Quo Vadis?* tudo reduzindo à cinzas, inclusive dois prédios vizinhos. Um auxiliar da redação daquele jornal ficou mortalmente ferido e os redatores estão ameaçados pela polícia - *Carlos Gonçalves*" (BRASIL, 1903c, p.1122).

⁶² Do *Jornal Pequeno*, de Pernambuco: "A reforma da constituição do Pará estende por sete anos o período governamental, permite a reeleição do governador em exercício, e, o que é mais escandaloso, dá ao poder executivo do estado o direito de decretar estado de sítio" (LÁ E CÁ, 1903, p.1).

CÁ, 1903, p.1). Partilhou da mesma opinião *O Estado de São Paulo*⁶³, que, porém, culpava Campos Sales.

E dizemos mais que, se nos indigna, não nos espanta o que está passando no longínquo Estado do Norte. Aquilo é consequência lógica, fatal, da célebre política dos governadores, que o dr. Campos Sales com tanta prosápia inaugurou, e à qual o governo do dr. Rodrigues Alves com tanta indolência se submete (NOTAS, 1903, p.1).

Até o final do ano de 1903 os noticiários e discursos parlamentares estiveram focados novamente na reforma do processo eleitoral. Francisco Bernardino⁶⁴, deputado por Minas Gerais, dissertou longamente na tribuna da casa sobre como percebia o processo eleitoral. Segundo o orador, a ata era feita depois da eleição e no intervalo dado entre uma e outra é que se dava a fraude⁶⁵. O registro do ato da eleição era feito em boletins da mesa apuradora, enquanto a ata era o documento oficial de encerramento do pleito⁶⁶. “Anuncia-se o resultado, e a ata depois, feita a sós, entre quatro paredes, consigna um resultado diferente” (BRASIL, 1903d, p.1837). Sua preocupação era, portanto, simplificar e oficializar os dados⁶⁷.

Mas o sistema político não se reformaria apenas com alterações procedimentais nas normas eleitorais. Mais uma vez o que era considerado como ponto principal para a reforma eleitoral era a criação de partidos. A sua formação continuaria sendo dificultada enquanto a inspiração dos atos político-partidários fosse o particularismo dos estados federados (BRASIL, 1903d, p.1838). Esse particularismo era fomentado, acima de tudo, pela política dos governadores e, para o parlamentar, não seria apenas a representação das minorias que melhoraria o cenário.

O SR. FRANCISCO BERNARDINO - Temos aqui centralistas, federalistas, revisionistas e não revisionistas, positivistas, católicos e acatólicos, os que

⁶³ "Mas, o dr. Augusto Montenegro é reconhecidamente um déspota no seu Estado, um intolerante, um perseguidor. Que se há de dizer, pois, da revisão da constituição paraense só para que ele possa exercer, por mais alguns anos, a sua intolerância, o seu despotismo, os seus instintos de perseguição?" (NOTAS, 1903, p.1).

⁶⁴ Francisco Bernardino Rodrigues da Silva nasceu em Minas Gerais e se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi presidente da província do Piauí em 1877 e deputado na assembleia geral em 1889. No período republicano foi intendente de Juiz de Fora (1891) e vice-presidente do Estado de Minas Gerais (1892-1894). Foi eleito novamente como deputado federal em 1903 (ABRANCHES, 1918b, p.156).

⁶⁵ "Segundo o processo vigente, a eleição se faz, e depois dela feita e acabada lavra-se a ata; no intervalo entre a eleição e a ata é que a fraude se combina e se processa.

O SR. PAULA RAMOS - Antes da eleição já está feita a ata; esta é a praxe.

O SR. FRANCISCO BERNARDINO - Isso é quando não há eleição" (BRASIL, 1903d, p.1837).

⁶⁶ "Segundo o regime atual, temos os boletins; mas o que se escreve nos boletins, pode não constar na ata, e pode haver, como tem havido muitas vezes, divergências entre os boletins e a ata. Mas eu determino que, feita a apuração, lavre-se o termo da apuração; desse termo, constante do livro, é que são tiradas cópias autênticas para os seus devidos destinos" (BRASIL, 1903d, p.1837).

⁶⁷ "Compreende-se que esta obrigação de fazer transcrever o dito termo no livro do tabelião e mandá-lo pelo Correio, sob registro, no mesmo dia, dá um tom significativo, de sinceridade e de boa fé, de verdade, às declarações, porque a simulação é sempre demorada, trabalhosa, exige tempo, o espaço às vezes de alguns dias, não se faz no momento e sim depois" (BRASIL, 1903d, p.1837).

querem restringir a ação dos Estados quanto a impostos, os que querem ampliá-la, livres-cambistas, protecionistas. Enfim, todas as variedades e matizes de opiniões estão representadas; e, no entanto, não há o que devia haver, como da primeira vista se pudera supor, a existência de um pensamento político uniforme, firme, vigoroso.

O SR. BERNARDO MONTEIRO - Mas todos estão de acordo em apoiar governos.

Este é o vasto programa.

O SR. FRANCISCO BERNARDINO - Senhores, se feita a eleição uniformemente, sob a mesma inspiração que, creio, é a da política dos governadores; se, não obstante, não tem sido possível acentuar uma orientação política em bases firmes, pergunto: não vai aumentar a desordem das ideias e aspirações esta entrada, esta irrupção forçada, por meios artificiais, de representantes de minorias insignificantes dos Estados para tomarem um terço, isto é, umas setenta destas cadeiras? Que virão representar os setenta opositoristas locais na esfera da política federal? A ação desordenada e desconexa de semelhante terço agrava a perturbação.

O SR. ANÍSIO DE ABREU - V. Ex. quer partidos fortes, organizados...

UM SR. DEPUTADO - Coisa que não temos (BRASIL, 1903d, p.1838).

Autoproclamado “republicano de 15 de novembro⁶⁸”, Francisco Bernardino terminou a sua fala fazendo uma ilação interessante. O orador ressaltou uma diferença (segundo ele oriunda do pensamento francês) em dividir a democracia em dois tipos: a do campo, mais estável e conservadora, e a da cidade, instável e agitada. Para si tinha que os governos devem se apoiar sobre a estabilidade e, por isso, citando o exemplo da situação da Capital Federal (com seu perfil urbano), cria ser melhor diminuir a participação democrática para o bem da democracia (BRASIL, 1903d, pp.1842-3).

Um editorial da *Pacotilha*, jornal do Maranhão, criticava a reforma como estava sendo realizada pelo governo de Rodrigues Alves.

Infelizmente, porém, não basta que se vote uma reforma qualquer, que esse parece ser o intuito do chefe da nação. O principal seria que a reforma cortasse fundo nos abusos que tem sido postos em prática, cerceando antes de mais nada a intervenção sem peia das autoridades locais no alistamento e processo eleitoral, pernicioso intervenção pela qual se estabeleceu a célebre política dos governadores e se sustentam as oligarquias estaduais, que em todos os Estados conseguiram eliminar da representação nacional as oposições aos modernos *balaios*, na incisiva frase do sr. Sylvio Romero (REFORMA, 1903, p.1).

Segundo o jornal, o projeto não era bom justamente porque "toda a reforma consiste na introdução do voto uninominal contra o voto de lista incompleta, estabelecido na vigente" (REFORMA, 1903, p.1). O ponto onde mais ocorriam as irregularidades seguiria

⁶⁸ "Senhores, sou republicano do dia 15 de novembro, e tão certo como aceitei nesse dia a República, não renego o passado, que foi o Império, ao qual servi, como serviu quase toda a geração do meu tempo" (BRASIL, 1903d, p.1841).

intacto. Para o jornal o maior problema das eleições no Brasil não era de método, mas sim, de caráter.

Já muitas vezes nos temos externado à respeito, acreditando que o defeito maior está na corrupção dos caracteres, na ausência completa da probidade política dos atuais dominadores, do que na lei vigente, que, se tem falhas e as tem seguramente, aplicada com escrupulo e boa fé, daria, com certeza, o resultado diverso deste que todos condenam e que aos olhos do mundo nos envergonha (REFORMA, 1903, p.1).

José do Patrocínio publicou mais um texto sobre a reforma n' *O País*. A edição de 4 de novembro de 1903 trouxe na capa o texto “*Chi... Chi... Chi...*” na posição do editorial. Habitualmente crítico do governo Campos Sales, seguiu na mesma toada no novo governo. O foco principal era a falta de representatividade de um legislativo escolhido no esquema da política dos governadores e que não garantia direito de representação para as minorias.

A Câmara dos Deputados, diz o art. 28, cap.II da Constituição, compõe-se de REPRESENTANTES DO POVO, eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante sufrágio direto, GARANTIDA A REPRESENTAÇÃO DA MINORIA.

O ajuntamento legislativo da rua da Misericórdia não tem nenhum dos caracteres da Constituição. Gaba-se, orgulha-se da sua unanimidade; não perde ocasião de pompeá-la triunfante (...)

Não são também representantes do povo, o próprio ajuntamento o declarou. Na verificação dos poderes legislativos, o que regula não é o voto das urnas dos Estados, mas a política dos governadores (PATROCÍNIO, 1903, p.1).

Assumindo para si próprio e aos revisionistas a pecha de anarquista⁶⁹, José do Patrocínio fez comparações entre esse grupo e os abolicionistas. Ao contrário daquele tempo, o jornalista traçou um paralelo de importância entre a liberdade dos cativos e a democracia para o quadro político daquele tempo. Da liberdade de ser pra a liberdade de votar.

Outrora os negreiros, como os atuais fâmulos das dinastias estaduais, perguntavam aos abolicionistas qual era o sistema financeiro e econômico que eles traziam para substituir o regime servil que mantinha a paz e segurança do império.

Nós lhes respondíamos simplesmente, secamente: a nossa organização econômica e financeira é a Liberdade (...) A resposta que temos a dar agora à cadaverosa interrogação sobre o sistema financeiro econômico que a revisão pretende dar à República para restituir ao povo a prosperidade e a segurança de que ele carece é esta: organizaremos a Democracia (PATROCÍNIO, 1903, p.1).

⁶⁹ Nós revisionistas somos os anarquistas. Os representantes da ordem, os pilares das instituições, são os Srs. deputados, que à semelhança das companhias de seguros que se negam a pagar grandes sinistros, apesar de terem recebido as contribuições correspondentes, comem enfeitadamente o subsídio e negam-se a dar à Nação a representação das minorias, que, pela Constituição, estão obrigados a garantir, nos termos do art.28 do testamento da defunta" (PATROCÍNIO, 1903, p.1).

A ausência de eleições no ano de 1904 fez rarear as menções ao termo política dos governadores, seja na imprensa, seja na tribuna do legislativo. Alguns periódicos, porém, fizeram versões interessantes do que entendiam ser esse método. O jornal *O Comércio de São Paulo*, de orientação monarquista, é um exemplo. Em primeiro lugar ao comentar que os políticos de São Paulo diziam (assim como fez o jornal rio-grandense *A Federação*) que essa política não existia no seu estado. "Ideia genial, novidade em sociologia, a política dos governadores, paulista de pai e mãe, paulista de simplicidade e de graça, fez carreira no Brasil todo, menos em S. Paulo!" (OS REIS, 1904, p.1). O maior foco da crítica estava na presença da Comissão Central do Partido Republicano Paulista como detentora do poder que, teoricamente, seria dos governadores nos outros estados⁷⁰. O editorial do periódico assim resumia:

Nasceu no cérebro do dr. Manuel de Campos Sales; é de uma simplicidade capaz de desafiar os manés de Cacasseno; solidificou as vinte oligarquias que sustentam a República; engordou os Maltas, os Lemos, os Nerys, os Acciolys, os Pedros-Velhos, etc.; partejou o apoio incondicional gerado em Minas; é, em suma o seguinte: os governadores dos Estados elegem os deputados do Congresso federal; os deputados apoiam o presidente da República; o presidente da República sustenta os governadores dos Estados; os governadores dos Estados re-elegem os deputados federais; os deputados federais re-apoiam o presidente da República; o presidente da República re-sustenta os governadores dos Estados, e assim por diante, e assim sem modificação, até o dia em que o povo tiver vergonha e arrancar do solo pátrio essa política-tiririca! (OS REIS, 1904, p.1).

Outro monarquista assumido a tratar do tema foi Afonso Celso. Em *Carta aberta a Leopoldo Bulhões*, publicado pelo jornal *O País* em 20 de agosto de 1904, o eminente membro da Academia Brasileira de Letras fez um histórico da ligação que tinham desde os tempos em que estudaram juntos em São Paulo. No momento em que chegou ao século XX acabou comentando o modo como via aquele momento político da república:

A corruptora política dos governadores, inventada para comodidade do Sr. Campos Sales, acabou com o resto de Brasil, sobrevivente à Constituição. Cada régulo estadual vive a comandar investidas constantes contra a União. Deputados e senadores, dependentes desses régulos para a reeleição, só cuidam de tirar tudo quanto podem do Centro, para servir às oligarquias locais (CELSO, 1904, p.2).

Os termos utilizados são similares aos que a propaganda republicana usava na monarquia: se naquela época a acusação era de que o governo unitário retirava o dinheiro dos estados federados, agora a equação se invertia. A monarquia decaída do poder central ressurgia

⁷⁰ "A política dos governadores, em S. Paulo, foi batida pela Comissão Central. E não só a política dos governadores, mas também tudo o que respira, tudo o que em S. Paulo se move, existe, respira e anda por ordem da Comissão Central" (OS REIS, 1904, p.1).

em cada um dos vinte estados. Os arroubos da crítica dos monarquistas ainda tiveram um reforço: Cândido de Oliveira⁷¹, que escreveu um artigo intitulado *Inútil Reforma!* publicado pelo *Comércio de São Paulo*. Segundo o autor, a reforma feita pelos republicanos para suplantar a Lei Saraiva era resultado do medo de verem candidatos monarquistas sendo eleitos para as instituições republicanas⁷². A substituição da lei da monarquia acabou redundando na situação atual. "A política dos governadores procriou o incondicionalismo, pântano ignóbil, onde só impera o desejo de agradar aos dispensadores dos diplomas e das renovações de mandato" (OLIVEIRA, 1904, p.1). O grande problema seria a ampliação dos alistados eleitorais. "Ora, o projeto patrocinado pelo aristocrático chefe pernambucano garante às massas inconscientes dos que mal assinam o seu nome o direito de concorrer para a nomeação dos altos funcionários da República" (OLIVEIRA, 1904, p.1).

É que a República brasileira representa uma pirâmide invertida. O primeiro dever dos destruidores do Tesouro seria dar à democracia, de que se diziam servidores, regras de conduta política, preparando-a para discernir e respeitar o direito, inculcando-lhe o horror da força, sob todos os seus aspectos; preparando-a para o culto da verdade e justiça (OLIVEIRA, 1904, p.1).

As críticas ao projeto também foram feitas na tribuna da Câmara. Maurício de Abreu⁷³, eleito deputado pelo Rio de Janeiro, falou na sessão de 28 de outubro de 1904. "Todos conhecem as causas do mal; mas uma lei não pode senão muito restrita e lentamente melhorar os nossos costumes políticos, e menos ainda suscitar partidos" (BRASIL, 1904, p.2817). Para o orador, a única diferença entre os republicanos capaz de ordenar ideologicamente um partido independente de outro seria o apoio à revisão da constituição. Porém, nem isso resultaria concretamente em partidos naquele momento.

Os partidos que possam suscitar o revisionismo requerem tempo para a sua organização e disciplina; entretanto o problema que está em questão é a formação de partidos, revisionistas ou não, e fornecemos um dos elementos para pô-lo em equação, tanto mais necessário antes que se avolume o número daqueles que já desesperam de achar remédio legal dentro da nossa Constituição, para solver as nossas crises políticas, econômicas ou financeiras,

⁷¹ Cândido Luís Maria de Oliveira foi um destacado político da monarquia. Formado em direito na Faculdade de São Paulo foi filiado ao Partido Liberal, além de deputado provincial e geral por Minas Gerais, seu estado natal. Foi Ministro da Justiça no Gabinete Ouro Preto. Depois de proclamada a República foi um crítico feroz do regime na imprensa. Faleceu em 1919. (CÂNDIDO...)

⁷² "Desconfiados da própria obra, ou temendo que, das urnas livremente consultadas, surgisse a condenação do crime de 15 de novembro, os membros do governo provisório se apressaram em substituir o sistema da lei Saraiva pelo monstruoso processo, a que ligou indissolavelmente o seu nome o segundo ministro do interior" (OLIVEIRA, 1904, p.1).

⁷³ Joaquim Maurício de Abreu nasceu no Rio de Janeiro e se formou em medicina no Rio de Janeiro. Foi um dos signatários do manifesto de 1870, junto com Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Silva Jardim e outros. Foi deputado federal apenas entre 1903 e 1905, não tendo o mandato renovado (ABRANCHES, 1918b, pp.146-147).

e antes que a política dos governadores entre na segunda fase, de que há prenúncios muito eloquentes.

Todos eles estão equilibrando os seus orçamentos e fazendo reservas, dando mostras de que a formação do partido dos governadores foi mais uma imposição.

Os partidos, depois de enveredarem por esse caminho, a coligação de cinco ou seis Estados, definitivamente elegerão o Presidente da República (BRASIL, 1904, p.2817).

Durante o ano de 1904 também houve alguma especulação quanto ao interesse de Campos Sales em ocupar novamente a presidência depois da saída de Rodrigues Alves. O *Jornal Pequeno*, de Pernambuco, afirmava que havia dez estados inclinados a aceitarem essa candidatura⁷⁴. O *Diário de Pernambuco* também repercutiu essa notícia com um editorial:

Lembrar o sr. Campos Sales para novamente guiar o destino do povo brasileiro, que o correu daqui como a um condenado e como um traidor, é injuriar o brio, é cuspir sobre a verdade, é dizer que o patriotismo dos membros desta nação está mais baixo que as próprias misérias com que o ex-presidente salpicou as nossas tradições e os nossos louros.

Estamos bem certos, porém, de que muitos dos políticos que aplaudem a candidatura lembrada, pondo a mão na consciência e recordando-se de que não devem legar aos filhos uma pátria prostituída e abastardada, serão os primeiros a repelir semelhante nome e empregarão os maiores esforços para livrar o Brasil da catástrofe que o ameaça (A CANDIDATURA, 1904, p.2).

Foi durante a ventilação dessa vontade que Campos Sales passou a escrever o seu livro sobre o período: *Da Propaganda à Presidência*. No próximo capítulo discutirei o caminho adotado pelo ex-presidente para significar o período de 1899 até 1902.

Dentro do marco cronológico proposto para este capítulo, é possível afirmar que, a partir do pronunciamento de Campos Sales, houve uma defesa organizada do programa de governo do presidente tanto na Câmara quanto na imprensa. O deputado Baiano José Joaquim Seabra foi o único parlamentar engajado nesta defesa. Isso não se repetiu no Senado. Nos meios impressos também encontramos apenas Alcindo Guanabara na defesa de Campos Sales, e isso em publicações. Nenhum jornal defendeu o governo usando os termos sugeridos por Campos Sales para combater o discurso da *política dos governadores*.

Partindo de uma análise dessa defesa, é possível afirmar que não houve neste primeiro momento um encadeamento de demandas que pudesse ser considerado um discurso, ou seja, em que essas demandas fossem tomadas de maneira equivalencial. As respostas atacaram as demandas de maneira isolada em respostas diretas. Mesmo o texto de Alcindo Guanabara não

⁷⁴ "A candidatura do dr. Campos Sales ao próximo período presidencial toma vulto. Já há cerca de dez estados que apoiam essa candidatura. A Bahia só não sustentará a candidatura do dr. Campos Sales se também for candidato o dr. Severino Vieira. Se o dr. Campos Sales for o sucessor do conselheiro Rodrigues Alves, continuará o programa que manteve no período passado: a política dos governadores" (TELEGRAMAS, 1904, p.1).

significa todo o quadriênio Campos Sales em torno de uma oposição com a *política dos governadores*. Há uma preocupação em definir os inimigos do governo e atribuir a eles a pecha de revanchistas individualistas.

Porém, o discurso de oposição, mais organizado, recebeu essas críticas do governo de maneira completamente equivalencial. A cada novo elemento ou argumento utilizado por Campos Sales, Seabra ou Guanabara, se criava uma nova articulação com a *política dos governadores*. Assim, quando o governo mudou, é bastante claro que há mudanças na compreensão que a Imprensa e os parlamentares tem do que está acontecendo no governo Rodrigues Alves. Porém, a culpa dos problemas segue a mesma: a *política dos governadores*. É notável nesse ponto que o termo significa a política como estava sendo feita naquele momento, e não apenas uma atitude de Campos Sales. Glicério, Pinheiro Machado e Rosa e Silva, que antes era oposição, operava os mesmos mecanismos. A representação das minorias não alterava o fato das situações locais terem os seus desejos atendidos. Nem mesmo a derrota da situação do Amazonas deixou de ser significada como confirmação da regra.

Porém, essa situação mudaria no final do período. É possível sugerir que havia outra maneira de articular o discurso da situação em uma cadeia equivalencial. Uma análise mais detalhada nos textos de Campos Sales traz uma indicação bastante sólida neste sentido.

4 DA PROPAGANDA À PRESIDÊNCIA: O DISCURSO DE CAMPOS SALES

José Joaquim Seabra e Alcindo Guanabara fizeram a defesa das ações de Campos Sales tanto na tribuna quanto de maneira impressa ainda em 1902. Em 1908, no entanto, o próprio Campos Sales publicou um livro sobre o seu período de governo. Segundo o autor, a defasagem entre o período da ação para o da publicação era necessária para que pudesse escrever “sem paixões nem ressentimentos e num ambiente em que me parecia possível ajuizar das coisas e dos homens e até julgar-me a mim próprio com sinceridade” (CAMPOS SALES, 1908, p.v). Porém, além desse, o ex-presidente teve uma série de obras publicadas ao longo da carreira política. Há certa linearidade nessa narrativa. Este capítulo explora essa linearidade e suas relações com a construção do discurso da *Política dos Estados* de Campos Sales.

Para cumprir esse objetivo serão usadas três obras principais. A primeira delas data de 1894, quando mandou imprimir suas *Cartas da Europa*. Neste livro Campos Sales compilou correspondências com amigos sobre questões da política brasileira e comparativos com os comportamentos políticos de europeus. Essa obra foi escrita em um momento conturbado da história da República, no meio de duas questões belicosas: as revoltas Federalistas no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada¹.

Não vá alguém supor que eu atribuo algum valor literário a estas cartas, escritas debaixo da impressão que produziu em meu espírito a observação dos costumes e instituições dos países por onde passei em rápida viagem. Escrevi-as com a despreocupação de quem se dirige a amigos, na mais perfeita intimidade de sentimentos, sem contar, sequer, com essa benévola indiscrição que levou-as para as colunas do *Correio Paulistano*. Se agora as coleciono, é simplesmente no desejo de organizar um registro de lembranças.

Não foi, como muitos supuseram, uma simples viagem de recreio a que empreendi; não foi, tampouco, pelo temor de passar no meu país o 93 brasileiro, que realizei, em fins de 92, como insinuaram, nas vésperas da partida, alguns órgãos da imprensa que me é adversa em política e que sempre fez-me a honra de apurar com implacável rigor as minhas responsabilidades (CAMPOS SALES, 1894, pp. 5-6).

Um segundo livro foi publicado no final do seu mandato como presidente, ainda em 1902. Reuniu falas públicas de vários momentos políticos distintos em dois volumes de *Discursos (Na Propaganda e Na República)*. A principal preocupação era uma justificativa das

¹ Essa situação foi diversas vezes comentada nas cartas. Aparentemente as críticas a sua ausência nesse momento importante da consolidação republicana incomodaram bastante o autor. “a coleção desses discursos em livro não tem outro intuito que não seja o de autoar algumas peças do processo que será, talvez, instaurado para o julgamento de uma vida política, bastante longa e ativa, cheia de grandes responsabilidades” (CAMPOS SALES, 1902a, p. V).

suas atitudes na presidência como fruto de um discurso coerente: sua prática governamental era resultado da manutenção do seu ponto de vista, inalterado desde o começo da sua vida política. Como visto nos dois capítulos anteriores, esse foi um ponto bastante presente nas críticas da oposição ao seu governo e foi significado como *egoísmo*.

Quem ler esses discursos terá a oportunidade de verificar os princípios expostos em longo combate contra a monarquia são precisamente os mesmos que entram em aplicação na fase em que o advento da República começou a exigir dos propagandistas vitoriosos uma ação reconstrutora.

Dois pontos da doutrina ocupam essencialmente o espírito do propagandista - a federação e o presidencialismo. Toda a ação desdobra-se ao influxo destes princípios, que depois reaparecem na elaboração das leis orgânicas da República. (CAMPOS SALES, 1902a, p. VII).

Finalmente, a base maior desse capítulo, *Da Propaganda à Presidência*. Campos Sales afirmou que a publicação dessa obra foi uma tentativa de resposta aos seus críticos de coisas que, na época em que se desenrolaram os fatos, não era possível. Segundo o autor, havia uma desvantagem do mandatário do país, que não “pode descer à arena e, muitas vezes, é a própria conveniência pública que lhe veda autorizar esclarecimentos, definir as suas vistas ou descobrir *corum populo* as suas intenções” (CAMPOS SALES, 1908, p.iv).

Não se infira, porém, que aqui o móvel tenha sido a preocupação da defesa, que aliás nunca tive por necessária (...) O que tive em vista foi, antes de tudo, levar ao país a revelação, em larga parte documentada, dos sentimentos que me inspiraram e da orientação a que obedeci em pontos de política e atos de administração, que não chegam a ser devidamente compreendidos na época em que se desdobrava a ação governativa (CAMPOS SALES, 1908, pp.iii-iv).

A presença deste tipo de justificativa nas três obras parece buscar um tipo de coerência. Pelos momentos em que foram publicadas e orientadas claramente por críticas de opositoristas, tratam-se de defesas do político contra uma situação adversa. Este capítulo está estruturado sobre a sucessão de eventos descrita pelo autor em *Da Propaganda à Presidência* como pano de fundo para cotejar as outras obras aqui apresentadas. Isso se dá por ser este livro um último esforço de organização e, portanto, o que abarca um espectro temporal maior. A comparação entre discursos de momentos distintos servirá para estabelecer as regularidades na dispersão, ou seja, no seu posicionamento como republicano em diversos períodos². Os objetivos com esse capítulo são: a) estabelecer a percepção do autor a respeito do discurso republicano antes da proclamação; b) procurar a cadeia de significados que o autor busca alinhar ao seu discurso da *Política dos Estados*; c) estabelecer como esse discurso se relaciona com a

² Como os Anais do Congresso e obras póstumas organizadas por estudiosos do período.

heterogeneidade de pensamento dos primeiros anos da República, dada a emergência de grupos regionais republicanos com diferentes visões do novo regime.

4.1 O processo de chegada à Presidência

O período monarquista foi pródigo na reificação dos seus simbolismos. Seja na exposição pública do corpo de Tiradentes, seja na presença de Pedro II em todas as atividades ditas científicas e culturais do reino. O final do século XIX, porém, trouxe uma demanda política por mudanças. Nesse contexto, o movimento abolicionista e o republicano começaram a ganhar espaço e apoio entre diversos setores da população do país. Na visão de Campos Sales (1908), o último gabinete da Monarquia estava fora de sincronia com os fatos por estar mais preocupado com a sucessão para o terceiro reinado, da Princesa Isabel. Os dois principais pontos que deveriam ser retirados do debate político para manter a monarquia eram as correntes militares e os republicanos (p.35)³. Seria a execução desse projeto que aliou os dois grupos contra o regime, dirimindo a questão militar (CAMPOS SALES, 1908, p.40).

Raimundo Faoro explica a crescente insatisfação dos militares como um afastamento do status de membros da nobreza no início do Império (como membros da Guarda Nacional) para um crescente sentimento de “paisanismo” por parte da Monarquia, criando uma distância entre os homens de farda e os civis, ou *casacas*. “Cuidava-se neutralizar a glória militar, retirando-a de seus personagens legítimos, quer para sufoca-la, quer transferindo-a ao povo e à Marinha, esta mais integrada no estamento político” (2001, p.540). Essa postura teria aberto um espaço para a disseminação de movimentos de protesto, ou seja, propostas de solução para esta demanda de mudança – como, por exemplo, o abolicionismo e republicanismo – dentro dos quartéis do exército. Isso encaixa perfeitamente com a leitura feita por Campos Sales ao rememorar o início da República.

Se, por um lado, a desatenção da Coroa com a situação deu força a esses movimentos, por outro, depois da proclamação da República brasileira⁴, não havia mais um referencial antagônico claro. Não existia mais um grupo contra quem se constituir. O ser “republicano” não poderia mais simplesmente ser um “anti-monarquista”, já que o próprio monarca já estava

³ O fato de um contemporâneo dos acontecimentos afirmar isso abre um flanco, creio, para a questão de gênero como sendo importante também na mudança de regime. Nenhuma rainha havia comandado Portugal (exceto D. Maria II, por dois períodos curtos no início do XIX). Se elas nem mesmo votavam, tolerariam os políticos que fosse a responsável pelo poder moderador?

⁴ “Uma revolução incruenta, sem ódios, sem os bárbaros instintos da vingança, mas ao influxo das mais generosas aspirações e gerada no puro sentimento do amor da liberdade e da pátria destruiu a única monarquia americana e proscreveu para sempre os direitos dinásticos, fechando a história do segundo reinado” (CAMPOS SALES, 1908, pp.48-49).

deposto e vivendo na Europa. Porém, outros grupos – inclusive reivindicando alguns símbolos monarquistas para seu discurso – conseguiram facilmente colocar a nascente estrutura de poder em xeque.

Ao mesmo tempo, se observava uma nova afluência de políticos sem experiência se deslocando para os espaços de poder⁵. É possível supor que passou a existir uma nova distribuição de forças e a necessidade de se criar um novo pacto político em torno dos aspectos mínimos do jogo sob o novo regime. Os Partidos Republicanos eram organizados de maneira local, com pouca projeção nacional, como já fartamente estudado pela historiografia do período. Diversos deles se referiam aos parlamentares conterrâneos dentro da Câmara representativa proporcional como bancada de um estado, mesmo que, teoricamente, a composição federativa – igualitária, com três membros por estado – fosse feita no Senado. E se colocavam em alteridade em função desses parâmetros em relação aos demais poderes. Ao mesmo tempo, adesistas de carreira, com suas práticas instituídas desde a monarquia, enfrentavam, também, as dificuldades de conviver nesse novo cenário.

A história da proclamação colocava os militares em posição de grande relevância⁶. “[...] ia ganhando progressivo desenvolvimento no seio da Constituinte a cabala contra Deodoro. O elemento militar na Constituinte, fracionava-se, assumindo alguns oficiais atitude de franca hostilidade” (CAMPOS SALES, 1908, p.62). Campos Sales dá a sua interpretação sobre a política desse período e o papel opositor que a vertente paulista dizia seguir:

Os paulistas não faziam política de acesso ao governo, mas de princípios; que as nossas ideias, quanto a organização da República, tinham sido manifestadas quando se discutia e votava a constituição; que jamais seríamos um embaraço ao governo, desde que este, por sua vez, não tentasse impedir a consagração dos nossos princípios na Constituição; que, finalmente, éramos unionistas, mas não duvidaríamos ir até à separação, se houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária (CAMPOS SALES, 1908, p.61).

Campos Sales estava, naquele momento, manifestando a posição política da bancada dos representantes do Estado de São Paulo em apoio ao governo Deodoro. Esta posição foi, segundo o autor, negociada por ele e acabou rendendo a Campos Sales o ministério da Justiça, ainda no governo provisório. Com aquelas palavras ele narrou a conversa que teve com correligionários de Deodoro, que pediam para que os paulistas apoiassem uma chapa

⁵ "Governo revolucionário, recebendo, por assim dizer, na praça pública a sua investidura, e composto de homens novos para a administração, alguns deles, como eu, entrando pela primeira vez em uma secretaria de Estado no próprio dia da posse de seu cargo" (CAMPOS SALES, 1908, p.51).

⁶ Ver CARVALHO, Jose Murilo de. A formação das Almas: O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

encabeçada pelo Marechal na primeira eleição republicana. Este trato foi ratificado entre os Paulistas em reunião.

Vi que era urgente agir para impedir que uma ação desordenada pudesse acarretar, em uma solução imprevista, complicações comprometedoras da paz pública e das próprias instituições. Convoquei uma reunião dos meus companheiros da representação de São Paulo para o dia 26, a fim de tomarmos francamente, na questão presidencial, uma atitude consoante ao nosso ponto de vista político. Reputava-se grande alcance à opinião dos representantes paulistas, que pesava muito na balança política da época. Aí ficou assentado que sustentaríamos a candidatura de Deodoro para presidente da República. A notícia desta deliberação pela imprensa, no dia seguinte, produziu, em geral, excelente impressão e ainda maior tranquilidade de ânimo.

A esta reunião não compareceu o Dr. Prudente de Moraes, que se havia ausentado para Piracicaba (CAMPOS SALES, 1908, pp.62-63).

Os movimentos oposicionistas, no entanto, já tinham se organizado. Demétrio Ribeiro, o general José Simeão e o contra-almirante Custódio de Melo eram os principais nomes. Articulavam para a criação de uma chapa concorrente ao nome de Deodoro da Fonseca, com Prudente de Moraes como presidente e Floriano Peixoto vice (CAMPOS SALES, 1908, p.65). Segundo Campos Sales, havia mais que apenas um sentimento de inconformidade com a proeminência dos militares do Exército na composição da chapa.

O Dr. Demétrio Ribeiro, esforçado e talentoso propagandista da República, há muito que se achava em divergência com os seus velhos companheiros do Rio Grande do Sul. Para ele a eleição de Deodoro significaria a consolidação da predominância política de Júlio de Castilhos, no seu Estado, do mesmo modo que para este o advento do governo de Floriano Peixoto seria a elevação, na política estadual, da influência do seu antigo companheiro da propaganda. [...] O general Simeão, tão cheio de serviços à pátria, não teve a fortuna de estrear-se na vida política com brilho igual ao da sua carreira de bravo militar. Nomeado pelo Governo Provisório governador do Estado de Pernambuco, ao proclamar-se a República, um incidente local criou-lhe tais dificuldades, que o seu velho camarada, o marechal Deodoro, julgou conveniente convidá-lo a deixar aquela comissão de natureza puramente política. Este incidente produziu-lhe ressentimentos [...].

Custódio de Melo, que, para a glória do seu nome, bastaria o inolvidável feito de 23 de novembro, fora sempre declarado antagonista de Deodoro da Fonseca. O seu temperamento colocara-o sempre, invariavelmente, na corrente das resistências (CAMPOS SALES, 1908, pp.63-64)

Campos Sales revelou que Prudente, manifestamente, não queria os militares no governo e apoiava uma candidatura civil. Sobre ser lançado candidato, dizia: “Eu já declarei ao general Simeão que não sou candidato; mas que, se apresentarem uma candidatura civil (sublinhando as palavras), rompo com a bancada paulista para dar meu voto a esse candidato” (CAMPOS SALES, 1908, p.69). Mesmo assim, Campos Sales insistiu em demovê-lo de seu

intuito para não criar uma tensão no exército e gerar uma guerra. Para ele, era mais importante a manutenção da República.

Houve, afinal, um momento que ele cedeu.

- Está bem. Podem fazer declarar pela imprensa, em meu nome, que não sou candidato e nem autorizo que levantem a minha candidatura. Mas, passem pela casa do general Simeão e deem-lhe conhecimento desta minha resolução. Devo-lhe estas atenções.

Julgávamos, enfim, vencidas todas as dificuldades e eu e Bernardino apressávamos as nossas despedidas para irmos, sem perda de tempo, aos jornais, quando ouvimos esta exclamação de Prudente:

- Quem sou eu para bater-me com o Generalíssimo? (CAMPOS SALES, 1908, p.69).

Esta última frase teria inquietado Campos Sales e, no fim, acabou demonstrando que Prudente não desistiria. Em face ao apoio dos correligionários paulistas a ideia da candidatura civil, se dirigiu a Deodoro, informando que mudava de opinião para manter o grupo coeso. Descreveu no livro: “Ao Sr. Eduardo Gonçalves, membro da mesa da Constituinte, dizia eu na tarde de 24: ‘Amanhã vamos praticar o nosso maior erro político. Eu vou atrasado’. Tal era minha convicção inabalável acerca da oposição que se movia à candidatura de Deodoro” (CAMPOS SALES, 1908, p.71). Deodoro acabou vitorioso, com Floriano Peixoto eleito vice-presidente.

Ao descrever todo esse episódio, Campos Sales chamava o grupo que se formou em torno da candidatura de Prudente de *cabalistas*. Segundo Campos Sales esta foi a primeira oposição visível dentro da própria República. Se baseava no fato de Deodoro da Fonseca não ser um propagandista e ter no Barão de Lucena⁷, um adesista, o seu homem de confiança. Essa situação de forte presença de políticos da monarquia em substituição a um republicano histórico gerou rugas e as falhas da República passaram a ser creditadas, em verdade, ao regime decaído. Assim a série de intervenções da União nos Estados (reacionários, para Campos Sales) "era a política de desforras e represálias, ominoso legado da monarquia, estendendo-se até a República, graças ao que ainda restava do regime decaído, no organismo da nação" (CAMPOS SALES, 1908, p. 77).

É possível observar aqui que o texto de Campos Sales procura ilustrar uma oposição pessoal, de ideias, com Prudente de Moraes. Em alguns momentos da narrativa é clara a intenção

⁷ Henrique Pereira de Lucena foi ministro interino da Justiça no Governo Provisório (cedeu seu cargo a Campos Sales). Vinha com carreira jurídica sólida, chegando a Desembargador Honorário em Pernambuco, durante a monarquia. Também foi no período presidente da província do Rio Grande do Norte por um curto período e de Pernambuco de 1872 até 1877. Nesse ano assumiu a presidência da província da Bahia. Em 1883 foi nomeado para a presidência da província do Rio Grande do Sul, onde conheceu o Marechal Deodoro, que era comandante do exército na província. Membro do partido Liberal, foi presidente da Câmara de 1888-89, quando recebeu o título de Barão. (ABRANCHES, 1918a, pp. 45-49).

de demonstrar que o último era uma pessoa de moral duvidosa: dá a sua palavra e depois volta atrás, toma decisões sem consultar os seus iguais, enfim, alguém que empurrou o Brasil ao estado em que se encontrava em 1898: com a economia desajustada e dividido entre dois grandes grupos políticos.

Seguindo a narrativa de Campos Sales a primeira grande crise da República veio juntamente com primeiro governo eleito. Deodoro agia em constante conflito com a Câmara. Para Campos Sales, a maneira mais simples de resolver esse problema era fortalecer as instituições, ainda em fase de consolidação. O confronto direto entre poderes não era recomendado pelo futuro presidente:

Não é mister abrir lutas com os secretários do Presidente da República e nem isso seria possível, em um regime em que a autoridade é unipessoal, concentrando-se, portanto, toda a responsabilidade na pessoa do depositário único do poder (*Apoiados e apartes*).

O Congresso deve agir dentro da sua esfera de ação fazendo a lei: é aí que está toda a eficácia da sua força frente aos outros poderes; fazendo a lei, obrigaremos o Executivo a colocar-se dentro dos limites dos seus domínios e seremos, assim, fundando as boas praxes, que consolidarão os créditos e a superioridade das instituições que temos adotado. (*Apoiados*). (CAMPOS SALES, 1908, pp.80-81).

Assim, buscando dirimir a crise, Campos Sales teria se reunido novamente com o Barão de Lucena. O ponto central em discussão era tentar criar um grupo menos hostil ao executivo dentro do legislativo. O ministro de Deodoro sugeriu trocar o apoio dos paulistas na Câmara por um gabinete inteiro de republicanos históricos. Assim, voltou a se reunir com eminentes republicanos e apresentou a proposta⁸. Apresentou seu plano aos correligionários do núcleo paulista e a descrição de como votaram nessa reunião é interessante para mostrar a homogeneidade de pensamento no grupo:

Campos Sales declarou-se resolutamente pelo acordo nas bases propostas, com a entrada dos Srs. Ubaldino do Amaral e Bernardino de Campos para o ministério, aceito o compromisso de serem as vagas, que posteriormente se abrissem, preenchidas por indicação nossa, e estabelecendo o pacto de uma política genuinamente republicana, quer nos Estados, quer nas relações com o que, na situação atual, afastados os republicanos das posições oficiais e entregue a direção do país a espíritos não preparados para a verdadeira compreensão e aplicação das novas instituições, se tornara de urgente necessidade promover a representação do elemento republicano no governo, para que aí se fizesse sentir a sua influência vigilante, em bem da República, dada a eventualidade de uma crise, aliás prevista, e que podia sobrevir a qualquer momento. Foi daí que partimos para o alvitre a que chegamos, de

⁸ Eram eles: Alfredo Ellis, Quintino Bocaiúva, Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Francisco Glicério, Prudente de Moraes, Ubaldino do Amaral e Leopoldo Bulhões. Ubaldino e Bernardino seriam os primeiros a ingressar no ministério e as futuras indicações ficariam a cargo do grupo. A transcrição do voto de cada um feita por Campos Sales se encontra inteira no Anexo I desta publicação. (CAMPOS SALES, 1908, pp.86-90).

procurar tomar posição no governo. Se, porém, o ponto de vista foi errado, se a situação é normal, se ela não oferece perigos, então deixa de ser lícito tudo quanto estamos fazendo: não podemos continuar a negociar um pacto com o governo. Ao contrário, se o nosso ponto de vista foi tomado com precisão, se é certo que os acontecimentos nos colocaram no momento supremo dos grandes sacrifícios, parece que ficaríamos aquém das exigências da situação, se acaso persistíssemos em uma questão de número, quando se nos afigura estar em jogo a própria sorte da República. A sua opinião é pela aceitação do acordo (CAMPOS SALES, 1908, pp.87-88)

Prudente, porém, manteve a sua posição contrária a esse apoio.

- O Sr. *Prudente de Moraes* considera inaceitável qualquer acordo; por isso rejeita. A questão para ele é de confiança e entende que não se pode confiar na sinceridade do Barão de Lucena, a quem caberá sempre exercer influência preponderante e maléfica no governo. Pensa, ao demais, que os amigos designados para tomar parte no governo seriam ingloriosamente sacrificados e forçados a retirar-se logo (CAMPOS SALES, 1908, p.89).

De todos os presentes na reunião, apenas Prudente e Francisco Glicério não apoiaram integralmente o acordo costurado por Campos Sales. Glicério queria barganhar um pouco mais. Quintino Bocaiúva, porém, preferiu não considerar Prudente um voto vencido:

Sendo dissidente o voto de um chefe de alta autoridade, julgava mais acertado ter o acordo por não aceito, visto que os espíritos mais exaltados da Câmara procurariam provavelmente amparar-se no prestígio desse voto para recusar a sua obediência à nossa deliberação. Parecia-lhe que nós iríamos achar em frente de novas dificuldades quanto à execução do acordo, procedendo estas do desencontro de opiniões entre os nossos próprios correligionários (CAMPOS SALES, 1908, p.90).

Essa decisão foi o que desencadeou, para Campos Sales, a instabilidade do regime nascente. “Para se compreender bem a influência nefasta que esta resolução veio a exercer sobre os destinos do país, bastará consignar que é aqui que se encontra o germe do golpe de Estado, que, quarenta e oito horas depois, dissolvia o Congresso” (CAMPOS SALES, 1908, p.90). Nota-se aqui que Campos Sales coloca a base da oposição que encontrou quando assumiu a presidência em uma relação temporal maior. Francisco Glicério e Prudente de Moraes eram os únicos que queriam um rompimento do Partido Republicano com Deodoro. Assim o autor atribui mais um atributo a oposição que encontrará à partir de 1901: além de ser uma situação pessoal, ela era minoritária entre as lideranças partidárias. Porém, era considerada importante pela envergadura política alcançada por Prudente de Moraes durante a propaganda.

O resultado, para Campos Sales, seria uma crise institucional que levou aos golpes e contragolpes. Primeiro Deodoro dissolveu a câmara. Depois, sob a tutela do Exército, Floriano Peixoto restituiu a o legislativo e assumiu o comando do Estado. O grupo insatisfeito com Deodoro seguia em oposição a Floriano, exigindo novas eleições. Mais uma vez, aqui, o autor

dá indícios que esta oposição aos marechais significava o seu discurso em torno da exigência por um governo civil. Teria ouvido, na época, diretamente do almirante Wandenkolk⁹:

“Mande o Marechal proceder à eleição e eu garanto que, de nossa parte, estará tudo acabado. Iremos às urnas sufragar o candidato que indicarem, quem quer que seja, contanto que seja um civil. Nada de militar. Nem sequer interviremos na escolha do candidato. Mas, fora disso, francamente, continuaremos a agir. O que não aceitamos é o poder ilegal” (CAMPOS SALES, 1908, p.109).

A proximidade com as partes revoltosas teria colocado o nome do então senador Campos Sales entre os conspiradores (CAMPOS SALES, 1908, p. 112). Para ele, a situação de efervescência local, principalmente através da situação do Rio Grande do Sul, seria um combustível para o mesmo movimento no nível federal. No livro *Da Propaganda à Presidência* Campos Sales chega mesmo a evocar uma fala de Aristides Lobo¹⁰ sobre os ocorridos naquele estado, na época em que os fatos se descortinavam: “a nossa situação é esta: é preciso reconhecermos que se a revolução for vitoriosa, por qualquer motivo, trará a repercussão dessa vitória sobre todo o país” (CAMPOS SALES, 1908, p.122).

E realizou-se a previsão do ardoroso republicano. No dia 6 de setembro, a esquadra declarou-se em revolta, sob o comando do contra-almirante Custódio de Melo, na baía do Rio de Janeiro. A revolução do Rio Grande do Sul, que continuava, a despeito dos elementos que lhe eram opostos, foi sem dúvida poderoso incentivo para o movimento que estalou junto à sede do governo da República. Eram assim as duas forças que teriam de operar por uma ação combinada contra os poderes constituídos da nação (CAMPOS SALES, 1908, pp.122-123).

É importante frisar este ponto. A demanda por mudança que derrubou a monarquia foi bastante eficiente. Para constituir-se republicano e significar essa mudança era necessário ser anti-monarquista. Os primeiros movimentos do republicanismo demonstram que, a despeito da visão de Campos Sales, ainda havia força suficiente na demanda política para impulsionar um movimento de purga aos antigos colaboradores do regime decaído. A posição de Prudente de Moraes denota uma preponderância no setor que pregava uma mudança radical. A narrativa de Campos Sales também demonstra que a disputa pelas posições de poder estava aberta também

⁹ O vice-almirante Eduardo Wandenkolk foi ministro da marinha no governo provisório. Comandou o navio *Tramandaí* na operação de Uruguaiana e o encouraçado *Lima Barros* em Humaitá, na Guerra do Paraguai. Foi parte do grupo militar que derrubou a monarquia. Naquele momento era um dos signatários do *Manifesto dos 13 gerais* (ABRANCHES, 1918, pp.35-37).

¹⁰ Aristides da Silveira Lobo nasceu em Alagoas no ano de 1938, sendo por formação bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. De origem foi deputado pelo Partido Liberal por diversos mandatos desde 1864. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, se tornando redator do diário *A República*, sendo também colaborador de *A Província de São Paulo*. Proclamada a República foi ministro do Interior no governo provisório pelos primeiros dois meses. Foi deputado constituinte e, depois, Senador pela Capital Federal, em 1892. Faleceu em 1896 (ABRANCHES, 1918a, pp. 17-18).

no nível regional, seja através do advento de novas lideranças, seja do rearranjo de antigos nomes em torno de novos rótulos.

Segundo Campos Sales a força foi a opção utilizada preferencialmente por Floriano para atuar sobre esses conflitos e manter a república funcionando. Essa maneira de governar gerou alguns grupos de entusiastas¹¹. Mas não poderia ser considerada para sempre a legitimidade da República. O primeiro governo civil caberia a Prudente de Moraes. Campos Sales considera esse um período de anarquia, ocorrido por um processo de *divórcio* entre o Executivo e o Legislativo, em oposição a uma *separação*, preceito constitucional. "Dessa falsa compreensão resultou a inaudita esterilidade administrativa, que no fim do quadriênio havia abismado o país na moratória" (CAMPOS SALES, 1908, p.128). E salientava que Francisco Glicério, seu conterrâneo e líder do recém-fundado Partido Republicano Federal, tinha uma ascendência muito poderosa sobre o presidente (CAMPOS SALES, 1908, p.129).

"O partido republicano Federal recebera das mãos dos seus organizadores uma bandeira tão ampla que podia abrigar à sua sombra os representantes de todas as ideias, mesmo as mais contrapostas" (CAMPOS SALES, 1908, p.135). Aí estaria, segundo Campos Sales, o germe da sua própria dissolução. A crise que levou a sua ruptura em 1897 se dava, segundo o autor, "em ponto culminante, dominando os fatos com a sua assinalada influência, segregando os elementos e gerando discórdias, estava o problema do momento - a eleição presidencial" (CAMPOS SALES, 1908, p.160). Assim, depois do cisma, todos os nomes sugeridos para concorrer à presidência de um lado eram rechaçados pelo outro, o que abriu caminho para que seu próprio nome fosse pautado. Campos Sales faz questão de afirmar que não era o candidato que Prudente queria - porém admitiu ser lançado pela ala governista (CAMPOS SALES, 1908, p.163), chamada, na época, de *Republicana*.

Daí é possível inferir que Campos Sales construía para si um discurso conciliador. A narrativa que criou nas três obras aqui estudadas ilustra um republicano histórico que representava sempre o inevitável. A monarquia iria cair pelas suas próprias contradições internas. E estas deixariam de existir quando a República se consolidasse. O fato de, passados dez anos da proclamação, ainda existirem rugas era sinal de que a consolidação não havia acontecido ainda. Campos Sales estaria, portanto, fomentando a revolução durante a propaganda também como uma forma de conciliar as necessidades de momento (abolição) com o regime político vigente. Neste segundo momento, em que há uma disputa dentro do governo republicano, a posição de Campos Sales passa a ser de demonstrar que não há diferenças de

¹¹ A ponto de Penna (2008) dedicar um livro inteiro ao estudo do grupo que chamou de *florianista*.

ideias entre os grupos. A única coisa que atrapalharia a consolidação seriam impulsos egoísticos.

Por isso, durante esses episódios de crise institucional, Campos Sales dizia que, ao contrário de outros republicanos, seu maior temor não era a restauração, e sim, a anarquia (CAMPOS SALES, 1908, pp.79-80). Analisando a situação do Brasil diante da Revolta da Armada, em uma carta a Alfredo Ellis¹², tem-se um primeiro exemplo da construção desse discurso. Ao comentar a comoção pelo rito fúnebre de Jules Ferry¹³, falecido justamente no momento da passagem de Campos Sales uma fala recente do francês que definia, segundo ele, a situação dos republicanos brasileiros:

combateu com energia isso que ele denominou a doença do pessimismo, que invadia, disse ele, o organismo dos republicanos e os levava a ver a propósito de tudo um perigo para a república. Acrescentou que por semelhante processo eram os próprios republicanos que enfraqueciam as instituições recusando-lhes a sua confiança (CAMPOS SALES, 1894, p.131).

Ou seja, era preciso acreditar na República, ser coeso em torno da confiança nas suas instituições. Campos Sales afirmou em *Da Propaganda à Presidência* que sugeria sempre caminhos institucionais: "Todos conhecem a minha índole conservadora, que, uns por erro de apreciação, outros por espírito de hostilidade, qualificam injustamente de autoritária" (CAMPOS SALES, 1908, p.137). Todos os problemas deveriam ser resolvidos dentro da constituição (CAMPOS SALES, 1908, p.94), e todos os males enfrentados até aquele momento tinham uma origem comum: as divergências vinham da questão da oposição entre Deodoro e Prudente, do pleito ao cargo máximo da República.

Esboçando estes sucessos, não tive a preocupação de escrever a história desta fase da República; o que pretendi foi, apenas, confirmar, pelo encadeamento lógico dos fatos, o que disse na mensagem de 3 de maio de 1902: "A divergência (entre os constituintes) só apareceu, dividindo quase ao meio a assembleia republicana, não a propósito de uma ideia, mas em presença de um pleito – a eleição do primeiro presidente constitucional da República – divergência de consequências funestíssimas, porque é nela que a verdade da História irá encontrar a causa originária dessas agitações sem objetivo na ordem das ideias e que tem sido a fonte fecunda de todas as calamidades. Filiados a essa viciosa origem e obedecendo aos mesmos estímulos, as lutas posteriores, que tem agitado os espíritos e os movimentos armados que tem

¹² Alfredo Ellis nasceu em São Paulo em 1850. Formado em medicina pela Universidade da Pensylvania (Estados Unidos) em março de 1869. Foi um dos signatários da primeira constituição da República e deputado por São Paulo ininterruptamente até o falecimento de Moraes e Barros em 1902, quando se tornou Senador (ABRANCHES, 1818a, p.366).

¹³ Jules François Camille Ferry foi um político francês de longa atuação política no país. Falecido no período em que Campos Sales estava na França (março de 1893), foi eleito sucessivamente desde 1869 com uma plataforma radical anticentralizadora e antimilitarista. Foi ministro da instrução pública, quando realizou uma reforma anticlerical entre 1879 e 1883 e ministro dos negócios estrangeiros deste ano até 1885, onde foi responsável pela política colonial (SENAT, 1999).

perturbado o país, jamais tiveram por causa o antagonismo de ideias” (CAMPOS SALES, 1908, pp.123-124).

A animosidade entre os grupos, centrada em características egoísticas, segundo o autor, era um dos maiores empecilhos para que a República pudesse, finalmente, se estabelecer. "Consolidar as novas instituições não era, portanto atacar e destruir inimigos, que pelo menos não constituíam uma força ponderável, mas completar a organização dos aparelhos democráticos e normalizar as suas funções" (CAMPOS SALES, 1908, p.69). Essa posição já havia sido tornada pública na mesma carta citada acima. Campos Sales dizia que o ato de governar devia ser feito sobre bases tradicionais: "cumpre ser solícito em atender aos interesses das classes conservadoras, porque é nelas que os governos encontram o apoio mais legítimo, mais honesto, mais sólido e mais estável" (CAMPOS SALES, 1894, p.97).

Isso implicava em abrir o programa às demandas dos tradicionais detentores de terras no campo, abdicando da base urbana, como explicou em uma carta endereçada a Almeida Nogueira¹⁴: "destruída a monarquia, nosso intuito não foi bem podia ter sido o de oprimir os antigos adeptos [da monarquia], mas sim o de atrai-los, como forças úteis e aproveitáveis para que viessem colaborar conosco na grande obra de organização da República" (CAMPOS SALES, 1894, p.143). Ele via uma longa distância entre as comoções que estavam ocorrendo e o impacto disso no que considerava realmente prejudicial ao regime. Assim, se colocava como um "dos que não acreditam na possibilidade de um partido monárquico no nosso país (...) Há talvez outros que deviam preocupar-nos mais (...) as ideias políticas necessitam, para se apoderarem da consciência coletiva, de apóstolos dedicados, de pregadores apaixonados" (CAMPOS SALES, 1894, p.148).

Ao construir o seu discurso de conciliador, Campos Sales trata também de afastar um enfrentamento entre os republicanos históricos e os monarquistas, tanto os adesistas, vistos como pouco confiáveis, quanto os ditos restauradores. As citações acima permitem perceber um discurso onde a consolidação da república articulava-se ao chamamento de monarquistas para o novo regime assim como o que chama de classes conservadoras, que aparecem pouco definidas, uma espécie de significante vazio capaz de incorporar, forças até então contrárias à república ou a elite econômica do país. Os problemas enfrentados pelo regime são minimizados

¹⁴ José Luís de Almeida Nogueira nasceu em Bananal, São Paulo, em 1851. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo em 1871, tornou-se Doutor em 1874. Foi membro do Partido Conservador durante a Monarquia e era redator do Correio Paulistano, por onde as cartas da Europa de Campos Sales foram primeiramente publicadas como colunas. Adesista junto com o seu partido, foi deputado desde a Constituinte até 1898, quando se tornou deputado pelo estado de São Paulo (ABRANCHES, 1918a, pp.372-374).

por Salles, como uma “doença do pessimismo” e não lutas política em curso. Estas seriam, para ele, a verdadeira ameaça.

4.2 A presidência Campos Sales

O período presidencial de Campos Sales começaria em 15 de novembro de 1898. Porém, seu trabalho começou antes de ser empossado, na sua famosa viagem à Europa. Em carta transcrita em seu *Da propaganda à presidência*, enviada para Quintino Bocaiuva, o presidente reclamava que o futuro do sucesso nessa empreitada estava na mão do Congresso já eleito antes dele e polarizado na gestão de Prudente. Havia a necessidade de total apoio ao mandatário do executivo. A questão central era a crise financeira e, por isso, foi para a Europa negociar empréstimos em Londres. Naquele momento pedia ao destinatário para usar a sua influência e convencer a imprensa a não noticiar crises enquanto estivesse negociando o *Founding Loan* (CAMPOS SALES, 1908, pp.175-177). Era imperioso, para Campos Sales, recuperar o crédito e notícias alarmistas prejudicariam esse trabalho.

É importante lembrar neste ponto que uma das alegações da oposição, principalmente a reunida em torno de Prudente de Moraes, insistiu que o *funding loan* foi negociado por Rodrigues Alves, ministro da fazenda na gestão anterior a Campos Sales. A publicidade que o quarto presidente da República deu a sua viagem (publicada como uma coluna por Tobias Monteiro no Jornal do Comércio entre maio e agosto de 1898 e republicadas em forma de livro em 1900) denota uma tentativa de trazer para si a responsabilidade sobre os contratos. De fato, a viagem não significou o fechamento de quaisquer dos contratos, mas o empenho da palavra de Campos Sales de que eles seriam cumpridos. Durante o livro *Da Propaganda à Presidência* por diversas vezes o autor transcreve correspondências trocadas entre ele e os representantes dos Rothschild, responsáveis pelo empréstimo. Assim, Campos Sales não requisitou para si em nenhum momento a ideia do *funding loan*, mas se colocou como fiador. Não haveria como realizar aquelas promessas sem a sua ação.

Desde o discurso de sua posse já se mostrou uma tendência de fortalecimento de um governo mais monocrático com, ou seja, concentrando a política na figura do chefe do executivo federal. "Dada a índole do nosso regime, que, com a responsabilidade unipessoal, preferiu eliminar a política de uma coletividade para concentra-la na pessoa da suprema autoridade, em quem reside constitucionalmente o critério que dirige, delibera e aplica" (CAMPOS SALES, 2007, p.40). Assim, o início do seu mandato foi um pouco diferente dos seus dois antecessores. Ao invés de uma consulta ao partido, a composição do ministério foi feita, segundo o presidente, em conversas com pessoas de fora das tendências eleitas na Câmara. "Este ministério representa

nos seus elementos uma composição planejada e realizada fora das vistas do partidarismo político e das conveniências regionais" (CAMPOS SALES, 1908, pp.210-211). Porém, há uma exceção: Severino Vieira. A sua indicação teria sido feita pelo governador da Bahia, Luiz Viana, em uma consulta que partiu da presidência. É a primeira vez que Campos Sales admite em *Da Propaganda à Presidência* a consulta a um executivo de um estado federado para tomar alguma decisão no nível federal.

O funcionamento do ministério também foi alterado em relação ao que se estava fazendo nos outros dois governos da República. Nos modos dos Gabinetes da monarquia, era comum o chefe do executivo despachar em reunião com todos os ministros. Isso foi encarado como abuso de poder do mandatário e foi bastante criticado, principalmente pelo grupo de Prudente de Moraes. Para Campos Sales o ministério não era um conselho (CAMPOS SALES, 1908, p.215). O motivo principal seria não reduzir a presidência ao simples escolher ministros, já que, naquele formato, a maioria decidiria as ações. Campos Sales gasta muitas páginas do seu livro (1908) explicando isso, e embasa a sua argumentação principalmente na característica da nova Constituição que estabelecia a punibilidade pessoal do presidente. "Repudiei essa prática e instituí as conferências singulares, designando um dia da semana para cada ministro. O meu sucessor também adotou essa norma" (CAMPOS SALES, 1908, p.216).

E esse era um ponto central da compreensão do presidente e do discurso que construía sobre o funcionamento sistema Republicano. Em primeiro lugar, o presidente deveria arcar com a responsabilidade do cargo, tomando as decisões de forma monocrática. Os ministros seriam auxiliares do executivo e as relações entre as pastas fariam parte da ação do presidente. Para Campos Sales isso só não teria sido seguido por seus antecessores devido ao hábito brasileiro não seguir leis que considerasse ruins, levando a descrédito todo o sistema. Seria ele, portanto, o primeiro a tentar fazer o país funcionar como estava planejado na Constituinte.

Não é demais insistir sobre estes princípios do nosso direito público, porque entre nós predomina a deplorável tendência de resolver dificuldades fundamentais, atribuindo a tudo um caráter de mera questão de forma, donde resulta fatalmente a facilidade de abandonar, sem execução, preceitos que jamais deveriam deixar de ser considerados substanciais. É essa preterição das boas práticas que vai acarretando a deformação do sistema, dando-lhe muitas vezes uma aparência incompreensível e absurda, que o expõe aos ataques dos seus adversários. Não há instituições nem leis, por mais sábias que sejam, capazes de corresponder às necessidades que têm em vista, desde que deixam de ser executadas com a indispensável fidelidade e de acordo com os seus intuítos e sua própria índole (CAMPOS SALES, 1908, p.219).

Os críticos do governo culpavam as suas manobras políticas de terem sido o principal agente de dissolução de partidos. Campos Sales retirava boa parte do poder dos partidos ao

escolher o ministério sem consultas aos partidários e até mesmo de fora de seus quadros. Da mesma forma, quando garantia que ia governar de maneira conciliatória, com a oposição e as classes conservadoras, para garantir o cumprimento do seu programa. Porém, para Campos Sales, isso era resultado da inexistência de partidos organizados ideologicamente. A falha do Partido Republicano Federal em ser uma agremiação nacional, organizado em torno da liderança de Francisco Glicério, foi um exemplo citado por Campos Sales. O presidente foi considerado responsável direto pela dissolução do partido, principalmente pelo não reconhecimento de Francisco Glicério na eleição legislativa de 1899, já referida aqui. A sequência de fatos acabou sendo interpretada como manobra do presidente, tanto pelos contemporâneos quanto pelos analistas posteriores.

“Acusam-me de ter dissolvido os partidos. Houve, porém, quem formulasse a minha defesa nessa síntese: não se dissolve o que não existe”¹⁵ (CAMPOS SALES, 1908, p.225). O seu trabalho teria sido, ao contrário, tentar dirimir as “paixões”:

eu pedia trégua às paixões, paz aos espíritos - apelo supremo que os governos fazem ao patriotismo dos povos nos casos angustiosos de salvação pública, que surgem, não só quando o inimigo pisa no solo da pátria, transpondo as fronteiras, mas igualmente quando o brio nacional se acha empenhado em um pacto de honra (CAMPOS SALES, 1908, p.226).

Ou seja, Campos Sales dizia querer que os posicionamentos estivessem amparados em uma lógica partidária embasada em doutrinas. Uma vez que um dos grupos em litígio se autodenominava *republicano*, não havia espaço para existir alguma diferença ideológica significativa¹⁶. A referência ao modelo de partido vem do seu irmão, Alberto Sales, positivista conhecido¹⁷. O próprio Partido Republicano Federal "parecia (...) um exército conquistador, formado sobre uma base essencialmente mecânica para a manipulação eleitoral" (CAMPOS SALES, 1908, p.229).

Antes de tudo, não se concebe a existência de partidos sem o antagonismo das aspirações, sem a contradição das ideias e sentimentos, sem a dissidência sobre princípios fundamentais, sem, ao menos, o desacordo sobre o modo de prover as necessidades ocorrentes na dupla esfera da política e da administração. É, portanto, intuitivo que um partido pressupõe fatalmente, necessariamente, a existência de outro, que lhe oponha a diversidade dos seus

¹⁵ Refere-se a nomes como Alcindo Guanabara, em seu livro *A presidência Campos Sales*, de 1902.

¹⁶ Ao demais, eu não havia encontrado partidos empenhados nessas grandes lutas, que se legitimam pelo antagonismo das aspirações na esfera dos princípios: o que encontrei, em renhida pugna de ódios e rancores, foram os fragmentos dessa massa informe, a que já aludi, e que jamais revestira os caracteres de uma sã organização partidária. Os partidos políticos (...) não podem (...) viver como legiões de franco-atiradores, sem o vínculo de ideias e princípios, que aproximam e ligam entre os combatentes por um vasto complexo de aspirações comuns, e sob a direção segura, inquebrantável, de chefes que possam, pelo prestígio moral, pela capacidade superior e pela responsabilidade pessoal, empolgar, à frente deles, a suprema autoridade (CAMPOS SALES, 1908, pp.226-227).

¹⁷ Há uma citação direta ao seu livro *A vitória republicana*, de 1885.

intuitos. Ora, o Partido Republicano Federal quis viver só, sem antagonista, pretendendo a coordenação de todas as ideias, ainda as mais contraditórias, exatamente para que não pudesse restar lugar para outro partido (CAMPOS SALES, 1908, p.228).

Não podia haver partidos porque, no discurso de Campos Sales, todos eram republicanos, presidencialistas e federalistas; ou, ao menos, os dois grupos em dissonância na época em que ele se tornou presidente não propagandeavam nada que pudesse colocá-los em lados opostos nesse aspecto. A ausência do antagonista impossibilitava a própria existência enquanto grupo ideológico. "O que havia na direção era, no fundo, um grupo de caudilhos políticos, todos igualmente soberanos e ciosos, cada um, da sua influência pessoal" (CAMPOS SALES, 1908, p.229), o que resultava em ações desencontradas, caóticas. A ideia de partido organizado, hierárquico e com lideranças fortes não era, de maneira alguma, o modo como via os grupos autodenominados no Congresso da época¹⁸: concentrados, republicanos e, de maneira um tanto nebulosa nos seus comentários, os jacobinos.

Porém, ao lançar a sua candidatura, Campos Sales já era bastante claro na delimitação dessa situação partidária como uma inimiga. Seu programa político exigia a formação do que chamou de Partido de Governo. Esse seria um órgão dentro do legislativo nacional que fosse "tanto mais eficaz em sua colaboração, quanto maior for sua dedicação, o seu desinteresse, a sua disciplina, atributos indispensáveis para que não se faça acessível aos manejos e às solicitações da caudilhagem ambiciosa, transformando-se em uma facção" (CAMPOS SALES, 2007, p.13).

Esse bloco formado em torno da figura do presidente, e não do partido político, tinha resultado no relacionamento entre poderes. "Reconheço todavia a necessidade de uma perfeita aliança entre o Executivo e o Legislativo para que os esforços coordenados dos dois poderes possam ter a necessária eficácia em proveito dos grandes interesses da Nação" (CAMPOS SALES, 2007, p.23). Esse relacionamento consistiria em uma não intromissão do legislativo no governo ou na administração. É bastante clara durante a leitura dos textos aqui analisados a ideia de que deveria haver submissão do legislativo, e que esse era um dever moral do Congresso para que a autoridade do Presidente não fosse enfraquecida. "É daqui que se origina a necessidade de uma maioria, que, pela comunhão de vistas e pela íntima afinidade das

¹⁸ Assim: "ao lado da ação moderada e tolerante dos temperamentos conservadores surgia a agitação demagógica dos exaltados, que pretendiam para si o prestígio dessa popularidade que acompanha as ideias adiantadas, denominando-se jacobinos" (CAMPOS SALES, 1983, p.117). Em nota na mesma página, há a citação de um livro de J. de La Fosse (*Psicologia do deputado*), diz que havia, na escolha dos nomes, uma certa hierarquia de modernidades, ou de adiantamento, no sentido de progresso das ideias. Assim, ao liberal sucede o jacobino, a este o socialista, superado pelo coletivista e, finalmente, o anarquista.

aspirações, constitua um sólido laço de união entre os dois poderes, e os conduza com segurança em uma ação conjunta" (CAMPOS SALES, 2007, p.24). Porém, essa maioria não seria mais conquistada com apoios partidários, mas com apoios pessoais. A personificação da política ficou ainda mais clara no seu discurso de posse:

Não que eu pense que os partidos não devam subsistir. Ao contrário, no regime democrático, que se caracteriza pelo contraste das opiniões, como precioso fruto da livre manifestação do pensamento, eles são necessários para assegurar o equilíbrio político, garantindo o progresso nacional pela sucessão dos princípios no governo, uma vez que saibam exercer uma ação prudente, tolerante e disciplinada ao serviço de intuítos patrióticos. O que deve ser proscrito, porque é um mal social e um grave embaraço às soluções do presente, é o espírito partidário com suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das ideias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranquilo da atividade governamental (CAMPOS SALES, 2007, p.42).

A falta de unidade do antigo PRF, que fez surgir grupos dissidentes, no entanto, ao não fincar qualquer bandeira específica, permitiu que os pontos do plano de governo de Campos Sales não encontrassem oposição de nenhuma das alas¹⁹. Assim, segundo o presidente, o seu governo foi de neutralidade, ou seja, um governo apartidário, em oposição aos antecessores. "Entendi dever consagrar o meu governo a uma obra puramente de administração, separando-as dos interesses e das paixões partidárias, pra só cuidar da solução dos complicados problemas que constituíam o oneroso legado de um longo passado" (CAMPOS SALES, 1908, p.234).

Esse ambiente político teria o objetivo de, frente a uma série de medidas de austeridade, devolver a estabilidade financeira ao país. A situação econômica era a maior inimiga da República, não mais a restauração da monarquia. Assim, a realização do *funding loan* é a razão de toda a mudança. "A restauração financeira, supremo objetivo do momento, para que seja sólida e duradoura, depende essencialmente de uma profunda reconstituição das forças econômicas" (CAMPOS SALES, 2007, p.48).

Para tomar essas medidas de uma forma a não possibilitar oposição, Campos Sales atribuiu outro atributo ao seu discurso, vinculando sua ação com o patriotismo.

E todavia, ao meu apelo, em nome dos grandes interesses da República, responderam patrioticamente os dois lados em que se dividia Congresso Nacional; e, se por algum tempo deixou de ser perfeito e real o conagraçamento dos dois grupos entre si, é, entretanto, certo que se estabeleceram desde logo,

¹⁹ "Não era certamente este o partido [o PRF] que teria de dar à política um caráter nacional, consoante a índole essencialmente conservadora das classes preponderantes do país. E, no entanto - cumpre não perder de vista esta circunstância altamente significativa - foi dos escombros desta aberração política que saíram os agrupamentos em que se achou dividido o Congresso nacional, quando recebi a investidura do poder. Ao primeiro aspecto convenci-me que nenhum dos lados apresentava sintomas de hostilidade ao governo, se bem que fosse patente o intuito, em cada um, de fundar a sua própria preponderância política" (CAMPOS SALES, 1908, p.230).

entre os congressistas de ambas facções e o presidente da República, relações de mútua cordialidade e confiança (CAMPOS SALES, 1908, p.235)

Os distúrbios da década de 1890, ainda recentes, a presença de conflitos fisicamente violentos e as vitórias das forças armadas – inclusive no próprio ato da Proclamação – abriram espaço para o termo receber conotação altamente positiva. No governo de Floriano Peixoto, por exemplo, são muitas as descrições sobre os *Batalhões Patrióticos*, ou forças paramilitares que se reuniam em torno da manutenção do seu mandato presidencial. E o único antagonismo possível seria ou o socialismo ou o anarquismo, pois, são internacionais em sua concepção²⁰.

A minha obra política, já o disse, não foi de dispersão. A minha pretensão, que realizei com os mais perseverantes esforços, foi apagar as dissensões que dividiam o congresso e constituir nele uma unidade forte, patriótica e decidida a prestar o seu concurso ao governo. Foi assim que pude triunfar de todos os obstáculos e executar o meu programa (CAMPOS SALES, 1908, p.236).

Essa posição é reforçada a todo instante. Ao falar da administração, por exemplo, começa defendendo a posição de não diminuir impostos em nome do seu "programa político" - claramente, cumprir o acordo financeiro com Londres. Isso lhe rendeu o epíteto Campos Selos. A acusação que fazia aos reclamantes era a mesma falta de patriotismo (CAMPOS SALES, 1908, p.271). Da mesma forma, defendia Murtinho e sua política na pasta da fazenda.

A importância dos embates discursivos é reforçada pela explicação do papel da imprensa no seu governo.

Há, pois, no jornalismo uma combinação inevitável do industrialismo com a ação sobre a opinião pública. É uma combinação honesta. Mas, no desempenho de sua missão de reparar a opinião pública para a aceitação de certas medidas, ou de encaminhar certos acontecimentos, a sua ação pode ser prodigiosamente funesta, criando falsas correntes de opinião, em desacordo com as tendências naturais e com as necessidades de uma situação (CAMPOS SALES, 1908, p.347).

Segundo o presidente, os jornais acreditavam que estar do lado do governo não era economicamente interessante. Apenas os jornais oposicionistas teriam tiragens grandes em função dos seus ávidos leitores (CAMPOS SALES, 1908, p.346). Para justificar seus gastos com matérias em jornais, Campos Sales faz uma longa digressão sobre os procedimentos já adotados anteriormente, tentando comprovar que era um corriqueiro na política do país pagar por artigos favoráveis já de longa data. Ironicamente, também buscando legitimação nas práticas da monarquia – aqui a modernidade ficou relegada a um plano secundário. Os valores,

²⁰ Embora desconsiderados por Campos Sales, eram tendências que apareciam nos movimentos operários brasileiros. Os manifestos dos partidos orientados por estas bases podem ser vistos em BONAVIDES, Paulo, e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil. Volume III – República - Primeira República (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 2002.

nessa época, eram declarados de maneira velada, chamados de "fundos secretos". "Com tais precedentes, e dada a situação excepcionalmente difícil, em que se encontrava o meu governo, não duvidei em enveredar por esse caminho francamente aberto e trilhado pelos que me antecederam" (CAMPOS SALES, 1908, p.348). Porém, rechaçou essa prática nos jornais estrangeiros – algo de que foi acusado em plenário, como registrado no capítulo anterior. Foi enfático ao afirmar que o emprego desse dinheiro não foi em comprar a imprensa (CAMPOS SALES, 1908, pp. 348-349) e que as cifras seriam até mesmo menores que a dos seus antecessores²¹. Campos Sales dizia que o *Jornal do Comércio* e o *Correio Paulistano*, os jornais que publicaram as Cartas da Europa dos anos 1890, eram simpáticos ao governo sem receber para isso (CAMPOS SALES, 1908, pp.179-180).

Assim, Campos Sales definiu o discurso político do seu mandato: governar sob as atribuições do cargo de presidente, sem delegar aos ministros; não satisfazer quaisquer partido político, ao contrário, reunir os políticos em torno do seu partido, que seria um governo administrativo; isso tudo com o intuito de um esforço patriótico para retirar o Brasil da crise econômica em que se encontrava, resultado da anarquia e da desunião que os mandatos anteriores criaram no país em função de interesses mesquinhos e egoísticos.

4.3 A política dos Estados

O que deu origem a esta política foi a questão de verificação de poderes na sessão legislativa de 1900. Finda a legislatura anterior, os dois grupos da Câmara - Republicanos e Concentrados - apresentavam-se para o próximo pleito com ânimo deliberado de empregar, cada um, todos os meios para o triunfo dos seus candidatos. Era tal a ambição de vencer que, segundo se tornou público, de ambos os lados se mandavam instruções aos candidatos nos Estados, para que se fizessem diplomar a todo o transe. A palavra de ordem era o diploma. Está visto que nesta generalidade se compreendiam as duplicatas e as fraudes. No correr destes preparativos, começava a surgir a hipótese aterradora de uma duplicata de câmaras, caso provável, desde que um dos lados pudesse empolgar a direção exclusiva das deliberações no recinto oficial deste ramo no Congresso (CAMPOS SALES, 1908, p.236).

As explicações de Campos Sales sobre a *política dos governadores* aparecem em *Da Propaganda à Presidência*. Como visto no capítulo anterior, a primeira vez que o termo veio à tona foi no discurso de abertura da quarta sessão da quinta legislatura, no Congresso, em 03 de

²¹ “Tenho em meu poder uma nota rubricada por um dos ex-diretores do Banco da República, detalhando as despesas mensais com o serviço da imprensa, que acusa um total de Rs. 894:996\$080 - até 16 de dezembro de 1901. Ora, em 1902, essas despesas foram consideravelmente reduzidas, e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou na atitude de alguns deles com relação ao governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado. É, portanto, bem calculada a totalidade geral em cerca de Rs. 1.000:000\$000” (CAMPOS SALES, 1983, p.179).

Se considerarmos a média dos três primeiros anos, a cifra seria maior em 200 contos.

maio de 1902. O presidente afirmou que a sua versão era, na verdade, a *Política dos Estados*, “isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é pois, na sua essência, a *política nacional*. É lá, na soma dessas unidades autônomas, que se encontra a verdadeira soberania da opinião. O que pensam os Estados, pensa a União” (CAMPOS SALES, 2007, p.202). Este é o rótulo que volta a ser utilizado em 1908.

Note-se aqui que o termo foi utilizado inicialmente com a ideia de aconselhamento. A força política dentro do que Campos Sales chama de unitarismo vinha da figura monárquica e as deliberações que tomava com o seu conselho de ministros. As vontades das províncias não eram consideradas – até mesmo os seus presidentes eram escolhidos pelo poder central. Nesse trecho é clara a ideia de uma relação mais próxima, como se o espaço para o aconselhamento se desse entre os líderes dos executivos da União e dos Estados.

Mais do que montar maiorias, a ideia tem a força de conservar a situação de uma legislatura para outra. Isso era interessante ao presidente, pois considerava ter aplacado os ânimos. Apoiar a troca de determinado grupo seria, portanto, uma ameaça a estabilidade alcançada. O momento mais crítico era, segundo o autor, a verificação de poderes que podia apresentar listas em duplicata – podendo culminar em uma duplicidade de câmaras (CAMPOS SALES, 1908, p.237).

Entendi que não me era lícito assistir indiferente a essa luta, cujos resultados poderiam acarretar a ruína moral da República, e resolvi, conseqüentemente, intervir, adotando medidas preventivas. Dirigi-me, para esse fim, aos governos dos Estados, onde iniludivelmente reside a verdadeira força política neste regime (...) O meu pensamento era proporcionar a todos os grupos garantias iguais, com absoluta imparcialidade, de modo a evitar a vitória ilegítima e absorvente de um deles (CAMPOS SALES, 1908, p.238).

Campos Sales utilizou trechos de correspondências trocadas com vários governadores enquanto construiu o argumento da sua Política dos Estados no *Da Propaganda à Presidência*, tentando demonstrar que houve ampla consulta aos poderes locais. A primeira carta apresentada é para o presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão. O deputado Vaz de Melo era o presidente da sessão da Câmara anterior à reforma do regimento de 1899 e tinha participado da negociação com as tendências do Congresso para os procedimentos da verificação de poderes. Campos Sales salientou que o acordo deveria ser mantido e que os eleitos em Minas (do partido do Presidente do Estado) seriam diplomados, mantendo o resultado regional.

Haverá, é certo, o desvio de uma ou outra junta apuradora, diplomando candidatos não eleitos. Sem prejuízo do princípio dominante, essas fraudes podem e hão de ser corrigidas, desde que se estabeleça, como deve ser assentado, que para estes casos prevalecerá, no voto decisivo da Câmara, o princípio de rigorosa justiça (CAMPOS SALES, 1908, p.240).

A segunda carta transcrita foi para Luiz Vianna, da Bahia. O governador já tinha recebido a benesse de indicar um membro do ministério e foi o nome que mais vezes teve cartas transcritas ao longo do livro. Houve duplicatas nas eleições neste estado e Campos Sales falava abertamente sobre a afronta da situação igualmente no Maranhão, Santa Catarina e Paraná (CAMPOS SALES, 1908, p.242). Ele faz questão de ressaltar quem são os vencidos em nota explicativa da edição: no norte os que apresentaram duplicatas foram os concentrados, no sul foram os republicanos.

A carta apresentada logo em seguida é para São Paulo, endereçada a Rodrigues Alves. Aí começam a aparecer mais elementos que não combinam com o discurso que Campos Sales tenta organizar. Classificando Rio Grande do Sul e Bahia como estados exclusivistas, sendo ambos de tendência republicana, dizia ter medo que seus deputados somados viessem a constituir uma maioria predominante da sua ala na casa²². Somado a isso, revelou que os representantes rio-grandenses não tinham entrado no acordo para alteração do regimento da Câmara, optando pela abstenção no momento de sua aprovação.

O que é indispensável é organizar desde logo, no início dos trabalhos, uma maioria arregimentada e resoluto, que não tenha outra preocupação a não ser a de constituir uma Câmara nas melhores condições de legitimidade.

Esta maioria, para bem desempenhar-se da sua missão, não deverá olhar para os dois lados da antiga Câmara, não deverá distinguir entre os antigos matizes - republicanos e concentrados - tendo em vista somente as condições de legalidade ou, pelo menos da presunção de legitimidade do diploma de cada um dos candidatos. Como tenho dito, a presunção, salvo prova em contrário, é a favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado. Haverá talvez exceções. Essas serão estudadas e resolvidas sob o rigoroso critério da justiça.

Quem contestaria em boa fé, por exemplo, a legitimidade dos eleitos pelo partido dominante em São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará, etc? (1908, p.248).

Francisco Glicério, de tendência republicana, tinha bastante poder na câmara anterior. E seria, possivelmente, um entrave aos planos de Campos Sales. Embora não haja menção a ele (mesmo que, de fato, ele não tenha sido diplomado), existe uma preocupação do presidente para que não seja observado apenas o viés partidário nos reconhecimentos de diplomas. As individualidades também deveriam ser alvo de zelo dos representantes do estado na Câmara. Havia parlamentares que deviam ser conduzidos ao Congresso de qualquer maneira.

Há deputações importantes que não obedecem às classificações partidárias anteriores. É para mim absolutamente indispensável, para evitar ruína moral

²² "O que pode acontecer, e que eu sempre temi, é que os dois Estados por ventura com tendências exclusivistas, a Bahia e o Rio Grande do Sul, pretendam, cada um para seu lado, extremar os grupos na verificação de poderes com o fim de constituir uma maioria que garanta o predomínio da sua influência na direção política da República" (CAMPOS SALES, 1908, p.247).

do futuro Congresso, que apoiemos os trabalhos de verificação de poderes sobre elementos que possam garantir a constituição de uma Câmara legítima, fruto de deliberações escrupulosas e honestas (CAMPOS SALES, 1908, p.250)

Porém, é uma segunda carta ao governador baiano mostra outros indícios do que estava em jogo nesse arranjo. Viana solicitou uma reunião com o presidente e as lideranças para reiterar a posição do acordo prévio e traçar as estratégias verificação de poderes. Campos Sales respondeu:

Devo, porém, dizer a V.Exa. que, em regra, sou infenso às grandes reuniões para deliberar sobre assuntos que, pela sua natureza, se relacionem com a direção ou orientação que se deve imprimir a um determinado momento político. Esta é uma função que pertence a poucos e não à coletividade. Nem sempre nas deliberações coletivas prevalece o alvitre mais justo e o mais conforme os grandes interesses da situação. Ao contrário, as mais das vezes o que se vê é que nas grandes reuniões predomina o conselho apaixonado dos mais exaltados, que nem sempre se inspiram no sentimento de justiça ou nas verdadeiras e reais conveniências da causa pública. Isto é tanto mais perigoso, quanto é certo que, no momento atual, dada a ausência de partidos regulares, nos achamos em pleno estado de anarquia política (CAMPOS SALES, 1908, p.244 – grifo meu).

Alguns pontos são importantes nestas correspondências. Na política sugerida por Campos Sales é preciso haver chefes partidários e subordinação total a eles. As decisões mais importantes não podem ser alvo de discussões amplas, devem ser tomadas em grupos pequenos. É a forma que ele usou para tratar com os ministros e, também, era a forma preferida para conseguir o que precisava da Câmara. Quanto menos lideranças presentes ao mesmo tempo, mais sucesso cria conseguir. Qualquer coisa diferente disso seria anarquia política. Ainda mais em tempos de embates civis armados²³. Participação é algo perigoso.

Muitos quererão inspirar-se no sentimento partidário, outros alvitrarão pela liberdade de agir na conformidade das afeições pessoais e não faltará mesmo quem pense ser preferível a violência brutal do voto, porventura em eventual maioria, para esmagar e eliminar por completo a outra parte (CAMPOS SALES, 1908, p.246, grifo meu).

A justificativa era, portanto, que, na ausência de partidos, o passo natural era procurar os estados, onde residia a “força política”²⁴ do Brasil. Porém, o que ficava estabelecido era: a- a política dos estados se fazia nos estados e o chefe regional era seu mentor; b- assim como o

²³ “As perturbações contínuas por que tem passado a República, a preferência dada aos processos violentos, com abandono das lutas políticas regulares, não tem permitido a organização dos partidos com a característica manifestação das suas tendências opostas e com os seus chefes à frente, exercendo uma autoridade real, inteligentemente acatada e disciplinarmente obedecida” (CAMPOS SALES, 1908, p.253).

²⁴ .“Nesta, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque - não cessarei de repeti-lo - é lá que reside a verdadeira força política” (CAMPOS SALES, 1908, p.255).

chefe do executivo federal era o chefe da União. A política financista de Campos Sales precisava se conservar para prosperar. E a única maneira de fazer isso era manter a maioria das estruturas de poder onde ela estivesse plenamente estabelecida. Oposições regionais poriam a sua política nacional em risco – a não ser que envolvessem alguém importante para o seu governo, como, por exemplo, seus ministros.

Campos Sales defende que o mesmo antagonismo que existe dentro da política nacional existe entre os estados. Há uma "manifesta ausência de coesão dos elementos econômicos e conseqüentemente das forças locais" (CAMPOS SALES, 1908, p.250). Essa concorrência só poderia ser aplacada por um governo conciliador. "Eliminem-se as *vinte tiranias*, e ficará implantada, em lugar delas, a mais implacável, a mais formidável, a mais abominável de todas as tiranias - tirania do centro" (CAMPOS SALES, 1908, p.266). O federalismo de Campos Sales era uma via de mão dupla: apoiava a autonomia enquanto pedia aos governadores que usassem aparato policial para reprimir situações desfavoráveis a sua política econômica (CAMPOS SALES, 1908, p.272).

Essa troca de apoio teria resultado em um deslocamento das críticas oposicionistas. Segundo o autor, passaram de propagandistas da falha (o governo não poderá pagar a primeira parcela do empréstimo dos Rotschields, em 1901), para críticos da continuidade do programa (não pagaria o restante), para, finalmente, chegar a: "para fazer o que aí está, foi preciso empobrecer a nação e reduzir à miséria extrema as *classes laboriosas*" (CAMPOS SALES, 1908, p.250). Para Campos Sales, isso não passava de uma insensatez, uma vez que nada era "mais fácil do que opor contestação aos princípios mais puros, levantar censuras às ações mais legítimas e opor ceticismo à evidência dos fatos: para isto, basta ser um sofista ou um insensato. Os mais bravos são os que acumulam os dois atributos" (CAMPOS SALES, 1908, p.282).

O maior opositor estava justamente no nível nacional: o vice-presidente, Rosa e Silva. Campos Sales se mostrou um tanto rancoroso ao falar do ex-colega²⁵. A ira teria sido iniciada depois de exposições públicas de insatisfação, feitas no Senado, exatamente ao modo que o já ex-presidente tanto condenava: a seara das paixões. A ofensa ainda não havia sido digerida – mesmo quatro anos antes, em 1903 – "disse que meu governo não tivera programa; apenas se propusera a executar o contrato de *founding-loan*" (CAMPOS SALES, 1908, p.270).

Rosa e Silva representava o grupo de Glicério e Prudente de Moraes. Rival de Severino Viera, que por sua vez era aliado de Campos Sales, intentava receber a indicação para o cargo

²⁵ "Como os puros descendentes das casas reinantes, vice-presidentes há que não dispensam a sua suite, e que como eles vão procurar o seu lugar de primeiro na oposição, impelidos por essa mesma variedade que não lhes permite conformarem-se com a situação de segundo na hierarquia do poder" (CAMPOS SALES, 1908, p.337).

máximo da República (ABRANCHES, 1973, pp.140-143). Essas incompatibilidades foram descritas pelo próprio Campos Sales (1908) e se manifestavam em oposições a vários projetos durante o mandato. O vice se colocava em oposição ao arrendamento das estradas de ferro, por exemplo, em discurso no Senado. Porém, "esta só se descobriu, colérica e tumultuosa, quando se deu a demissão do procurador da República na seção de Pernambuco" (CAMPOS SALES, 1908, p.335). A descrição do episódio é feita pelo próprio Campos Sales: Joaquim Murinho, ministro da Fazenda, após a identificação de um esquema de desfalque ordenou a demissão do servidor. A mesma foi ignorada pelo procurador local, que disse não receber ordens daquela pasta. Depois da intervenção do ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, ele o fez. Porém deixou registrado que fazia em virtude de ordem de Murinho. Essa desobediência custou-lhe o cargo, em uma clara intervenção do poder federal no local. "Foi demitido o procurador, e no mesmo dia o governador do Estado o chamou para serviço em seu gabinete. No Congresso, os senadores e deputados da turma do vice-presidente levantaram o atoador alarido das hostilidades" (CAMPOS SALES, 1908, p.337).

O exposto revela mais do que se propõe. Campos Sales acaba por demonstrar que a não intervenção, tão usada como exemplo de relação de troca entre o Governo Federal para o apoio no Congresso, era bastante complexa. Mesmo sem os exércitos, era possível ao poder central alterar o balanço político local usando a própria burocracia. A relação se parece com negociações de dupla proteção: enquanto procurava que os representantes estaduais ajudassem na execução de seu plano no nível local não interferia nos negócios políticos dos estados. Porém, no nível da União, não aceitava qualquer tipo de rebeldia dos estados.

Mas os estados federados poderiam se rebelar de que maneira? A revelação do segundo maior opositor de Campos Sales traz uma possibilidade de interpretação. Em 1901 ergueu-se uma dissidência entre os paulistas, liderada pelo seu antecessor:

A oposição ao meu governo começou no Congresso Federal por um grupo de deputados, sob direção do vice-presidente da República. Mais tarde, rebentando a dissidência política em São Paulo, que teve por chefe o ex-presidente Prudente de Moraes, forneceu ela, no Congresso Federal, um pequeno contingente que se submeteu também ao comando do vice-presidente (CAMPOS SALES, 1908, p.338).

Para Campos Sales, as falas de Prudente de Moraes explicitavam a com a ideia de não ter participado da composição do ministério, bem como a falta de diálogo do seu grupo entre os paulistas republicanos, que gostariam de ser mais ouvidos por sua vinculação partidária. Porém, mais uma vez, o presidente da época colocava essa atitude como incompatível com a missão dos ex-presidentes na manutenção da República:

Cumpre, entretanto, advertir que nós outros, que já exercemos o supremo poder da nação, não podemos, sem desafiar as suspeitas do público, prometer cá fora aquilo que no governo não chegou a ser objeto de nossas cogitações. Nem se pode compreender que tenha alguém preferido confiar ao trabalho lento e incerto da propaganda um plano de reformas que com mais segurança teriam sido realizadas pela eficácia da ação governativa.

Pedir, nestas condições, uma outra República e propor o início de uma nova propaganda para remodelar 'essa que está aí', se não é uma simples declamação, é certamente o mais cruel dos processos até hoje inventados para difamar o atual regime (CAMPOS SALES, 1908, pp.341-342).

Há ainda um último ponto importante a ser considerado no discurso de Campos Sales: a sucessão. "Fazer" o próximo presidente podia significar a permanência do seu plano de governo e a manutenção da ordem estabelecida pelo predecessor. Segundo Campos Sales, "a eleição do presidente da República é o grande eixo da política nacional, embora a agitação, que em torno dela se promove, nem sempre obedeça ao influxo dos princípios" (CAMPOS SALES, 1908, p.365). Ao contrário de procurar o partido ou apenas aceitar a indicação, o presidente foi o primeiro a utilizar o cargo para articular o nome de sua preferência. E seguindo o que considerava como suas características: um administrador, conciliador e perseverante.

Para fazer a mesma administração, será preciso fazer a mesma política, esta política que ninguém compreendeu a princípio; que a todos parecia incolor, sem significação e apenas *hábil manobra*; mas que afinal se firmou como a alta significação de uma política de moderação, tolerância e concórdia, aspirando ao apaziguamento dos espíritos para o fim de se abrir espaço à solicitude e às preocupações consagradas aos grandes e reais interesses da República (CAMPOS SALES, 1908, pp.367-368).

Mais uma vez, a questão foi colocada como patriotismo: era o certo a fazer. "Agora o verdadeiro patriotismo é o que consiste em designar os que forem capazes e dignos" (CAMPOS SALES, 1983, p.370). Essa opção não permitia preterir os adesistas em relação aos históricos. E foi essa a sua direção: escolheu Rodrigues Alves, paulista e ex-ministro da Fazenda de Prudente de Morais. Também ex-conselheiro da monarquia, no momento era presidente de São Paulo. Segundo Campos Sales, depois de tomada a decisão, foi consultar (através de Olinto de Magalhães) o presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão. Ele consentiu, pedindo um mineiro para vice. Com a sinalização positiva, pediu também a opinião de Severino Vieira, da Bahia, informando já da chapa Rodrigues Alves-Silviano Brandão. "Dado o acordo entre Bahia, Minas e S. Paulo, não espero encontrar embaraços ante as influências de outros Estados, a quem consultarei com as devidas reservas, guardando, entretanto, o necessário sigilo" (CAMPOS SALES, 1908, p.372). A *política dos estados* não era a mesma para todos os governadores.

Apenas depois de montar um panorama positivo foi tratar diretamente com o futuro presidente. Essa carta foi integralmente transcrita em *Da propaganda à presidência*, datada de

06/01/1901. Campos Sales começa dizendo que as suas atitudes no governo deveriam ser mantidas pelo seu sucessor. Ao mesmo tempo, precisa justificar os motivos dele mesmo não ter feito isso: basicamente porque não encontrou um panorama tão bom quanto o que estava deixando.

A situação da República é tal, que ela precisa menos do político do que do administrador. Não é do pulso forte do republicano vivaz que ela precisa, mas, essencialmente, da competência do administrador calmo e prudente, capaz por isso de agir na linha reta dos interesses gerais, sabendo o que seja preciso querer, sem partidarismo nem seita, e superior às solicitações de classes e grupos" (CAMPOS SALES, 1908, p.367).

Ao mesmo tempo, ressalta que não poderia ir ao partido pedir nomes, ou aceitar esses nomes, porque encontrou muita cooperação do grupo concentrado – e, por isso, as paixões deviam ser deixadas de lado. Escolher entre os dois grupos seria uma maneira de criar atritos, que atrapalhariam o ambiente que foi alcançado pela avaliação de Campos Sales.

Julgo conveniente esclarecer que o grupo que se denomina 'Concentração' desenvolveu especial atividade na sua ação parlamentar, que tem sido caracterizada pela mais perfeita conformidade de vistas com o governo. À sua fecunda cooperação muito deve o governo da República (CAMPOS SALES, 1908, p.377).

É interessante notar que ele não fala em qualquer política de governadores na carta, mesmo ocorrendo depois do período que considera que foi posta em prática no próprio livro (desde o início do seu mandato). E isso chama mais atenção ainda em estar falando diretamente com um governador. Pelo contrário, fala em acordos com o Congresso no nível federal, baseado na neutralidade e foco no acordo de Londres²⁶.

Resta ponderar que uma política partidária e, portanto, agressiva, não poderia ser inaugurada sem um franco rompimento de hostilidades contra um dos grupos a que tenho aludido. Qual deles o preferido para ser o governista? O mais forte? Mas, quem poderia indicar o mais forte? Qual o designado para a oposição? Se o critério da escolha tivesse de decidir-se pelo número, restaria averiguar qual dos dois teria uma combatividade mais ardente, qual o mais perseverante na resistência, qual o mais impulsivo na agressão. De resto, não basta ter maioria; é preciso, antes de tudo, que esta possa garantir ao governo decisão e fidelidade nas deliberações e, ao mesmo tempo, dar-lhe a segurança de um apoio desinteressado (CAMPOS SALES, 1908, pp.378-379).

Esse arranjo tem as características adequadas aos princípios de Campos Sales: não exigiu grandes reuniões e a decisão ficou centralizada na sua pessoa. Depois disso, ela foi

²⁶ Para levar a termo esse programa, que envolve na sua execução um empenho de honra, temos necessidade de manter uma política de paz e concórdia, que traga para o serviço da República todas as forças úteis, todas as vontades patrióticas, sem o deplorável partidarismo exclusivista, absolutamente inoportuno no atual momento (CAMPOS SALES, 1908, p.378).

trazida para o reduto do partidarismo, em reuniões no Senado. "Dos estados da União, somente três deixaram de entrar no geral concerto: os do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão" (CAMPOS SALES, 1908, p.390). Pernambuco era considerado reduto republicano e dominante sobre o Maranhão. Os fluminenses anunciaram Quintino Bocaiúva para presidente e Silviano vice; os nordestinos, Rodrigues Alves e outro vice. Campos Sales cria que esse movimento providenciou a paz legislativa para o restante de seu mandato. A ideia foi levantada em carta a Severino Vieira, em 18 de agosto de 1901:

Contribuiu enormemente para isso a reunião política que teve lugar no recinto do Senado, em que os principais papéis foram desempenhados, com grande elevação, pelos nossos amigos Paula Guimarães e Pinheiro Machado. O que eles disseram, em nome dos estados que representam, impressionou vivamente. Viu-se que havia uma orientação e que o governo estava bem amparado. Foi quanto bastou para se operar um movimento na maioria do Congresso, com um reflexo salutar na opinião (CAMPOS SALES, 1908, pp.394-395).

Em suma, é possível afirmar que a *política dos Estados*, tal como concebida por Campos Sales, nasceu como uma tentativa de interferir no processo de reconhecimento do Legislativo Federal, mais precisamente na Câmara dos Deputados. Embora o objetivo declarado fosse fazer levar ao Congresso os representantes escolhidos pelos executivos locais, de fato, em algumas situações, a escolha a nomes determinados se tornaria mais importante. Em algumas condições, a alteração da lista enviada pela região também seria mais importante, se houvesse sobreposição com interesses maiores. Ou seja, a indeterminação sobre a regra indica que, mais do que um projeto, a *Política dos Estados* era uma tentativa discursiva da parte de Campos Sales de ordenar o processo de verificação de poderes de uma maneira que fosse positiva para o seu governo. O que importava para o então presidente, mais do que esses acordos, era diminuir a força do discurso opositor, da *política dos governadores*, em afirmar que havia perseguições partidárias ou ingratidão.

5 DOIS DISCURSOS EM DISPUTA

Quem quiser hoje procurar nos anais do Congresso os frutos que [da oposição de Rosa e Silva] ficaram, não encontrará um só traço que possa denunciar a aproximação de um espírito superior e clarividente, inspirando ideias e dirigindo os opositoristas para os grandes combates que fazem honra às assembleias. Encontrará, sim, os tristes vestígios de uma ação dispersiva, odienta e anárquica, que nas assembleias políticas representa a função ingrata das mediocridades (CAMPOS SALES, 1908, p.337).

A ação da oposição seria mesmo dispersiva e anárquica, como qualificou Campos Sales? Como vimos ao longo desta tese, diversos pontos de crítica e defesa ao presidente e ao seu sucessor foram articulados pela oposição. Da mesma forma, depois da *Mensagem Presidencial* de 1902, grupos de apoiadores ao presidente tentaram rearticular tanto esses conteúdos como criaram novos. A importância desse embate era reconhecida por Campos Sales que chamou de formação das “correntes de opinião” (CAMPOS SALES, 1908, p.348). Quais seriam, portanto, essas correntes de opinião?

Campos Sales fez uma retrospectiva da Primeira República na obra final do seu governo. Em *Da Propaganda à Presidência* o então ex-presidente fez questão de colocar o seu governo como um rompimento com o que Prudente de Morais, seu antecessor, tinha feito. Não em um sentido restrito de projetos de governo, mas de uma maneira mais radical, de ideias políticas. Ao eleger este como um de seus maiores adversários durante o período – juntamente com o Rosa e Silva, vice-presidente no quadriênio de Campos Sales – ele demonstrou claramente o que estava em disputa no momento. A oposição entre o grupo de Campos Sales e o grupo de Prudente era política.

Indo um pouco mais fundo nesta parte do texto é possível observar que o autor coloca a ideia de República de Prudente de Morais como a origem das divergências políticas do período republicano. Segundo Campos Sales, foi a vontade pessoal de Prudente que o colocou como postulante a presidência na primeira eleição republicana, contra Deodoro da Fonseca, com uma “cabala” de ser uma candidatura civil contra as militares (CAMPOS SALES, 1908, p.62). Para ele, essa animosidade entre a ala “prudentista” do Partido Republicano Paulista e a ala militar do movimento da Proclamação foi primeiro erro da república (CAMPOS SALES, 1908, p.71).

Assim, é possível notar a emergência de um primeiro momento potencial para a criação de um discurso de antagonismo na república: os militares *versus* os civis¹. Nesse cenário o

¹ Os simbolismos envolvidos nessa disputa foram estudados por José Murilo de Carvalho no seu livro *A Formação das Almas*.

grupo que se alinhou com Prudente de Moraes – derrotado no pleito – se colocava em oposição aos militares principalmente em função da sua origem intimamente ligada à monarquia. O rompimento seria necessário para poder consolidar a República. Esta oposição substituiria a dicotomia monarquia x república na ação política. A resistência armada contra Floriano Peixoto assumir a presidência, segundo Campos Sales, seria um desdobramento desta oposição fundante².

Depois desse primeiro momento, Prudente de Moraes acabou sendo escolhido como o presidente sucessor de Floriano Peixoto. As articulações do seu partido de sustentação, o PRF, sob o comando de Francisco Glicério, apontaram ainda mais para essa oposição. Partidários de Floriano Peixoto (conhecidos como “florianistas” e também como “jacobinos”) perderam o domínio nos seus estados em função de intervenções federais em apoio aos insurgentes. Essa oposição se refletiu também no Congresso com a criação de dois grupos partidários distintos.

Considerando que esse discurso era ainda uma demanda política por *mudança* institucional, é possível afirmar que não houve sucesso na criação de um antagonismo, ou seja, ele não se institucionalizou. A bandeira do Partido Republicano Federal ou do seu opositor Partido Republicano eram muito genéricas (GUANABARA, 2002, pp.43-44) e os espaços para novas construções discursivas seguiu aberto. Assim temos em Campos Sales uma tentativa de resignificar a mudança através de uma transição discursiva. Se em um primeiro momento havia uma tentativa de construir um discurso de oposição entre civis e militares, a única maneira de acabar com as animosidades, para ele, era um rompimento. O quarto presidente do Brasil propôs que as regras do jogo político fossem alteradas de maneira a terminar o trabalho de consolidação da República dando um fim nas escaramuças militares em nome da recuperação econômica. Esse foi o mote principal do programa de governo de Campos Sales. Era, portanto, contra as práticas que resultaram da sua execução que se organizou o discurso de oposição: era esta a *política dos governadores*, mal maior que precisava ser combatido. Por seu turno o presidente, ao final do mandato, rebateu: ao contrário, era a *política dos estados*, que precisava ser mantida através de seu sucessor para o bem da unidade nacional.

A conclusão desta tese está organizada desta forma. Em um primeiro momento, (a) vai organizar e apresentar os conteúdos presentes no discurso de situação e no de oposição. Em seguida, (b) ver como estas demandas políticas são encadeados em cada discurso; e, finalmente,

² Para facilitar a leitura transcrevo novamente do item 4.1 a conversa com o Almirante Wandenkolk, que teria dito: “Mande o Marechal (Floriano) proceder à eleição e eu garanto que, de nossa parte, estará tudo acabado. Iremos às urnas sufragar o candidato que indicarem, quem quer que seja, contanto que seja um civil. Nada de militar” (CAMPOS SALES, 1908, p.109).

(c) propor uma chave explicativa para o período partindo embate entre esses discursos no campo da política na primeira república.

5.1 A política dos Governadores *versus* a política dos Estados

O termo *política dos governadores* surgiu em um período de eleições legislativas. Havia discussões sobre como seria feito o reconhecimento dos parlamentares de cada estado nas bancadas federais. Assim, essa prática foi primeiramente descrita como um critério de balizamento desse processo conforme pensado por Campos Sales para que fosse criada uma condição favorável ao seu programa de governo³. Ela funcionaria como a confirmação das vontades dos governadores dos estados. Mais adiante, em 1901, se formou um grupo parlamentar dissidente oficialmente ligado a Prudente de Moraes. Essa oposição materializou suas ideias na forma de um manifesto. Segundo este documento, essa escolha em apoiar o que viesse do governo dos Estados acabou ocasionando o não reconhecimento de republicanos que trabalharam na eleição do próprio Campos Sales⁴. Esse seria, portanto, o primeiro ponto pelo qual se reconheceu esse discurso: a *política dos governadores* foi um método aplicado ao reconhecimento de poderes.

Porém, ainda em 1900, casos especiais, não seguiram essa lógica. Como vimos, havia acusações de interferência de Epitácio Pessoa na verificação da Paraíba, tentando eleger os seus correligionários opositores dos políticos indicados pelo governador local. Também a eleição de Augusto Montenegro no Pará – que substituiu o grupo que estava no poder quando Campos Sales teria feito o acordo com os governadores – significava uma diminuição do poder do político pernambucano. Da mesma forma as situações do Mato Grosso e do Rio de Janeiro foram substituídas. Seriam essas apenas exceções que confirmavam uma regra? Ou o sinal de que não havia uma regra efetivamente negociada?

Para tentar manter a coerência do discurso, Serzedelo Correia sugeriu que essa política só valia enquanto as deputações não atingiam um número grande o bastante para garantirem o seu próprio destino. Ou seja, se uma base de sustentação grande o suficiente estivesse

³ Apenas Gonçalves Maia divergia de quem era a pessoa por trás da *política dos governadores*. Para o autor responsável pela orientação era Rosa e Silva. Maia também usou, logo no início, outro termo, a *liga dos governadores*. O termo se repete em um artigo do jornal *A Cidade*, do Ceará, em 1901. Essa liga seria quem ditaria o vencedor das eleições presidenciais.

⁴ Conforme citado anteriormente: "a exclusão de candidatos do partido republicano, eleitos legalmente, cujos diplomas foram rotos em holocausto à política dos governadores, que não era outra senão a política pessoal do presidente da República" (MORAIS et al, 1901, p.1)

reconhecida ela poderia suplantar a vontade do governador do seu estado se conseguissem atingir uma aliança forte com outros parlamentares dentro da Câmara⁵.

Partindo desse princípio podemos fazer algumas suposições. Em primeiro lugar, o espaço político primordial onde esses embates poderiam acontecer era a Câmara dos Deputados. No Senado isso seria muito mais difícil em razão da paridade de representantes em todos os Estados, o tamanho do mandato (nove anos) e o critério de renovação (um terço por eleição). Embora tenhamos um reconhecimento que não agradou o governo local nesta última – no Amazonas no início do governo Rodrigues Alves – o maior número de disputas e debates se deu na outra casa legislativa. Lá dentro, a base de sustentação da *política dos governadores* seria formada pelos estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (potencialmente um grupo de 89 deputados). Ao longo do ano de 1900, José do Patrocínio ainda acresceu Minas Gerais e São Paulo nesse grupo, perfazendo potencialmente 148 dos 212 votos da câmara, ou seja, 70% do total⁶. No Senado, se os mesmos estados estivessem fechados com o Governo, teriam 21 votos dos 61 (ou seja, 34%). Com apoios unânimes essa composição seria suficiente para garantir que o governo aprovasse tudo o que quisesse na Câmara dos Deputados, mas teria que trabalhar duramente para fazer o mesmo no Senado durante a legislatura.

Mesmo com esse cenário, estudos recentes demonstram que os Estados organizados localmente apresentavam certa concorrência eleitoral. Ricci e Zulini (2016) utilizaram o número de distritos com eleições contestadas para determinar essa concorrência. Estados onde os Partidos Republicanos locais estavam mais bem organizados (ou seja, sem disputas internas e mais enraizado na estrutura governamental) apresentaram números menores de contestações com sucesso. Entre 1889 e 1930, São Paulo teve 18% dos resultados de distritos contestados, enquanto o Rio Grande do Sul teve 29,7% e Minas Gerais 41,4% (RICCI & ZULINI, 2016, p.249). Porém, o percentual de sucesso dessas contestações foi próximo de 2,5% em São Paulo e Rio Grande do Sul, e menor do que 5% em Minas Gerais (RICCI & ZULINI, 2012, p.511). Isso demonstraria que, embora questionadas localmente, os resultados dificilmente se alteraram em âmbito federal.

O Amazonas (100%), o Distrito Federal (87,5%), o Rio de Janeiro (86,5%), Ceará (83,3%), Espírito Santo (81,1%) e Maranhão (76,9%) tiveram os maiores números de distritos contestados em todo o período da Primeira República (RICCI & ZULINI, 2016, p.249). No caso do Amazonas quase 20% das contestações foram aceitas. O Ceará teve aproximadamente

⁵ Aí não era mais preciso a política dos governadores, a Câmara estava constituída e havia elementos para fazer vingar esta ou aquela deputação ao sabor da maioria de então! (BRASIL, 1901c, p.844).

⁶ Ver DOS SANTOS, 2011, pp.59-60.

16%, quase o mesmo que o Distrito Federal e o Rio de Janeiro que tiveram um índice próximo de 15%. O Maranhão teve menos de 5% de aceitação embora o grande volume de contestações (RICCI & ZULINI, 2012, p.511).

Especificamente no ano de 1900 foram 44 contestações com 33 deputados que não tiveram o seu diploma local aceito pela Câmara dos Deputados. Na eleição seguinte, o número de contestações aumentou para 48, porém a quantidade de diplomas cassados diminuiu para apenas 14 (ZULINI, 2016, p.93). O número de contestações se manteve estável para a eleição de 1906 (50 e 14, respectivamente), caiu em 1909 (27 e 11), voltou a crescer em 1912 e 1915 (58 com 37 degolas no primeiro e 56 com 63 degolas no último). Esses percentuais demonstram que, embora haja competição eleitoral local em alguns estados, é inegável que a posição defendida por Campos Sales de fazer diplomar os escolhidos localmente obteve um bom nível de sucesso no longo prazo.

Podemos avaliar essas situações desviantes da tendência apontada por Ricci e Zulini através da análise das composições políticas locais contextualizadas em arranjos políticos interestaduais. Dunshee de Abranches escreveu um texto no *Jornal do Brasil* afirmando que depois do governo de Campos Sales as alianças entre as bancadas regionais voltaram a ter poder dentro do Congresso e era com elas que Rodrigues Alves precisou tecer as suas alianças. Em uma série de textos publicados ao longo de 1903 no jornal *O País*⁷, o autor afirmou que a predominância de Rosa e Silva na região Norte e Nordeste do Brasil só era limitada pela Bahia (ABRANCHES, 1973, p.143). O chefe do Partido Republicano de Pernambuco teria influência sobre o Maranhão, Pará e Alagoas, o que potencialmente representava 37 votos na Câmara⁸ (17,4%). Já Arthur Rios, apoiado por José Joaquim Seabra (ABRANCHES, 1973, p.142) influía sobre o Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, totalizando 48 cadeiras do total (22,6%).

Os resultados eleitorais contestados pela oposição em 1900 se concentraram no Amazonas, no Ceará, na Paraíba e no Mato Grosso. Nos dois últimos casos, a interferência de ministros de Campos Sales, enquanto no segundo seria uma disputa entre Rosa e Silva e Seabra. A interpretação de que essas mudanças regionais eram patrocinadas por lideranças de estados preponderantes sobre outros satélites é reforçada por comentaristas da época. Gonçalves Maia, por exemplo, cita sobre o reconhecimento de poderes daquele ano:

⁷ Esses textos foram publicados em conjunto em 1973 pela sua filha, recebendo o nome de *Como se faziam presidentes*.

⁸ A distribuição das bancadas está na nota número 20 do capítulo de introdução (item ii).

O reconhecimento na Câmara do deputado Ovídio Abrantes e dos seus amigos já tinha dado ao Sr. Rosa e Silva uma certa preponderância na política parlamentar; o dos Srs. Lagden e Vasconcelos, contra os Srs. Alcindo Guanabara e Hermes da Fonseca, aumentou essa preponderância, e se ele conseguir derrotar a gente do Sr. Alberto Torres, governador do Rio de Janeiro, e a do dr. Murinho em Mato Grosso, teremos o sr. Rosa e Silva dominando o país como em outros tempos o Sr. Francisco Glicério (MAIA, 1900b, p.1).

Gonçalves Maia está se referindo a intervenção de Rosa e Silva no estado de Goiás (Ovídio Abrantes⁹), Distrito Federal (Lagden¹⁰ e Vasconcelos¹¹), além de uma disputa de poder com o governador do Rio de Janeiro, Alberto Torres¹², e estava em aliança com o atual governador do Mato Grosso, Generoso Ponce. Ovídio de Abrantes não teve a sua reeleição reconhecida pela junta regional para a quarta legislatura (1900-1902), mas foi declarado eleito pela Câmara (ABRANCHES, 1902a, p.590). Da mesma forma, Lagden teve a sua única eleição nesta legislatura, não sendo reconhecido em 1903 (ABRANCHES, 1902b, p.52). Esses são dois exemplos claros das “degolas” ocorridas nas eleições que se deram dentro do marco cronológico deste trabalho. Assim, a posição do presidente através do seu discurso de *política dos Estados* poderia se configurar como uma tentativa de sobrepor o papel de presidente no lugar dessas lideranças inter-regionais. De certa forma, a interferência do chefe do executivo federal poderia encorajar a independência dos Estados enquanto entes federados.

Pode-se aferir daí que enquanto os deputados opositores colocavam toda a culpa da derrota dos seus preferidos à *política dos governadores* de Campos Sales, não há uma maneira de definir através das manifestações parlamentares e jornalísticas uma base conceitual mais específica do que o processo de reconhecimento de poderes em toda a sua complexidade. O que demonstraria que este discurso continha um significado maior, que estava ainda sendo disputado.

O grupo de apoiadores do governo Campos Sales era grande, tendo em vista a sempre citada facilidade que o presidente tinha para aprovar o que quisesse na Câmara. Porém foram poucos os que abertamente defenderam o chefe do executivo utilizando como mote o discurso da *política dos governadores*. No congresso o primeiro a se referir a ela foi o próprio Campos

⁹ Ovídio de Abrantes era engenheiro, nascido em Goiás em 1866, sendo diretamente ligado a Floriano Peixoto quando membro do exército. Deputado de 1894 até a quarta legislatura, em 1902 (ABRANCHES, 1902a, p.590).

¹⁰ Henrique Tavares Lagden nasceu em 1859 no Rio de Janeiro. Doutor em Medicina, foi eleito para o Congresso apenas na eleição de 1900, não tendo mais o mandato renovado. Foi intendente do Distrito Federal entre 1907 e 1909 (ABRANCHES, 1902b, pp.51-52).

¹¹ Não há como precisar a qual Vasconcelos se refere. Na eleição de 1902 se elegeram Nelson de Vasconcelos e Almeida e Augusto Vasconcelos (ABRANCHES, 1902b, p.52).

¹² É importante salientar que a coluna do Correspondente Político do jornal *Diário de Pernambuco* apresentava Alberto Torres como aliado de Campos Sales (CARTA, 1902, p.1).

Sales, na mensagem presidencial de maio de 1902 renomeando o discurso para *política dos estados*: “isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os Estados e a União, é, pois, na sua essência, a política nacional. É lá na soma dessas unidades autônomas que se encontra a verdadeira soberania da opinião” (BRASIL, 1902a, p.772)¹³. Apenas depois disso José Joaquim Seabra utilizou a tribuna para fazer considerações sobre o tema. Na imprensa foram poucas as menções, repercutindo a manifestação de Campos Sales¹⁴. Segundo o deputado baiano, líder do governo, havia injustiça com o presidente e cabia a ele, um adesista, defender a sua história:

Mas a justiça e a história não de dizer que enquanto o propagandista, aquele que sofreu na propaganda, encontrava essa acusação injusta e impropriedade dos honrados Deputados seus companheiros, também encontrou um homem que aderiu sinceramente à República para vir dizer ao seu país que o Sr. Presidente da República não desmereceu nem da sua consciência, nem da sua honra (BRASIL, 1902f, p.3259).

Além deles, Alcindo Guanabara lançou um livro defendendo o governo que se encerrava em 1902 (*A Presidência Campos Sales*). Nenhum dos defensores da política do quadriênio de Campos Sales utilizou o mesmo termo que o ex-presidente afirmou que fosse mais condizente com o que pensava.

Campos Sales não restringiu a sua *Política dos Estados* ao processo de verificação de poderes. Porém, tratou de explicar como esses trabalhos foram conduzidos. Para ele isso seria apenas resultado de negociações com outros líderes executivos das esferas locais para evitar desavenças e disputas. Isso garantiria, segundo o autor, uma câmara legítima.

Segundo o acordo estabelecido entre chefes políticos, cuja influência deve ser bem acentuada nos trabalhos da próxima legislatura, é com estas providências regimentais que se há de chegar à melhor e à mais justa conclusão na verificação de poderes. Nutro a convicção de que, mantido este acordo sem fraquezas nem hesitações, chegaremos a formar uma Câmara legítima, impossibilitando o triunfo das duplicatas vergonhosas (CAMPOS SALES, 1908, p.240)¹⁵.

Vê-se aqui uma coincidência entre o que foi afirmado por Serzedelo Correia e o Presidente. A atuação política frente às eleições só deveria ser tomada em caso de uma contestação já existente, ou seja, em caso de duplicatas. E, em surgindo, deveriam ser mantidos os nomes da situação local. Essa coincidência indica um acerto prévio e a concordância que

¹³ E esta ideia é reforçada em *Da Propaganda à Presidência* (1908): “Outros deram à minha política a denominação de – *política dos governadores*. Teriam talvez acertado se dissessem – *política dos Estados*. Esta denominação exprimiria melhor meu pensamento” (CAMPOS SALES, 1908, p.236).

¹⁴ Nos jornais *A Mensagem* e *O Pharol*, conforme notas número 7 e 8 do Capítulo 3.

¹⁵ Esta é uma citação da carta enviada para Silviano Brandão, governador do Estado de Minas Gerais na época.

Campos Sales afirmou existir. Na prática seria a garantia de que sempre os nomes do governo local deveriam ser reconhecidos, mesmo que, de alguma forma, a oposição se fizesse ganhadora no pleito estadual.

A partir da leitura dos capítulos anteriores, é possível concluir que o discurso de oposição, da *política dos governadores*, acabou significando a demanda política por mudança em uma cadeia equivalencial de, pelo menos, seis elos. A própria *política dos governadores* como explanado neste item: *egoísmo*, *anti-partidarismo* *parlamentarismo*, *revisão* e *crise econômica*. Por outro lado, o discurso da *política dos Estados* foi diferente. Não houve um grupo que tenha se identificado sob o rótulo sugerido pelo presidente. Existiu uma defesa organizada do governo Campos Sales tomando cada uma das demandas levantadas pela oposição de maneira diferencial. Assim, é lícito afirmar que o discurso de situação foi, acima de tudo, um embate para desarticular as ideias relacionadas pela oposição ao governo. Para tentar ter sucesso no processo, os situacionistas utilizaram os conteúdos: *liderança pessoal*, *apartidarismo*, *presidencialismo*, *consolidação*, *austeridade*.

5.2 Egoísmo versus liderança pessoal

As afirmações de que Campos Sales estava usando o executivo para exercer seu poder pessoal foram usadas desde o início do período do governo, principalmente na imprensa. Apareceu pela primeira vez ainda em 1900, quando José do Patrocínio fez relações entre as vontades do presidente e as suas ações, durante o episódio já discutido anteriormente, do reconhecimento de Lauro Müller (PATROCÍNIO, 1900c, p.1). A intervenção do presidente nas eleições da Capital Federal também foi apontada como indício desse poder pessoal:

Uma das primeiras preocupações do despotismo pançudo do Sr. Campos Sales foi reduzir o Distrito Federal a coisa sua, dependência exclusiva de sua vontade pela demissibilidade do prefeito, equiparado assim ao chefe de polícia, e os dois com poder exclusivo de designar os nossos intendentes, os nossos deputados e os nossos senadores (PATROCÍNIO, 1900e, p.1).

A fórmula que o presidente usaria para diminuir a importância do voto no cenário político era formar as câmaras dependentes do governo federal. Assim, segundo José do Patrocínio "o centro [da política] ficava no Catete: na câmara e no senado bastavam os corpos, o número para a formalidade das votações" (PATROCÍNIO, 1900g, p.1). Todas as decisões seriam resultado da vontade do Catete. José do Patrocínio afirmava que isso era uma inspiração castilhista: "Sufragar o que o governo reclama e endeusar o que ele tenha feito, eis o que o órgão da bancada castilhista estatui em nome da disciplina" (PATROCÍNIO, 1900g, p.1).

Em sua defesa, Campos Sales enumerou uma série de cartas que trocou com as lideranças dos Estados sobre a mudança no regimento da Câmara para a eleição de 1900 no seu livro *Da Propaganda à Presidência*. Primeiro com Minas Gerais, depois com a Bahia e, por último, com São Paulo. Nelas ele afirmava que a reforma do regimento foi aceita pela maioria das lideranças políticas e que era necessário organizar uma maioria que garantisse, logo no início dos trabalhos, a validade desse acordo. Para isso, Campos Sales pedia para que fosse observado um princípio: “a presunção, salvo prova em contrário, é a favor daquele que se diz eleito pela política dominante no respectivo Estado” (CAMPOS SALES, 1908, p.248).

Para Campos Sales, a única maneira de se chegar a esse ponto era através da presença de chefes partidários e total submissão dos seguidores a estes. As decisões deveriam ser tomadas por eles, e não por uma coletividade. Para que isso fosse possível era necessário um fortalecimento dessa figura central. “Os chefes que hoje aparecem nada dirigem: ao contrário, deixam-se arrastar mais ou menos constrangidamente pela impetuosidade de forças anárquicas, agremiadas em coletividades sem coesão” (CAMPOS SALES, 1908, p.245). Essa centralidade no jogo político, bem como o menosprezo ao papel de alguns líderes do momento (provavelmente Prudente de Moraes, o que justificaria o manifesto oposicionista da sua ala do Partido Republicano Paulista) alteraram o panorama existente, causando descontentamento de parlamentares. Para Campos Sales o Congresso se tornaria mais moralizado se esvaziado das paixões de momento, ou seja, os partidos não seriam necessários para a democracia. “Que é que poderá sair de uma reunião assim agitada por intuítos e tendências tão desencontrados? Se não o desacordo, possivelmente um alvitre menos acertado, do qual poderá resultar o prévio sacrifício do prestígio moral do Congresso” (CAMPOS SALES, 1908, p.246). Nilo Peçanha confirmou que houve uma reunião e a aceitação por parte das lideranças da casa para que essa alteração fosse aprovada (BRASIL, 1901c, p.844)¹⁶. Esse processo deu poderes a parlamentares específicos. Para Campos Sales isso era apenas uma característica da sua *liderança pessoal*.

O mote do descontentamento da oposição é a alteração do jogo de forças na Câmara. Há uma demanda política por mais pluralidade na tomada de decisões. A oposição queria que o seu núcleo pudesse intervir diretamente nos processos políticos, claramente, em princípio, na verificação de poderes. Mais especificamente, é possível afirmar que o descontentamento vinha da falta de poder de Prudente de Moraes naquele cenário. Como não tiveram esta demanda atendida, acusaram Campos Sales de despotismo, de ser autoritário. Esses diversos conteúdos usados para significar a supressão do direito de ação por parte dos membros do legislativo foram

¹⁶ Em outros momentos desta tese é possível verificar que Serzedelo Correia, Fausto Cardoso e Cassiano do Nascimento também confirmam esse acordo prévio.

reunidas aqui sob o rótulo de *Egoísmo* ou poder pessoal. A articulação deste conteúdo com o discurso da *política dos governadores* se deu, principalmente, com a oposição significando esse poder pessoal como resultado direto da ação de Campos Sales durante a verificação de poderes.

Segundo a oposição, este egoísmo de Campos Sales fez mais do que apenas enviar correspondências para realizar acordos com os governos dos Estados. Através de Augusto Montenegro o presidente interferiu diretamente na comissão de verificação de poderes para evitar que o Rio Grande do Sul tivesse a presidência da Comissão (BRASIL, 1901c, p.843)¹⁷.

A intenção do representante do Rio Grande do Sul era colocar na cadeira da presidência o general Valle, de modo que S. Ex. poderia livremente dirigir todo o trabalho da verificação de poderes, formando a Câmara a seu bel prazer. Mas isso, não conseguiria unicamente por causa da ação do Sr. Montenegro, que, concorrendo para a modificação do Regimento, garantia a cadeira da presidência ao atual Presidente (BRASIL, 1901c, p. 843).

Nem mesmo decisões corriqueiras e exclusivas do Legislativo escapariam desse poder pessoal. Na tribuna da Câmara, o deputado Edmundo da Fonseca sugeriu que foi Campos Sales quem escolheu as comissões, o presidente da casa e o líder da maioria¹⁸. José do Patrocínio, no *Cidade do Rio*, fez coro a essa afirmação (PATROCÍNO, 1900m, p.1). O resultado disso foi, segundo um discurso de Antônio Azeredo no Congresso em 1901, que não houve outro governo mais amparado pela casa do que este de Campos Sales¹⁹. A única oposição que recebia, segundo o orador, era individual da parte de Rosa e Silva (BRASIL, 1901d, p.966), que era presidente do Senado²⁰.

O egoísmo de Campos Sales, aos poucos, sendo nomeada por esse grupo de oposição como impopular. Para Cincinato Braga isso estava levando a população ao seu limite. "A lavoura sucumbe exausta, a indústria fecha as suas fábricas, o comércio estorce-se nas mais calamitosas dificuldades!" (CONGRESSO..., 1901b, p.1). O próprio Campos Sales chegou a afirmar na sua mensagem de 1901 que tinha "a coragem moral de afrontar a própria

¹⁷ Como visto no capítulo 2 José do Patrocínio fez essa afirmação no seu jornal, *A Cidade do Rio*, ainda em 1900 (PATROCÍNO, 1900b, p.1).

¹⁸ "A Câmara, Sr. Presidente, não se reuniu este ano, como fazia outrora, para eleger o seu leader, para indicar os nomes dos Deputados que deviam fazer parte da Mesa e das Comissões. Um belo dia aqui apareceu o ilustre deputado pelo Pará o Sr. Augusto Montenegro, encarregado pelo Sr. Presidente da República para eleger a Mesa da Câmara e as Comissões. E a Mesa foi eleita e foram eleitas as Comissões" (BRASIL, 1900d, p.3125).

¹⁹ "Reconheço, Sr. Presidente, que, incontestavelmente, nesta terra, depois de 15 de novembro de 1889, nenhum Governo tem tido maior prestígio, mais força do que o do Dr. Campos Sales, sendo para notar...

O SR. ARTHUR RIOS - Isto é outra coisa; número de votos não importa prestígio.

O SR. A. AZEREDO - ... que tendo sido a República proclamada principalmente pelo elemento militar, os dois primeiros presidentes militares jamais tiveram no Congresso, desde a Constituinte, prestígio e influência iguais à influência e ao prestígio de que goza o Sr. Campos Sales" (BRASIL, 1901d, p.966).

²⁰ Na organização política da época, tal qual nos Estados Unidos, o vice-presidente da República presidia o Senado.

impopularidade” (BRASIL, 1902a, p.771). Porém, essa crítica foi diretamente respondida por José Joaquim Seabra na tribuna da Câmara dos Deputados:

Como e porque, pois, é o Governo impopular? Pois a impopularidade se há de apreciar pelo clamor de alguns órgãos de publicidade desta Capital, se bem que respeitáveis, e por essa oposição, permita-se-me que o diga sem ofensa, às vezes apaixonada...

O SR. MALAQUIAS GONÇALVES - Mais apaixonado é o apoio. (*Há apartes*).

O SR. SEABRA - Já esperava por esses protestos e por isso pedi permissão para empregar o qualitativo 'apaixonada'.

Serão esses os elementos suficientes para que o historiador possa qualificar de impopular o governo atual?

Ninguém di-lo-há com justiça (BRASIL, 1902e, p.1143).

Campos Sales dedicou um capítulo inteiro do seu *Da Propaganda à Presidência* para comentar a sua relação com a imprensa. “Assim se caracterizou a oposição parlamentar: a da imprensa igualou-a na injustiça e excedeu-a na veemência do ataque. Nada disso, porém, conseguiu desviar-me do rumo que eu levava” (CAMPOS SALES, 1908, p.343). O presidente admitiu que utilizou o expediente de comprar matérias na imprensa da época já desde antes de assumir o governo. Durante a viagem à Europa, em 1899, o então presidente eleito pediu para Quintino Bocaiúva usar da sua influência com os jornais para impedir notícias ruins. Para Campos Sales, comprar apoio era parte da tarefa de governar o país.

Mas, os governos veem-se frequentemente forçados a agir, não só no sentido de preparar a aceitação de certas medidas e de encaminhar os acontecimentos, como também para evitar a ação funesta dos que intentam criar falsas correntes de opinião. E foi este positivamente a situação em que me achei. Encontrei em uma parte dos diretores da imprensa o arraigado preconceito de que o governismo é incompatível com a vida e a prosperidade do jornal. O êxito, a fortuna, a glória, a popularidade, estão do lado da oposição. O ataque ao poder, não importa por quê, é o mais estimulante atrativo à simpatia pública (CAMPOS SALES, 1908, p.348).

Segundo Campos Sales, aquele procedimento era uma situação normal²¹. A monarquia sempre recorreu “às colunas das gazetas industriais abertas à concorrência” (CAMPOS SALES, 1908, p.346). Mas mesmo com essa manobra a imprensa não defendeu o presidente da acusação de impopularidade. Pelo contrário, há uma série de questionamentos na imprensa justamente afirmando que este governo era o mais impopular que já havia acontecido²².

²¹ Não corrompi a imprensa. Acatei sempre a que merecia o respeito do público. Tive, porém, a mágoa profunda de encontrar jornais e jornalistas desviados de sua grandiosa missão e que pareciam menos dispostos a ser instrumentos benéficos da opinião, do que exercitar a ignóbil indústria das opiniões (CAMPOS SALES, 1908, pp.348-349).

²² Teria, inclusive, recebido vaias quando deixava a presidência: “O ex-Presidente conseguiu escapar à silvante manifestação, que lhe estava destinada nas duas vezes que foi ao Cassino, mas no dia de sua partida para São Paulo a vaia explodiu impetuosa e ululante, não podendo as oito bandas de música postadas na Estação Central abafar a

Se a articulação do discurso do *egoísmo* de Campos Sales com a *política dos governadores* se deu principalmente pela importância da verificação de poderes, como foi a percepção da oposição sobre o processo de 1903, sob o governo Rodrigues Alves? Repetir-se-ia o ocorrido no governo de Campos Sales? Por um momento, diversos meios jornalísticos apontaram um novo arranjo eleitoral. Lia-se no *Jornal do Brasil* em 9 de março de 1902:

Fala-se em diversos acordos, em forças políticas arregimentadas, em que, de um lado, se acham Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Sul, e do outro a Bahia, Minas e São Paulo.

O reconhecimento, diz-se, obedecerá a quem melhor souber aproveitar as sessões preparatórias que começarão no mês próximo (MARCELO, 1902, p.1).

Segundo o *Jornal do Brasil* esse acordo seria costurado por líderes partidários (Rosa e Silva, Glicério e Pinheiro Machado) e determinaria como seriam levados os reconhecimentos. O editorial do jornal fala em *moralizar* o processo, garantindo a representação das minorias como estabelecido na constituição²³. Segundo *O Estado de São Paulo* até mesmo o ministério foi escolhido por este grupo em conjunto com o presidente – o que não seria uma boa solução:

A organização do ministério obedeceu a um critério misto. Por isso saiu uma salada indigesta e que há de causar amargos de boca ao conselheiro presidente. Não se atendeu só às indicações parlamentares, nem só à política dos governadores, nem só à preocupação de dominar a hidra; para se atender a tudo isso, talvez não atendessem a coisa alguma... (CID, 1902, p.1).

Porém, alguns jornais seguiam acreditando que a política dos governadores seguiria valendo para o pleito de 1903 (caso d’*A Província*, de Pernambuco). O resultado destes arranjos seria, mais uma vez, um parlamento dependente do presidente. O jornal *O País* afirmava que o executivo atacava a independência dos poderes, mas o legislativo era permissivo o suficiente para aceitar a intromissão. “Efetivamente, cada dia que se passa, de legislatura em legislatura, o Congresso parece sentir-se orgulhoso em demonstrar que não passa de uma excrescência institucional, verdadeira chancelaria da presidência da República” (QUESTÕES, 1903, p.1).

Ou seja, já não importava tanto o que de fato ocorria nos bastidores políticos. A diferença entre as verificações de poderes de 1900 e 1903 foi, principalmente, quem era o

cólera do povo (...) Os autores da vaia apesar da intervenção policial ainda se animaram a desacatar o *Jornal do Comércio* e a *Notícia*, que foram na imprensa diária os mais fortes sustentáculos do governo extinto” (CARTA, 1902, p.1).

²³ A Gazeta de Notícias reafirmou isso na sua coluna Mexericos: “Parece que a antiga *política dos governadores*, como norma para o reconhecimento de poderes, será substituída este ano pelo critério do ilustre chefe pernambucano (...) O Sr. senador Azeredo já conferenciou duas vezes com S. Ex. e ficou assentado chamar-se o Sr. Pinheiro Machado, para se combinar com S. Ex. o que se deve fazer no reconhecimento de poderes” (MEXERICOS, 1903, p.1).. Dunshee de Abranches citou algo parecido, seriam alguns chefes partidários que se tornariam fiadores da verificação de poderes.

responsável por decidir. Saiu o chefe do executivo para a entrada de lideranças legislativas. A demanda por participação no processo decisório foi tomada de forma diferencial pelos novos detentores desse poder através da garantia da representação das minorias. Assim, em teoria, novas regras do jogo político diminuiriam a ação da oposição no Congresso. Na prática, porém, seguiram as acusações de que a *política dos governadores* continuava causando a interferência pessoal de Rodrigues Alves na política local, bem como era responsável pelo domínio do executivo sobre o Congresso²⁴.

Em suma, enquanto a oposição colocava as escolhas políticas de Campos Sales como demonstrações de despotismo, motivadas unicamente pelas suas preferências pessoais, pelo seu *egoísmo*, a ala situacionista afirmava que era uma maneira inteligente para lidar com o quadro político fragmentado gerado pela falta de unidade ideológica dentro do parlamento. Para o discurso da *política dos governadores* todos os malefícios gerados ao desejo popular, ou seja, ao voto dito livre, eram ocasionados pela intervenção de Campos Sales. Já para a *política dos Estados* era um arranjo habilmente feito pelas lideranças dos executivos federal e locais para que se reconhecessem os candidatos dos chefes locais.

5.3 Anti-partidarismo e apartidarismo

Isso leva a um segundo ponto importante na construção dos dois discursos analisados nesta tese: o papel dos partidos políticos. Neste item veremos de maneira mais detalhada os argumentos já expostos sobre a questão do papel e da existência de partidos políticos no Brasil do período e como isso se encadeou em cada um dos discursos concorrentes aqui analisados. Havia uma demanda pela autonomia na atuação partidária, tanto no sentido de serem reconhecidos enquanto tal tanto em ter as suas decisões respeitadas.

A oposição significou as ações de Campos Sales como *anti-partidarismo*. Para a oposição ela era o responsável pela dissolução dos partidos políticos que existiam antes de 1900. Além disso, afirmavam que Campos Sales ignoraria a opinião do partido, tanto nas tomadas de decisão do governo quanto na escolha do seu sucessor²⁵.

²⁴ Jonatas Pedroza, senador pelo Amazonas, afirmou em tribuna: “Todo o mundo sabe que o Sr. Presidente da República tem declarado positivamente que não intervém, de forma alguma, na verificação de poderes.

Entretanto, nós, aqui, sabemos que alguém, servindo-se do nome de S. Ex., tem trabalhado para conseguir votos contra o candidato legitimamente sufragado pelo Estado do Amazonas.

O SR. RUI BARBOSA - V.Ex. está bem certa disto?

O SR. JONATAS PEROZA - São informações que tenho e, aliás, muito exatas” (BRASIL, 1903b, p.274).

²⁵ Aqui é interessante frisar que para o jornal *A Federação*, do Rio Grande do Sul, a política dos governadores não existia no estado e que isso era motivado pela separação entre partido e governo. Embora fossem do mesmo grupo, havia, segundo o jornal, uma separação das tarefas, não havendo interferência – o governo governa, o partido elege. Isso seria o oposto da prática que era creditada a Campos Sales.

Os discursos encadeados para rebater essa argumentação estarão reunidos sob o rótulo de *apartidarismo*. Há duas bases de sustentação para isso: de um lado a afirmação de que não haviam partidos ideológicos, nos moldes como era o Partido Republicano nos tempos de Monarquia e, de outro, a preferência por negociações mais pessoalizadas, como debatido no item anterior. Campos Sales acreditava que a segunda situação era resultado direto da primeira. Porém, a oposição afirmava justamente o contrário: foram as negociações individualizadas, os acordos sem observância da filiação partidária, que determinaram a dissolução dos grupos na Câmara dos Deputados.

A proposição de que o pacto de Campos Sales acabou criando as bancadas conforme as vontades do governo do Estado e que seriam por ele dominadas em troca de apoiar os projetos da presidência (BELLO, 1940, p.254²⁶), ou mesmo de que haveria uma relação coronelista, ou seja, de igualdade de condições de troca (LEAL, 2012, 6:49) pressupõem um domínio da bancada estadual pelo chefe oligárquico local. Se as bancadas obedeciam aos interesses do Estado e havia uma perspectiva de que alguns Estados podiam eleger mais representantes que outros, pela característica da casa legislativa, a Câmara dos Deputados passou a ser o principal ponto onde se dava a disputa de forças das oligarquias regionais. Como se daria a obediência da bancada? Seria ela personalizada, em torno da figura de um chefe local ou em torno da fidelidade partidária?

Fausto Cardoso acreditava que a política dos governadores era a política da separação, da concentração das forças nos estados, enquanto a política da unidade nacional era construída em torno de partidos (BRASIL, 1901b, p. 751). Esta situação de ausência de partidos, porém, teria sido provocada pelas alianças feitas pelo presidente dentro da Câmara no início do seu mandato, em 1899, quando teria encontrado um parlamento dividido em dois partidos – os Concentrados e os Republicanos²⁷. Campos Sales havia sido eleito por indicação do último, que tinha por maior liderança o ex-presidente Prudente de Moraes. Edmundo da Fonseca chegou a afirmar que esse grupo foi transformado em “partido dos governadores”²⁸ e que essa organização de forças provocou o afastamento do eminente paulista (BRASIL, 1900d, p. 3125).

A debandada desse partido para o lado de Campos Sales também foi ressaltada pelo *Diário de Pernambuco*. Para eles, a Concentração se dissolveu porque não havia unidade de

²⁶ Como vimos, Bello considera que esse projeto não teve sucesso e fortaleceu oligarquias regionais (BELLO, 1976, p.258).

²⁷ Há vários autores que aceitam essa divisão. Além do já descrito aqui no capítulo 1 ressalto o trabalho de Ana Luísa Backes como referência para o estudo desses grupos (2006).

²⁸ Quatro anos depois o termo seria repetido por Maurício de Abreu: “Todos eles estão equilibrando os seus orçamentos e fazendo reservas, dando mostras de que a formação do partido dos governadores foi mais uma imposição” (BRASIL, 1904, p.2817).

pensamento no grupo (TRAÇOS..., 1902, p.1). Serzedelo Correia, que se considerava membro desta agremiação, afirmou que acreditava que fazia parte de um partido quando o quadriênio se iniciou. Porém, a situação mudou quando o grupo decidiu apoiar Campos Sales no início de sua gestão:

Agitou-se então, a gestão de saber em que condição prestaríamos este apoio, havendo quem pudesse afirmar que a política que o Governo Campos Sales ia fazer não era uma política de reação nos Estados, que S. Ex. tinha uma bandeira única, que era a bandeira financeira e bandeira do restabelecimento do crédito público, que S. Ex. iria governar, nos Estados, com a orientação dos partidos aí dominantes, mas sem ódios, sem intervenções indébitas. Então, Sr. Presidente, declarei “sim”; concordo em apoio desinteressado à administração e à política financeira. Vejo que os nossos amigos, que tem o apoio dos governadores, estão garantidos; mas, as oposições, que estão lutando nos Estados, que não tem o apoio dos governos locais, em que condições ficam? (BRASIL, 1901f, p.2210).

Se o discurso da oposição garantia que os partidos foram destruídos pela política dos governadores, para os defensores da política de Campos Sales não se podia destruir aquilo que não existia. José Joaquim Seabra afirmou isso da tribuna em 1901. Para Seabra o mais importante resultado da dita *política dos governadores*²⁹ era justamente a calma nos espíritos dentro do Congresso em uma trégua das disputas partidárias para a solução da crise financeira (BRASIL, 1902f, p.3258). Considerar esse resultado como sendo algo ruim era apenas fruto do efeito das paixões partidárias. Da mesma forma garantia Alcindo Guanabara que os partidos não existiam.

Dizemos – a superstição dos partidos – sem que haja nada de irreverente nesta frase, porquanto de partidos só restavam então o rótulo com que se decoravam as individualidades que se tinham separado: as ideias e os sentimentos estavam de novo confundidos e baralhados (GUANABARA, 2002, pp.43-44).

Para Campos Sales, no governo de Prudente de Moraes ocorreu um período de anarquia, fruto de um divórcio entre o Executivo e o Legislativo, o que levou o país ao caos e à moratória. Ou seja, seu antecessor era responsável pela situação grave em que recebeu o governo em 1899, mesmo reconhecendo a ascendência de Francisco Glicério sobre ele³⁰. Contudo, essa influência não seria resultado de uma organização partidária, ou seja, do Partido Republicano Federal. Para Campos Sales isso era impossível devido à pluralidade excessiva de ideias presente na constituição da agremiação:

²⁹ Note-se aqui que ele não usa o termo *política dos Estados*. Na construção da sua argumentação ele não nega que Campos Sales fazia esta política, apenas tenta ressignificar esse discurso atribuindo resultados positivos a essas ações.

³⁰ “Num incidente em que me achei envolvido pude verificar que, efetivamente, a opinião do sr. Glicério tinha um grande peso no ânimo do supremo magistrado da nação” (CAMPOS SALES, 1908, p.129).

Mas, ainda aí, nessa dupla ausência de coesão de ideias e de conformidade de sentimentos estava o germen de dissolução, sob cuja influência deletéria devia fatalmente cair esfacelada essa massa informe. Não é, portanto, como se pretendeu, nos acontecimentos da Escola Militar e subseqüente crise política, que se deve procurar a causa da cisão que se produziu no seio do numeroso partido, em 1897: ele já trazia, no seu próprio organismo, o morbus que lhe minava a existência desde a hora que saiu, armado, do cérebro do seu criador (CAMPOS SALES, 1908, p.135).

Assim, o único cenário possível na política da época seria a falta de unidade ideológica das agremiações momentâneas que se digladiavam no Congresso. Ao definir o PRF, usou uma nota citando *A Vitória Republicana*, de Alberto Sales, de 1885:

A primeira condição para a existência de um partido, a garantia única de sua eficácia, como instrumento indispensável à realização da evolução social, é a perfeita uniformidade de sua doutrina. Um partido sem doutrina é um organismo incompleto e defeituoso, a que faltam as faculdades de orientação; é um partido sem responsabilidade e sem escrúpulos, uma verdadeira comandita exploradora do poder (*apud* CAMPOS SALES, 1908, pp.227-228).

O principal ponto de Campos Sales não aceitar a existência de partidos era acreditar que o discurso republicano já estaria enraizado. Não havia uma oposição clara que incitasse um antagonismo como foi a de monarquistas *versus* republicanos. A forma de contornar essa falha no sistema era criar um partido de governo que o auxiliasse a cumprir o seu programa. O inimigo da realização do seu projeto eram as paixões partidárias que atrapalhavam a atividade governamental. Foi esse modo de governo que ele chamou de *apartidário*, ou seja, priorizar os acordos com chefes políticos independente do partido em que militavam.

A ausência de partidos fomentada pela postura *anti-partidária* de Campos Sales teria criado a situação inédita, segundo Cassiano do Nascimento, de não ter um orçamento aprovado em outubro, resultado direto da falta de dedicações de parlamentares ao projeto do presidente (BRASIL, 1901f, pp.2433-2434). E essa situação, para a oposição, não teria resolução simples. Francisco Bernardino, em uma fala na Câmara dos Deputados em 1902, afirmou que enquanto não se instituíssem partidos ideológicos o particularismo continuaria comandando. “Enquanto forem os Estados os centros inspiradores e dominadores da política, com essa variedade de centros de inspiração, todos eles particularistas, compreende-se a impossibilidade do estabelecimento ou da criação, sequer, de um partido de governo” (BRASIL, 1903d, p.1838).

É nesse espaço que surge na oposição um grupo com intenção de agir de forma coletiva, partidária, na Câmara dos Deputados, organizados em torno da figura de Prudente de Moraes. Esses se consideravam “o velho partido republicano” e tinham intenção de se tornar um partido nacional. “O esquecimento da antiga coesão e solidariedade partidárias, e das responsabilidades governamentais do momento, ocasionou a cisão da poderosa agremiação sustentadora da

República" (MORAIS et al, 1901, p.1). O grupo apresentou treze itens programáticos em seu manifesto inaugural onde se destacavam a diminuição do poder do executivo, alterações legislativas, salvaguarda contra a intervenção militar na política e a reforma eleitoral.

O sufrágio popular tem sido entre nós mera ficção; quem tem realmente feito a eleição dos presidentes da República tem sido pequeno número de membros do Congresso, pois a escolha do candidato, realizada pelas convenções, equivale a uma eleição prévia (MORAIS et al, 1901, p.1).

Havia ainda mais uma demanda política importante diretamente relacionada com o funcionamento dos partidos políticos: a indicação do nome do sucessor ao cargo de presidente. Rodrigues Alves foi um nome indicado pelo Partido Republicano, porém, Campos Sales foi acusado de escolher quem melhor lhe aprazia³¹. Joseph Love indica um racha no Partido Republicano Paulista principalmente em função da escolha do próximo presidente do Estado no ano de 1901 (LOVE, 1982, pp. 160-161). O grupo ligado à Prudente de Moraes, que representava essa dissidência paulista, defendia que o antigo presidente e o Partido Republicano deveriam ser ouvidos nessa escolha. Os grupos que estavam descontentes se reuniram em torno do nome de Quintino Bocaiuva. Setores da imprensa também - José do Patrocínio afirmou que embora não fosse mais o mesmo de outros tempos, era um nome melhor para ocupar o cargo³².

De fato, a política dos governadores diversas vezes foi significada como o ato que sinalizava a ruptura formal de Campos Sales com Prudente de Moraes³³. Em alguns momentos a própria oposição apontava a indicação de outro nome como o resultado da cisão do Partido Republicano de São Paulo, tão somente³⁴. Porém essa era uma situação bastante importante dentro do cenário político da Câmara dos Deputados mesmo se dando apenas como uma disputa de poder interna³⁵.

³¹ Assim como Bernardino de Campos teria sido escolha de Campos Sales, não do partido, para a sucessão do próprio Rodrigues Alves na presidência de São Paulo.

³² "Mas o ideal fez-se instituição; a propaganda assumiu a responsabilidade de programa de governo. O Quintino orador, jornalista, revolucionário, passou a ser o Quintino ministro, diplomata, senador, governador de Estado.

O seu prestígio começou a ser devorado pela sua ação política, e esta, por sua vez, discutida pelas simpatias e antipatias, pela confiança e prevenções inerentes às grandes lutas do governo com a opinião.

Confiar nesse prestígio, seria basear em muito pouco a candidatura do Sr. Quintino Bocaiúva, em que desapareceu o Quintino de outrora" (PATROCÍNIO, 1902c, p.1).

³³ Maia e Patrocínio afirmavam isso muitas vezes nas suas colunas e o manifesto do grupo de Prudente terminou de deixar isso claro.

³⁴ "O que o país vê é que há duas correntes de ideias, uma acompanhando a Convenção da Capital Federal e outra a Convenção Paulista, que por sua vez representam os elementos políticos em jogo no momento atual" (TEIXEIRA et al, 1902, p.2).

³⁵ Ricci e Zulini demonstram que, embora haja essa cisão, poucos foram os resultados contestados e menor ainda foi o índice de aceite dessas contendas – resultado bem diverso do estado da Bahia, Rio de Janeiro ou o Distrito Federal (RICCI & ZULINI, 2012, p.511).

Campos Sales considerou importante responder a essas acusações no seu *Da Propaganda à Presidência*. Segundo o autor, o seu critério era moldado pelas necessidades da época. “A situação da República é tal, que ela precisa menos do político do que do administrador” (CAMPOS SALES, 1908, p.367). Fazer o sucessor era garantir a continuidade do seu trabalho, ao invés de retroceder. E não importava, por isso, que a pessoa escolhida fosse um adesista, não um histórico. “Agora, o verdadeiro patriotismo é o que consiste em designar os que forem capazes e dignos” (CAMPOS SALES, 1908, p.368). Era exatamente o caso do ex-conselheiro Rodrigues Alves.

. O então ex-presidente escreveu que, depois de pensar no nome, manteve conversas com os governos estaduais. Começou consultando Minas Gerais, através de uma carta para Silviano Brandão. Depois de receber a aceitação – desde que com um vice da preferência mineira – passou a conversar com a Bahia, através da figura de Severino Vieira. Campos Sales deu a entender que conversou com vários governadores³⁶. Inclusive, na sua narrativa, ele teria conseguido a aprovação ao nome de Rodrigues Alves antes mesmo de resolver com o próprio governador de São Paulo a aceitação da sua candidatura. O presidente havia condicionado a indicação do nome do governador apenas se aceitasse continuar a política financeira vigente (CAMPOS SALES, 1908, pp.373-381).

Efetivamente, desde o primeiro momento, quando ainda muitos espíritos vacilavam, revelando dúvidas e talvez desconfianças, o sr. Rodrigues Alves trazia-me sem reservas o concurso do valioso apoio, não só sustentando ostensiva e francamente a minha conduta política, na sua cadeira de senador por São Paulo, como ainda procurando, por seus conselhos, nos círculos políticos, atrair todos os elementos para um centro comum de ação em apoio ao governo (CAMPOS SALES, 1908, p.385).

Campos Sales afirmou que apenas três estados não aceitaram o nome de Rodrigues Alves: Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. Isso confirma a tese da oposição de que Prudente de Moraes foi ignorado na escolha, mas não o partido. Segundo o autor, a aceitação do nome de Rodrigues Alves teria sido dado em uma reunião com representantes de todos os estados, “com exceção somente de Pernambuco e Maranhão” (CAMPOS SALES, 1908, p.390) e referendada por uma convenção em setembro de 1901, conforme também afirmou José Joaquim Seabra em uma fala na Câmara dos Deputados (BRASIL, 1902f, p.3257).

A atitude de Campos Sales em negociar para que um nome indicado por ele fosse aceito como seu sucessor era considerada algo positivo pelos seus apoiadores, como Alcindo

³⁶ . “Deixo de reproduzir a correspondência epistolar trocada com quase todos os governadores dos Estados, para não alongar demais esta exposição” (CAMPOS SALES, 1908, p.372).

Guanabara. Para este último, a única vez que um partido teria escolhido o candidato a sucessão teria sido quando o Partido Republicano Federal existiu (GUANABARA, 2002, p.20). O autor considerava que não existiam programas ideológicos para seguir e, portanto, Campos Sales estava livre de fidelidades. O grupo que se uniu em torno de Prudente era formado, segundo Guanabara, por “antigos elementos dos partidos monarquistas que aderiam à República, pois que ela estava feita, mas que queriam governa-la, alegando que eram, de fato, a maioria do País” (GUANABARA, 2002, p.23). Em oposição, Campos Sales é que representaria os antigos republicanos, os autênticos propagandistas³⁷. A essência do partido estaria salva se ficasse condicionada a personalidade de grandes republicanos como ele e Júlio de Castilhos (GUANABARA, 2002, pp.29-30).

Campos Sales acreditava que as oposições naquela época se faziam puramente no âmbito das personalidades. O autor reconheceu em Rosa e Silva um primeiro combatente, como parte de uma desforra por uma interferência em uma repartição federal dentro do estado de Pernambuco. O desvio de 194 contos de reis da agência fiscal daquele estado acabou culminando em um inquérito que responsabilizou três funcionários. Joaquim Murtinho interviu, solicitando que o judiciário local entrasse em ação contra os indiciados, tendo o seu pedido negado porque o procurador não reconheceu a sua autoridade. Em um segundo momento, o próprio ministro da Justiça interviu pedindo para que a ação fosse tomada. A ação do procurador foi considerada uma afronta, o mesmo foi demitido e, depois, foi chamado pelo grupo de Rosa e Silva para tomar parte no funcionalismo estadual³⁸. “Eis a origem verdadeira, embora cuidadosamente velada, dessa oposição” (CAMPOS SALES, 1908, p.337).

Rosa e Silva afirmou na época que fazia oposição por não concordar com a política financeira de Campos Sales, principalmente no que tocava aos arrendamentos das estradas de ferro. Porém, no seu livro, o ex-presidente escreveu que Rodrigues Alves seguiu com a mesma política, tendo, porém, aprovação do líder pernambucano, que saiu da oposição. O próprio jornal *Diário de Pernambuco* afirmou que o papel de Rosa e Silva e Pinheiro Machado nas negociações pela verificação de poderes não eliminariam a *política dos governadores*. Ao invés de tomarem todas as decisões os dois senadores apenas trabalhariam para manter a representatividade da minoria quando possível (ELEIÇÕES, 1903, p.2). Ou seja, a questão

³⁷ “Acostumados a não verem a política se não como uma trama de interesses pessoais, esperavam talvez que o candidato indicado lhes agradeceria, como favor, uma escolha que a eles mesmos era imposta pela fatalidade das circunstâncias. Não tardou muito que recebessem o mais for mal desengano. O Sr. Campos Sales não se submeteu a ser candidato por conta de um partido que havia apenas surgido: declarou que era candidato do *partido republicano* – não o que então se formara – mas o tradicional, o histórico, aquele a que sempre pertencera” (GUANABARA, 2002, p.31, grifo no original).

³⁸ Essa posição é que resultou na citação que abre esse capítulo (ver CAMPOS SALES, 1908, p.337).

central não era a política econômica em si, mas o poder de controlar a manutenção das situações locais através do reconhecimento.

Da mesma forma o autor ressalta a oposição do grupo de Prudente de Moraes. Esse grupo ficou agindo juntamente com Rosa e Silva, segundo Campos Sales. Para o ex-presidente o manifesto de 1901 era “uma longa enumeração de queixumes, que amarguravam a alma do chefe dissidente, entristecido, desolado, porque sentia que não havia lugar para a expansão de sua atividade na vida partidária do campanário” (CAMPOS SALES, 1908, p.339). A ideia era clara: se Prudente de Moraes queria agora reformar a constituição, por que não o fez quando no governo?

Há ainda um ponto importante na forma de fazer política do governo Prudente de Moraes para o governo de Campos Sales. Se não havia partidos, como escolher quem ocupa os cargos na administração pública? O discurso de Campos Sales era que o governo decidiu que havia um novo critério. As indicações não seriam mais políticas; seriam técnicas. Todas as suas decisões foram tomadas para poder cumprir o seu plano de governo em decisões profissionais, “fora das vistas do partidarismo político” (CAMPOS SALES, 1908, pp.210-211). Este conteúdo foi bastante importante para o discurso de Campos Sales e de Alcindo Guanabara, posteriores ao final do governo. Esta oposição entre política e administração foi frequente em todas as manifestações do presidente ao justificar a sua ação política.

O *anti-partidarismo* teve um papel muito importante na construção do discurso da *política dos governadores*. Era através dessa recusa de Campos Sales em aceitar a existência de partidos que o controle da Câmara dos Deputados se tornava possível. Para parlamentares como Serzedelo Correia, era correto aceitar o resultado da eleição proclamado pelas comissões locais. Porém, oposições regionais foram levadas ao poder com um suposto apoio do governo Federal, tanto no Governo Campos Sales³⁹ quanto no governo Rodrigues Alves⁴⁰. "O acordo entre os governadores se forma assim tacitamente, constituindo uma *política* que só tem um fim: excluir a oposição" (MAIA, 1903a, p.1, grifo no original). A opinião de Veloso Filho ilustra a relação: a *política dos governadores* só seria derrotada no momento em fosse

³⁹ Sobre o Mato Grosso: "O Sr. Presidente da República interveio - não para restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas, não para assegurar naquele Estado a vida normal de suas instituições, e o exercício regular de sua soberania, mas para atentar contra essa soberania e esmagar o seu próprio partido! (Apoiados)" (BRASIL, 1901d, p.2161).

⁴⁰ Jonatas Pedroza denunciou que, para os amazonenses contrários a Silvério Nery, o incêndio do jornal *Quo Vadis* só foi possível porque os seguidores do governador se consideraram encorajados pela inação do governo federal (BRASIL, 1903b, p.274).

restaurado o respeito ao resultado eleitoral⁴¹. Já para os defensores do governo Campos Sales, não havia outra opção para o presidente. A demanda do partidarismo foi tomada de forma diferencial, completamente isolada, pelo fato de considerarem que não existia qualquer partido no momento.

5.4 O presidencialismo e o parlamentarismo

Se a forma como o presidente agia era moldada pela forma como os partidos eram organizados isso fatalmente traria diferentes visões sobre o papel do executivo frente a este quadro. Isso afetava diretamente a forma como os grupos viam o *Presidencialismo*. Esse é claramente o significante mais disputado entre governo e oposição. Não houve uma tentativa de criar uma concorrência, um discurso alternativo. Os críticos e os defensores do governo Campos Sales divergiam sobre quem teria a interpretação verdadeira sobre o autêntico presidencialismo – sobrava para a sua oposição o papel de parlamentarista.

Uma boa parcela do discurso de oposição foi construída em torno da personalidade de Campos Sales. Esse comportamento, segundo Felisbello Freire, estaria levando a população a ficar mais pobre (FREIRE, 1901, p.1). Adolfo Gordo também disse que o fato de não governar com o partido que elegeu Campos Sales fazia do presidente um individualista. Para ele isso não seria adequado para o regime presidencialista, que precisava de um “homem de partido” para governar.

Sr. Presidente, na opinião de muitos publicistas, o Chefe de Estado em um regime parlamentar é um poder neutro que paira acima dos partidos, enquanto que no regime presidencial, é um homem de partido, que conquanto não espose nem deva esposar os seus ódios, as suas paixões e as suas vinganças, deve governar com esse partido, afim de realizar as ideias e os princípios do seu programa (BRASIL, 1901d, p.2160).

A centralidade do papel do presidente da república na tomada das decisões políticas foi o principal mote do manifesto do grupo de Prudente de Moraes. A oposição paulista insistia na preferência de um modelo político que desse à autoridade do partido um papel mais importante que a vontade pessoal do chefe do executivo. Para o grupo, Campos Sales dismantelou os partidos que encontrara no Congresso quando iniciou seu quadriênio para poder governar sem oposição e fiscalização⁴². Os signatários do manifesto viam na pessoa “aspirações de mando”

⁴¹ "Se queremos conservar a República; se queremos o Brasil grande, unido, capaz de enfrentar todos os perigos, é inaugurar outra política, restituindo à Nação os seus direitos, restaurando não a monarquia, mas o império da vontade popular, fonte de toda soberania nos regimes democráticos" (VELOSO FILHO, 1903a, p.1).

⁴²O poder pessoal, desvirtuamento funesto do regime democrático, atenuado no império pela coexistência de dois partidos constitucionais, precisava de remover todos os óbices, eliminando o corretivo da fiscalização partidária (MORAIS et al, 1901, p.1).

(MORAIS et al, 1901, p.1). Diante do que viam, Campos Sales era uma pessoa desleal – embora eleito para ser presidente pelo partido Republicano, não poupou esforços para promover ao primeiro escalão seus inimigos políticos, derrotado nas eleições, os partidários da Concentração⁴³. Isso teria com a justificativa de apaziguar os ânimos dentro do Congresso Nacional. Para o senador Antônio Azeredo, Campos Sales era "o parlamentarista mais fervoroso que tem produzido o novo regime, porque S. Ex. intervém diretamente nas deliberações do Congresso, fazendo transparecer todo o poder de sua autoridade" (BRASIL, 1901a, p.631).

Para Antônio Azeredo, Campos Sales havia “contrariado nas suas próprias ideias, esquecendo-se do seu ideal, do seu pensamento, e até da sua própria plataforma, atirada à nação quando S. Ex. foi escolhido pelo partido republicano, como candidato” (BRASIL, 1901d, p.964). Aldofo Gordo recorreu ao mesmo mote para considerar que Campos Sales havia mudado de ideia ao deixar de considerar que os grupos formados com a crise do PRF eram partidos políticos, como teria afirmado durante a campanha (BRASIL, 1901d, p.2161). Antônio Azeredo voltou a reforçar que isso fazia de Campos Sales um parlamentarista.

Não poso perceber como S. Ex. tenha mudado tão repentinamente de ideias, de modo que de presidencialista que era ontem, se tornasse hoje verdadeiro parlamentarista. Mas também não posso acreditar em uma inverdade por parte do Sr. Dr. Alberto Sales, que chegou a afirmar que o Sr. Presidente da República lhe declarava que estava pronto a, em outra mensagem, propor ao Congresso Nacional as modificações lembradas no artigo (BRASIL, 1901d, p.967).

Essa afirmação usou como base o *Balanço Político* de Alberto Sales. Nele o autor positivista afirmou que o modelo presidencialista, no Brasil, era apenas uma desculpa para a ditadura do executivo. Guanabara também pareceu inspirado nesse texto quando sugeriu uma dicotomia entre federalismo/presidencialismo e unitarismo/parlamentarismo. Governar de maneira colegiada (seja com o partido, seja com ministros) seria uma característica da monarquia, que era, portanto, unitária e parlamentarista (GUANABARA, 2002, p.69). No presidencialismo as decisões emanariam justamente da personalidade do chefe do executivo, o que acabava sendo mal interpretado pelos críticos. Assim, era o grupo da oposição – já referido anteriormente pelo autor como “reacionário” - que estaria mais próximo da monarquia e do parlamentarismo do que do autêntico republicanismo presidencialista.

⁴³ "Sob o pretexto de congregar todos os elementos republicanos, de aproveitar todas as atividades, de fazer uma política de largos horizontes, procurou afastar os homens do partido que o elegera, capazes no seu conceito, de se oporem às suas tendências absorventes, e preferiu chamar aqueles do partido adverso que acreditou poderem prestar-lhe incondicional apoio. Tentou assim organizar um partido seu, pessoal" (MORAIS et al, 1901, p.1).

Campos Sales não justificou as suas ações, mas pela leitura de *Da Propaganda à Presidência* é possível afirmar que ele acreditava em grupos menores comandando. Assim, não era um problema para ele escolher o ministério sem consultas ao Partido Republicano. Para ele o presidencialismo tinha uma responsabilidade unipessoal. Uma vez que não havia como partilhar a responsabilidade, era natural que as decisões fossem tomadas por ele. Ao invés de um ministério político, um “Ministério de administração” (CAMPOS SALES, 1908, p.211). Os conselhos e debates só seriam dados por iguais a ele (os chefes dos executivos estaduais). Tanto as reuniões com os ministros quanto com os governadores se dariam de forma individual.

Os que não puderam ainda compreender bem a essência do regime, tal como o concebeu o nosso mecanismo institucional, mostram-se ingenuamente apavorados ante esta influência exercida legitimamente pela autoridade presidencial, supondo estarem na presença desse fantasma do poder pessoal, que outrora atribuíamos, nós, os republicanos principalmente, ao Imperador, buscando aí valiosíssimo subsídio para os ataques à monarquia (CAMPOS SALES, 1908, p.215).

Portanto, há nas manifestações de oposicionistas parlamentares um claro recorte moral das ações do governo. Campos Sales usava a *política dos governadores* para executar a sua maldade. A índole covarde, o egoísmo, a deslealdade, a incoerência. Porém, para os defensores do governo, essa era apenas uma característica do governo realmente republicano. A autoridade precisava estar sob a responsabilidade do Presidente, e não do partido. Ou, nas palavras de Alcindo Guanabara, o grupo em oposição tinha uma base de pensamento incompatível com a situação: “Era dogma entre eles que ao Presidente da República cabia o exercício das funções de chefe do partido, aliando assim a qualidade de Papa à condição de Rei” (GUANABARA, 2002, p.25).

A demanda política pela mudança, que teve o discurso republicano como significante durante a monarquia, seguia com um papel importante no final do século XIX. Assim, ser parlamentarista significava retrocesso. Os dois grupos em disputa marcavam isso como pejorativo. É possível afirmar que o significante *presidencialismo* tinha o seu sentido suspenso pela pressão dos dois discursos.

5.5 Revisionismo e consolidação

O próximo ponto importante para analisar a construção do discurso da *política dos governadores* e o equivalente na *política dos Estados* é a posição de ambos os grupos quanto aos próximos passos esperados para o regime. Para muitos parlamentares e jornais em oposição era o momento de revisar a constituição para poder refazer o que deu de errado até ali. O grupo

adepto do *revisão* coincidiu muito com aquele que já fazia oposição a Campos Sales. Os que se uniram em apoio ao presidente não se preocuparam muito com essa questão. Apoiaram-se basicamente em afirmar que o momento era de *consolidação* da república em torno de um programa novo, conservando os resultados já conseguidos e, também, para não correr risco de uma volta da monarquia. Era uma questão de ajustes, não de mudança radical, confirmando um comportamento esperado de quem detém o poder.

Na imprensa, Gonçalves Maia citou a intenção de revisar a constituição já em 1900. Para ele esta deveria ser a pauta para os partidos em uma disputa politicamente independente para a próxima eleição presidencial⁴⁴. José do Patrocínio também se declarou revisionista (PATROCÍNIO, 1903, p.1). Mas a peça que mais acirrou as opiniões a respeito do tema veio no longo artigo *Balanço Político* de Alberto Sales. Publicado em 1901, se apoiou na ideia de que não havia alternativa que não fosse a revisão. Como vimos, a sua ideia era que nem o presidencialismo nem o parlamentarismo deviam ser adotados como inspiração alienígena, mas seria necessária uma hibridização (SALES, 1901a, p.1).

O que vemos com acerba mágoa, depois de dez anos de república, é que o país vai-se precipitando cada dia na mais profunda decadência moral e política, quando é certo, entretanto, que o nosso intuito não foi outro, ao proclamar o novo regime, senão fomentar e garantir ao povo brasileiro a regeneração de seus costumes, pelo amplo exercício de seus direitos e pela livre manifestação de sua consciência, dentro dos moldes de uma estrutura política, em que o governo fosse a justa recompensa da superioridade do mérito e não um monopólio dos incapazes (SALES, 1901a, p.1).

Já na Câmara dos deputados, o primeiro a relacionar a revisão com a *política dos governadores* foi Cincinato Braga em um discurso de 1902. Para ele todos os erros do presidente Campos Sales só seriam evitados se houvesse uma reforma da constituição, já que muitos dos excessos cometidos foram feitos sem desobedecer literalmente a Constituição.

Sim, Sr. Presidente, o denunciado é apenas um sintoma deste mal; longe de ser o autor de um delito, S.Ex. presta um relevante serviço, qual o de cortar todas as hesitações a respeito do diagnóstico; prestou o inestimável serviço de demonstrar a quão absurdas raias a Constituição vigente pode elevar o Poder Pessoal no Brasil (BRASIL, 1902f, p.3254).

O seu oponente na tribuna durante esse episódio foi José Joaquim Seabra. O baiano afirmou que o revisionismo não era a solução para os problemas da república por ser uma proposta radical: “a ciência não obedece a soluções extremas, obedece a soluções moderadas”

⁴⁴ "O pivot da futura eleição presidencial seria, eu estou certo, a revisão constitucional, a luta seria entre revisionistas e conservadores, parlamentaristas e presidencialistas, se os candidatos à presidência fossem mais de um ou mesmo sendo diversos, se os vencidos não aderissem logo ao vencedor e esquecessem as ideias de véspera" (MAIA, 1900c, p.1).

(BRASIL, 1902f, p.3258). Essa era a posição também de Campos Sales. Já durante os anos de revoltas armadas, no final do século XX, o autor havia manifestado que era importante embasar o governo sobre algo mais sólido, sobre as classes conservadoras, do Brasil rural, ainda que de pensamento monárquico (CAMPOS SALES, 1894, p.97). Ou seja, a cooptação de figuras de peso no regime decaído era um plano para que a República se consolidasse, não apenas uma contingência.

Os pedidos pela revisão, pelo menos da legislação eleitoral, se intensificaram com o processo eleitoral no início de 1903. Esse movimento foi levado por Rosa e Silva e Francisco Glicério, segundo a imprensa da época, e era uma tentativa de mudar as regras da *política dos governadores*. Ao invés de uma ampla reforma, os acordos se encaminharam apenas para garantir a presença das minorias no Congresso. Segundo Leão Veloso Filho, mesmo essa pequena mudança acabou acirrando os ânimos das oligarquias locais, que se articularam para impedir a sua aprovação (VELOSO FILHO, 1903a, p.1).

Dunshee de Abranches também abordou o tema n' *O País*. E ambos os autores fizeram paralelos com a Lei Saraiva. O motivo principal dessa lembrança era que a lei da monarquia era considerada mais democrática que as vigentes nesses primeiros anos de república. Porém o último tinha uma visão diferente do primeiro: a participação popular foi minada por esse ato régio.

A dificuldade, contudo, de provar a renda, fez logo com que nas capitais a grande maioria do eleitorado ficasse composta do oficialismo, em vista dos obstáculos, encontrados pelo operariado em cumprir essa formalidade, e da repugnância mostrada pelos Industriais e comerciantes às questões políticas, a ponto de proibirem aos seus auxiliares a inclusão nos alistamentos.

No interior, por outro lado, toda a força eleitoral ficara monopolizada pelos grandes proprietários rurais, únicos no caso de fornecerem, aos que não tinham recursos, os meios de se qualificarem. O resultado é que, de queda em queda, chegou-se ao triste regime das câmaras unânimes (ABRANCHES, 1903b, p.1).

Dunshee de Abranches afirmou que Rodrigues Alves impunha candidatos, mas não influía no reconhecimento. Isso seria uma alteração profunda em relação modo como se processava a *política dos governadores*, mantendo, porém, os seus resultados. "E o que se vai ver é, à sombra de sua solidariedade política, uma vez mais sofismar-se a representação nacional, fazendo-o passar ainda, queira ou não queira, pelo grande eleitor da República" (ABRANCHES, 1903b, p.1).

Durante a repercussão da ação de Rodrigues Alves nos reconhecimentos a mudança do regimento voltou ao foco das críticas a Campos Sales. *O País*, em um editorial de 1903, deu conta do resultado dessa interferência do executivo no legislativo: ao invés do embate se dar

quando as atas chegavam na Câmara para a verificação de poderes, o domínio eleitoral passou a se dar no nível das câmaras apuradoras. Ou seja, as oligarquias regionais lutavam agora para controlar as mesas de apuração nas municipalidades (PARA INGLÊS, 1903, p.1). Essa percepção já se aproxima do que foi pesquisado há pouco por Ricci e Zulini: o número de contestações das decisões regionais por parte do Congresso foi baixo para quase todo o período da primeira República. O jornal *A Pacotilha*, do Maranhão, criticava a reforma eleitoral como estava sendo proposta justamente por isso. "A organização dos alistamentos, que é a base de todo o processo eleitoral, continuará confiada a agentes dos Estados" (REFORMA, 1903, p.1). A mais importante revisão que deveria ser feita era impedir a intervenção nos locais de alistamento e no processo eleitoral (que estava aos cuidados dos governos locais).

Exigiram uma guerra sem tréguas aos alistamentos fantásticos; quiseram que as apurações corresse de modo a coibir por todos os meios as pressões das autoridades sobre o eleitorado e as mesas; e chegaram a fazer questão fechada do voto descoberto, como o remédio mais eficaz para evitar o terceiro escrutínio no Congresso (PARA INGLÊS, 1903, p.1).

A grande diferença da eleição anterior para a de 1903 foi, para diversos jornais, a participação de grandes chefes no processo de reconhecimento. O *Jornal do Brasil* afirmou que participaram Rosa e Silva, Glicério e Pinheiro Machado (MARCELO, 1902, p.1). Rio Grande do Sul e Pernambuco disputavam o apoio de São Paulo com Minas Gerais e Bahia para ver quem tomava as rédeas dos reconhecimentos. Era essa falta de hegemonia dentro da base de sustentação política que levaria ao retorno da *política dos governadores*.

Portanto, a demanda do revisionismo foi muito presente na formação da cadeia da *política dos governadores* como uma forma de solucionar o problema. A comparação de José do Patrocínio entre a liberdade dos cativos nos tempos da monarquia e a liberdade democrática no período do governo de Rodrigues Alves foi muito simbólica (PATROCÍNIO, 1903, p.1). A demanda pelo voto livre, pelo respeito ao resultado eleitoral ganhou, nesse momento, um contorno emblemático.

É possível afirmar que, mais uma vez, o revisionismo foi mais importante no discurso articulado em torno da *política dos governadores*. Considerando que o próprio movimento republicano era reformista em relação à monarquia, há espaço para supor que, de certa forma, a demanda por mudança não foi suprida apenas com a proclamação. Ainda havia práticas e até mesmo políticos que seguiam em funções muito similares às que cumpriam no regime decaído.

A insatisfação com esta situação claramente levou ao momento de balanço político que se deu por volta de 1899⁴⁵.

Para os defensores do governo de Campos Sales essa demanda foi, mais uma vez, tomada de maneira diferencial. A ação política reunida no discurso da *Política dos Estados* indicava pequenas correções de rumo. O que precisava ser recuperado era o sentido original dos pilares da república – preponderantemente recuperando o verdadeiro sentido presidencialismo e o federalismo através da valorização das lideranças regionais – para que a República finalmente fosse consolidada.

5.6 Crise econômica e austeridade

A justificativa para as ações de Campos Sales no plano político foram, desde o início, econômicas. Havia uma crise que precisava ser enfrentada e exigia alguns ajustes no modo como a política vinha sendo conduzida. A base do discurso da *política dos Estados* considerava essa a demanda política mais importante. Era a austeridade que justificava os acordos com a política local de chefe para chefe (*liderança pessoal*), ignorando as diferenças partidárias em nome de práticas administrativas ao invés de políticas (*apartidarismo*). Reassumir a responsabilidade do executivo (o verdadeiro *presidencialismo*) e, desta forma, finalmente *consolidar* o regime. Para o presidente da época, confrontar as dívidas, administrando sem a política, cortando gastos, era a maneira de encarar o novo inimigo que surgia em substituição à decaída Monarquia. Isso justificava todas as mediadas consideradas impopulares ou autoritárias. Como vimos, Campos Sales chegou mesmo a afirmar que o apoio ao saneamento das finanças públicas era um ato patriótico (CAMPOS SALES, 1908, p.226).

Não foi, portanto, de dissolução ou desagregação o processo político que adotei; foi sim, de união e coordenação. Em vez de dividir forças, separar os elementos políticos e enfraquecê-los pela dispersão, afim de criar em proveito do Executivo uma supremacia legítima, procurei, ao contrário, promover a união desses elementos, no intuito de constituir uma grande força de apoio à administração da República na fase melindrosa que ela atravessava (BRASIL, 1902a, p.772).

Campos Sales afirmou por diversas vezes que as paixões partidárias seriam um entrave para honrar os compromissos assumidos com os ingleses. Para ele o parlamentar tinha que abandonar o seu lado político e se colocar ao lado da pátria sendo favorável ao seu plano econômico. Da mesma forma, era preciso que os demais cidadãos aceitassem as decisões

⁴⁵ Além do balanço de Alberto Sales, analisado aqui, um grupo claramente identificado com a Monarquia lançou *A Década Republicana* em dois volumes.

governamentais. "Não posso obrigar ninguém a ser patriota; mas hei de fazer cumprir a lei" (CAMPOS SALES, 1908, p.271).

Enquanto o grupo defensor de Campos Sales apontava essa forma de governar como única maneira de cumprir com os acordos do *funding loan*, a oposição demandava ações governamentais para resolver o problema da carestia, recursos para as nascentes indústrias e soluções para o enfraquecimento do comércio. Esta contestação aumentou no final do período Campos Sales. Todas as críticas tinham um ponto em comum: as vantagens concedidas pelo governo aos credores, em detrimento do estímulo estatal para melhoria de vida da população brasileira.

As críticas ao programa econômico demoraram mais do que as outras analisadas aqui para aparecerem na oposição. Antônio Azeredo foi um dos que mais cedo começou a falar sobre o tema, da tribuna do Senado, em 1901. Para ele, a ação de Campos Sales se tratava "simplesmente da execução de um contrato. Se este se fez, se este contrato era bom, ao ponto de merecer hoje todos os elogios possíveis; é justo, portanto, que ao menos se reparta com o honrado Senador por S. Paulo⁴⁶ e com o ilustre ex-presidente da República esta gloria" (BRASIL, 1901a, p.631). Cincinato Braga afirmou no mesmo ano que o presidente havia, inclusive, descumprido termos do *funding loan*, fazendo um governo rentista, ou seja, preocupado em remunerar os investidores, ao invés de um desenvolvimentista, que aumentaria o investimento da indústria nacional. Nas suas palavras:

Entretanto, a sua incompleta e errônea execução pelo atual governo produziu resultados contrários: o comércio definha assustadoramente, a lavoura sucumbe e a relativa largueza de dinheiro e de crédito que havia sob o governo do sr. Prudente de Moraes, está se convertendo na miséria popular de todos conhecida! (CONGRESSO..., 1901b, p.1).

Depois da mensagem presidencial de 1902 as críticas se avolumaram. Bueno de Andrada repetiu o discurso de Antônio Azeredo para a Câmara. Para o orador era impossível que Campos Sales não cumprisse o *funding* com o lastro deixado pelo antecessor e seu partido. "Portanto, as glórias com as quais S. Ex. quer se cobrir pertencem ao partido que votou em S. Ex. e que S. Ex. extinguiu e ao partido que lhe era adverso. A S. Ex. nada pertence desta glória, é o saltador que vai buscar a glória que não lhe pertence" (BRASIL, 1902b, p.792). Bueno de Andrada era signatário do *Manifesto Político aos nossos concidadãos* de 1901, grupo de oposição reunido em torno do antecessor de Campos Sales. É interessante notar que o orador fez questão de frisar que essa base deixada por Prudente de Moraes não incluía a *política dos*

⁴⁶ Trata-se aqui de Rodrigues Alves, que foi ministro da fazenda de Prudente de Moraes.

governadores que seria uma invenção pessoal de Campos Sales: “Sr. Presidente, quero que fique bem claro isto, para evitar controvérsias e dúvidas futuras, não há um único ato político do Sr. Prudente de Moraes apoiando a política dos governadores. Portanto, o Sr. Prudente de Moraes não apoiou a política dos governadores" (BRASIL, 1902d, p.863). Ou seja, a solução do problema financeiro teria saído do governo anterior e estaria sendo cumprida. Porém, a ação política para executar essa solução era uma obra desnecessária inventada por Campos Sales.

Reforçando essa posição do grupo político de Prudente de Moraes, Cincinato Braga afirmou na tribuna que o uso de créditos extra-orçamentários invalidava os trabalhos de negociação legislativa e a própria autoridade da Câmara na matéria orçamentária⁴⁷. Além disso, esmiuçou um pouco mais os motivos do sucesso de Campos Sales no pagamento do *funding loan*. A alta do câmbio citada pelos defensores do presidente, valorizando a moeda nacional, seria fruto da negociação feita pelo governo anterior e de uma alta momentânea das exportações que coincidiu com a diminuição das importações. Esta última teria sido causada justamente pelo empobrecimento dos consumidores internos. O principal motivo disso era a alta dos impostos sobre o consumo. “Com estes impostos, e nessas circunstâncias, o Tesouro devia estar regurgitando se não fossem os esbanjamentos de que tão indelévels traços deixa a administração atual" (BRASIL, 1902f, p.3252).

Na imprensa também houve uma grande quantidade de artigos tratando da questão financeira. José do Patrocínio tentou cunhar outro termo para classificar o governo de Campos Sales: *politica dos debenturistas* (PATROCÍNIO, 1902d, p.3). Tratava-se da tendência do presidente em defender o pagamento dos credores em detrimento dos cofres nacionais. O jornalista acusou o presidente de trabalhar pelos investidores ao liquidar a companhia de estradas de ferro Sorocabana. "Não queremos esconder a nossa dor, vendo o Sr. Campos Sales, que por muitos títulos nos é caro, continuar a cobrir com a sua responsabilidade a especulação do London Bank e da Companhia Inglesa e seus advogados paulistas" (PATROCÍNIO, 1902d, p.3). Segundo o autor, até mesmo Joaquim Murtinho teria sido contrário a esta ação do presidente (PATROCÍNIO, 1902d, p.3). Ao final do mandato o correspondente político do *Diário de Pernambuco* foi ainda mais duro nas críticas:

O ex-Presidente cumpriu o *funding-loan* tosquiando impiedosamente o povo brasileiro submetido hoje a uma taxaço exorbitante, e entende que fez muito. De modo que já constitui título de benemerência para um homem satisfazer um compromisso, a cujo desempenho moralmente obrigou-se dando sua

⁴⁷ Como já citado: “Todo o republicano leal deve confessar que dois perniciosos vícios estão corroendo o organismo da administração republicana. São eles: falseamento dos orçamentos pelo abuso dos créditos extra-orçamentários e retardamento da remessa à Câmara dos relatórios e tabelas sobre os quais devem ser calcadas as leis anuais” (BRASIL, 1902f, p.3252).

palavra de honra. Preocupado com o restabelecimento dos pagamentos em espécie dos juros da nossa dívida externa o ex-Presidente não viu o enfraquecimento da massa geral das transações mercantis, o paralisação das fábricas, a agonia da lavoura pelo aviltamento dos preços dos nossos produtos destinados à exportação.

No entanto tudo isto foi o resultado do desazo da política financeira ao governo, dirigida embora por um ministro de talento, acastelado na teoria da seleção natural, que ele supunha aplicável a um país novo, como o Brasil, sem capitais acumulados sem organização de crédito, de população disseminada, sem indústrias a não ser a agrícola, talhada em moldes rotineiros, desanimada e decadente (CARTA, 1902, p.1).

Em *Da Propaganda à Presidência*, Campos Sales comenta essas críticas posicionando o grupo de Prudente de Moraes como “classes conservadoras” que se diziam representantes do “comércio e a indústria” (CAMPOS SALES, 1908, pp. 266-267). Há um ponto interessante nesta afirmação. O próprio autor afirmou que era preciso “atender os interesses das classes conservadoras” (CAMPOS SALES, 1894, p.97) em 1893⁴⁸. Pelo contexto, porém, o autor falava no conservadorismo do campo, da agricultura, e não no da cidade, como provavelmente seriam os do comércio e da indústria. Para Campos Sales as críticas sobre o empobrecimento do país em cima das classes laboriosas era apenas um recurso retórico. As ações tomadas de maneira complementar aos aumentos de impostos, como as operações de concessão das estradas de ferro, teriam dado fôlego aos cofres do governo e os benefícios seriam sentidos já a partir de 1903 (CAMPOS SALES, 1908, p.250). Claramente temos aqui uma resposta ao grupo de Rosa e Silva que criticava, como vimos, esse arrendamento⁴⁹.

Do que não cogitei foi de empreender obras de outra natureza. Era essa uma questão de recursos e de oportunidade. Parecia-me, ao demais, indispensável marchar com prudência, quando todas as classes se achavam, mais ou menos diretamente, sob o peso de medidas reclamadas pelo estado de nossas finanças e do nosso crédito. Entendia que, se não era tempo de aliviar os contribuintes, não seria, talvez, oportuno sobrecarregá-los com outras exigências. Os grandes empreendimentos, de certa ordem, só podem ser abordados, sem perigo, quando o estado florescente das indústrias e a prosperidade geral do país mostram poder comportar os encargos tributários que eles necessariamente acarretam (CAMPOS SALES, 1908, p.313).

A demanda da crise econômica foi o conteúdo principal sobre o qual se debruçou Campos Sales desde a campanha presidencial. Como foi demonstrado anteriormente nesta tese, até mesmo parlamentares de oposição concordaram que era preciso deixar de lado a sua oposição política para apoiar a execução do *funding loan*. Conforme o período presidencial foi

⁴⁸ Em carta publicada por ele mesmo no livro *Cartas da Europa*, endereçada a Alfredo Ellis.

⁴⁹ Como antes citado aqui, José Maria Bello manifestou essa oposição (BELLO, 1940, p.258). Da mesma forma José Joaquim Seabra afirmou que a bancada pernambucana “só retirou a sua solidariedade política ao Sr. Presidente da República depois do arrendamento das estradas de ferro do Norte” (BRASIL, 1902c, p.818).

passando, outras demandas políticas foram articuladas com esta e acabaram criando uma concorrência pelo significado. Assim, enquanto o grupo de Campos Sales defendia a austeridade, os sacrifícios patrióticos para o cumprimento do acordo de Londres, a oposição articulou na *Política dos Governadores* a infelicidade das práticas. Para a oposição a população era a única que estava sendo verdadeiramente exigida. O governo seguia utilizando os recursos de maneira irresponsável, deixando o país em uma crise econômica ainda maior. Ou seja, para a oposição, a política financeira ineficiente era apenas mais uma característica inevitável da *política dos governadores*, enquanto para a situação, era a razão de ser de uma reforma política definida por Campos Sales como *política dos estados*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é difícil ser-se virtuoso, desde que se restrinja o campo de ação. Não é tampouco difícil chegar na vida ativa a um certo sucesso, uma vez repudiadas as considerações, que constituem as cadeias morais dos homens de bem. O que, porém, não é fácil, é combinar a honestidade com um trabalho eficaz, sendo, no entanto, essa a condição essencial de uma obra verdadeiramente útil (CAMPOS SALES, 1908, p.398).

Foi com esta citação direta de Theodore Roosevelt que Campos Sales encerrou o seu livro *Da Propaganda à Presidência* em 1908. É possível afirmar, portanto, que a defesa de sua obra como útil ao Brasil, no fim, estava ancorada em dois pilares: na honestidade e na eficácia. A primeira viria pela retidão, pela coerência entre a sua atuação política desde a propaganda até aquele momento¹. A última era mais prática, pois foram cumpridos todos os acordos relativos ao *funding loan*. São também os dois principais pilares do seu discurso da *política dos Estados*. Esta foi o modo pelo qual Campos Sales teria realizado a sua tarefa mais importante, sanear as finanças com seu plano de austeridade. Há uma articulação clara entre essas duas demandas.

Isso difere da premissa inicial que orientou esta pesquisa, a saber, que o discurso da política dos governadores surgiu antes do próprio Campos Sales se apropriar desse nome, sugerindo uma unidade de princípios construída *à posteriori*. Há uma confusão na premissa: Campos Sales nunca se apropriou desse discurso. Pelo contrário, o ex-presidente criou outro, chamado por ele mesmo de *política dos Estados*, para dar sentido ao seu período governamental. O discurso da *política dos governadores* sempre foi da oposição e não se limitou ao período em que ele esteve ocupando o cargo máximo do executivo brasileiro. Nas únicas vezes em que *política dos governadores* foi usada por governistas isso se deu para afirmar que era invenção da oposição².

É preciso fazer outra observação: o discurso organizado por Campos Sales não encontrou eco na política entre 1900 e 1904. Isso não quer dizer que a sua política não conseguiu criar cadeias de equivalências entre demandas da época. Quer dizer, no entanto, que ele não teve nenhum tipo de controle no processo de articulação que ocorreu – que é, no final, uma consequência da própria concepção teórica do social conforme proposta por Ernesto Laclau. As

¹ “O propagandista não se desmentiu no governo” (CAMPOS SALES, 1908, p.397).

² Como fizeram José Joaquim Seabra ou o jornal *A Federação*, do Rio Grande do Sul, ver capítulo 3.

articulações são criadas na disputa e não no escritório. A presidência de Campos Sales foi defendida em torno de uma demanda política principal: a solução da crise econômica. A proposição de Campos Sales de um governo austero, menos político e mais técnico, foi o que conseguiu significar uma série de outras demandas em torno de si, tornando-se mais do que a simples execução do *funding loan*. O livro final de Campos Sales deixa clara esta primazia. O rótulo escolhido pelo autor demonstra, porém, a centralidade política do discurso de oposição naquele período. Era preciso significar todo o seu governo como algo diferente da *política dos governadores*.

É preciso recordar que o livro foi lançado quando Campos Sales era apontado outra vez como possível candidato à presidência. Ao lançar as suas memórias políticas é possível supor que significar o seu período como a *política dos Estados* fez parte de um projeto maior: mostrar como as suas ações garantiram a consolidação da República até aquele momento. Não é possível afirmar que exista alguma vinculação direta entre a ação centralizadora de Campos Sales e uma nova maneira de exercer o poder moderador, outra premissa que orientou este trabalho. Porém, existem coincidências. Em primeiro lugar, o controle do Congresso por parte do executivo passou a ser feito através de um regramento político para escolha dos membros que iriam compor a legislatura. Isso era feito em outros anos, como todos os atores concordavam em afirmar, mas com Campos Sales houve a intervenção do executivo nessas escolhas. José Joaquim Seabra afirmou literalmente que o que a oposição chamava de *política dos governadores* garantiu a paz para aprovar os projetos que o Brasil necessitava para a realização do plano de governo de Campos Sales. Ou seja, sem isso, não seria possível executar o *funding loan*.

Em um segundo lugar, se por um lado o presidente não podia dissolver o congresso, ele podia evitar que seus opositores chegassem até ele. Foi dessa maneira que ele teria agido para impedir o reconhecimento do diploma de Francisco Glicério, que havia sido um forte articulador na Câmara dos Deputados. E escolheu o seu próprio articulador: outro adesista, de uma das maiores bancadas estaduais, a Bahia. Mesmo que José Joaquim Seabra tenha afirmado que não foi escolhido pelo presidente, mas sim, pelo seu grupo, ou seja, a maioria (situacionista), por diversas vezes Campos Sales utilizou o deputado como peça importante no seu plano político³.

Um último ponto importante abordado na introdução desta tese se relaciona com a questão da intervenção. O ex-presidente, juntamente com Seabra e Alcindo Guanabara deram

³ Ele foi escolhido como presidente da comissão especial para aprovar o Código Civil na Câmara, um dos compromissos pessoais de Campos Sales durante seu governo (ver DOS SANTOS, 2011).

créditos a ação do executivo ao firmar pactos com os líderes estaduais que garantiram o fim das comoções violentas. Se os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto foram períodos de muitos embates militares, a presidência Prudente de Moraes também não escapou. Os casos de Canudos e o atentado ao presidente marcaram muito a construção do discurso de Campos Sales. Porém, houve conflitos armados em Goiás durante o seu governo. Da mesma forma ao menos uma morte foi noticiada no Amazonas durante o governo de Rodrigues Alves. A política inaugurada por Campos Sales não utilizou intervenção armada, de fato. Porém, a não intervenção também foi uma maneira de intervir politicamente na região, já que não manteve a situação dominante no poder em todos os episódios de convulsão registrados no período.

O evento inaugural do discurso de oposição foi a verificação de poderes de 1900. A alteração do regimento da Câmara foi o ato concreto utilizado como marco cronológico. O acordo em manter as listas de deputados conforme enviadas pelo poder local recebeu o nome de *política dos governadores*. Afina, em princípio, era exatamente isso: manter a orientação política dos governadores. Como foi demonstrado, esse discurso acabou resignificado por uma série de outras demandas políticas, perdendo o seu sentido original. No fim do período, ele significava toda a ação política de Campos Sales. A oposição a Campos Sales passou a ser a oposição à *política dos governadores*.

Em suma, é possível afirmar que a articulação em torno do discurso da *política dos governadores* construiu uma cadeia de equivalência que representava uma prática política autoritária, feita por governos pessoalizados através de eleições fraudulentas manipuladas no momento do reconhecimento dos poderes. Essa falta de poder de decisão, bem como a dependência do legislativo, gerava impopularidade entre os cidadãos brasileiros. Além disso, era uma maneira de manter os partidos políticos fora de cena, apelando para acertos entre oligarquias regionais que garantiriam a realização dos planos do governo central em troca da sua permanência no poder. Essa negociação, se bem sucedida, garantiria que não haveria intervenção da União na unidade federada, a menos que algum ministro quisesse garantir o seu domínio naquele lugar. A única maneira de terminar com a *política dos governadores* era a revisão constitucional. Ou seja, o resultado final foi a produção de um discurso vazio nomeado *política dos governadores*: ele significava a soma de todos os discursos de oposição a Campos Sales e aquilo que ele representava. Tudo o que havia de errado era fruto da “funesta” política dos governadores. Em diversos momentos ela mudava de sentido, como foi demonstrado ao longo dos capítulos terceiro e quarto.

As demandas políticas que foram tomadas de maneira equivalencial foram: uma demanda por participação nas esferas decisórias. Essa foi a mais forte dentro do discurso da

política dos estados porque englobou tanto um pedido por participação “popular”, ou seja, que a “vontade eleitoral” fosse respeitada, quanto um discurso pelo respeito ao papel dos partidos políticos. Também articulou a demanda por uma situação financeira melhor, bem como uma última que seria conservadora no sentido de consolidar o regime contra a restauração monárquica.

Em oposição, em face às mesmas demandas, o discurso da *política dos Estados* se diferenciava em vários aspectos. Em primeiro lugar, se dizia democrático, pois havia essa negociação e diversas consultas entre os chefes dos executivos. Para poder garantir que não haveria confrontos e discussões apaixonadas dentro do parlamento o governo deveria ser apartidário. Já que não existiam partidos embasados em ideias, e nem mesmo ideias antagônicas para sustentar uma agremiação partidária, o governo federal estava livre para atuar como se eles não existissem. Isso seria fundamental na tarefa de consolidar a república: restabelecer o crédito, controlar o câmbio e valorizar a moeda nacional. Era necessário um ambiente de calma e conciliação para que o país não caísse em descrédito – tanto moralmente quanto financeiramente – no exterior. Além disso, a única forma de conduzir a *política dos Estados* era com executivos fortes e que agissem da mesma maneira. Assim, o federalismo era um sistema de organização que exigia o modelo presidencialista para funcionar. A responsabilidade de apenas uma pessoa – o presidente – sobre atos de administração dava a ele o direito de agir conforme suas convicções, não a mando de partidos. Finalmente, a obra da consolidação só se completaria se não houvesse mudança nessa linha de administrar ao invés de fazer política. A situação econômica era tão ruim que era preciso austeridade e que a administração federal fosse exercida pelos mais qualificados, mesmo que fossem adesistas. Porém, como foi discutido anteriormente, o termo *Política dos Estados* foi uma criação de Campos Sales. Os defensores dos seus atos significaram o discurso sobre a *austeridade*, com a centralidade do ajuste das contas federais como principal nó.

Como foi visto ao longo desta tese, o número de pessoas que defenderam o governo foi bastante restrito: o próprio Campos Sales, José Joaquim Seabra e Alcindo Guanabara. Se levarmos em conta a adesão e a quantidade de manifestações realizadas tanto na tribuna quanto na imprensa, é possível afirmar que, para os contemporâneos dos fatos aqui estudados, o discurso da *política dos governadores* teve maior adesão. Também é preciso ter em mente que o grupo vencedor nesta contenda foi a oposição à partir do rompimento com essa política em 1930. José Joaquim Seabra foi opositor do novo grupo no poder, principalmente na figura de Getúlio Vargas. Assim, a permanência do termo *Política dos Governadores* para significar todo o período aqui estudado na bibliografia do período é bastante compreensível.

Uma boa parte do discurso de oposição foi tomado pela bibliografia como mais como explicação do modo como as coisas ocorreram do que como um embate discursivo. Um exemplo claro disso é o domínio do executivo sobre o legislativo. Foram exploradas nestas páginas uma série de manifestações de contrariedade da parte de grupos de oposição na tribuna, mesmo que o presidente tenha conseguido aprovar praticamente tudo o que quis. Havia uma linha de pensamento que indicava que existia espaço para a construção de apoios fora da benção presidencial. O resultado – a aprovação – acabou diminuindo a importância política da oposição, sempre presente durante o período. A questão dos partidos políticos também. Os textos que tratavam de dissertar sobre o período naturalizaram a ausência de partidos sem dar algum crédito para a manobra de Campos Sales na alteração do regimento influenciando nessa ausência. A tática de negociação que escapava dos grandes líderes partidários para negociar individualmente com os parlamentares foi substituída no governo Rodrigues Alves, indicando que haviam grupos e que eles eram fortes o suficiente para se manterem ativos.

O governo de Campos Sales não foi considerado autoritário por boa parte da historiografia do período. Porém, esse foi um elo extremamente importante para os seus adversários políticos. Para os responsáveis pela construção do discurso da *política dos governadores* não havia diferença significativa das práticas autoritárias já presentes durante a Monarquia. Em alguns casos houve manifestações que davam conta inclusive de um personalismo ainda maior do presidente do que do imperador deposto. Em várias falas no Congresso houve comparação entre o regime deposto e o presidencialista como aplicado por Campos Sales – ou seja, sem consulta ao seu partido, governando com todas as alas do Congresso, intervindo na sua composição, entre outras acusações – afirmando que, na monarquia, havia mais liberdade. Em algumas ocasiões era lembrado que havia alternância de partidos na composição do Conselho de Ministros e isso era incentivado pelo Imperador. Analisando estas afirmações com a régua do historiador havia, de fato, diferenças notáveis entre os dois sistemas de governo. Porém, para o discurso da *política dos governadores* a simplificação da comparação acabou resultando em uma união de um grupo do Partido Republicano dos tempos da propaganda que se afirmava herdeiro daqueles tempos. Isso foi fundamental na oposição entre Prudente de Moraes e Campos Sales, principalmente quando o último escolheu um adesista para substituí-lo na presidência.

Por outro lado, a construção do discurso da *política dos Estados* garantia que as diferenças eram resultado do regime presidencial. Havia a necessidade de um presidente acima das disputas partidárias, que governasse com o legislativo a seu favor. Sem consultas a grandes grupos, em negociações entre lideranças em um sistema de democracia mais piramidal, com

diversos níveis. Esse discurso foi articulado junto com o da administração como oposto da política. Um governo que se preocupasse em executar o que fosse preciso não podia dar cargos a amigos de partido, mas para os mais qualificados, não interessando a sua filiação política. Isso se dava para garantir o bem maior, a consolidação da República nos moldes como foi idealizada nos tempos da propaganda. Para Campos Sales, os governos anteriores falharam na tarefa que ele não iria falhar.

Portanto há uma apropriação mista da bibliografia tradicional do período. São reconhecidos os sucessos requisitados por Campos Sales no seu livro final, *Da Propaganda à Presidência*. A sua estrutura narrativa é tomada preferencialmente para organizar a narrativa do período. Há alguns pontos do discurso da oposição – principalmente no tocante ao domínio do executivo e ao papel da verificação dos poderes neste domínio. Porém, restou o rótulo de *Política dos Governadores* para identificar esse processo histórico. Reconhecer que, ao invés de complementares, esses discursos são antagônicos implica em rever esse rótulo. Há uma repetição da fórmula da *República Velha*. O grupo vencedor em 1930 utilizava este termo carregando um juízo de valor: eles eram a novidade, a República Nova, o Estado Novo. As organizações em torno de Minas Gerais e São Paulo também resultaram na identificação, já em desuso, da *República do Café com Leite*. Da mesma forma, a *política dos governadores* significava esse modelo defasado que precisava ser substituído.

É preciso rediscutir como nomear a política desse período. Há claramente um acordo oligárquico em torno de algumas lideranças regionais e a tentativa de uma reorganização de maiorias em estados satélites. Os movimentos de embate político-partidário, organizados em torno de lideranças articuladas no nível federal (como Rosa e Silva, Glicério e Pinheiro Machado) indicam que o *coronelismo* de Vitor Nunes Leal tem um sentido explicativo mais claro que *política dos governadores*.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

- A CANDIDATURA CAMPOS SALES. Diário de Pernambuco. Recife, 29 de outubro de 1904.
- A BANCADA PAULISTA. Diário da Tarde. Curitiba, 19/20 de abril de 1900.
- A GRANDE COMITIVA – Representantes da Câmara em Buenos Aires. A Imprensa. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1900.
- A MENSAGEM. A Gazeta de Petrópolis. Petrópolis, 6 de maio de 1902.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Como se faziam presidentes: homens e fatos do início da República. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Coisas da política. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1903a.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Eleições... O País. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1903b.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Crise por crise. O País. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1903c.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. C. O País. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1903c.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Cousas da política. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1903d.
- AGONIAS DE MORTE. A Cidade. Fortaleza, 25 de outubro de 1902.
- AGOSTINHO, José. Um manifesto político, parte III. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1900.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves do Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, (7 vols). 1883-1902.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1901h.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1901c.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1902d.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1900d.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1901a.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1901d.

- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1902f.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1900a.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1900b.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1901e.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1901f.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1901g.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1902e.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1902g.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1901i.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1901b.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1902a.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1902b.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1900c.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1902c.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1903a.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1903b.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1903c.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1903d.
- BRASIL, Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1904.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. À Nação. In: BRASIL, Presidente. Mensagens presidenciais (1890-1910). Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Cartas da Europa. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1894.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Da propaganda à presidência. Lisboa: A Editora, 1908.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Discursos. I - na propaganda. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902a.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Discursos. II - na República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902b.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz. Manifestos e mensagens: 1898-1902. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.
- CARTA POLÍTICA. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de novembro de 1902.

- CARTA POLÍTICA. Diário de Pernambuco. Recife, 20 de abril de 1903.
- CARTAS DO RIO. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de maio de 1902.
- CELSO, Afonso. Carta aberta a Leopoldo Bulhões. O País. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1904.
- CID, Braz. Cartas do Rio. O Estado de São Paulo. São Paulo, 19 de novembro de 1902.
- CONGRESSO LEGISLATIVO. O Estado de São Paulo. São Paulo, 4 de outubro de 1901.
- CORRESPONDÊNCIA. A Cidade. Ceará, 13 de abril de 1901.
- CRÔNICA PARLAMENTAR. Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1901.
- CRÔNICA PARLAMENTAR. O País. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1900.
- CUNHA, José Mariano Carneiro. Discurso pronunciado no Teatro Santa Isabel, em Pernambuco. Diário de Pernambuco. Recife, 15 de fevereiro de 1903.
- ELEIÇÕES FEDERAIS. Diário de Pernambuco. Recife, 26 de maio de 1903.
- ELEIÇÃO MUNICIPAL. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1902.
- ESTADO DO RIO, A reforma judiciária. A Imprensa. Rio de Janeiro, 1 de março de 1901.
- FREIRE, Felisbello. Balanço político. Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1901.
- GUANABARA, Alcindo. A Presidência Campos Sales. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- JOSÉ, Estevão. Licurginhos e solenetes. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1900.
- LÁ E CÁ. Jornal Pequeno. Recife, 1 de agosto de 1903.
- MAIA, Gonçalves. Cartas Fluminenses. A Província. Recife, 20 de agosto de 1900b.
- MAIA, Gonçalves. Cartas Fluminenses. A Província. Recife, 28 de junho de 1900a.
- MAIA, Gonçalves. Correspondência. A Cidade do Ceará. Fortaleza, 13 de outubro de 1900d.
- MAIA, Gonçalves. Pequenas crônicas. Jornal pequeno. Recife, 22 de setembro de 1900c.
- MAIA, Gonçalves. Cartas Fluminenses. A Província. Recife, 30 de maio de 1903a.
- MÃOS Á OBRA. Diário de Pernambuco. Recife, 30 de maio de 1903.
- MAX, Ed. Notas do dia. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1902.
- MEXERICOS. O País. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1903.
- MINORIAS. A Federação. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1903.
- MORAES, Prudente de, *et al.* Manifesto político aos nossos concidadãos. O Estado de São Paulo. São Paulo, 6 de novembro de 1901.

- NA CÂMARA. O País. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1902.
- NOTAS E INFORMAÇÕES. O Estado de São Paulo. São Paulo, 21 de agosto de 1903.
- OLIVEIRA, Cândido Luiz Maria. Inútil Reforma! O Comércio de São Paulo. São Paulo, 15 de outubro de 1901.
- O PRÓLOGO DA CONVENÇÃO. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1901.
- ORLANDO, Arthur. Ideias e fatos. Diário de Pernambuco. Recife, 21 de agosto de 1901.
- OS ABISSÍNIOS. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1900.
- OS DIPLOMAS. O País. Rio de Janeiro, 27 de março de 1903.
- OS REIS. O Comércio de São Paulo. São Paulo, 3 de abril de 1904.
- PÁGINAS. O Pharol. Minas Gerais, 6 de maio de 1902.
- PARA A HISTÓRIA. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1901.
- PARA INGLÊS VER. O País. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1903.
- PATROCÍNIO, José do. A Câmara xipófoga. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1900b.
- PATROCÍNIO, José do. A comitiva legislativa. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1900i.
- PATROCÍNIO, José do. A lista dos diplomados. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1900e.
- PATROCÍNIO, José do. Assim o querem. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1902d.
- PATROCÍNIO, José do. Intolerância positivista. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1902b.
- PATROCÍNIO, José do. Mais uma traição. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1900j.
- PATROCÍNIO, José do. O apoio incondicional. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1900h.
- PATROCÍNIO, José do. O carrasco e o servente. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1900c.
- PATROCÍNIO, José do. O direito do fraco. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 28 de março de 1900a.
- PATROCÍNIO, José do. Os cinco. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1900d.

- PATROCÍNIO, José do. Pirataria legislativa. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1900f.
- PATROCÍNIO, José do. Política e administração. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1900k.
- PATROCÍNIO, José do. Questão aberta. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1902c.
- PATROCÍNIO, José do. Reforma municipal. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1902a.
- PATROCÍNIO, José do. Renuncia ou aplaude. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1900g.
- PATROCÍNIO, José do. Chi!... Chi!... Chi!... O País. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1903.
- POLÍTICA E POLÍTICOS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1902.
- QUESTÕES FECHADAS. O País. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1903.
- PRFMA - PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL DO MARANHÃO. A política dos governadores. Pacotilha. São Luís, 14 de maio de 1902.
- PRFMA, Partido Republicano Federal do Maranhão. O direito do fraco. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 28 de março de 1900a.
- RECONHECIMENTO DE DEPUTADOS. Diário da Tarde. Curitiba, 13/14 de abril de 1900.
- REFORMA ELEITORAL. A Pacotilha. São Luís, 21 de outubro de 1903.
- SALES, Cosme. O Evangelho da República e seus apóstolos. Psicologia de uma época. A revisão constitucional. O País. Rio de Janeiro, 26 de março de 1902b.
- SALES, Cosme. O Evangelho da República e seus apóstolos. Psicologia de uma época. A revisão constitucional III. O País. Rio de Janeiro, 3 de março de 1902a.
- SALES, João Alberto. Balanço político – Necessidade de uma reforma constitucional. O Estado de São Paulo. São Paulo, 26 de julho de 1901a.
- SALES, João Alberto. Balanço político. O Estado de São Paulo. São Paulo, 28 de julho de 1901b.
- SILVA, Albino. Pela República – Candidatos à Presidência. Diário da Tarde. Curitiba, 22 de abril de 1901.
- TEIXEIRA, João Francisco; LIMA, Francisco Phaelante da Câmara; et.al. Aos opositoristas coligados do Estado de Pernambuco. A Província. Recife, 23 de fevereiro de 1902.
- TELEGRAMAS. A Pacotilha. São Luís, 18 de fevereiro de 1902a.

- TELEGRAMAS. A Pacotilha. São Luís, 20 de fevereiro de 1902b.
- TELEGRAMAS. A Província. Recife, 20 de abril de 1900.
- TELEGRAMAS. O Estado de São Paulo. São Paulo, 9 de maio de 1902c.
- TELEGRAMAS. A Província. Recife, 10 de dezembro de 1902d.
- TELEGRAMAS. Pequeno Jornal. Recife, 16 de setembro de 1904.
- TIMON, Paulo. Nos subterrâneos da política – A eleição do Dr. Rodrigues Alves XII. O País. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1902a.
- TIMON, Paulo. Nos subterrâneos da política – A eleição do Dr. Rodrigues Alves XIII. O País. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1902b.
- TIRAMOS D’O PAIZ... A Província. Recife, 22 de maio de 1902.
- TRAÇOS DE UM PERFIL POLÍTICO. Diário de Pernambuco. Recife, 30 de agosto de 1902.
- VELOSO FILHO, Pedro Leão. As emendas do Sr. Glicério. A Província. Recife, 31 de dezembro de 1902.
- VELOSO FILHO, Pedro Leão. A política – Opressão das oposições. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1903a.
- VELOSO FILHO, Pedro Leão. A política – A eleição. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro 1903b.
- VELOSO FILHO, Pedro Leão. A política – Verificação de poderes. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 de abril 1903c.
- VELOSO FILHO, Pedro Leão. A política – O Congresso. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 de maio 1903d.

Textos de Referência Bibliográfica:

- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Vol.II. S. Paulo: [s.ed.] 1918b.
- ABRANCHES, Carlos A. Dunshee de.. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Vol.I. S. Paulo: [s.ed.] 1918a.
- ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Biobibliografia. Curitiba: Posigraf, 1916.

- ALBERTO SALES, João. In *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SALES,%20João%20Alberto.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BACKES, Ana Luisa. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Salles*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.
- BELLO, José Maria. *História da República – 1889-1954 Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 7ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro – Terceiro volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- BONAVIDES, Paulo, e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil. Volume III – República - Primeira República (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 2002
- BRASIL, Bruno. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2015. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/cidade-do-rio/>> Acesso em Outubro de 2018.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.
- Cândido Luís Maria de Oliveira. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/clmdeoliveira.html>>. Acessado em 18 de julho de 2018.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente-Campos Sales* In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 8). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.
- CARONE, Edgard. *A república velha: I Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1972
- CARONE, Edgard. *A república velha: II evolução política (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1971
- CARONE, Edgard. *A república velha: Texto e contexto (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1976
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

- CORREIO DA MANHÃ. In Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. In Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO20DE%20PERNAMBUCO.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- DO NASCIMENTO, Jaime Oliveira e LOPES, Raimundo Helio. Veloso Filho, Pedro Leão . In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: CPDOC, 2017.
- DOS SANTOS, Fagner. A construção do povo brasileiro: a profundidade dos discursos dos movimentos operários da virada do século XX nos debates do Congresso Nacional acerca da elaboração do Código Civil (1900-1902). Aedos Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História. Num. 4 Vol. 2 Novembro de 2009. Disponível em: < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/10938/7026>> Acesso em 01/05/2016
- DOS SANTOS, Fagner. Bastidores da lei Republicana. Grupos, posições e divergências nas discussões da Comissão Especial do Congresso acerca do Código Civil (1900-1902). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.
- FAORO, Raymundo. Os donos do Poder. São Paulo: Globo, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro e FERREIRO, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n°4, 1989
- HAMBLOCH, Ernest. Sua majestade o Presidente do Brasil - Um estudo do Brasil constitucional (1889-1934). Brasília: Senado Federal, 2000.
- JORNAL DO BRASIL. In Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- KUGELMAS, Eduardo. A primeira república no período de 1891 a 1909. In. BIGUELMAN, Paula. Pequenos estudos de ciência política. São Paulo: Pioneira, 1973

- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Nova York: Verso, 2001.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Editorial Ariel, 1996.
- LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto São Paulo: Companhia das Letras*, 2012.
- LEVINE, Robert M. *A Velha Usina: Pernambuco na federação brasileira – 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- LOVE, Joseph L.. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira – 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LOVE, Joseph. *A república brasileira: federalismo e regionalismo (1899-1937)*. In MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência Brasileira (1500-2000): a grande transição*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000).
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- NABUCO, Joaquim. *Textos de Munhoz da Rocha e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire*. 2ª ed, ampliada. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo terceiro (1866-1878). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Vol. II – Diários do Recife – 1829-1900. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966.
- NICOLAU, Jairo. *A participação eleitoral no Brasil*. Londres: Universidade de Oxford, 2002.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. In *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- O PAÍÍS. In *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PA%C3%8DS,%20O.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- OPPO, Anna. *Partidos Políticos*. IN BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

- OPPO, Anna. Partidos Políticos. IN BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UNB, 1998.
- PANG, Eul-soo. Coronelismo e oligarquias 1889-1943. A Bahia na primeira república brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PATROCÍNIO, José do. In Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PATROC%C3%8DNIO,%20Jose%20do.pdf>> Acesso em Outubro de 2018.
- PENNA, Lincoln de Abreu. O progresso da ordem: O florianismo e a construção da República. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- PENNA, Lincoln de Abreu. Uma História da República. Rio de Janeiro: Atica, 1989.
- RICCI, Paolo & ZULINI, Jaqueline P. “Beheading”, Rule Manipulation and Fraud: The approval of election results in Brazil, 1894-1930. In Journal of Latin American Studies. Vol. .44, 11 de setembro de 2012, pp. 495-521.
- RICCI, Paolo & ZULINI, Jaqueline P. The Meaning of Electoral Fraud in Oligarchic Regimes: Lessons from the brazilian case (1899-1930). In Journal of Latin American Studies. Vol. .49, 25 de Junho de 2016, pp. 243-268.
- SÉNAT. Jules Ferry : le Président du Sénat au mandat le plus court. Paris: 1999. Disponível em: <<https://www.senat.fr/evenement/archives/ferry.html>> Acesso em 01/05/2016.
- SILVEIRA, Rosa Maria de Godoy. Republicanismo e federalismo 1889-1902: um estudo da implantação da República no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1978.
- WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WITTER, José Sebastião. República, política e partido. Bauru: EDUSC, 1999.
- ZULINI, Jaqueline Porto. Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do parlamento no regime de 1889-1930. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANEXO A – Descrição da reunião na casa de Alfredo Ellis, por Campos Sales (CAMPOS SALES, 1986, pp47-49).

“No dia seguinte (15), em uma reunião, na residência do deputado A. Ellis, em que se achavam Quintino, Bernardino de Campos, Aristides Lobo, Glicério, Prudente, Ubaldino do Amaral, Leopoldo de Bulhões e aquele deputado paulista, fiz a narração minuciosa de tudo quanto ocorrera na minha entrevista com o Sr. Lucena, e, expondo as bases por ele aceitas para o acordo, pedi que me habilitassem a levar-lhe uma solução. Cada um por sua vez manifestou a sua opinião, na ordem que segue:

- O *Sr. Glicério*, depois de considerações atinentes à Intendência do Distrito Federal e a polícia de Goiás, ponderou que, de um ponto de vista geral, não lhe parecia satisfatório o acordo, desde que tivessem de ser colocados no governo apenas dois dos nossos amigos, os quais, assim, não podiam imprimir à direção governativa o cunho da nossa política. Alvitrou que seria, talvez, mais acertado, uma vez que a direção não pudesse ser nossa, oferecermos o nosso apoio ao governo, independentemente da participação de amigos nossos no ministério – apoio que poderíamos retirar, quando desaparecesse do governo a orientação política pela qual pugnávamos.

- *Campos Sales* declarou-se resolutamente pelo acordo nas bases propostas, com a entrada dos Srs. Ubaldino do Amaral e Bernardino de Campos para o ministério, aceito o compromisso de serem as vagas, que posteriormente se abrissem, preenchidas por indicação nossa, e estabelecendo o pacto de uma política genuinamente republicana, quer nos Estados, quer nas relações com o que, na situação atual, afastados os republicanos das posições oficiais e entregue a direção do país a espíritos não preparados para a verdadeira compreensão e aplicação das novas instituições, se tornara de urgente necessidade promover a representação do elemento republicano no governo, para que aí se fizesse sentir a sua influência vigilante, em bem da República, dada a eventualidade de uma crise, aliás prevista, e que podia sobrevir a qualquer momento. Foi daí que partimos para o alvitre a que chegamos, de procurar tomar posição no governo. Se, porém, o ponto de vista foi errado, se a situação é normal, se ela não oferece perigos, então deixa de ser lícito tudo quanto estamos fazendo: não podemos continuar a negociar um pacto com o governo. Ao contrário, se o nosso ponto de vista foi tomado com precisão, se é certo que os acontecimentos nos colocaram no momento supremo dos grandes sacrifícios, parece que ficaríamos aquém das exigências da situação, se acaso persistíssemos em uma questão de número, quando se nos afigura estar em jogo a própria sorte da República. A sua opinião é pela aceitação do acordo.

- O Sr. *Quintino Bocaiúva* faz judiciosas considerações sobre a melindrosa situação me que se encontra a República, e pronuncia-se formalmente favorável ao acordo com o governo, na conformidade das bases expostas.

- O Sr. *Ubaldo do Amaral* aceita também o acordo, retirando-se, porém, o se nome da nova organização ministerial.

- O Sr. *Bernardino de Campos* adere à mesma opinião, mas quanto à sua pessoa exprime o mesmo voto do Sr. Ubaldo.

- O Sr. *Aristides Lobo* manifesta com calor a sua adesão ao acordo, que reputa conveniente e de boa política; mas, para evitar dificuldades, entende que, depois de resolvido, deveriam ser ouvidos nesse sentido os representantes mais autorizados da opinião na Câmara, a fim de uqe o fato viesse a ter execução fácil e uniforme.

- O Sr. *Prudente de Moraes* considera inaceitável qualquer acordo; por isso rejeita. A questão para ele é de confiança e entende que não se pode confiar na sinceridade do Barão de Lucena, a quem caberá sempre exercer influência preponderante e maléfica no governo. Pensa, ao demais, que os amigos designados para tomar parte no governo seriam ingloriosamente sacrificados e forçados a retirar-se logo.

- O Sr. *Bulhões* não se manifesta, dando a conhecer, entretanto, que seguiria a opinião que fosse mais adotada”.